

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
POLÍTICA**

**Televisão e Presidência da República:
a soberania em disputa de 1950 a 1964.**

Orientador

Professor Dr. Alfredo Alejandro Gugliano

Nilo André Piana de Castro

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como quesito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Ciência Política.

Porto Alegre, 2011.

Nilo André Piana de Castro

Televisão e Presidência da República: a soberania em disputa de 1950 a 1964.

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como quesito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Ciência Política.

Orientador Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano (Orientador) - PPGPOL UFRGS

Profa. Dra. Analúcia Danilevich Pereira PGEEI - FCE/UFRGS

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins PGEEI - FCE/UFRGS

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero - Unipampa

Profa. Dra. Vanessa Marx - PPGPOL UFRGS

Agradecimentos

A realização desse trabalho só foi possível devido à colaboração de várias pessoas.

Agradeço a minha Mãe, Leni de Holleben Piana de Castro por tudo.

A direção e o tema escolhidos estão diretamente relacionados com os anos de pesquisa no acervo de Daniel Herz, e com as leituras feitas para escrever o posfácio do livro *A História Secreta da Rede Globo*. Agradeço aos familiares de Daniel Herz a oportunidade e acesso ao material.

Agradeço especialmente ao professor José Miguel Quedi Martins que me apresentou Daniel Herz, e me aproximou do tema televisão. Também pelas inúmeras discussões sobre esse trabalho e outros tantos, assim como pela sincera amizade.

Ao meu Orientador Alfredo Alejandro Gugliano agradeço pela extrema solidariedade e generosidade para comigo e para com o trabalho, tendo sido sempre um aliado.

Agradeço aos amigos do ISAPE, Lucas Kerr de Oliveira, Igor Castellano da Silva, e os demais membros da oficina do Clube de Cultura. Em especial ao Fernando Dall'Onder Sebben que participou de várias discussões sobre esse trabalho e auxiliou na revisão do português.

Aos professores Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS agradeço pelas excelentes aulas: Paulo Vizentini, Marco Cepik, Maria Izabel Noll, Marcelo Baquero, Benedito Tadeu César.

Aos meus filhos Matteo Ponso de Castro e Isabela Ponso de Castro agradeço por ser o esteio da minha vida, sempre maravilhosos.

A minha companheira Caroline Cao Ponso, professora brilhante e intelectual dedicada, pelo incentivo, pelo carinho, pela compreensão e principalmente pelo amor.

*Para Daniel Herz (in memoriam) que deixou de ser
um nome para ele mesmo, mas continua sendo
referência para os que estudam televisão e
a comunicação democrática.*

*Para Caroline, que apaga minhas tristezas
e reinventa meu amor.*

Resumo

Este trabalho analisa as relações entre a Presidência da República e a televisão entre 1950-1964. Trata da disputa entre “nacionalistas” e “entreguistas” nos governos: Eurico Dutra, Getúlio Vargas, Café Filho, Juscelino Kubitscheck, Jânio Quadros e João Goulart. Procura demarcar o confronto entre a Presidência e a televisão em relação aos rumos da vida política, econômica e social do Brasil. Mediante análise transdisciplinar sobre a soberania em disputa no período vale-se de recursos como análise histórica, das relações internacionais e da ciência política. Mostra a deliberada tentativa dos proprietários de estações de televisão em dirigir o país em seu modelo de desenvolvimento, nas relações internacionais e na exploração do petróleo. Para o estudo da relação entre a Presidência e a televisão, utilizam-se os conceitos de veto player, agendamento e substituição. O intervalo foi marcado pela consolidação da radiodifusão e pela disputa na televisão de diferentes modelos de negócios e serviços, materializados por Assis Chateaubriand, Mario Wallace Simonsen e Roberto Marinho. Descreve a influência da publicidade e parte da trajetória de figuras como Carlos Lacerda, Leonel Brizola e Nelson Rockefeller. O descontrole da TV culmina dramático desfecho do período em 1964.

Palavras chave: Presidência da República, Televisão, Soberania, Veto Player, Agendamento, Substituição.

Abstract

This paper analyzes the relationship between the presidency and television between 1950-1964. This dispute between the "nationalist" and "submissive" in government: Eurico Dutra, Vargas, Café Filho, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros and João Goulart. Search demarcate the confrontation between the presidency and television in relation to the direction of political, economic and social development of Brazil. Through interdisciplinary analysis on the sovereignty dispute in the period relies on features such as historical analysis, international relations and political science. Shows a deliberate attempt by the owners of television stations in driving the country into its model of development, international relations and the exploitation of oil. To study the relationship between the Presidency and the television, using the concepts of veto player, and replacement schedule. The interval was marked by consolidation of radio and television by the fighting in different business models and services, materialized by Assis Chateaubriand, Mario Wallace Simonsen and Roberto Marinho. Describes the influence of advertising and part of the trajectory of figures such as Carlos Lacerda, Leonel Brizola and Nelson Rockefeller. The lack of TV drama culminates outcome of the period in 1964.

Key-words: Office of the President, TV, Sovereignty, Veto Player, Schedule, Substitution.

Sumário

Introdução.....	10
A Disputa do Projeto Nacional: dez presidentes em quatorze anos (1950-1964):	
Imprensa, monopólios e Presidência da República na democracia: lições da história dos EUA	
Resumo da tese	
Capítulo I – A Televisão chega ao Brasil de Dutra a Vargas	30
1.1 Antecedentes da televisão no Brasil: dos jornais para o rádio	30
1.2 Um passado remoto e pouco lembrado: 1939 a TV do Terceiro Reich no Brasil	33
1.3 A Guerra Fria e o Brasil: o posicionamento dos meios de comunicação	35
1.3.1 Vernon Walters	41
1.4 A Constituinte e a Constituição de 1946.....	44
1.5 As mudanças na imprensa brasileira entre 1940-1950.....	51
1.6 A televisão e seus primeiros passos no Brasil	54
1.7 O uso político da TV nos primórdios	62
1.8 Vargas: o desfecho	81
Conclusão do capítulo I	86
Capítulo II – de Café Filho a Juscelino Kubitschek	89
Introdução.....	89
2.1 O Repórter Esso no Brasil: a escalada dos telejornais (1952-1970).....	90
2.2 Café Filho, as eleições de 1955 e os desdobramentos na TV.....	97
2.2.1 O final do Governo Café Filho	103
2.3 O governo JK e o crescimento real e político da Televisão.	104
2.4 Medidas para controle	112
2.5 A mudança da Capital.....	122
2.6 A Capital Televisionada	128
2.7 A Eleição de 1960	138
Conclusão do capítulo II	146

Capítulo III – de Jânio Quadros a João Goulart: O caminho da Televisão onipresente (1961-1964) .	149
Introdução	149
3.1 Jânio Quadros e a TV: da Posse à Renúncia	150
3.1.2 Lacerda e a Televisão na Renúncia de Jânio	162
3.1.3 Legalidade	167
3.2 O Governo João Goulart.....	171
3.3 A eleição 1962: ensaios para primeira eleição televisiva no Brasil.....	184
3.4 Chateaubriand apresenta suas armas – Os Diários e Emissoras Associados na Política.....	192
3.5 A Televisão e Mídia na construção do golpe.....	197
Conclusão Capítulo III.....	202
Capítulo IV – A televisão, o petróleo e os modelos de negócios e serviços.....	209
Introdução.....	209
4.1 Walters e a Doutrina Monroe: refinarias, golpe e Televisão no Brasil	213
4.2 O caminho para a Televisão de Roberto Marinho	222
4.3 Excelsior: Havia uma Televisão no Meio do Caminho.....	229
4.4 Planejando e assistindo televisão	245
4.5 A “Revolução” foi televisionada.....	250
Conclusão do Capítulo IV	258
CONCLUSÃO GERAL.....	262
Bibliografia:	276
Anexo 1.....	293
Anexo 2.....	299
Anexo 3.....	301
Anexo 4 – Parque nacional de refino: unidades, localização, e capacidade nominal de operação (m ³ / dia de operação)	302
Anexo 5 – fotos e ilustrações	303

Introdução

Este trabalho aborda as relações entre a Presidência da República e a televisão no Brasil no período de 1950 a 1964. A pesquisa procura responder às seguintes perguntas: quais foram as relações entre a televisão e a Presidência no período? Como se estabeleceram essas relações? Por que elas se desenrolaram do modo em que se deram? Quais foram seus elementos condicionantes? Com base na análise desenvolvida para respondê-las, conclui-se, por fim, acerca das lições ou desafios que o embate entre a Presidência da República e a televisão projetou para a democracia e a soberania do Brasil.

Esta introdução divide-se em três partes: na primeira, faz-se uma breve cronologia da Presidência brasileira no período. Na segunda, apresenta-se um retrospecto sumário do surgimento da imprensa escrita, desde seus primórdios até o advento das redes de comunicação (1890) e da publicidade (1914). O propósito desta segunda seção é o de responder à pergunta: como a imprensa, que historicamente cumpriu um papel libertário, pôde ser colocada a serviço dos grandes trustes? Nos Estados Unidos, o pano de fundo foi a batalha dos grandes trustes e cartéis com a Presidência da República e o Congresso pela opinião pública estadunidense, durante os vinte anos de debate da legislação antitruste na América (1890-1910). A terceira parte esta introdução resume brevemente cada um dos capítulos que compõe a tese e sua conclusão.

A Disputa do Projeto Nacional: dez presidentes em quatorze anos (1950-1964):

O período compreendido neste estudo abarca os quatorze anos de disputa pelo projeto nacional, cujo contorno (administrativo, jurídico e político), havia sido deixado em aberto pela Constituição de 1946. Trata-se da disputa entre “nacionalistas” e “entreguistas” (VIZENTINI, 2008:13; VIZENTINI, 1995:89). Contudo, a denominação pode ser enganosa se abstraído o fato de que ambas as facções consideravam-se patriotas e possuíam um projeto para o Brasil (VIZENTINI, 1995:130). O marco da divisão entre as duas visões do Brasil foi estabelecido ainda nos umbrais da promulgação da Constituição, quando em 1947 lançou-se a campanha do *Petróleo é Nosso*. Assim, o petróleo, a política externa, a industrialização e a questão fundiária tornaram-se os principais pontos de embate entre as duas visões que disputavam os rumos do país neste período.

Foram quatorze anos conturbados em que os brasileiros assistiram ao mandato de nada menos do que dez presidentes.¹ A polarização em torno do petróleo, da política externa, da industrialização e da terra também era refletida pelo sistema eleitoral, que serve como indicador da radicalidade vivida pelo país, dividido entre “nacionalistas” e “entreguistas” que praticamente se alternavam no poder. A legislação vigente à época, em que o presidente e o vice eram eleitos em um mesmo processo, mas de forma independente entre si, favoreceu a intensificação da polarização que culminou com a paralisação do processo decisório e o movimento de 1964 (SANTOS, 1986: 81).

Eurico Gaspar Dutra foi o primeiro presidente cujo mandato coincidiu com a vigência da Constituição de 1946. Emprestou à Carta um viés “entreguista”: a política externa destacou-se pela ruptura com a URSS; no plano interno, com o aceno a companhias estrangeiras de petróleo para assumir a extração e o refino no Brasil. Tratou-se de uma descontinuidade na afirmação do modelo substitutivo de importações² e na promoção da indústria nacional.

Getúlio Vargas, que retornou eleito em 1950, deixou entre as marcas de seu governo constitucional a recusa em participar da guerra da Coreia e a construção das bases legais e administrativas do que veio a ser o setor estatal da economia, no qual se assoma a criação da Petrobrás. Protagonizou-se também pelo ensaio de integração do Cone Sul (Argentina, Brasil e Chile): o malfadado pacto ABC.

Seu sucessor, Café Filho que ocupou a Presidência de agosto de 1954 a janeiro de 1956, conquistou seu lugar na história graças à SUMOC 113, cujo perfil liberal e de alinhamento automático aos EUA conferiu à Instrução a alcunha de o “1964 da economia” (VIZENTINI, 1995:123). As eleições de 1955 deram vitória a Juscelino Kubitschek, eleito pelo PSD, e João Goulart, pelo PTB – ambos oriundos de partidos criados por Vargas.³

¹ Eurico Gaspar Dutra (31/01/1946-31/01/1951), Getúlio Dornelles Vargas (31/01/1951-24/08/1954), João Fernandes Campos Café Filho (24/08/1954-08/11/1955) Carlos Coimbra da Luz (08/11/55-11/08/1955), Nereu Ramos (11/11/1955-31/01/1956), Juscelino Kubitschek de Oliveira (31/01/1956-31/01/1961), Jânio da Silva Quadros (31/01/1961-25/08/1961), Pascoal Rainieri Mazzilli (25/08/1961-08/09/1961) e João Belchior Goulart (08/09/1961/-01/04/1964).

² **Modelo substitutivo de exportações** – embora haja controvérsias em tona de sua periodização, convencionou-se que a implantação do modelo no Brasil deu-se a partir da crise de 1929. Trata-se de uma política de substituição de importações de manufaturas através do desenvolvimento a indústria local.

³ Cumpre salientar que a despeito de serem eleitos separadamente os cargos de presidente e vice, havia, neste caso, certa unidade entre PSD e PTB. Em grande medida, isso ocorreu devido à falta de peso dos trabalhistas (Vargas foi eleito pelo PSD). Contudo, o processo de diferenciação social e urbanização refletia-se na formação de grupos de pressão e dos interesses sub-partidários. A UDN, partido

A despeito de seu caráter controverso, reconhece-se que o governo Kubitschek representou um retorno à barganha diplomática (VIZENTINI, 2008:21; VIZENTINI, 1995:144). Tanto a abertura de relações com a Ásia e a Europa quanto a construção de Brasília deram-se em um contexto de afirmação de um projeto desenvolvimentista de industrialização e construção de infraestrutura.

A eleição seguinte deu vitória ao candidato da coalizão formada pela UDN-PTN-PDC-PR-PL, Jânio Quadros, e, mais uma vez, consagrou João Goulart como vice Presidente. A UDN havia sido o partido identificado com os interesses oligárquicos e com o alinhamento automático aos EUA; o PTB, com a industrialização e o trabalhismo. Em raras vezes, como na eleição de 1960, ficou tão plasmada a divisão da opinião pública brasileira.

Em certo sentido, a sabedoria popular revelou-se superior à astúcia das velhas raposas da política brasileira: Jânio Quadros, no exercício do poder, não foi “entreguista” e procurou dar mostras de autonomia no campo diplomático. Acredita-se que sua renúncia esteja relacionada a um autogolpe que, por jamais ter sido deflagrado, deixou seus reais objetivos limitados apenas ao campo da imaginação. Contudo, seu embaixador nas Nações Unidas, San Tiago Dantas lançou aquele que, ainda hoje, é o principal corpo doutrinário das relações internacionais do Brasil: a política externa independente (PEI).⁴ Tratou-se de uma primeira tentativa de síntese entre as teses de nacionalistas e entreguistas. A PEI mantinha o Brasil aliado ao Ocidente e comprometido com a democracia, mas preconizava uma política externa a serviço do

originalmente identificado com a oligarquia, passou a representar menos a oligarquia e mais as camadas médias e os funcionários públicos urbanos. O PSD, criado por enfrentar a UDN, paradoxalmente passou a envolver setores cada vez maiores do latifúndio. Em alguns casos, a polaridade existente dentro do PSD era tão forte (ou ainda maior) que a existente entre PTB e UDN. Ilustra a situação o fato de que Café Filho (PSB), para não entregar o mandato para Juscelino (PSD), licenciou-se por razão da saúde, permitindo a posse de Carlos Luz (PSD): possuía a expectativa de que esse perpetrasse um golpe contra Juscelino, de seu próprio partido. Então, o ministro da Guerra depôs Carlos Luz e, diante da disposição de Café Filho de reassumir o mandato, o Congresso Nacional declarou-o impedido: foi o primeiro processo dessa natureza no Brasil. No curso do trabalho, esse episódio será retomado. Importa, por ora, apenas reter que: (1) o confronto principal deu-se no âmbito do PSD; (2) surgiram denúncias do envolvimento da Standard Oil de Nelson Rockefeller; (3) Carlos Lacerda, um dos principais golpistas, exilou-se voluntariamente na casa de Andrew Heiskell, membro do grupo Time-Life.

⁴ O conceito de “política externa independente” (PEI), por ele desenvolvido, baseia-se nos seguintes objetivos: participação intensa na Associação Latino Americana de Livre-Comércio (ALALC) e Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), visando à defesa dos preços dos produtos primários e à participação no crescimento do comércio internacional; desarmamento e coexistência competitiva, mas pacífica, e cooperação econômica internacional para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

desenvolvimento. Tratou-se de um *bandwagoning* seletivo⁵ que foi posto em prática ainda na época de Kubitscheck. O Brasil se dava o direito de defender seus interesses e perseguir seus próprios objetivos em política externa.

Entretanto, a inflação intensificada desde o período de Kubitscheck e a intensa polarização que se seguiu à renúncia de Jânio Quadros – golpe, legalidade, parlamentarismo e posse João Goulart – acabaram por paralisar as instituições políticas e estabelecer um impasse irreduzível no seio da sociedade, o qual culminou com o movimento de 1964.

Qual o papel da televisão nesse contexto histórico? A televisão, na época, era representada pelos Diários e Emissoras Associados, de propriedade do magnata Assis Chateaubriand, de índole liberal e declaradamente entreguista. Contudo, diferentemente do que sugere a intuição, de que os governos “entreguistas” apoiassem a TV associada a interesses estrangeiros, e que os governos nacionalistas procurassem restringir o seu desenvolvimento, isso não foi o que aconteceu. A televisão, em seus primórdios, foi apoiada igualmente por Dutra, Vargas e Juscelino, entreguistas e nacionalistas. Essa postura manteve-se mesmo com a TV mantendo uma atitude imutável: a tentativa de ditar os rumos da política nacional. Considerando-se que a polarização era fixa (“nacionalistas” X “entreguistas”) e que os indicadores permaneceram constantes (petróleo, política externa, industrialização e terra), fica em questão saber a partir de que outros elementos foi informada a relação da Presidência da República com a televisão.

No sistema republicano presidencialista, o Presidente da República acumula as funções de chefe de Estado e de governo. Isto é, ao mesmo tempo ele é o comandante supremo das Forças Armadas⁶ e o encarregado de formular a política externa (chefe de Estado)⁷ e também de determinar as políticas do Poder Executivo (Chefe de Governo)⁸.

⁵ Bandwagoning trata-se da política adotada pelos estados fracos de seguir o hegemona do sistema internacional para assegurar seus interesses em âmbito regional. A descrição do fenômeno do badwagoning clássico é abordada por Kenneth Waltz em seu clássico *Theory of International Politics* (1979). A noção de *selecting bandwagoning* é desenvolvida por autores contemporâneos da Índia e da China como Wei Zongyou e Babak Ganji para descrever aqueles países que embora se aliem aos valores do líder do sistema internacional, continuam a perseguir seus próprios interesses em política externa.

⁶ Capítulo 3, Do Poder Executivo, Seção II da Constituição de 1946 artigo 87, inciso XI. “Compete **privativamente** ao Presidente da República: exercer o comando supremo das Forças Armadas, administrando-as pelos órgãos competentes”.

⁷ Capítulo 3 do poder executivo, Seção II da Constituição de 1946 artigo 87, inciso VI. Compete **privativamente** ao Presidente da República: manter relações com Estados estrangeiros.

⁸ Capítulo 3 do poder executivo, Seção II da Constituição de 1946 artigo 78. O poder executivo é exercido pelo Presidente da República.

Em suma, a Presidência da República encarna a representação da soberania da União (no sistema republicano o soberano é povo) diante dos entes federados subnacionais e a autonomia do Poder Executivo face aos demais poderes.

As considerações acerca das prerrogativas da Presidência da República estipuladas pela Constituição de 1946 importam para mensurar a legitimidade do agendamento perseguido pela TV. A interferência da televisão sobre a política só pode ser considerada ilegítima e, no caso, digna de observação, quando vai além da disputa da agenda política nacional – de resto, é legítima – e persegue sistematicamente o exercício do poder de veto⁹.

Neste trabalho, a interferência da televisão sobre a política é analisada sob o prisma de **cinco categoriais conceituais**. A tipologia adotada não pretende ser analiticamente exaustiva: a relação entre a televisão e a mídia poderia ser estudada sob outros aspectos e mediante outras áreas de conhecimento e ferramentais teóricos. Contudo, considera-se que a operacionalização dos conceitos utilizados neste trabalho fornece uma melhor sistematização para as ações mais regulares e de maior importância da televisão sobre a Presidência. Com isso, pretende-se elaborar uma explicação diferenciada para a atuação da mídia no período 1950-64, o que permite uma reinterpretação da dinâmica política neste período da história brasileira.

Primeiro, a ação da televisão pode ser vislumbrada enquanto *veto player*. Originalmente, Tsebelis (2002) constatou a noção de poder de veto como um diferencial do processo decisório de sistemas eleitorais e partidários consociativos em relação aos sistemas majoritários. Para Tsebelis, é justamente a possibilidade do exercício do poder de veto por parte de um dos atores que caracteriza a formação de um consenso qualificado que, embora seja mais difícil de ser obtido, permite a continuidade e a estabilidade da ação governamental em diferentes administrações ou governos. Para o autor, a utilização

⁹ Por uma outra perspectiva, Smulovitz e Peruzzotti (2000) abordaram a relação entre mídia e política por meio do conceito de *accountability societal*. Segundo os autores, trata-se de um “mecanismo de controle não eleitoral, que emprega ferramentas institucionais e não institucionais (ações legais, participação em instâncias de monitoramento, **denúncias na mídia** etc), que se baseia na ação de múltiplas associações de cidadãos, movimentos, ou **mídia**, objetivando expor erros e falhas do governo, trazer novas questões para a agenda pública ou influenciar decisões políticas a serem implementadas pelos órgãos públicos” (grifos meus) (SMULOVITZ e PERUZZOTTI, 2000 p. 7). A matriz conceitual da *accountability societal* é originalmente inerentemente positiva, visto que objetiva aumentar o controle democrático. Independentemente do debate sobre a natureza do conceito, isto é, se constitui ou não uma nova dimensão da *accountability*, importa discutir quem são os atores que realizam este controle. A natureza destes atores, sua legalidade, legitimidade, recursos e interesses impacta diretamente na forma com que se exerce o controle.

da categoria é claramente positiva, dado que é legítimo o exercício da obstrução por parte dos partidos no interior do Congresso. É justamente esse tipo de *veto player* que faz com que os projetos de políticas públicas sejam reformulados e sua aprovação só seja possível mediante o amplo consenso: daí uma das razões para o termo “consociativo”, governo de consenso. Contudo, diferentemente dos partidos, que detêm mandato de representação popular, o exercício do *veto player* pela mídia, contra o Executivo ou a União, é estranho ao ordenamento constitucional vigente, hoje ou em 1946.

No que tange ao *veto player*, é preciso distinguir o papel legítimo e legal da mídia de sua ação de usurpação da esfera pública (HERZ, 1992). A ação da mídia é legítima quando coloca em pauta questões políticas de interesse da população e expõe diferentes visões sobre um assunto, ou ainda quando trata de entretenimento, criação estética. Contudo, quando toma para si prerrogativas e atribuições exclusivas das Instituições Políticas (Presidência da República, Congresso Nacional ou Poder Judiciário) perde legitimidade, moralidade e adentra em uma legalidade nebulosa. Ela investe-se das funções apor meio do agendamento, do exercício do *veto player* ou da pura e simples substituição.¹⁰

Segundo, utiliza-se a noção de poder de agendamento (MIGUEL, 2007: 408-409). Trata-se da interferência da mídia no discurso do Executivo ou na agenda do Congresso no Brasil desde 1930. Foi o caso do processo de indução, operado pela televisão, na eleição e, inclusive, na deposição de Fernando Collor¹¹. Este caso fornece lições e elementos de comparação para o estudo de outros períodos da política brasileira.

Terceiro, importa o conceito de *atalho na carreira política*. De acordo com Luís Felipe Miguel, trata-se da prática de outsiders que se utilizam de sua exposição no rádio

¹⁰ É ilegítima, contudo, quando se posiciona sobre estas questões por meio de ataques pessoais a indivíduos, linguagem intimidatória e difamações. A ilegitimidade é ainda mais perceptível, por exemplo, quando a mídia, mais do que veicular uma informação, converte-a em um produto editorial. Primeiro, capta financiamento: busca insumos, reúne recursos de anunciantes, seja qual for sua origem. Segundo, produz: adequa uma informação da política nacional ao interesse do órgão. Terceiro, aprimora a produção: converte a visão do órgão sobre a informação em caráter publicitário: omite ou acrescenta componentes a uma notícia, cria vinculações com personagens da ficção (agendamento), distorce em benefício de um propósito próprio, enfim, gera imagens, ícones, marcas políticas. Quarto, e por fim, distribui: após converter a informação em produto ideológico, a mídia o expõe em sua rede de alcance (ouvintes, assinantes) de maneira sistemática. Pela insistência da veiculação ou pelo caráter agressivo, procura capturar a emoção da opinião pública a fim de constringer e vetar a iniciativa política da Presidência da República ou das demais instituições políticas.

¹¹ Naquele contexto, as telenovelas Vale Tudo, Salvador da Pátria e Que Rei Sou Eu serviram para criar um clima na sociedade, e no Congresso, suscetível a um candidato anti-sistema (“contra tudo o que está aí”), que corresse por fora do sistema partidário para derrotar Brizola e Lula. Esta análise está desenvolvida em (CASTRO e SCHÖREDER, 2009).

e na televisão para ingressar na carreira política (MIGUEL, 2003: 115). Deste modo, indivíduos com pouco tempo e escassa experiência na política, mediante a exposição na mídia, conquistam o apoio necessário para lançar suas candidaturas.

Quarto, utiliza-se o conceito de substituição. Trata-se da possibilidade da mídia, através de seus veículos ou profissionais, substituir a representação dos partidos frente à opinião pública ou o sistema político. Em certa medida é a decorrência lógica das noções supra referidas de exercício do agendamento e da prática de atalhos. A substituição consiste no fato de que a mídia atua como intermediário, ilegítimo, entre o cidadão e a carreira pública¹²¹³.

Quinto, adota-se o conceito de modelo de negócios e serviços. O modelo de negócios e serviços articula-se a três variáveis básicas: financiamento (alavancagem), aquisição de tecnologia, e grau de associativismo¹⁴. No que tange ao financiamento, pode basear-se essencialmente na captação de recursos do mercado interno, externo, ou na geração de receitas próprias. A estratégia de financiamento relaciona-se com a atitude frente à tecnologia. Modelos baseados na captação de recursos no mercado têm extrema dificuldade, ou mesmo impossibilidade, de adquirir tecnologias para seu próprio uso: apenas conseguem comprar o produto acabado. Modelos baseados na geração de recursos próprios (caso único de Mario Wallace Simonsen) podem contar com a capitalização necessária para o custeio do aprendizado e o desenvolvimento de

¹² O tema é controverso e tem sido objeto de debate acadêmico. Para uma visão diferente de Luis Felipe Miguel (2003; 2007), ver Dias (2005:149-187). Por outro lado, na continuidade do pensamento do autor, se tem "Globo: Empresa ou Partido". (CASTRO e SCHÖREDER, 2009: 319-423). Cf. também Plasser (2001). Para este autor, a função de intermediação entre Estado e sociedade feita pelo partido (encarregado de recrutar e selecionar os candidatos) tem entrado em um crescente processo de substituição pelos veículos de mídia, sobretudo a televisão.

¹³ A presença da substituição pode ser verificada, por exemplo, na candidatura ao senado de João Calmon nas eleições de 1962. Neste episódio, os Diários e Emissoras Associados atuaram enquanto partido político no exercício da representação: substituíram a instituição legitimamente atribuída de tal função, o partido. Weber define partido político como "uma associação... que visa a um fim deliberado, seja ele 'objetivo' como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja 'pessoal', isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente" (Bobbio, 1998:898). Conforme se verá mais adiante, os Diários e Emissoras Associados atendem precisamente a estes critérios. Ademais, a eleição de Calmon demonstra precisamente a noção de atalhamento. Por meio de sua exposição na mídia, Calmon converteu-se de um desconhecido funcionário de uma empresa privada em um político de protagonismo nacional, que chegou a concorrer à Vice-Presidência da República. N. BOBBIO & N. MATTEUCCI & G. PASQUINO (eds). Dicionário de política. Brasília: 11ª. ed Edunb, v. 1 e 2.

¹⁴ Para caracterizar os diferentes modelos de negócio e serviços, utiliza-se a tipologia de Alfred Chandler Jr (1994). O autor diferencia a estrutura empresarial de acordo com a estratégia capitalista de cada um dos três países: Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra (capitalismos pessoal; gerencial cooperativo e gerencial competitivo). No capítulo 4, estudam-se detalhadamente estes conceitos e sua aplicação para os projetos midiáticos capitaneados pela televisão.

tecnologias próprias. A decisão sobre a tecnologia, por sua vez, condiciona o grau de associativismo: é óbvio que todos querem ter recursos próprios, mas só conglomerados conseguem realizar o financiamento cruzado, isto é, valer-se da capitalização em um ramo (café, no caso de Simonsen) para alavancar capitais e custear a aquisição de tecnologia própria. Por isso, como se verá no curso de trabalho, o colapso do modelo de Simonsen significou o fim da perspectiva nacional-desenvolvimentista para o segmento de televisão.

Em geral, observa-se que os diferentes modelos de negócios e serviços empresariais estão associados a projetos de inserção internacional do Brasil. De fato, o modelo de negócios e serviços reflete, mais do que simples ideologia, as estratégias corporativas de obtenção de capital e tecnologia. É precisamente este o nexos mais íntimo entre a televisão e a Presidência: os fundamentos da política externa.

De modo geral, o trabalho demonstra que o exercício de interdição sistemático das políticas públicas da Presidência da República afronta simultaneamente as duas principais prerrogativas características da instituição: a autonomia do Poder Executivo e a própria soberania. Importa, pois, examinar o comportamento dos grupos de televisão em relação às principais questões políticas enfrentadas pelos presidentes do período analisado. Desse modo, analisa-se, por exemplo, a interação entre televisão e Presidência em questões como o monopólio do petróleo, a política externa, e a industrialização de 1950 a 1964. Procura-se analisar, mediante o auxílio do ferramental teórico exposto, a relação entre a televisão e Presidência nos principais temas da agenda política deste período. Desta forma, espera-se responder às principais perguntas feitas pela pesquisa.

Imprensa, monopólios e Presidência da República na democracia: lições da história dos EUA

A história americana é ilustrativa para demonstrar a relação entre imprensa, cartéis e a Presidência da República. Conforme se explica a seguir, inicialmente a imprensa, por meio do panfleto, esteve no cerne da Revolução Americana e da democracia e da liberdade. Posteriormente, quando o panfleto adquire circulação periódica e se converte em jornal, seu perfil se altera. Com o advento da ferrovia e do telégrafo, passa a circular em rede e atingir um maior número de leitores. Inicialmente,

quando o jornal ainda era pago pelos seus leitores, veiculava reclamações da classe média tanto contra a Presidência quanto contra os trustes. Em seguida, com a introdução do mecanismo de anúncios pagos, os jornais passam a ser dominados e instrumentalizados pelos trustes contra a Presidência. O pano de fundo do confronto da imprensa com a Presidência foi sempre o mesmo: os monopólios. De um modo geral, pode-se afirmar que a imprensa nasceu como instrumento constitutivo da esfera pública e da democracia de massas para, posteriormente, converter-se em ferramenta a serviço dos grandes monopólios.

Há amplo consenso em torno do papel cumprido pela invenção de Gutenberg no advento da modernidade. De fato, há um claro fio condutor que une o advento da imprensa à Reforma (1518) e, portanto à Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), ao surgimento do Estado soberano territorial, à industrialização e à urbanização. É importante reter a especificidade do papel cumprido pela reprodutibilidade da palavra escrita: foi a difusão da Bíblia em línguas nacionais que tornou o debate sobre o sagrado acessível a todos os homens que, graças a esse artifício, conquistaram capacidade de opinar também sobre os assuntos de Estado. Por essa perspectiva, pode-se dizer que a imprensa simultaneamente criou a opinião pública e a própria cidadania. Para Jürgen Habermas, a imprensa foi crucial para o advento da esfera pública¹⁵.

Menos evidente é a relação entre a imprensa e o surgimento da democracia de massas. Como destaca Robert Dahl, foi nos EUA que surgiu a primeira democracia com esta característica: a exigência da existência de representação, que é um dos eixos da poliarquia. Cabe salientar que a democracia de massas foi subproduto da Revolução Americana. A imprensa escrita cumpriu uma dupla função na Revolução: na criação do processo e na luta revolucionária. De fato, pode-se dizer que a esfera pública democrática precedeu a própria institucionalização da democracia, efetivada só depois da promulgação da Constituição em 1787.

Mesmo os ideais revolucionários, muito antes de serem reconhecidos como tal, foram engendrados através de uma forma específica de literatura: o panfleto. Como já

¹⁵ Segundo Habermas, “a esfera pública política provém da [esfera] literária; ela intermedeia, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade” (HABERMAS, 1984:45). Na sociedade burguesa do século XVIII, a esfera literária consistia em clubes e imprensa. O autor atribui papel central à imprensa na mudança de função política da esfera pública: “A refuncionalização da esfera pública baseia-se numa reestruturação da esfera pública enquanto uma esfera que pode ser apreendida na evolução de **sua instituição por excelência: a imprensa**” (grifos meus) (idem: 213).

havia se dado no alvorecer da idade moderna, em que os temas sacros cederam lugar ao debate sobre o profano nos materiais impressos, o panfleto surgiu ligado ao debate religioso ou à exegese para tornar-se a literatura da Revolução¹⁶. Mais do que produzir a ideologia da Revolução, o panfleto também serviu como ferramenta política e social da luta armada¹⁷.

Naquela época, o panfleto era o principal meio de comunicação. Sem o circuito dos panfletos e a literatura da Revolução, seria impossível Washington reunir o exército continental de voluntários, que se alistaram. Portanto, o panfleto teve papel não só na formação da ideologia e na sustentação da guerra revolucionária, mas também na constituição do Exército Continental, que foi decisivo para o triunfo da Revolução¹⁸.

Entretanto, embora a imprensa inicialmente fosse associada às causas democráticas e libertárias, converteu-se em instrumento de poder dos monopólios. Esta trajetória de mudança não foi isenta de dificuldades. Pelo contrário, implicou uma reversão do modo com que, até então, havia evoluído.

O jornal surgiu como uma versão periódica do panfleto, um gênero relacionado com a classe média urbana e rural. As camadas médias eram o substrato da sociedade americana; elas foram o principal ator das transformações operadas pelas duas Revoluções (Independência e Guerra Civil). A partir de meados do fim do século XIX, este segmento de classe passou a crer que suas dificuldades eram resultado da ação de três atores: bancos, que cobravam juros excessivos e dificultavam o crédito; proprietários de silos e ferrovias, que cobravam tarifas altíssimas; trustes de maquinaria agrícola, que vendiam seus produtos a preço de monopólio para os agricultores da classe média.

O primeiro Truste foi construído em 1882 por John D. Rockefeller, que se tornou, mediante a Standard Oil, uma das expressões mais acabadas do fenômeno da monopolização (SELLERS et. alli, 2003:218). Apesar de inicialmente não ter se

¹⁶ Segundo Baylin, “Mais de 400 deles [panfletos] relacionados à controvérsia norte-americana foram publicados entre 1750 e 1776; acima de 1.500 apareceram por volta de 1783. Explanatórios como também declarativos, e expressando as crenças, atitudes e motivações bem como os objetivos manifestos daqueles que conduziam e sustentavam a Revolução, **os panfletos soa a literatura distintiva da Revolução**” (grifos meus) (BAYLIN: 2003:29). Thomas Paine, Adams e Jefferson são exemplos de líderes que utilizavam o panfleto para difundir suas ideias.

¹⁷ Com as devidas ressalvas e guardadas as proporções, pode-se considerar que o circuito do panfleto prefigura a comunicação em rede da internet.

¹⁸ “(...) foi Washington e o seu exército que venceram a guerra de independência norte-americana. O destino da guerra e da revolução se deveu ao exército. O Exército Continental – e não o controle do rio Hudson ou o domínio de Nova York ou da Filadélfia – foi a chave da vitória”. (McCULLOUGH, 2005:326).

destacado nos ramos da prospecção ou extração de petróleo, a Standard Oil ocupou-se do nicho estratégico do refino. Era a refinaria que ficava com valor agregado. Contudo, mais importante que ter concessões de exploração era controlar os custos do transporte. A Standard Oil associou-se às redes ferroviárias para obter prerrogativas especiais de transporte ¹⁹ (SELLERS, et. alli, 2003: 218-219). Foi em virtude destas prerrogativas que o resto do setor petrolífero acabou por associar-se na construção dos primeiros oleodutos.

O preço dos gêneros de alimentação dependia de uma série de variáveis, entre as quais as determinações do mercado internacional. Todavia, o aumento do custo dos gêneros alimentícios e do frete acabou sendo associado, na mentalidade dos produtores agrícolas e dos trabalhadores urbanos, à existência dos monopólios. Assim, mesmo sem jamais ter sido proprietário de uma ferrovia, John D. Rockefeller acabou sendo visto pela classe média e pelo operariado como alguém que os penalizava duplamente: no custo do frete e no preço de combustíveis e lubrificantes.

Durante todo esse período, a classe média rural, que já percebia os bancos e ferrovias como seus adversários, passou a ver as refinarias como monopólios que cerceavam o modo de vida americano, baseado na liberdade e na igualdade, ambos os valores fundidos na ideia da livre iniciativa (SELLERS, et. alli, 2003:256; MORRIS, 2009: 261).²⁰ Nem mesmo remotamente consideravam-se os monopólios como um fenômeno inerente ao capitalismo. Eram vistos como resultantes da ação insidiosa de ferrovias e bancos, que levava ao empobrecimento dos “grangers” e “farmers”. A percepção negativa sobre o papel dos monopólios era estendida também à União Federal, encarnada aos olhos do americano médio na Presidência da República que, até o mandato do presidente Willian McKinley (1897-1901), era vista como aliada aos trustes.

¹⁹ De acordo com Sellers, o fenômeno da monopolização se deu tanto em termos verticais (associação de empresas de um mesmo ramo, mas de segmentos diferentes) quanto horizontais (associação de empresas de ramos diferentes). Por vezes a associação era reconhecida na forma da lei e registrada em cartório (caso da Standard Oil). Porém, também importavam as associações informais, que não eram objetos de registro ou documentação. Destas, a mais importante e recorrente é estabelecida pelo “preço de monopólio”. Como a Standard Oil transportava mais petróleo pelas ferrovias do que suas concorrentes, recebia uma taxa de retribuição maior. Em virtude disso, podia vender seus produtos mais baratos, levando a concorrência à bancarrota.

²⁰ Segundo Morris: “O fervor antimonopólio nos Estados Unidos tem origens em Andrew Jackson, ou mesmo antes. Hofstadter o localiza em uma cultura de ‘fazendeiros e empresários de cidade pequena – ambiciosos, com mobilidade, especulativos, antiautoritários, igualitários e competitivos.” (MORRIS, 2009:261).

Em consonância com a percepção de seus leitores, a imprensa, agora já em rede, graças ao telégrafo e à ferrovia²¹, alternava seus ataques aos trustes e à Presidência da República. Até então, nada denunciava uma aliança da imprensa com os monopólios. Os jornais continuavam sendo pagos pelos leitores (assinantes e anunciantes locais)²² ambos pertencentes às camadas médias urbanas e rurais ressentidas com os trustes.

Graças à ferrovia e ao telégrafo, foram construídas as primeiras redes de jornais no intervalo de 1890 a 1920. Estabeleceram-se três delas: a de William Randolph Hearst, a de Joseph Pulitzer e a de Lorde Northcliffe, que passaram a disputar avidamente o público leitor. Foi então que surgiu o denominado jornalismo amarelo²³ (no Brasil, Jornalismo marrom) como sinônimo de gênero espalhafatoso, sensacionalista e de fontes questionáveis.

Pode-se dizer que a transformação do caráter da imprensa se deu justamente no curso do intervalo de 1890 a 1920. Foi nesse período que se deu nos EUA o debate acerca dos trustes, que desde 1900 tornaram-se tema da campanha presidencial (YERGIN, 2010: 112). Os candidatos passaram a procurar distanciar-se dos trustes e demarcar sua posição contra eles. Importa entender a transformação operada pelo sistema político: houvesse sido ou não aliada dos monopólios, a Presidência da República converteu-se em expressão da opinião pública antimonopolista.

Por outro lado, os trustes reagiram. Por muito tempo havia prevalecido entre os magnatas a opinião “o público que se dane” (SELLERS, et. alli, 2003:222; GUSHIKEN, 2008:79)²⁴. Motivados pela mudança do perfil político da Presidência, os trustes modificaram de atitude em relação à imprensa.

²¹ Telégrafo e ferrovias incidiam nos custos fixos dos jornais.

²² Em grande medida, isto se deveu à própria competição entre as redes de jornais. Serve como ilustração o filme **Jesse James** (dir. Henry King, EUA, 1939, 106 min. cor) que, embora sendo ficção, traduz neste particular o espírito da época retratada no cinema. Aliás, este primeiro período da imprensa é exibido de forma recorrente pelo cinema, sendo a oposição à ferrovia ou banco (monopólio) um lugar comum em diversos outros filmes. (**Cimaron**, dir. Antony Mann, EUA, 1960, cor. 147.min./ **O Homem que matou o facínora**, dir. John Ford, *The man who shoot Liberty Valance*, 1962, 123min. p/b.).

²³ **Jornalismo Amarelo** – o termo refere-se ao personagem Yellow Kid presente nas tiras dos dois principais jornais de Nova Iorque, o *The New York Journal*, de William Randolph, e o *New York World*, de John Pulitzer. Mais do que sensacionalista ou questionável, o gênero destacou-se por permitir-se inventar história ou ilustrar fatos que nunca aconteceram.

²⁴ “A expressão (O público que se dane) traduzia... o sentimento de desrespeito dos grandes empresários norte-americanos para com a opinião pública. Empresários de estradas de ferro como William H. Vanderbilt, banqueiros como J. P. Morgan, magnatas do petróleo, como John D. Rockefeller, e do aço, com Henry Clay Frick, acreditavam que não tinham motivos para dar satisfação sobre suas ações à opinião pública”.

A lei antitruste (1890)²⁵ e as eleições presidenciais (1900) passaram a demonstrar que a opinião pública tinha que ser levada em conta. Em 1900, William McKinley foi reconduzido à Presidência da República, dando continuidade à sua luta contra os cartéis. Acredita-se que seu assassinato deveu-se em grande medida à campanha movida contra ele pela rede de jornais de William Randolph Hearst (WAINBERG, 1997:95). Seu sucessor, Theodore Roosevelt, manteve as políticas antimonopolistas de McKinley e nutria particular aversão pela Standard Oil: determinou que suas doações para campanha de 1904 fossem devolvidas (YERGIN, 2009:119).

A reação dos trustes se dava por meio de tentativas de capturar a opinião pública. Pagavam anúncios e artigos favoráveis aos monopólios. Tratava-se de demonstrar uma visão positiva dos trustes, exibidos enquanto expressão acabada da livre iniciativa. Gradualmente, **os anúncios**, muitas vezes associados a matérias favoráveis às grandes companhias, foram modificando o perfil de financiamento da imprensa: **o jornal mais do que dos assinantes, passava a depender agora dos anunciantes.**

Contudo, foi só em 1914, ano que pode ser considerado o marco do surgimento da publicidade, que os monopólios passaram a ter uma mediação orgânica encarregada de interferir na opinião pública. Tratou-se da campanha da defesa da Standard Oil em virtude do massacre de Ludlow (MORRIS, 2009:247; CABESTRÉ, 2008:107).²⁶

Em seus primórdios²⁷, a publicidade surgiu como meio de os monopólios se organizarem para a disputa da opinião pública com o sistema político (Presidência e Congresso) em um mundo dominado pelo jornalismo amarelo. O segmento de jornal estava submetido a uma concorrência oligopolista tão intensa quanto a dos demais

²⁵ **Sherman Act** – 1890 foi uma lei que procurava garantir a concorrência entre as empresas nos EUA evitando que qualquer delas se tornasse suficientemente grande para ditar as regras do mercado em que atuava. Foi formulada por John Sherman. Acarretou o desmembramento da Standard Oil em 1911 e culminou com as leis antimonopolistas do New Deal.

²⁶ **Massacre de Ludlow** – de acordo com Morris (2009) foi “a mancha mais séria na ficha trabalhista de Rockefeller”. Tratou-se do massacre de 19 pessoas (onze crianças e duas mulheres foram asfixiadas ou queimadas vivas) perpetrado por milícias a serviço da Standard Oil, forças e a Guarda Nacional do Colorado. Foi um ataque a um acampamento de famílias de mineiros na localidade de Ludlow, no Colorado, EUA.

²⁷ Importa destacar para quaisquer fins que o autor dessa tese não é sob qualquer hipótese, contrário à publicidade ou a eminente profissão de publicitário. Pelo contrário, atualmente observa-se toda a extensão humanista contida na publicidade. Campanhas de direitos humanos, de combate à fome ou à corrupção teriam sido impensáveis sem o concurso do trabalho, muita vezes não remunerado e voluntário, dos publicitários e das agências de publicidade. O texto se refere tão somente aos primórdios da publicidade e ao período em que ela não existia de forma autônoma como hoje, mas dependente do patrimônio.

trustes e dependia da ferrovia e do telégrafo para sua operação rotineira. Desse modo, como referido, a figura do anunciante suplantou a do leitor.

O jornal havia perdido o compromisso com a verdade devido ao jornalismo amarelo. Porém, paradoxalmente pareceu recuperar sua dignidade e verossimilhança com o financiamento provido mediante anúncios. A imprensa a serviço dos monopólios se destacou por sua sobriedade e pretensa imparcialidade, em claro contraste com o jornalismo dominante no período anterior (amarelo ou marrom).

Naturalmente as redes de jornal que já trabalhavam com as ferrovias foram o principal alvo desse tipo de anúncio. O resultado foi um completo realinhamento da imprensa: desde governo do presidente Willian McKinley (1897-1901) a rede de Randolph Hearst opôs-se a quase todos os presidentes até Harry Truman (1945-1952) (WAINBERG, 1997: 93)²⁸. Independentemente de a Presidência ser ocupada por democrata ou republicano, o pano de fundo do confronto da imprensa com a Presidência foi sempre o mesmo: os monopólios.

A luta dos presidentes estadunidenses contra os monopólios passa ao largo dos objetivos desse trabalho. Importa, contudo, registrar especificamente que a disputa da Presidência com Randolph Hearst condicionou em larga medida a trajetória interna e a própria política externa dos EUA. Decisões cruciais para história, como a de travar a guerra Hispano-americana (1898), de participar ou não da Primeira Guerra Mundial ou da Liga das Nações; de combater em primeiro lugar a Alemanha ou Japão (Segunda Guerra) foram alvo de viva disputa entre a Presidência e a imprensa.

Apenas por este percurso, o embate entre o sistema político e a imprensa já seria de importância universal. Nos EUA, ainda hoje as relações entre a imprensa e a Presidência contêm certo grau de tensão, sobretudo quando a administração não está plenamente identificada com os interesses imediatos dos monopólios. Recentemente, Hillary Clinton, a Secretária do Estado, queixou-se da ausência de uma televisão como suporte da política externa de seu país (CLINTON, 2011: online).²⁹

²⁸ O que inclui quase todos os presidentes, à exceção de Warren Gamaliel Harding (1922-1923) e John Calvin Coolidge (1923-1929). Contudo, abarca os demais: McKinley (1897-1901), Theodore Roosevelt (1901-1909), William Howard Taft (1909-1912), Woodrow Wilson (1913-1921), Herbert Hoover (1929-1933), Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) e Harry Truman. (1945-1952).

²⁹ A secretária de Estado referiu-se a Al Jazeera, a CCTV (China) e a Russia Today que informam o público, em diversas línguas, sobre política externa e destacou a importância para os EUA em possuírem uma rede dessa natureza. “Na opinião de Clinton, durante a “Guerra Fria” a propaganda americana trabalhava muito bem. Mas depois da queda do muro de Berlim, Washington tranquilizou-se e agora paga

Em resumo, mesmo na democracia de massas mais antiga do planeta permanece em aberto o problema da relação da imprensa com o Estado e a opinião pública. Paradoxalmente o Estado que nasceu como um instrumento do patrimônio, “a casa real”, graças ao concurso da democracia (sistema político) crescentemente torna-se público: incrementa a transparência, a participação política e a accountability direta e indireta.

De modo geral, diferentemente do Estado, a imprensa nasceu como instrumento constitutivo da esfera pública e da democracia de massas para converter-se em ferramenta a serviço dos grandes monopólios. A dependência crônica do setor de investimento de capitais e novas tecnologias só tem feito aumentar a verdadeira simbiose entre a mídia e os monopólios.

A alternativa pragmática, aludida pela própria secretária de Estado estadunidense e seguida pelo venezuelano Hugo Chávez, consiste em dotar a Presidência da República de recursos de mídia próprios. No Brasil, esta alternativa foi inaugurada por Getúlio Vargas com a Hora do Brasil (rádio) e a Última Hora (Jornal). Entretanto, a opção por uma mídia estatal ou financiada pela Presidência padece da insuficiência óbvia da tentação autoritária. Nessa perspectiva, a democracia se vê diante de duas alternativas ruins: permitir que a opinião pública seja tutelada pelos monopólios ou pelo Estado.

Foi justamente para romper esse impasse que Daniel Herz formulou, no Brasil, a ideia do controle público sobre a mídia, exercido de forma multilateral e não censória. Tratava-se de um conjunto complexo de relações que visavam reequacionar as relações entre mídia, sociedade e poder público. As duas iniciativas legislativas mais expressivas nessa direção foram a Lei 8.389/91, que criou o Conselho de Comunicação Social do Senado (CCS), e a Lei nº 8.977/95, que definiu os serviços de TV a Cabo como serviços de telecomunicações. Ambas foram apenas o início de um movimento mais amplo que continha uma ambição legítima e democrática: a reestruturação da própria esfera pública. Entretanto, a precoce desaparecimento de Daniel Herz deixou sua obra inacabada. Esta tese, ao debruçar-se sobre as origens da televisão e seus primeiros confrontos com a Presidência da República no Brasil, tem a pretensão de prestar um justo tributo a Daniel Herz e, ainda que de forma modesta, dar continuidade a seu movimento de ideias.

Aliás, segundo Karl Popper:

esta sua falha. Clinton acha que a mídia particular é incapaz de preencher a lacuna existente.” (CLINTON, 2011: online).

Devido à sua relativa novidade e à inércia das instituições políticas, incapazes de reagir com rapidez, a televisão tornou-se um poder incontrolado, e qualquer poder incontrolado contradiz os princípios da democracia (POPER & CONDRY, 2007: 11).

Paulatinamente, até o final do século XX a televisão se fez cada vez mais presente na grande maioria dos lares. Constituiu-se no principal veículo de informação e entretenimento, em grande medida por valer-se da imagem como principal instrumento de comunicação. A televisão, porém, não foi o primeiro veículo que fez uso da imagem como recurso principal. Esta primazia coube ao cinema.

Sob o signo da evolução tecnológica do cinema, acentuou-se o processo de verossimilhança das imagens cinematográficas, construção que leva o público a aceitar o que é passado na tela como fato inquestionável e como o que realmente aconteceu. Antônio Gramsci já havia antecipado o potencial de aplicação da imagem tanto pelo cinema (que o autor conheceu) quanto pela televisão (em estudo enquanto encontrava-se em cárcere). Gramsci intuiu genialmente a semelhança entre os elos de desenvolvimento do cinema e da televisão: “sendo os meios de comunicação audiovisuais, como cinema e televisão, os que possibilitam uma difusão ideológica de maior velocidade, maior raio de ação e maior impacto emotivo” (GRAMSCI, apud PORTELLI, 1977: 28).

Antônio Gramsci foi um visionário. Antes de sua acertada previsão, coube ao cinema desenvolver uma linguagem que cativasse o público de tal forma que ele se sentisse dentro do filme. Durante muito tempo o esforço do cinema foi naturalizar seu produto para causar a impressão de realidade e, assim, gerar uma ideologia própria (LEBEL, 1975: 22-23). Considerou-se o cinema a imitação perfeita do mundo pelas imagens; tentava absorver o público durante as projeções.

A respeito do papel quase hipnótico cumprido pela imagem, cabe referir Giovanni Sartori: “O fato é que o olho acredita naquilo que vê; e portanto, a autoridade cognitiva mais acreditada se torna a realidade vista. Aquilo que se vê aparece como real, implicando simultaneamente em aparência de ser verdadeiro (...)” (SARTORI, 2001: 56). Para o autor, a capacidade de manipulação política operada pelas imagens da televisão é tão grande que ele emprestou-lhe a alcunha de “videocracia”, o governo exercido através do vídeo. Segundo Sartori:

(...) a **videocracia** está fabricando uma opinião maciçamente hetero-dirigida que na aparência parece fortalecer, mas que, de fato, **esvazia a democracia como governo de opinião. Isso porque a televisão se mostra como porta-**

voz de uma opinião pública que, na realidade, e apenas o eco da própria voz (grifos meus) (SARTORI, 2001: 56).

A percepção de Sartori vai ao encontro das ideias de Luis Felipe Miguel já referidas, cujas categorias conceituais – agendamento, substituição e veto player – foram utilizadas como norteadoras da análise feita neste trabalho. De fato, o exercício do agendamento, da substituição e do veto player são os elementos que qualificam categorialmente e descrevem empiricamente a pretensão da televisão em governar.

Sobre este papel cumprido pela televisão na vida pública, de seu caráter arbitrário e incontrolável, e de sua atuação frente às instituições republicanas e a democracia, cabem com perfeição as palavras de Karl Popper:

A democracia consiste em submeter o poder político a um controle. É essa a sua característica essencial. Numa democracia não deveria existir nenhum poder político descontrolado. Ora, a televisão tornou-se hoje em dia um poder colossal; pode mesmo dizer-se que é potencialmente o mais importante de todos, como se tivesse substituído o poder de Deus. (POPER e CONDRY, 2007: 29-30).

No que tange à forma de controlar o poder da mídia, na percepção de Daniel Herz, mais do que a simples censura ou estatização, era preciso desafiar a sociedade a se tornar inteligente. Herz não foi devidamente compreendido em sua época. Almejava gerar o controle sobre um poder demasiado e exagerado, um poder incontrolado. Assim, buscou a democracia e a democratização dos meios de comunicação. Esta é uma tarefa sem fim previsível, uma busca constante para colocar os meios a serviço do homem, da coletividade, da pluralidade numa construção colegiada cotidiana que aumentaria o accountability sobre os meios de comunicação.

Resumo da tese

A seguir procura-se fazer um breve resumo da tese, antecipando também suas conclusões. Espera-se, com isso, facilitar o trabalho do leitor e do examinador, ao mesmo tempo em que se sublinha a interconexão entre os objetos e termos abordados.

O **capítulo um** trata dos antecedentes da TV no Brasil. Abarca o período da Presidência do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e do governo constitucional de Getúlio Vargas (1951-1954). O ponto de partida são as disputas da Constituinte de 1946, que acabou não sendo assinada por Vargas, então senador, devido a sua abertura ao capital estrangeiro. Acrescente-se a isso o papel da Campanha *o Petróleo é Nosso*, já em 1947.

O período que marca a o início da disputa entre nacionalistas e entreguistas também se caracteriza por uma mudança no perfil da imprensa no Brasil. De modo análogo ao que havia ocorrido nos EUA, no Brasil os anunciantes locais perderam importância diante do peso dos monopólios estrangeiros. A aliança da Standard Oil³⁰ com os Diários e Emissoras Associados de Assis Chateaubriand é apenas o exemplo mais notório deste novo perfil. Anteriormente, a Companhia Light já havia adquirido proeminência por dispendar expressivas verbas publicitárias.

O tiro no catete foi a resposta à campanha movida pelos monopólios estrangeiros contra a Presidência através da imprensa local, aliança que já havia deposto Vargas em 1945. Contudo, como se verá no curso do trabalho, o suicídio de Vargas não significou a desapareção de suas políticas. Pelo contrário, o ato de Getúlio inscreveu o nacionalismo no topo da agenda de seus partidários. Foi justamente nesse período que uma nova mídia, a televisão, passou a valer-se de seu magnetismo e sedução para agendar a política nacional.

O capítulo dois detalha a expansão da televisão no interior do Sudeste, assim como a projeção da importância política do veículo no governo Café Filho até a eleição de Jânio Quadros em 1960. O desenvolvimento da televisão é marcado pela ascensão da publicidade, que passou a condicionar (agenda) a programação e o conteúdo. A Standard Oil, que tinha interesses e atuava politicamente no país, lançou ainda em 1952 o telejornal mais influente no Brasil entre 1952 e 1969, o Repórter Esso.

O período foi marcado ainda por forte protagonismo de Assis Chateaubriand, que novamente fez uso da substituição através do comércio eletrônico em São Luiz (MA), que expandiu suas emissoras em resposta ao projeto da Rebratel. Foi também marcante a figura de Carlos Lacerda contra a posse de JK, que resultou na censura contra ele.

Com Juscelino Kubitschek os meios de pagamento foram esgrimidos a favor do governo através de concessões e verbas publicitárias. Além disso, foi feito o uso da censura, mediante a Portaria 899. A mudança da capital e os esforços para que fosse transmitida sua inauguração para os grandes centros urbanos (SP, RJ e MG) demonstra o peso político do veículo. Da mesma forma, o fato de Brasília ser inaugurada contando com três emissoras de TV locais foi um fato que impressionou. Por último, destaca-se o

³⁰ Instalada no Brasil desde 1912, a empresa passou a se chamar Esso Standard do Brasil em 1º de janeiro de 1953.

papel da televisão nas eleições de 1960, quando a TV foi muito usada tanto por Jânio Quadros, para a Presidência, quanto por Carlos Lacerda, para o governo da Guanabara.

No **capítulo três**, entrelaçam-se todos os fios da trama: a televisão, a Presidência da República, e os trustes do petróleo. Mais uma vez, estava no centro da disputa o embate entre nacionalistas e entreguistas. A televisão teve um protagonismo ativo na luta contra o monopólio estatal. De início, os nacionalistas não consideravam a ideia de um monopólio estatal para o petróleo. Apesar das advertências dos deputados do PTB (e do próprio Vargas), pensava-se em um sistema misto, em que conviveriam as refinarias da Petrobrás com as de particulares. O problema é que, na época, o país não dispunha de petróleo cru em quantidade suficiente para abastecer a indústria de refino.

Como se viu anteriormente nesta introdução, é justamente a atividade de refino que assegura valor agregado e a viabilidade do modelo de negócios e serviços. Em suma, a existência da Petrobrás dependia, na prática, da possibilidade de operar refinarias. Restava a importação de petróleo cru; contudo, este nunca estava disponível. As empresas estadunidenses alegaram que era antieconômico exportar o cru para o Brasil. Então, a Presidência moveu-se em três direções: 1) aproximou-se da URSS, que se dispunha a ofertar petróleo cru abaixo dos preços ofertados pelo mercado; 2) estabeleceu o monopólio da importação do cru ou de derivado, para indiretamente regular a indústria do setor (atividade de refino); 3) por fim, diante do exacerbamento da disputa política, em que a televisão jogou papel destacado, a Presidência decidiu estatizar as refinarias de particulares, operadas por testas de ferro de companhias estrangeiras. Foi então que se precipitou o movimento de 64. Nele, como se verá em todo o curso do capítulo, a televisão teve um papel de extremo destaque: foi tanto veículo de condução dos debates quanto uma ferramenta de comunicação entre os golpistas.

O **capítulo quatro** aborda os três modelos de negócios e serviços caracterizados em Assis Chateaubriand (capitalismo pessoal), Mario Wallace Simonsen (capitalismo gerencial cooperativo) e Roberto Marinho (capitalismo gerencial competitivo). Examinam-se a volta de Vernon Walters ao Brasil e as articulações para o golpe entre estadunidenses e brasileiros. Historiam-se as relações que antecederam a criação da emissora de televisão de Roberto Marinho (1965). Da mesma forma é abordada a história da primeira tentativa de rede de televisão no Brasil, através da TV Excelsior de Mario Wallace Simonsen. Além disso, registra-se o crescimento da televisão em audiência e penetração na sociedade brasileira, mantendo uma cobertura acurada dos

eventos políticos. As emissoras tiveram um papel inusitado diante do golpe: difundiram imagens e informações em tempo real e serviram como veículo para aproximar os golpistas. Com o aumento da presença da televisão em centros urbanos, sua cobertura adquiriu um caráter que prefigura a contemporânea televisão onipresente.

Em síntese, a análise do período de 1950 a 1964 demonstra o pronunciado papel político cumprido pela televisão na vida pública nacional. A pesquisa aponta para um poder demasiado da televisão, em especial sobre as principais questões políticas da época. Seu caráter onipresente atesta a necessidade de a sociedade democrática estabelecer algum tipo de controle sobre este poder.

Capítulo I – A Televisão chega ao Brasil de Dutra a Vargas

1.1 Antecedentes da televisão no Brasil: dos jornais para o rádio

Em 1922, Walter Lippmann³¹ publicou o livro *Public Opinion*, que rapidamente se converteu em clássico, no qual lamenta que “a ciência política é ensinada nas faculdades como se os jornais não existissem”. O estadunidense escreveu essas palavras em um momento em que a radiodifusão³² ainda ensaiava seus primeiros passos. O principal fenômeno de comunicação de massa ainda era a rede de jornais de William Randolph Hearst, que atuava como uma poderosa formadora de opinião de costa-a-costa nos Estados Unidos.

Apesar de ser incomensuravelmente mais restrita que a radiodifusão, a mídia impressa já possuía potencial considerável de influenciar a opinião pública e, através dela, o sistema eleitoral e partidário, segundo o juízo de Lippman. Desde a data da publicação de sua obra, se passaram quase 100 anos, o século da radiodifusão. Podemos, ainda hoje, parafrasear a citação de Lippmann e transpô-la para o Brasil, onde durante muito tempo se ensinou ciência política como se a radiodifusão (rádio e televisão) não existisse.

Entre as exceções, de cientistas políticos brasileiros que levam em conta o fenômeno da radiodifusão, encontra-se Luis Felipe Miguel, que sublinha que a influência dos meios de comunicação na política brasileira não surgiu com a televisão. Ele destaca o papel desempenhado por Francisco de Assis Chateaubriand³³ e de seus veículos de comunicação. Constata que, na longínqua década de 1930, o primeiro magnata brasileiro das comunicações já atuava na transformação de fatos, ou na tentativa de expô-los de uma maneira pessoal. Dava uma conotação própria à realidade, interferindo no cenário político

³¹ Walter Lippmann foi um importante jornalista, escritor e comentarista político. Posteriormente, ganhou notoriedade ao introduzir o termo Guerra Fria.

³² O termo radiodifusão é originário da palavra inglesa *Broadcast* formado por duas palavras distintas, “*broad*” (largo, ou em larga escala) e “*cast*” (enviar, projetar, transmitir). As ondas de rádio são transmitidas pelo espectro eletromagnético, assim como as de televisão, ainda que em frequências diferentes. Ambos os veículos, rádio e TV, transmitem sua programação através de ondas de rádio. Daí a nomenclatura em português, radiodifusão, utilizada para a regulação da utilização do espectro magnético, que, no Brasil, é tido como bem público, à semelhança do subsolo. Segundo o Artigo 223 da Constituição de 1988, “Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementariedade dos sistemas privado, público e estatal”.

³³ O magnata brasileiro usualmente conhecido como Assis Chateaubriand tinha como nome de batismo Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. Contudo, foi designado por seu contemporâneo pela alcunha de “Chatô”.

nacional em moldes análogos a de seu equivalente americano William Radolph Hearst. Segundo Luis Felipe Miguel, muitas vezes Chateaubriand tinha êxito:

A História da Revolução de 1930, por exemplo, passa pela figura do empresário Assis Chateaubriand, que, nas páginas de seus jornais e na revista O Cruzeiro, dramatizou o assassinato de João Pessoa, transformou um crime passional em crime político e gerou o clima de opinião favorável à tomada do poder por Getúlio Vargas. A historiografia em geral omite esta participação, mas isto é efeito do descaso com que a mídia costuma ser tratada pelas ciências humanas (MIGUEL, 2007: 411-12).

Se a mídia não é levada em conta como um fator decisivo em disputas políticas pela tradição das ciências humanas brasileiras, os proprietários de meios de comunicação no Brasil sempre pensaram de modo diferente. Na realidade, como será visto no decurso desse trabalho, no Brasil muitos veículos de comunicação foram originalmente concebidos para intervir politicamente. Assis Chateaubriand e Roberto Marinho são apenas os representantes mais ilustres desta tendência de conceber a mídia para intervir ativamente no debate sobre o projeto nacional. A politização da mídia no Brasil foi favorecida pelos desafios suscitados pelo capitalismo dependente periférico (carência de capitais e tecnologia), bem como pelas mudanças rápidas do ritmo vertiginoso de modernização imposto pelas sucessivas atualizações de equipamento e maquinário. Justamente devido às demandas sempre crescentes de capital e tecnologia para custear a operação privada ou comercial, desde cedo se estabeleceu um ciclo vicioso de interdependência e de determinação recíproca entre a mídia e o sistema político.

Da parte do sistema político, tratou-se de estender à mídia um velho expediente, muito conhecido e empregado pelas velhas raposas da política brasileira, que é reconhecido como clientelismo. O aumento da composição orgânica da tecnologia elevou em proporção direta a demanda por capital (financiamento). É justamente por isso que podemos observar que o jornal pode se dar ao luxo de manter uma autonomia maior do poder político do que sua sucessora, a radiodifusão. Por não valer-se de bem público (o espectro eletromagnético)³⁴, o jornal não dependia de concessão por parte da Presidência da República.³⁵ Para além da clientela, as mídias (jornal e radiodifusão) ofereciam uma oportunidade ímpar de aglutinar elites e povo em torno de um projeto de Brasil. Este

³⁴ Ver nota 32.

³⁵ As concessões de radiodifusão foram uma prerrogativa da Presidência da República desde os anos de 1930 até a Constituição de 1988.

aspecto mais nobre da radiodifusão também não passou despercebido dos estadistas brasileiros.

Foi nos anos de 1930, durante o primeiro governo Vargas, que teve início o uso de meios eletrônicos para construir uma ideia de Brasil enquanto um Estado unificado. Vargas, como Roosevelt nos EUA, percebeu a importância da radiodifusão para atingir os analfabetos. Lançou-se então às ondas do rádio³⁶ e, posteriormente, à imagem do cinema.³⁷ A utilização política do rádio no Brasil foi contemporânea àquela operada nos Estados Unidos pelo então presidente Franklin Dellano Roosevelt, que o instrumentalizou para dirigir-se aos mais humildes da América em meio a sua batalha com a Suprema Corte para defender as políticas sociais do New Deal.³⁸ No Brasil, o rádio foi usado pelo Poder Executivo brasileiro desde 1935, com o intuito de informar sobre as atividades do governo, mas também para conferir papel aglutinador ao Estado, que era percebido como imenso e com diferenças muito grandes. Era, portanto, passível de fragmentação.

Em 1935, Assis Chateaubriand inaugurou sua primeira rádio, a Tupi, no Rio de Janeiro. Dois anos depois, lançou a Tupi São Paulo. Nos anos vindouros, construiu um conglomerado midiático de 36 emissoras de rádio, 34 jornais, aos quais, mais tarde, somaram-se 24 estações de televisão.³⁹ O caminho para o rádio, pavimentado por Chateaubriand, foi seguido por diversos outros proprietários de

³⁶ Passou ser transmitido em 22 de julho de 1935 durante o governo de Getúlio Vargas com o nome de "Programa Nacional", sendo apresentado pelo locutor Luiz Jatobá. De 1934 a 1962, foi levado ao ar com o nome de Hora do Brasil. Em 1938, teve veiculação obrigatória, somente com a divulgação dos atos da Presidência da República, sempre entre as 7 e às 8 horas da noite, horário do Rio de Janeiro depois de Brasília. Em 1962, a partir da entrada em vigor do Código Brasileiro de Telecomunicações, o Congresso Nacional passou a ocupar a segunda meia hora do noticiário. Em 1971, por determinação do Presidente Emilio Garastazu Médici, o nome "Hora do Brasil" muda para "A Voz do Brasil".

³⁷ Os documentários ou jornais da tela brasileiros eram obrigatórios; entravam na lógica de levar o cinema a informar sobre o Brasil e sobre as obras do Estado brasileiro. Em 13 de janeiro de 1937, foi criado o Instituto de Cinema Educativo INCE, que tinha por finalidade promover e orientar a instrumentalização do cinema como meio para educar a população. A intenção preponderante seria levar os brasileiros a conhecer o restante do país através de imagens. Mais do que retratos do Brasil interior para sua porção urbana, filmes onde se pudesse fazer uma articulação entre discursos de intelectuais, como Oliveira Viana, sobre a unidade nacional. O cinema possibilitou uma apresentação de Getúlio Vargas como um dirigente que conhecia as necessidades do país e de seu povo, pelos quais zelava paternalmente (SIMIS, 1996: 33-44).

³⁸ Roosevelt também ganhou enorme projeção pelos programas de rádio, as famosas "conversas ao pé do fogo". Comunicações informais através do rádio, iniciadas oito dias depois do lançamento do *New Deal*, elas buscavam construir um clima de cumplicidade entre o presidente e o público comum dos EUA. Foram um imenso sucesso e um marco na utilização dos meios de comunicação em termos políticos. (SHERWOOD, 1998).

³⁹ Para uma visão pormenorizada, cumpre recomendar um verdadeiro clássico de Fernando Morais, que é informativo e bem escrito: **MORAIS, Fernando. Chatô, o rei do Brasil.** São Paulo CIA das Letras, 1994.

jornais. Este foi o caso de Pereira Carneiro, do Jornal do Brasil, que criou a Rádio Jornal do Brasil ainda em 1935, e de, Roberto Marinho de O Globo, que também emprestou o nome de seu jornal à rádio inaugurada em 1944: a Rádio Globo (BIAL, 2005: 157).

O próximo passo midiático, em um processo que reproduziu o caminho percorrido do jornal ao rádio, seria o trânsito do rádio para a televisão. Os donos de mídia justificaram o modelo como um processo de evolução tecnológica “natural”, o que permitiu o surgimento dos oligopólios de mídia. No Brasil, diferentemente do resto do mundo, se permitiria que um mesmo proprietário possuísse revistas, jornais, rádios e emissoras de televisão. O caso clássico foi o do próprio Assis Chateaubriand. Aliás, a TV chegou ao Brasil de forma precoce, no ano de 1950, justamente devido à iniciativa pessoal de Assis Chateaubriand.

A primeira experiência da TV no Brasil havia sido feita onze anos atrás, ainda antes da Segunda Guerra Mundial. A seguir, trataremos desta “pré-história” da televisão no Brasil. Por ora, importa consignar que Assis Chateaubriand não foi apenas o pai da televisão no Brasil: coube a ele também inaugurar sua utilização política. Suas manobras, marcadas pela intimidação, e não raro chantagem, quase sempre envolviam a Presidência da República. Também lhe coube o mérito discutível de dar início à barganha fáustica que caracterizaria a história posterior da televisão em nosso país: obter capitais e tecnologias em troca da difusão de conteúdo, político e programático, do exterior.

Este trabalho procura resgatar de forma representativa e cronológica a utilização política da televisão no âmbito nacional, assim como suas relações com a Presidência da República e com aspectos de nossa política interna e externa. Visa também a destacar momentos expressivos que demonstrem o caminho traçado e suas principais relações com o Poder Executivo na República do Brasil, bem como sua constante e crescente instrumentalização política.

1.2 Um passado remoto e pouco lembrado: 1939 a TV do Terceiro Reich no Brasil

O primeiro contato do Brasil com a televisão foi estabelecido em 1939, pouco antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, quando uma missão alemã veio ao Brasil para propagandar seu modelo de TV. Na ocasião, o rádio ainda consolidava sua

posição no Brasil e o televisor alemão foi considerado muito avançado para as condições de nosso país. O evento contou com a promoção do Jornal O Globo, de Roberto Marinho, e da Rádio Tupi, de Assis Chateaubriand.

O jornal O Globo, de 10 de junho de 1939, trazia na sua chamada de capa, a manchete: “Abrindo a nova phase do desenvolvimento cultural – A demonstração pública de televisão hoje, sob o patrocínio do Globo” com a cobertura da “Feira de Amostras do Rio de Janeiro” em 1939. A abertura do evento, ocorrida em três de junho de 1939, contou com a participação de representantes do Terceiro Reich, como o Encarregado de Negócios da Alemanha no Rio de Janeiro, Von Lebetzow e o Conselheiro do Instituto de Pesquisas Científicas dos Correios do III Reich, Hans Pressler. De parte do governo brasileiro, o Presidente Getúlio Vargas e seu ministro da Educação, Gustavo Capanema, inauguravam a feira.

Conforme nota do Diário de Getúlio Vargas do dia três de setembro de 1939, a primeira exibição de Televisão foi organizada pelo Ministério dos Correios da Alemanha (VARGAS, 1995: 228), sob os auspícios do Departamento Nacional de Propaganda (DNP). Foram filmadas celebridades do Rádio e o visiotелефone ⁴⁰ foi testado por um sorridente Getúlio Vargas, tendo como interlocutor o ministro da Justiça Francisco Campos. Por fim, foi transmitido um filme de um discurso do Presidente Vargas do final de 1938, demonstrando as múltiplas faces do meio (HINGST, 2004: 24-39).

No dia quatro de junho de 1939, a exposição foi aberta para o público e a televisão foi saudada como maravilha da modernidade, apesar de seu elevado preço, duas vezes maior que o de um bom aparelho de rádio (HINGST, 2004: 24-39). Segundo João Freire Filho (FREIRE FILHO, 2004: online), mesmo com a maioria dos veículos e jornalistas percebendo o progresso com bons olhos, também houve críticas sobre a atualidade das máquinas alemãs da Telefunken, pois, para alguns, era algo obsoleto o que se tentava vender ao Brasil. Houve também questionamentos sobre o futuro dos jogos de futebol e da indústria cinematográfica em virtude da possibilidade de as pessoas poderem assisti-los em casa.

⁴⁰ O visiotелефone era uma junção de televisão com telefone onde os interlocutores de uma conversa telefônica podiam enxergar um ao outro através de câmeras de TV e monitores. Algo que antecipava e, talvez tenha inspirado a “teletela” do romance de George Orwell, 1984, à semelhança das contemporâneas videoconferências.

A primeira exibição ou demonstração da televisão foi marcada por uma finalidade política (BUSETTO, 2007: online): autoridades nazistas buscavam estreitar laços com o Brasil, um importante parceiro comercial. Ao mesmo tempo, houve uma tentativa deliberada do regime local em capitalizar o evento em proveito próprio. Getúlio Vargas foi colocado em evidência ao vivo quando compareceu à inauguração da feira e utilizou a aparelhagem. Enquanto durou a amostra, foram exibidas além das atrações do rádio carioca, filmes sobre Vargas.

A apresentação da televisão ao Brasil se deu pelo signo do totalitarismo do Terceiro Reich e do autoritarismo do Estado Novo. Curiosamente, teve o patrocínio de Assis Chateaubriand e Roberto Marinho, ambos liberais.

Em que pesem suas diferenças neste momento, sobretudo de estatura pública, os dois donos de mídia compartilhavam de início a simpatia pela Alemanha, como evidencia a realização da feira, patrocinada por ambos. Contudo, posteriormente os dois migraram para posições pró-estadunidenses. De qualquer forma, ambos estiveram ligados a uma parte expressiva da história da intervenção e participação dos meios de comunicação na vida política nacional. Desde a década de 1930, perpassando os anos de 1940 até o final de 1950, assoma-se a figura de Chateaubriand. Somente mais tarde é que Roberto Marinho emergirá como expressão portentosa na mídia.

1.3 A Guerra Fria e o Brasil: o posicionamento dos meios de comunicação

Em meados de 1942, o Brasil de Getúlio Vargas definiu sua aliança na Segunda Guerra Mundial. A política de neutralidade brasileira e o denominado “duplo jogo” não eram mais possíveis.⁴¹ Através de sua lógica pragmática, com base no realismo político, Vargas havia firmado acordos com os norte-americanos, capazes de dar continuidade ao desenvolvimento nacional, almejado desde 1930 com certa autonomia, ainda que dependente.⁴²

⁴¹ Tipo de política pendular, que buscava as melhores ofertas entre Alemanha e Estado Unidos, originou o livro de Roberto Gambini sobre os laços que terminaram por aproximar Brasil e Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Ver GAMBINI, 1977.

⁴² Sobre a busca de autonomia nas relações dependentes, ver o excelente trabalho de Gerson Moura. **Autonomia na dependência**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Mas a proximidade com os EUA cobrou seu preço. A FEB (Força Expedicionária Brasileira, com cerca de 25.000 homens),⁴³ criada para intervir no conflito, lutou na Itália durante onze meses e teve sua dissolução decidida antes de sua volta ao Brasil. Porém, uma parte importante do exército brasileiro – leia-se a oficialidade antes identificada com o Eixo – sustentáculo do Estado Novo, voltaria da guerra sob larga e atuante influência estadunidense.⁴⁴ Além das baixas das tropas brasileiras na Itália que teve um custo de 468 vidas, houve uma tragédia ainda maior na chamada Batalha da Borracha, quando cerca de vinte e dois mil brasileiros, em sua maioria nordestinos, morreram no norte do país, na tentativa de aumentar a produção de borracha para suprir as necessidades do esforço de guerra dos EUA.⁴⁵

Ao final da Segunda Guerra Mundial um novo horizonte político pautava a política internacional e brasileira. Os ventos da Guerra Fria começavam a soprar e mudanças rápidas ocorreram.

Antes mesmo de o segundo conflito mundial acabar, o serviço de inteligência inglês enviou um relatório secreto⁴⁶ para Londres, no qual avaliava, entre outras personagens importantes do cenário político brasileiro, Assis Chateaubriand. O relatório foi elaborado de forma bastante objetiva e clara sob a perspectiva de influência que regeria Chateaubriand:

Vive sempre em dificuldades financeiras. Para se livrar de tais dificuldades, envolve-se em qualquer tipo de negócio que possa lhe dar dinheiro rápido. Os métodos que usa são mais empreendedores que escrupulosos. Durante a guerra tem sido em geral simpático à causa aliada, embora não tenha hesitado em aceitar dinheiro do inimigo. Deve-se admitir, no entanto, que ele pouco fez em retorno a esses pagamentos. Assis Chateaubriand é mais simpático em relação a Grã-Bretanha que aos Estados Unidos, mas os substanciais pagamentos que tem recebido de agências americanas fazem com que ele dê mais publicidade àquele país que à Grã-Bretanha. (MORAIS NETO, 1997:161)

No caso brasileiro seria o fim do regime autoritário capitaneado por Getúlio Vargas. Forças internas e externas conjugaram-se na sua derrubada. As forças internas foram impelidas por políticas das oligarquias, que foram alijadas da participação

⁴³ Também participou a Força Aérea Brasileira (FAB), com um grupo de caças-bombardeiros P-47 Thunderbolt integrado à Força Aérea Estadunidense no Norte da Itália.

⁴⁴ Existem algumas obras analíticas consagradas sobre as relações Brasil Estados Unidos no período ver: (MOURA, 1980), (SAITENFUS, 2000), (CORSI, 1999) e (GAMBINI, 1977).

⁴⁵ Sobre a batalha da borracha, ver: (CYTRYNOWICZ, 2000: 219-228). Ver também (MAGESTE: online).

⁴⁶ Disponível desde 1996 no *Public Record Office* sob o código FO 371/44.853.

política ou que não se consideravam devidamente contempladas. Contaram as pressões da sociedade por maior liberdade, o que foi capitalizado pelo regresso da FEB. Vargas estava a par destas mudanças, manobrava para liberalização do regime e buscava legitimação, como no caso do “queremismo”⁴⁷. De qualquer modo, as elites nativas e internacionais queriam mais a queda do nacionalismo de Getúlio do que a própria democracia.

Em fevereiro de 1945, o próprio Góis Monteiro, ex-ministro da Guerra de Vargas, defendeu a realização de eleições e a liberdade de imprensa. Por sua vez, o então titular da pasta, Eurico Gaspar Dutra, assediado por diferentes grupos anti-getulistas, passou a pressionar o Presidente da República rumo à abertura. Em oito de fevereiro de 1945, Vargas promulgou a Lei Constitucional nº. 9, prometendo fixar datas para eleições para presidente, governadores e deputados em 90 dias. Em 28 de maio, foi fixada a data para eleição presidencial: dois de dezembro (HILTON, 1987:48).

Manobrando com habilidade, Vargas pretendia se preservar como candidato para as próximas eleições, assim como para a futura Assembleia Constituinte. Os Estados Unidos não viam com bons olhos o nacionalismo varguista, e esforçavam-se para esvaziar o Queremismo de Vargas que, na busca por apoio, se aproximava do Partido Comunista. Uma política nacionalista significava dificuldades para empresas estrangeiras acessarem as riquezas do subsolo brasileiro, minérios e petróleo. Esse nacionalismo não interessava aos arautos do capital estrangeiro, como Assis Chateaubriand, e muito menos a Nelson Rockefeller⁴⁸ e, conseqüentemente, a embaixada estadunidense. Os motivos estavam correlacionados: a industrialização do Brasil iniciada com apoio estadunidense, mas vista, depois de vencida a guerra, como algo a ser atenuado, se não detido; os interesses no subsolo brasileiro, mapeado

⁴⁷ Queremismo – movimento político surgido em maio de 1945 com objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na Presidência. Cujo slogan foi: “Queremos Getúlio”.

⁴⁸ **Nelson Aldrich Rockefeller**, herdeiro de John D. Rockefeller Junior, membro de uma das famílias mais ricas e influentes dos EUA, foi durante cinco anos o Coordenador de Assuntos Interamericanos (*Coordinator of Inter-American Affairs- CIAA*) entre 1940 e 1945, ao mesmo tempo em que suas empresas prospectavam negócios em diversos países da América Latina. Depois da elevação de Rockefeller ao cargo de secretário de Estado assistente em 1945, o título da agência foi mudado para Escritório de Assuntos Interamericanos (*Office of Inter-American Affairs – OIAA*). No final de 1945, Rockefeller foi demitido por Truman. O CIAA foi um órgão criado pelo governo dos EUA para organizar uma política que resultasse no afastamento do Brasil e dos demais países do continente da órbita italiana ou alemã. Sob a direção de Nelson Rockefeller, entrou em ação em agosto de 1940. A Divisão de Informações compreendia um aparelho ideológico de grandes proporções, subdividida nas seções de imprensa, rádio, filmes, análises de opinião pública e ciência/educação (MOURA, 1988: 32). Sobre o imperialismo sedutor, ver também: (TOTA, 2000).

de forma detalhada durante a guerra; e o nacionalismo de Vargas que, por meio do Queremismo, se aproximava do Partido Comunista. Se Vargas havia sido até então tolerado em seu programa de mudanças, a perspectiva da aliança com os comunistas tornava sua presença indesejável para o perfil estadunidense de Constituinte democrática (MOURA, 1991: 52).

Quanto ao plano externo, a despeito da orientação do Presidente Henry Truman, que considerava desastroso intervir na política interna brasileira, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Adolf Berle, preferiu contrariar as orientações de seu próprio governo. Em discurso feito a imprensa brasileira no dia 29 de setembro de 1945, no palácio do Catete, o embaixador americano atacou abertamente o governo brasileiro.

Conforme descreve o jornalista estadunidense, Gerard Colby:

(...) Berle jogou sua bomba sobre o palácio presidencial. Diante do sindicato brasileiro dos jornalistas, platéia escolhida para dar a sua declarações maior repercussão possível, Berle traçou uma analogia entre a abnegação de George Washington em fundar o sistema democrático na jovem república norte-americana como seu primeiro presidente, e a data de 2 de dezembro para as eleições nacionais, na qual a oposição insistia e à qual Vargas resistia para dar ao seu PTB mais tempo.

- Nenhum verdadeiro amigo do Brasil ou do povo brasileiro irá interromper o processo. Nenhum verdadeiro amigo do progresso irá acusá-lo de ser reacionário. O oportunismo, não a prática de instituições democráticas como eleições, é o verdadeiro criador do fascismo e da reação (COLBY, 1995: 217).

Com plateia pré-selecionada, a repercussão foi grande. É verdade que nem toda ela foi favorável ao norte-americano; houve jornalistas que criticaram a interferência aberta de um estadunidense na política brasileira. Mas, como constata Gerson Moura, “embora não tenha sido a causa da queda de Vargas, a ação do governo dos EUA teve um peso específico naquele acontecimento” (MOURA, 1991:42).

No plano internacional as mudanças em 1945 foram muito rápidas. Entre quatro e onze de fevereiro de 1945, se deu a conferência de Yalta, ponto mais alto de ajuda mútua e entendimento entre as forças aliadas contra o Eixo. Em pouco tempo, o quadro de colaboração entre as potências ocidentais capitalistas em relação à URSS, sobretudo EUA e Inglaterra, mudou de forma acentuada. Fatos em rápida sucessão colaboram para o estabelecimento de uma tensão que perdurou ao longo de muitos anos e influenciou diretamente na configuração dos blocos da Guerra Fria⁴⁹.

⁴⁹ Logo depois de encerrada a conferência de Yalta, os acertos começam a mudar. O ataque do comando de bombardeios (anglo-estadunidense) à cidade alemã de Dresden, iniciado em 13/02/1945, aponta para

Se o plano externo seguia a escalada no confronto entre EUA e URSS ⁵⁰, no Brasil houve a eleição do general Eurico Gaspar Dutra (02/12/1945) pelo Partido Social Democrata (PSD). O general, ex-ministro da guerra de Vargas, venceu graças ao apoio do próprio Getúlio, que preferiu o PSD ao partido mais identificado com o liberalismo dos EUA: a União Democrática Nacional (UDN). ⁵¹ O candidato das oligarquias (UDN) foi, ironicamente o ex-tenente, agora brigadeiro, Eduardo Gomes. ⁵² Se Dutra não era o escolhido das forças mais próximas aos EUA, até mesmo por seus compromissos com Vargas, procurou compensar isso rapidamente. Mesmo tendo assumido quando ainda estava em gestação a Guerra Fria, tratou de deixar claro de que lado manteria o Brasil. Com Dutra, o anticomunismo ganhou corpo e, em 1947, o Partido Comunista do Brasil foi proibido. ⁵³

Logo depois, as relações entre Rio de Janeiro e Moscou foram rompidas. Foi a primeira ruptura de relações diplomáticas de um país ocidental com a URSS. O

uma demonstração de força aos exércitos soviéticos que chegariam à cidade alguns dias depois. Em Potsdam, entre 17/07/1945 e 02/08/1945, as condições estabelecidas apenas seis meses antes tornaram-se fatores de discórdia. Quatro dias depois de encerrada a conferência, foi lançada a bomba sobre Hiroxima, dando início à era atômica.

⁵⁰ O recrudescer dos movimentos de libertação nacional, em sua maioria com a participação dos comunistas ou por eles hegemonizados (Iugoslávia, Grécia, Albânia, China), ressuscitou os fantasmas adormecidos da guerra civil espanhola e criou nos aliados a percepção de uma conspiração comunista mundial e de uma agressão soviética dissimulada em guerra revolucionária. O início de 1946 é marcado por uma postura enfática de lideranças britânicas com intenção de empurrar de volta para o Leste o comunismo. Churchill, em visita aos Estados Unidos, diante de câmeras cinematográficas, fez o famoso discurso de Fulton, que deu a direção a ser seguida. Em um primeiro momento é considerado duro demais até mesmo por Truman. Entretanto, devido à Revolução Grega, ele mesmo adota uma política agressiva em relação aos soviéticos nos meses seguintes, lançando a Doutrina Truman. Nem mesmo a indiferença soviética às revoluções em andamento nestes países, em estrito cumprimento ao estabelecido em Yalta, foi capaz de convencer os ocidentais de que não havia um plano comunista para conquista do mundo.

⁵¹ O terceiro partido expressivo era o Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, que, assim como o PSD, fora criado por Getúlio Vargas. Vargas ficou associado aos dois partidos: um partido dos antigos interventores e homens de negócio, o PSD, e outro partido ligado às massas e ao sindicalismo, o PTB. Além destes, haviam outros partidos menores com menor expressão e mais concentrados regionalmente, como o Partido Social Progressista (PSP) de Adhemar de Barros em São Paulo.

⁵² Tenentismo foi um movimento da oficialidade média contra as oligarquias fundiárias que entravavam o desenvolvimento do Brasil. Eduardo Gomes foi uma liderança militar proeminente: pode-se dizer que criou a legenda do tenentismo no Brasil. Em 1922, Eduardo Gomes foi junto com Siqueira Campos um dos sobreviventes dos 18 do Forte Copacabana. Na década de 1930, afastou-se de Getúlio Vargas e passou a ter uma postura muito favorável aos Estados Unidos.

⁵³ O Partido Comunista do Brasil obteve em 10 de novembro de 1945, seu registro legal. Nas eleições para a Constituinte, conseguiu eleger uma bancada de 16 representantes comunistas, incluindo um senador, que foi o mais votado do país, Luís Carlos Prestes. Utilizando-se da Constituição de 1946, que tornara ilegal “a organização ou funcionamento de qualquer partido político ou associação cujo programa ou ação era contrário ao regime democrático”. Dutra pressionou o Supremo Tribunal Federal, que tornara a agremiação ilegal no dia 7 de maio de 1947. Por três votos contra dois decidiu-se pela cassação do registro partidário. No dia 10 de maio, o ministro da Justiça determinou o encerramento das atividades do Partido Comunista em todo território nacional. Imediatamente, as sedes do Partido foram invadidas e fechadas pela polícia. A simples cassação do registro, em tese, não implicaria o fechamento de suas sedes.

anticomunismo brasileiro, principalmente nas Forças Armadas, devia-se em grande parte à tentativa de Revolução por parte dos comunistas comandados por Luís Carlos Prestes, em 1935.⁵⁴ Em 10 de janeiro de 1948, o projeto de cassação foi aprovado na Câmara dos Deputados por uma ampla margem de votos, 179 contra apenas 74.⁵⁵ O alinhamento brasileiro com os Estados Unidos ficaria mais evidente em 1950, quando os militares brasileiros foram proibidos de serem comunistas, e em 1953, com a promulgação da Lei de Segurança Nacional inspirada pelo *U.S. Internal Security Act*.⁵⁶

De fato, já existia no Exército brasileiro uma tendência para esse tipo de aliança. A maior parte dos oficiais da extinta FEB passou a integrar a Escola Superior de Guerra (ESG) criada em 1949. Já em 1945, o jornalista Joel Silveira constatou os cinco pontos básicos da doutrina desses militares, a qual pautaria suas atitudes até o golpe em 1964: a) faliram as elites civis do Brasil; b) tem havido um completo descaso pelos problemas fundamentais do país; c) os quadros dirigentes têm sido mal escolhidos e quase sempre se põe à testa de uma tarefa relevante a pessoa menos indicada para isso; d) tem prevalecido, no trato da coisa pública, o interesse pessoal, sempre colocado acima do interesse nacional; e) a corrupção se alastra (SILVEIRA, 1989: 202).⁵⁷

No cenário interno houve também a demonstração de veto player explícita de Assis Chateaubriand, quando por ocasião da divulgação dos ministros escolhidos pelo novo Presidente. Para ministro da Educação, Dutra havia escolhido Dario de Almeida Magalhães, o qual já tinha aceitado a indicação. Magalhães, antigo diretor dos Diários Associados, havia rompido com o proprietário das empresas e se tornado um desafeto público de Chateaubriand, que então avisou o Presidente: “Considero uma afronta, seu

⁵⁴ O episódio ficou conhecido como Intentona Comunista, durante o levante completamente desorganizado e infiltrado por agentes de segurança do Estado e também estrangeiros. Difundiu-se a lenda de que vários militares teriam sido mortos pelos comunistas enquanto dormiam. Fernando Morais credita a Assis Chateaubriand a popularização do termo pejorativo de “intentona” para designar a tentativa de revolução comunista (MORAIS, 1994).

⁵⁵ O PSD votou massivamente a favor da cassação, seguido pelos pequenos partidos conservadores. A UDN dividiu-se, e a maioria dos deputados do PTB se posicionou contra a cassação. Truman chegaria ao Brasil, em visita, em setembro do mesmo ano.

⁵⁶ O acordo militar Brasil-Estados Unidos foi firmado em 15 de março de 1952. Colocava o Brasil sob uma perspectiva das leis americanas, a Lei de Assistência e Defesa Mútua (*Mutual Defense and Assistance Act*) de 1949, e a Lei de Segurança Mútua (*Mutual Security Act*). Conhecida como Lei de segurança nacional de 1953 é, na verdade, a Lei 1.802, de cinco de janeiro de 1953.

⁵⁷ Cabe lembrar que a vida republicana no Brasil continuava marcada por uma forte participação dos militares no cenário político: a própria República foi proclamada pelos militares em 1889; os dois primeiros presidentes foram militares, na chamada República da Espada; as principais disputas políticas da década de 1920 foram marcadas pelo tenentismo; a Revolução de 1930 teve amplo apoio de setores importantes das Forças Armadas; o Estado Novo em 1937 foi proclamado com apoio militar; Getúlio Vargas foi deposto em 1945 ao perder o apoio dos militares.

Dutra. Uma bofetada na cara dos Associados. Se ele tomar posse, 28 jornais, 13 rádios, 3 revistas e uma agência de notícias passarão para oposição.” (CHAGAS, 2000: 534). O convite a Dario de Almeida Magalhães foi retirado. Assim, Chateaubriand exercia poder e vetava nomes para o governo.

No decorrer do governo Dutra, as divisas penosamente acumuladas durante a guerra mediante uma balança comercial favorável, foram logo consumidas em bens supérfluos e provenientes dos EUA. Segundo Paulo Fagundes Vizentini, “foi um dos governos de maior servilismo aos interesses estrangeiros, particularmente norte-americanos na história do país. Sua visão de mundo assumia integralmente as noções de Guerra Fria e liberalização da economia” (VIZENTINI, 2008: 16). A proximidade entre Brasil e Estados Unidos tinha marcos nos altos escalões militares brasileiros, reflexo da participação do Brasil na campanha da Itália.

1.3.1 Vernon Walters

Um homem chave na aproximação entre militares brasileiros e estadunidenses foi Vernon Walters. Ele começou sua carreira militar como oficial de informações. Especialista em idiomas, esteve entre os oficiais que apresentaram os campos de treinamento dos EUA para oficiais brasileiros e, logo depois, a frente de combate no Mediterrâneo, ainda em 1943. Posteriormente, em 1944, foi oficial de ligação entre o comando do general Mark Wayne Clark e os oficiais da Força Expedicionária Brasileira (FEB), enviada por Vargas para a Itália naquele ano.

Como oficial de ligação, cultivou amizades com diversas autoridades, como o ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra e, principalmente, com o coronel Humberto de Alencar Castello Branco, além de outros militares que viriam a formar o núcleo da Escola Superior de Guerra, oficialmente criada em 1949, mas em funcionamento desde 1948 nos moldes do *War College* de Washington. A ESG contou com a ajuda de uma missão militar estadunidense ao longo de 12 anos.

No período que antecede a criação da ESG, entre 1946 e 1947, houve uma intensa colaboração dos oficiais norte-americanos que serviam no Brasil com o projeto embrionário para a organização e a implementação da ESG. As operações começaram ainda em 1948, oficializadas no ano seguinte. Já se propagava a ideia comum entre os oficiais estadunidenses e brasileiros de uma colaboração americano-brasileira contra o comunismo (DREIFFUS, 1981: 79). Além disso, trazia-se também um enfoque para o

desenvolvimento associado, permeado por valores empresariais. Nesta visão, o setor industrial seria conduzido por multinacionais e o Estado seria gerenciado por técnicos, e não políticos (DREIFFUS, 1981: 79).

Em 14 de julho de 1945, Walters veio para o Brasil com o general Mark W. Clark para o desfile da vitória da FEB no Rio de Janeiro. Notificado de que passaria a ocupar o posto de adjunto do adido do Exército junto à Embaixada norte-americana no Brasil, passou um mês nos EUA, de licença, providenciando sua mudança para o país. Em agosto de 1945, voltou aos EUA em avião da Força Aérea Brasileira, acompanhado de um grupo de oficiais brasileiros que realizaria treinamento no Forte Benning. Sua proximidade com os brasileiros era tanta que ele se esforçou para fazer o curso de paraquedista com vários oficiais brasileiros, mas acabou impedido por seus superiores (WALTERS, 1980:138).

Como adjunto do adido militar no Brasil, Walters continuou a cultivar boas relações com os militares brasileiros. Além disso, sendo fluente em língua portuguesa, participou de muitos encontros políticos. Em 1946, foi através de uma gentileza de Roberto Marinho que Vernon Walters pode se aproximar mais de Eisenhower⁵⁸. De fato ele conheceu o general Eisenhower em 1943, em Argel, quando viajava com um grupo de oficiais brasileiros para reconhecimento e apresentação do front do Mediterrâneo, ocasião em que serviu de intérprete (WALTERS, 2000: 41). Porém, foi apenas em 1946 que eles ficaram íntimos: “O General Eisenhower veio em 1946, com sua esposa, quando os conheci com maior intimidade, hospedei-me na mesma casa que foi cedida ao casal pelo Dr. Roberto Marinho, proprietário do maior vespertino carioca” (WALTERS, 1980: 138).

Em seu segundo livro, *Os Poderosos e os Humildes*, Walters tem uma lembrança diferente. Comete um exagero, inclusive, ao colocar Roberto Marinho como um dos homens mais ricos do Rio de Janeiro e dono do principal jornal da cidade: “A caminho da casa de Roberto Marinho – proprietário do principal jornal do Rio de Janeiro e um dos homens mais ricos do país – onde Eisenhower e eu ficamos hospedados.” (WALTERS, 2000: 45). Na verdade, na época a fortuna de seu proprietário não era tão expressiva assim; só se consumaria muito anos depois,

⁵⁸ Roberto Marinho cultivava boas relações com autoridades estrangeiras. Foi por intermédio de uma dessas “amizades” que ele pode comprar a sua primeira rádio, do governo Chileno, em 1944 (BIAL, 2005:157).

quando esse já estava profundamente envolvido com a televisão. Ademais, O Globo só se tornou o maior Jornal do Rio de Janeiro na metade dos anos de 1960.

A visita de Eisenhower teve cobertura dos diversos noticiários de cinema estadunidenses, como o *Universal Newsreel*, que mostrou a recepção do general na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) com o título “O Rio homenageia Eisenhower (*Rio Honors Eisenhower*)”⁵⁹. No filme, de apenas 42 segundos, pode se ver Vernon Walters logo atrás do famoso general, que na ocasião foi condecorado com a *Grã Cruz* do Mérito Militar do Brasil, sendo saudado por uma formação de cadetes brasileiros compondo uma bandeira dos Estados Unidos.⁶⁰ Eisenhower voltaria ao país em 1960, então como presidente dos EUA.

No âmbito interno, a visita de Eisenhower também repercutiu bastante. Segundo Walters, os brasileiros o viam “como o libertador da Europa que, indiretamente, ajudara-os a retornar a democracia após quinze anos da ditadura de Vargas”. (WALTERS, 2000: 45). A conduta do presidente da UDN, Otávio Mangabeira, inseriu-se justamente dentro dessa ótica. Mangabeira, no entanto, foi longe demais ao saudar Eisenhower: "Em nome do país (...) inclino-me respeitoso diante do General Comandante-Chefe dos Exércitos que esmagaram a tirania, beijando, em silêncio, a mão que conduziu à vitória, as forças da liberdade". Na época o Congresso Constituinte estava reunido e dedicou um dia dos trabalhos para discutir o beijo, considerado pelos setores nacionalistas um ultraje para o Brasil (FELHBERG: online).

Mangabeira demonstrava desde antes seu posicionamento ideológico. Segundo Carlos Lacerda, o líder da UDN alegava só ler duas coisas na vida: a Bíblia e a *Reader's Digest* (LACERDA, 1977:72). As *Seleções do Reader's Digest* é uma revista lançada no Brasil por Nelson Rockefeller, sendo produzida no contexto da Segunda Guerra Mundial para fazer propaganda dos Estados Unidos para a América Latina.⁶¹ A proximidade de Nelson Rockefeller com o Brasil e com a América

⁵⁹ "Rio De Janeiro: Climaxing a triumphal visit to Brazil, General Eisenhower visits Brazil's military academy and reviews its crack corps of cadets." (partial newsreel) SOURCE: 200 Universal 19-529 National Archives, College Park MD.

⁶⁰ *Rio Honors Eisenhower*. Vídeo disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=xn9-7N9IJo4>>. Acesso em 08/10/2010.

⁶¹ Além da revista *Seleções do Reader's Digest*, foi também lançada a versão em português da revista: *Em Guarda*, que fazia propaganda do esforço militar dos EUA para os países da América hispânica e para o Brasil (*En Guardia*).

Latina não foi gerada ocasionalmente pela guerra. Existiam muitos interesses das empresas de Rockefeller na região, principalmente da Standard Oil.

Com o final da Segunda Guerra, a revista assumiu o tom da Guerra Fria: tornou-se explicitamente anticomunista. Embora a participação de estrangeiros na mídia no Brasil fosse vedada pela Constituição de 1946, a Revista Seleções do Reader's Digest, feita sob encomenda e supervisão ideológica do governo dos Estados Unidos, continuava circulando normalmente no país (KLÖCKNER, 2008: 67).⁶²

Sobre Mangabeira, Sérgio Soares Braga explica que no dia da posse de Getúlio Vargas como senador pelo Rio Grande do Sul, Mangabeira apresentou uma moção saudando as Forças Armadas pelo papel cumprido na derrubada de Vargas em 1945, aliando-se aos militares anti-getulistas e pró Estados Unidos (BRAGA, 1998: 209).

Vernon Walters partiu, depois de três anos no Brasil, para uma nova missão junto à implantação do plano Marshall⁶³ na Europa. Em sua despedida, teve guarda de honra e a banda executando a canção *Deus Salve a América*. O gesto estava completamente fora dos protocolos para um major, mas foi explicado pela sua proximidade em relação aos militares brasileiros (WALTERS, 1980: 160). Ele voltou em 1960, para uma visita rápida na inauguração de Brasília, e novamente dois anos depois. Porém, em 1962 ele tinha assuntos bem mais sérios e demorados para tratar.

1.4 A Constituinte e a Constituição de 1946

Em meados de 1945, Getúlio Vargas tentou deter a avalanche em que havia se convertido os Diários e Emissoras Associados, receando o demasiado poder pela concentração de meios de comunicação. A proposta do Decreto-lei nº.7666, através do ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, era conter e limitar a ação dos trustes nacionais e internacionais, à semelhança do estadunidense *Sherman Act*, no final do século XIX. Ficou conhecida como Lei Malaia, pois estava diretamente relacionada ao

⁶² O papel político cumprido pela revista no cenário nacional nos dez anos que antecedem o golpe de 1964 foi analisado na tese de doutoramento de Silvio Luiz Gonçalves Pereira: Seleções do Reader's Digest, 1954-1964. Um mapa de intolerância política. (PEREIRA, 2006).

⁶³ **Plano Marshall** – aprofundamento da doutrina Truman, foi preconizado como um instrumento para recuperação econômica da Europa no pós-guerra recebeu o nome do secretário de Estado George Marshall. Teoricamente o plano estava aberto também, aos russos. Mas, na verdade, apenas queria conquistar as democracias orientais e tirá-las da esfera soviética. No início os recursos foram utilizados para comprar alimentos, fertilizantes e rações. Logo depois, foram adquirindo matérias-primas, produtos semi-industrializados, combustíveis, veículos e máquinas. Aproximadamente, 70% desses bens eram de procedência norte-americana.

apelido pejorativo (de malaio) atribuído ao ministro pelos seus adversários, dentre os quais Assis Chateaubriand, devido a sua aparência asiática.

Segundo Carlos Chagas, esta era uma lei eleitoral implementada no país em um momento de ebulição política, com perspectiva de retomada democrática. Tratou-se de uma tentativa de manter o continuísmo getulista (CHAGAS, 2000: 494). Porém, a lei pode ser vista como uma opção de Vargas por neutralizar parte da enorme força e projeção política que Chateaubriand exercia, bem como a própria influência de grupos internacionais. Contudo, foi taxada como mais uma medida autoritária do governo, criticada por todos os veículos de imprensa que esperavam montar seus próprios conglomerados.

Ao contrário de ser apenas mais um arremedo autoritário do então quase extinto Estado Novo, a normativa parece uma medida cautelar próxima da regulação que existia nos Estados Unidos. A lei proibia que empresas jornalísticas de um mesmo dono pudessem ser acionistas de outras do mesmo ramo, ou que se fundissem entre si, ou se organizassem em associação ou argumento sob um só controle. Enfim, tratava-se de proteção para o Estado e para a democracia frente aos impérios midiáticos e interesses privados e externos, não raro combinados entre si, pois abrangiam também outros monopólios. Conforme Otávio Ianni:

Em especial tratava-se de preservar a ‘economia nacional’ e o ‘interesse público’ dos atos que pudessem prejudicar seu funcionamento e expansão. Nesse sentido, a lei definia como nocivos ao interesse público os atos que envolvessem ‘indústrias bélicas, indústria básicas, empresas editoras, jornalísticas, de rádio e televisão ou divulgação e publicidade’, e aqueles que resultassem da ação de empresas nacionais ou estrangeiras, notoriamente veiculadas a coalizão, trustes ou cartéis, ajustados no estrangeiro (IANNI, 1977, 61).

Os interesses de trustes na época eram sinônimos de companhias de mineração e principalmente da Standard Oil. O teor do nacionalismo já preocupado com a Teledifusão (TV) pode ser observado em dois artigos na lei:

Artigo 5º.– Os atos referidos no Artigo 1º. Serão considerados nocivos ao interesse público quando: a) envolverem indústrias bélicas, indústrias básicas, **empresas editoras, jornalísticas, de rádio e teledifusão ou de divulgação e publicidade**; b) deles participarem empresas estrangeiras; c) resultarem da ação de empresas nacionais ou estrangeiras, notoriamente vinculadas a coalizões, trustes ou cartéis, ajustados no estrangeiro.

Artigo 8º – não se poderão fundir, incorporar ou transformar, agrupar de qualquer modo, ou dissolver sem prévia autorização da Comissão Administrativa de Defesa Econômica: a) estabelecimentos bancários; b) empresas que tenham por objeto a produção ou distribuição de gêneros alimentícios; c) as empresas que operem seguros e capitalização; d) as

empresas de transporte ferroviário, rodoviário e as de navegação marítima, aérea e fluvial; e) **as empresas editoras, jornalísticas, de rádio e teledifusão, de divulgação e publicidade**; f) as indústrias químicas de especialidade farmacêutica; g) as empresas de mineração; h) as empresas de eletricidade, por telefone, transportes urbanos e, em geral, concessionárias de serviços de utilidade pública (grifos meus) (VICTOR, 1993: 164).

A reação do proprietário dos Associados foi apontar Getúlio Vargas como autor da lei: “Não pensem que a lei malaia é uma lei de Magalhães. É uma lei de Getúlio, Agamenon é apenas seu instrumento. Creio que nunca se fez no Brasil uma legislação com tal ferocidade, com o objetivo exclusivo de exterminar uma organização que somos nós, os Diários Associados” (MORAIS, 1994:586).

Segundo Mário Victor, o decreto era também uma abertura da luta contra empresas jornalísticas favoráveis à entrada dos capitais estrangeiros na indústria do petróleo, entre elas a cadeia de jornais e emissoras de associados de Assis Chateaubriand (VICTOR, 1993: 164). Com a normativa, Vargas garantiu a oposição da mídia e de quase todos os interesses estrangeiros no Brasil. O combate contra ele só cessaria com sua derrubada, em 29 de outubro de 1945.

Seu substituto, José Linhares (presidente do Supremo Tribunal Federal), assinou, logo em nove de novembro, o Decreto Nº. 8167, nos seguintes termos: “O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 180, da Constituição decreta: Artigo 1º. – Fica revogado o Decreto-Lei nº. 7666 de 22 de junho de 1945”.

O primeiro passo na construção de uma relação de dicotomia entre os “nacionalistas” e os “entreguistas” fora dado. Era a disputa entre as duas posturas que caracterizaria o cenário político nacional durante muitos anos, com maior destaque entre o período de 1951 a 1964. Conforme Paulo Fagundes Vizentini:

Os 14 anos compreendidos entre o retorno de Getúlio Vargas ao poder em 1951, por voto popular, e o golpe militar de 1964, que encerra o ciclo populista, representaram um período de luta entre dois projetos, caracterizando uma fase de avanços e recuos entre os “nacionalistas” e os “entreguistas”. O primeiro Inspirado na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, da Organização das Nações Unidas) e catalisado pelo ISEB (instituto Superior de Estudos Brasileiros), buscava certa margem de autonomia diante dos Estados Unidos para impulsionar o projeto de desenvolvimento industrial, calcado em certa perspectiva de reforma social. O segundo, apoiando-se nas fronteiras ideológicas caracterizadas pela Escola Superior de Guerra (ESG) e no liberalismo econômico, destacava as vantagens comparativas da agricultura e a agenda de segurança defendida pelos Estados Unidos na Guerra Fria. Os inimigos dos nacionalistas foram por eles caricaturados como “entreguistas” (porque queriam entregar o país aos yankees). Nesse contexto, a tentativa de autonomizar a ação internacional do Brasil acabou sendo percebida por Washington como algo inaceitável, especialmente após a Revolução Cubana de 1959. (VIZENTINI, 2008:13)

Se o termo “entreguista” já era revestido de um cunho pejorativo que apresentava seus integrantes como movidos pelos interesses dos EUA, os “nacionalistas” foram caracterizados pelos seus adversários como representantes da ignorância e do atraso, ou ainda da União Soviética, sendo, portanto, comunistas. Os meios de comunicação mantiveram, em sua maioria, uma postura contrária aos nacionalistas, com destaque para O Globo e todos os Diários e Emissoras Associados.

O Congresso Nacional, depois de fechado por oito anos, voltou a funcionar em 31 de janeiro de 1946, quando foram empossados os deputados e senadores eleitos em dezembro de 1945, assim como o novo presidente Eurico Gaspar Dutra. O Congresso foi transformado em Assembleia Constituinte, instalada no Palácio Tiradentes em dois de fevereiro. Apesar de contar pela primeira vez com congressistas comunistas e trabalhistas, predominaram representantes das elites agrárias e urbanas através do PSD e da UDN⁶⁴. A Constituinte estava, assim, mais de acordo com os interesses dos latifundiários e dos empresários urbanos do que com os das classes trabalhadoras. Entretanto, a minoria garantiu espaços e representação atuante.

Desde o princípio, os encaminhamentos na Constituinte tinham a explícita intenção de contrapor-se ao Estado Novo, no intuito de realizar uma volta aos princípios da Carta de 1934. Em termos gerais, gestou-se uma Constituição liberal, assegurando aos cidadãos a liberdade de opinião, organização, propriedade, assim como maior autonomia aos estados e municípios em relação a centralismo do regime derrubado. Por certo que se faziam necessárias mudanças profundas quanto ao caráter autoritário, a falta de liberdade e a volta do funcionamento das instituições democráticas. Entretanto, foi mantida, segundo Aliomar Baleeiro, uma supervalorização do Presidente, que terminaria por gerar um clima tenso ao longo de sua vigência⁶⁵: “Os presidentes se apoiavam nas Forças Armadas, que lhes davam força absoluta ou sumariamente os

⁶⁴ Estava dividido em: PSD (159 deputados e 26 senadores); UDN (77 deputados e 10 senadores); PTB (22 deputados e 1 senador), PCB (15 deputados e 1 senador); PR (12 deputados); PSB (8 deputados) demais partidos (12 deputados); PDC/ED/PL (05 deputados). Havia um total de 338 constituintes. Dados retirados de (BRAGA, 1998).

⁶⁵ Entre 18/09/1946 e 1961, sofreu apenas três Emendas. Em setembro de 1961, recebeu a Emenda nº 4, que implantou o sistema parlamentarista de governo. No início de 1963, o parlamentarismo foi revogado por grande votação em um plebiscito, que gerou a Emenda Nº 6 revogando a Emenda nº 4 e restabelecendo o presidencialismo pleno. A Emenda Nº 5 de 1961 aumentava o repasse de imposto renda e de consumo para os municípios, respectivamente para 15 e 10%. Embora importante, seguia a linha das três primeiras emendas sem apresentar mudanças fundamentais como a quarta e sexta emendas. Em 1964, sofreu alteração profunda com a edição do Ato Institucional (posteriormente Ato Institucional Nº 1). Embora mantida, a Constituição foi descaracterizada e violada até a publicação da Constituição de 1967.

depunham. Pouco a pouco, como nas repúblicas hispano-americanas, o militarismo passou a condicionar o presidencialismo (...)” (BALEEIRO, 1987:6).

Porém, a Constituição visou a apagar também os traços nacionalistas e de participação do Estado da legislação anterior, adequando nossa Lei Maior a uma aliança em termos do liberalismo econômico apregoado pelas potências ocidentais, desde antes do final da Segunda Guerra, com a Carta do Atlântico (14/08/1941), a Conferência de Breton Woods (07/1944) e a Conferência de Chapultepec (fevereiro e março de 1945)⁶⁶.

As empresas de petróleo estadunidenses enviaram para o Brasil Paul Howard Schoppel. Foi recomendado como conselheiro para acompanhar a elaboração de nossa legislação referente ao subsolo e a participação de capital estrangeiro. Ligado diretamente a Standard Oil, *Mister Schoppel* foi considerado por setores da imprensa como *o constituinte ad hoc* (COUTINHO e SILVEIRA, 1957: 401).⁶⁷ Suas contribuições técnicas lhe garantiram a condecoração, pelo Presidente Dutra, com a Ordem do Cruzeiro do Sul.⁶⁸

O artigo 153 da Constituição foi um marco na busca pelo estreitamento de laços com os EUA. O que poucos lembram é como se deu a redação do referido artigo. Segundo Drault Ernanny, o monopólio estatal do petróleo já havia sido aprovado pelos constituintes na Carta de 1946. Somente no serviço de datilografia do Congresso é que se inseriu a ressalva acerca de companhias organizadas no Brasil: era o artigo 153. Tratava-se, como destacou Ernanny, de um fato sem precedentes:

Jamais se praticará no âmbito do Congresso nacional indignidade maior. Um golpe de gângsteres. Um acréscimo realizado no setor de datilografia da Câmara, ao arripio da lei. E eram tão hábeis e envolventes as companhias estrangeiras que, além de já “nacionalizadas” para se enquadrarem no novo

⁶⁶ Entre outras disposições da **Carta do Atlântico**, estava a garantia do acesso em igualdade de condições ao comércio e às matérias-primas do mundo; foi incluída entre os princípios comuns que deveriam nortear os povos do Ocidente no pós-guerra. **Breton Woods** regulava a ordem financeira e preconizava o fim das políticas protecionistas. A **Ata de Chapultepec** (*Inter-American Reciprocal Assistance and Solidarity*), assinada em seis de março de 1945, implicava a “mutualização” da Doutrina Monroe e, ao mesmo tempo, a redução das barreiras alfandegárias; eliminação do nacionalismo econômico em todas as suas formas; tratamento justo e equitativo das empresas e do capital estrangeiro; e investimentos em empresas privadas, desencorajando as estatais.

⁶⁷ Anos mais tarde, em 30/06/1949, o Correio da Manhã escreveu sobre Schoppel: “E foi como agente das companhias que Schoppel aqui desembarcou em princípios de 1946 (...) Ele revelou, em confidências, que seu objetivo no Rio era modificar a nossa legislação de 38 sobre o petróleo, com um artigo do texto constitucional. Verdade? Mistificação? O dispositivo constitucional como ele desejava e anunciava, existe, seja ou não pela sua insuficiência. É o parágrafo do Artigo 153”.

⁶⁸ Em 1948, o deputado Diógenes de Arruda (PSP) pedia esclarecimento sobre qual era o motivo que levou o Presidente a condecorar Schoppel com uma comenda destinada a pessoas por ter prestado serviços inestimáveis, as tornando dignos da confiança da Nação (VICTOR, 1993: 190).

preceito constitucional fabricado por elas mesmas, também punham entre seus acionistas, escolhidos a dedo, alguns notórios políticos brasileiros, homens de ilibada reputação, para dar respaldo aos seus atos. Três deles até chegaram a ser ministros de governos posteriores, como Moravam Figueiredo, nome acima de qualquer suspeita, mas indiscutivelmente envolvido pela Esso.

A publicação do artigo 153 alterado por datilógrafos venais da Câmara foi um verdadeiro escândalo. Houve então uma reunião secreta dos líderes das bancadas quando o assunto veio à baila. A maioria optou por abafar a notícia. Só uma voz, corajosa, levantou-se em favor de uma denúncia com repercussões na imprensa: a de Arthur Bernardes, que, infelizmente, teve seu voto vencido. Ninguém queria passar recibo de tão inescrupulosa manobra. Ficaria muito feio para o Congresso admitir que houvera um ‘enxerto’ fraudulento na Constituição de 1946. Realizou-se uma composição apaziguadora, porém o mal estava feito. O remédio foi uma saída através de acordo. Os deputados se obrigavam a não permitir a regulamentação do artigo 153 por leis adjetivas (ERNANNY, 1988:72-73).

As circunstâncias vivamente descritas acima, através das quais veio a lume na Carta de 1946 o artigo 153, permaneceram desconhecidas do público até a edição do livro de Drault Ernanny, e ainda hoje são pouco divulgadas. Contudo, na época, o artigo 153 veio a ser raiz do principal tema debatido em todo Brasil entre 1946 e 1954:⁶⁹

Artigo 153 - Sobre o aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica depende de autorização ou concessão federal na forma da lei;

1º. As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no país, assegurada ao proprietário do solo a preferência para exploração. Os direitos de preferência do proprietário do solo, quanto às minas e jazidas, serão regulados de acordo com a natureza delas.

Segundo Gerson Moura, foi inegável a satisfação das empresas estrangeiras com o artigo 153, uma vez que ele abria as portas para o capital estrangeiro.⁷⁰ Porém, o autor minimiza a força do lobby norte-americano. Trata-se de um problema mais amplo: o peso dos “entreguistas”. A aproximação de nossas classes dirigentes e dos grupos externos se dava pelo alto, ou seja, por interesses e valores compartilhados para o bem da nação. A visão sobre a necessidade de uma associação ampla e irrestrita com os EUA predominava na Assembleia Constituinte (MOURA, 1986: 48-49)⁷¹. Por motivos inversos, os membros da bancada comunista votaram pela participação do

⁶⁹ A bancada nacionalista manteve o Estatuto do Petróleo no Congresso entre 1947 e 1949. A partir de 1948, depois de intensa campanha nacionalista realizada pelo Clube Militar do Rio de Janeiro, a questão ganhou as ruas com mobilização da sociedade. O debate intenso foi mantido até a criação da Petrobrás.

⁷⁰ O termo “sociedades organizadas no país” deu margem à participação dos chamados Trustes. Passado um mês da promulgação da Constituição, a Standard Oil registrava a Companhia Nacional Gás Esso. Com 75% de capital da própria Standard e 25% de ações normativas.

⁷¹ A ideia de uma defesa hemisférica e uma concepção de aliado preferencial, ou especial, dos EUA. O Brasil forneceria matérias-primas estratégicas, inclusive o petróleo, para uma defesa continental.

capital estrangeiro: imaginavam que a participação aproximaria o Brasil da URSS, que já oferecia gasolina e outros produtos ao Brasil mais baratos do que os EUA (COUTINHO e SILVEIRA, 1957: 448).

A Constituição foi concluída, mas permaneceram em disputa vários dos temas nela discutidos. O projeto de industrialização seria um fator preponderante na disputa dos anos seguintes, predominantemente sob o enfoque calcado na exploração do subsolo e, especificamente, no petróleo e na posse das refinarias. Levaria a uma intensa mobilização da sociedade brasileira e a uma luta entre a Presidência e a mídia quando da volta de Vargas.

O único constituinte a não assinar a nova Constituição, quando de sua promulgação em 18 de setembro de 1946, foi Getúlio Vargas, que durante a campanha do petróleo manifestou simpatias pelo bloco nacionalista. Em 1948, em entrevista a Revista do Globo, manifestou uma posição completamente estatista, temendo a ingerência estrangeira disfarçada através de testas-de-ferro sob o disfarce de particulares nacionais. Posteriormente, já em campanha, admitiu a participação de capitais privados:

Não faltam exemplos das perigosas situações criadas aos países que confiaram a exploração de suas reservas petrolíferas a grupos estrangeiros. Já o disse e repito: quem entrega o seu petróleo, aliena a sua própria independência.

Fonte incomparável de energia, da qual tanto depende o progresso, a consolidação da riqueza nacional e a sua segurança, o petróleo não pode escapar ao controle econômico do Estado, para que não se comprometa a nossa soberania política.

Falemos claro: o que é imprescindível à defesa nacional, o que constitui alicerce da nossa soberania, não se pode entregar aos interesses estranhos. Deve ser explorado por brasileiros, com organizações predominantemente brasileiras e, se possível, com alta participação do Estado, evitando-se, deste modo, a penetração sub-reptícia de monopólios ameaçadores. (VICTOR, 1993: 287).⁷²

O realismo político de Vargas era notório. Buscava apresentar um caráter menos estatista do que em seu governo pregresso. Assim, ele tranquilizava parte da iniciativa privada, mas mantinha um tom nacional em sua abordagem. Em sua campanha eleitoral, Getúlio Vargas sempre pregou a participação do Estado em conjunto com capitais privados nacionais na indústria do petróleo.

⁷² 30 de agosto de 1950, discurso de Getúlio Vargas em Salvador na Bahia. Apud: (VICTOR, 1993:287).

1.5 As mudanças na imprensa brasileira entre 1940-1950

A primeira grande agência de publicidade a ser implantada no Brasil foi a N. W. Ayer, em 1928. Veio para atender alguns clientes estrangeiros como Ford, Gessy, General Electric e, entre outros, o Departamento Nacional de Café. Em 1929, foi a vez da J. Walter Thompson, que já contava com muitas ramificações mundiais, inclusive com um acordo com a General Motors para representá-la em cada país. A *Standard Propaganda* chegou em 1933 (ÁVILA, 1982:21-22).

Essas empresas iniciaram o desenvolvimento de pesquisas de mercados e das atitudes de compra dos brasileiros, com destaque para a J. Walter Thompson. Ademais, investiram na montagem de estúdios modernos para a propaganda de rádio; logo, a maior parte das verbas publicitárias foi transferida para as emissoras de rádio.

Durante o segundo conflito mundial, segundo Gerard Colby, os jornais do Rio de Janeiro foram financiados pela publicidade de empresas americanas que tinham negócios no Brasil. A agência de publicidade J. Walter Thompson foi a responsável pela administração e fluxo dessas verbas. Ela trabalhou em cooperação com o CIAA de Nelson Rockefeller, para o qual também colocara anúncios de transmissões de rádio do CIAA (COLBY, 1995: 218).

Ao longo da guerra, outra forma de a Presidência controlar os jornais brasileiros ou pressioná-los foi a limitação do fornecimento de papel racionado e disponibilizado pelo CIAA.⁷³ Somente na primeira semana do conflito, o preço do papel subiu 40%. A dependência de celulose era total. Durante o segundo conflito mundial, houve racionamento, e os preços do papel subiram vertiginosamente. As edições dos jornais brasileiros ficaram menores em seu formato e no número de páginas. Na tentativa de resolver o problema, Vargas buscou empresários brasileiros dispostos a investir na construção de uma fábrica. Propôs essa ideia a Assis Chateaubriand, que lhe respondeu que seu negócio era imprimir papel e não fabricar papel (MORAIS, 1994:428-429).

A contrariedade em relação à industrialização era manifestada até mesmo em relação às necessidades básicas para seus empreendimentos. Apesar de um defensor convicto do liberalismo e da iniciativa privada, Chateaubriand e seus jornais dependiam

⁷³ Os esforços norte-americanos na América Latina concentravam-se em 1200 donos de jornais que dependiam de carregamentos de escasso papel de imprensa subsidiado pelo CIAA e transportado por navios americanos.

do Estado, pois durante muitos anos o papel imprensa permanecera enquanto importação subvencionada pelo governo.

Nos anos que se seguiram ao pós-guerra, houve um aumento de intensidade na influência externa sobre a imprensa, que já fora bastante forte entre 1940 e 1945. A dependência direta dos jornais brasileiros em relação às agências de publicidade de origem norte-americana, que destinavam as verbas, gerava uma receptividade positiva para os novos anunciantes, sempre bem vindos, de forma que o liberalismo passou a ser uma das bandeiras da mídia. Em dados globais, indústria e comércio haviam gasto, em 1947, através das agências de publicidade, cerca de 750 milhões de cruzeiros – soma que só cresceu nos anos seguintes⁷⁴.

Além disso, a mídia impressa brasileira era alvo de intensa vigilância. A constante troca de correspondência entre diplomatas e o Departamento de Estado dos Estados Unidos, assim como, a partir da segunda metade de 1947, a *Central Inteligency Agency* (CIA)⁷⁵ se encarregava de monitorar os órgãos de imprensa no Brasil e seus proprietários, repórteres, ou cronistas. Segundo documento encontrado por Jacques Wainberg:

A Imprensa era monitorada diariamente, e seus personagens investigados. Chateau era visto como um ser complexo, maleável, embora anticomunista, e pelo menos temporariamente favorável aos Estados Unidos. Documento de 1947 afirmava que os donos dos veículos, à exceção de Samuel Wainer, então no O Jornal, que merecia cuidadosa vigilância. Seus colegas Evaldo Simas Pereira, Álvaro Werneck e José Guilherme Mendes tinham sido muito cooperativos ao apresentarem uma imagem correta da vida nos Estados Unidos e suas políticas. Era o caso, também de Nahum Sirotsky, “L’enfant terrible”, de O Globo, “Que às vezes é embaraçoso na sua amizade com os Estados Unidos” (WAINBERG, 1997: 196).⁷⁶

⁷⁴ De 1947 a 1953, o valor saltou para 3,500 milhões. Entre os dez maiores anunciantes havia apenas três brasileiros: Companhia Antártica Paulista, 70 milhões; Esso Standard do Brasil, 28 milhões; Cia. Industrial Gessy Lever, 27 milhões; The Sidney Ross Co., 25 milhões; Irmãos Lever, 20 milhões; Cia Cervejaria Brahma, 14 milhões; The Johnson e Johnson Co., 12 milhões; Atlântida Refining Co. 13 milhões; The Gillette Safety Razor Co., 12 milhões; The Colgate Palmolive Pest Co., 12 milhões; Eno Scott Howne e Co., 12 milhões; Cia, de Cigarros Souza Cruz, 12 milhões e Coompanhia Nestlé, 10 milhões. (SODRÉ, 1966: 465-466).

⁷⁵ **Central Inteligency Agency** – Criada pela lei de Segurança Nacional, de 26 de julho de 1947, a agência tinha originalmente o objetivo de coordenar informações militares e diplomáticas. Todavia, também estava autorizada a prestar serviços de interesse comum e outras funções e deveres similares que o Conselho de Segurança Nacional pudesse determinar. Estas funções acabaram desviando a CIA para espionagem, ação secreta, operações paramilitares e a obtenção de informações técnicas. Cf. (SAUNDERS, 2008: 47).

⁷⁶ *Dispatch* n.º. 2750, 25 de agosto de 1947, apud (WAINBERG, 1997).

O trecho sugere que não existia uma confiança plena em Chateaubriand, que é indicado como “pelo menos temporariamente favorável aos Estados Unidos”. Não obstante, o quadro geral da mídia impressa só apontava um problema sério: Samuel Wainer. O fruto dessa vigilância pode ser observado nas providências tomadas contra o jornalista. Ainda em 1947, trabalhando para Chateaubriand, ele descobriu que “fora enquadrado numa legislação que dificulta a entrada no país de pessoas consideradas inimigas dos Estados Unidos” (WAINER, 1987: 79). Ao tentar viajar para os Estados Unidos a fim de realizar uma cobertura jornalística não recebeu o visto de entrada no país.⁷⁷ Para que as restrições quanto a sua entrada nos EUA fossem retiradas, ele deveria escrever um série de artigos favoráveis aos americanos e contrários à União Soviética (WAINER, 1987: 77-79), cristalizando o clima político de Guerra Fria que pairava sobre a imprensa brasileira.

Entretanto, chama atenção também o papel do jornalista Nahum Sirotsky,⁷⁸ de O Globo, que chegava até mesmo a deixar os agentes americanos constrangidos nas suas reportagens pró-EUA. Além de promover um aspecto moralista, que o jornal de Roberto Marinho já empregava, era notória sua defesa, com unhas dentes, do modo de vida estadunidense e do liberalismo.

A classificação de Assis Chateaubriand, feita pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, apontava-o como “Proprietário de vários jornais no Brasil, homem esperto e sem nenhum escrúpulo” (HERZ, 1977: 139). Quanto ao sentido de escrúpulos, pode-se compreender a descrição não só no sentido de moralidade: aponta-se que Chateaubriand não apresentava uma ideologia confiável. Portanto, a hipótese de ele realizar uma aliança nacionalista não era vista como absurda, e, afinal de contas, seria uma iniciativa dele que traria o nacionalismo varguista de volta à cena – evidente que não isenta de interesses pontuais.

Às vésperas da entrada prematura da televisão no Brasil, nossa mídia era amplamente monitorada e, em sua esmagadora maioria, pró Estados Unidos. Alguns

⁷⁷ Samuel Wainer exilou-se do Brasil em 1944, foi para o Chile, e depois para os EUA, onde entrou em contato com Nelson Rockefeller e com o jornalista Dick Iperroiser, da revista Life, que recebia dinheiro de Rockefeller para distraí-lo em Nova York. Ao mesmo tempo, manteve contato com o Partido Comunista dos EUA, através da esposa de Fernando Lacerda (comunista e tio de Carlos Lacerda). Posteriormente foi para Washington em um emprego arranjado por Nelson Rockefeller na Biblioteca do Congresso, o qual abandonou para cobrir a Conferência de Chapultepec na Cidade do México, trabalhando para Roberto Marinho (WAINER, 1987: 77-79).

⁷⁸ Até recentemente, era correspondente do jornal porto-alegrense Zero Hora em Israel.

eram incondicionalmente favoráveis. No contexto bipolar do mundo pós-guerra, a mídia tinha uma posição bastante clara e definida.

1.6 A televisão e seus primeiros passos no Brasil

A escalada para a invasão de milhões de lares brasileiros pela televisão teve início oficial em 18 de setembro de 1950. Havia no mundo sistemas de transmissão por TV, em funcionamento, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na União Soviética e no México (XAVIER, 2000: 20). A criação da TV Tupi, empreendimento realizado por Assis Chateaubriand, foi vista por muitos como uma excentricidade.

Ao decidir-se a pôr em marcha um empreendimento midiático de tais proporções (cinco milhões de dólares), Assis Chateaubriand contratou um agência de publicidade para realizar levantamento e análise do mercado brasileiro. As principais cidades foram pesquisadas e a conclusão apontou que não era o momento para implantar a televisão no Brasil (SIMÕES, 1986:15). Mesmo assim, ele levou seu projeto adiante, balizado segundo Renato Ortiz, pela “vontade empresarial e política, marcada pelo signo do pioneirismo” (ORTIZ, 2001: 58-59).

Portanto, a pesquisa de mercado realizada registrou a inviabilidade econômica da televisão para um país ainda em um estágio inicial de desenvolvimento. Todavia, o fato de não existirem condições mercadológicas para a inserção da televisão no Brasil não demoveu Chateaubriand de suas intenções. Ao que tudo indica, o dono dos Associados tomou uma decisão política e levou adiante suas ambições: não pensava apenas em mercado, mas nas possibilidades de uso político que poderia fazer do novo meio. O que poderia convencer mais do que a imagem, que se materializa como o estatuto da verdade? Chatô, embora fosse um conservador em muitos sentidos, percebia que o futuro da mídia apontava para a centralidade da televisão. Assim como nos filmes cinematográficos, as imagens da televisão permitem materializar realidades e valores distantes pelas imagens, manifestando seu caráter de educador informal. Mais do que isso, as imagens permitiam ampla manipulação e “construção” de realidades pautadas em objetivos econômicos e políticos.

O início da ligação de Chateaubriand com a televisão ocorreu de forma superficial em 1939, na Feira de Amostras do Rio de Janeiro. Posteriormente, em 1944, em Nova York, numa visita a *Radio Corporation of America (RCA)* quando acompanhado pelo representante da empresa americana David Sarnoff, deparou-se

novamente com a novidade da imagem eletrônica transmitida à distância. Entusiasmado com a qualidade das imagens, Assis Chateaubriand teria comentado com seu anfitrião: “Imagem à distância... Pois vou querer uma emissora.” Surpreendido, Sarnoff teria respondido que ele esperasse, pois televisão não era para países como o Brasil (atrasados), mas para países com empresas com capacidade econômica. Ofendido, Chateaubriand respondeu:

Esperar o quê? E lhe digo mais: não quero uma emissora. Quero duas. A primeira criarei em São Paulo e a segunda no Rio de Janeiro. Se eu andar depressa, a de São Paulo será a primeira da América Latina. Seremos pioneiros. A primeira será em São Paulo... Por Favor, anote meu pedido (ALVES, 2008:25).

Semanas depois, em São Paulo reunido com os empresários Walter Belian, da cervejaria Antártica, e Baby Pignatari (Francisco Matarazzo Pignatari) das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, pediu apoio para o investimento e explicou sua intenção para o uso da televisão. Sem esconder uma motivação claramente política, afirmou: “(...) Os nossos inimigos que se preparem, se só com rádios e jornais os Associados já tiram o sono deles, **imaginem quando tivermos na mão um instrumento mágico como a televisão**” (grifos meus) (MORAIS, 1994:440-441).

Segundo nota explicativa de Jacques Wainberg, em 1947 Chateaubriand agia como um aliado estratégico para os norte-americanos, que haviam concluído pela necessidade de lançar uma campanha mundial de “vender a América” ao mundo em meio ao confronto ideológico entre capitalistas e comunistas (WAINBERG, 1997: 184). O movimento oficial teve seu início efetivo em 1950, com o lançamento da Campanha da Verdade⁷⁹ pelo Presidente Henry Truman, que impulsionaria o intenso intercâmbio de autoridades e personalidades dos vários campos da cultura dos países. Como constata Wainberg, “A diplomacia cultural era, como até hoje é vista, uma ação de guerra psicológica” (WAINBERG, 1997:184).

A materialização do projeto de televisão de Assis Chateaubriand foi posta em marcha em 1948. Em fevereiro de 1949, quando foi adquirida aparelhagem para duas estações de TV, Chateaubriand foi pessoalmente a RCA pagar a primeira prestação de quinhentos mil dólares de uma compra de cinco milhões de dólares e trinta toneladas de

⁷⁹ Em 1948 o presidente dos EUA Henry Truman assinou o *Smith- Mundt Act*, que estabelecia as operações ideológicas como parte permanente da política externa estadunidense. A Campanha da Verdade foi uma ofensiva de propaganda coordenando serviços de informação de outros países capitalistas. O Presidente Eisenhower daria grande ênfase à guerra psicológica. Para detalhes ver (SIMPSON, 1994).

equipamentos (MORAIS, 1994: 496).⁸⁰ Contudo, embora no futuro ele voltasse a adquirir estações de televisão nos Estados Unidos, ele nunca foi um bom pagador. Tentava fazer com os americanos o que sempre fez no Brasil: protelar a dívida indefinidamente. Mauro Salles explica que Chateaubriand, depois de receber todo equipamento, fez inúmeras confusões para refazer o acordo, adiando e parcelando os pagamentos, como vingança por David Sarnoff ter dito que a televisão não era para um país como o Brasil. De fato, a última prestação para RCA, de 500 mil dólares, foi paga somente quando a Tupi já estava em situação pré-falimentar em 1977, dezoito anos depois da compra, e nove anos depois da morte de Chateaubriand (SALLES, 2000: 193).

João Calmon, que nos anos de 1950 se tornou um dos homens de confiança de Chateaubriand, disse que os pagamentos eram inviáveis, devido principalmente à falta de mercado para a televisão – que ele classifica como o ônus do pioneirismo. Mais concretamente, existia a percepção que, ao iniciar a televisão no Brasil, ela não garantiria retorno financeiro. Calmon completa:

Chateaubriand se limitara a pagar a primeira parcela, de 10 por cento do valor total da compra por ocasião da assinatura do contrato, e mais 10 por cento para liberar o material nas alfândegas do Rio e de Santos. Depois suspendeu-as. Era humanamente impossível cumprir o contrato que se estenderia por mais cinco anos (CALMON, 1999: 67).

Na inauguração do Museu de Arte de São Paulo (MASP), em cinco de julho de 1950, ocorreu o primeiro teste da TV em um circuito fechado. A solenidade foi transmitida para um aparelho no saguão do prédio e para outro ao ar livre, na esquina das ruas Sete de Abril e Bráulio Gomes. Na selecionada plateia, estava o Presidente Eurico Gaspar Dutra e Nelson Rockefeller, esse sentado no chão. Depois de devidamente inaugurado o MASP, que seria uma das obsessões de Chateaubriand, e para alguns uma das principais causas de seus problemas financeiros ocorreu uma apresentação do cantor religioso, antigo astro de Hollywood, Frei Mojica (ALVES, 2008: 48). No mês seguinte, em 10 de setembro de 1950, antes de nascer oficialmente, foi realizada como teste a transmissão de um filme sobre Getúlio Vargas falando sobre sua volta à vida política (MATTOS,

⁸⁰ Na ocasião deparou-se com testes da TV em Cores, e suspeitou que os norte-americanos estivessem lhe vendendo equipamento ultrapassado “Não pense que só porque eu venho de um país atrasado o senhor vai me vender equipamento obsoleto, senhor Sarnoff!” (MORAIS, 1994: 497).

2002:171). Antes de se tornar realidade, a TV no Brasil já ensaiava o seu capital político e era percebida como possuidora de grande potencial no cenário político.

Nessa época, Assis Chateaubriand estava de certa forma “promovendo” a volta de Getúlio em todos seus meios de comunicação.⁸¹ Vargas havia se retirado do Senado depois do episódio protagonizado por Mangabeira e outros pequenos incidentes, estando isolado em uma de suas fazendas em São Borja, desde então.⁸² Foi através dos jornais de Chateaubriand que Vargas ressurgiu no cenário nacional, quando em março de 1949 foi publicada sua entrevista feita por Samuel Wainer, em *O Jornal* no Rio de Janeiro, que vendeu 180.000 exemplares. Em seguida, o *Diário da Noite* de São Paulo veiculou a mesma entrevista e também vendeu 180.000.⁸³ Além disso, as rádios Tupi de São Paulo e do Rio de Janeiro divulgaram trechos da entrevista gravada pelo Locutor Silvino Neto imitando com perfeição a voz de Vargas dizendo: “Eu voltarei como líder de massas” (WAINER, 1987: 25). Depois desse êxito, a campanha de Vargas ao longo de 1950 foi coberta por Wainer para os *Diários Associados* de forma detalhada. O repórter foi o único representante da imprensa que teve oportunidade de seguir todos os passos do candidato, tendo seu trabalho facilitado pelo próprio Getúlio Vargas, que passou a tratá-lo como amigo.

Outro aspecto que aproxima o evento da estreia da televisão no país com uma característica política da história do Brasil reside no fato da TV estar nascendo sem ter aparelhos receptores. Chateaubriand teve que embarcar para os Estados Unidos e comprar vinte aparelhos, além de conseguir uma liberação por parte do governo federal para importar 200 aparelhos de televisão, que foram colocados em lugares estratégicos da cidade de São Paulo, garantindo assistência para sua inauguração (ALVES, 2008: 48). Como no caso do Estado brasileiro e seu estamento burocrático que nasceu antes do povo⁸⁴ a televisão nascia antes de seu público, e voltada para a política. Posteriormente, a partir das orientações mercadológicas impostas pelo modelo de radiodifusão brasileiro, formou-se o público voltado para o consumo em vez da cidadania.

⁸¹ Este Contexto e um detalhamento da tática aproximação de Chateaubriand com Getúlio Vargas serão detalhados adiante no tópico O Uso político da televisão nos primórdios.

⁸² Na verdade, sempre houve um fluxo constante de políticos que procuravam Vargas em seu retiro nos pampas, como esclarece Rivadavia Souza (SOUZA, 1989).

⁸³ O *Jornal* tinha uma tiragem média de 9000 exemplares.

⁸⁴ Sobre o estamento no Brasil, ver Raymundo Faoro *os Donos do Poder* (FAORO, 1973).

A versão de Fernando Morais é um pouco diferente da de Vida Alves, porém não chega a mudar o sentido substancial dos fatos:

“Chateaubriand disse para eles não esquentarem a cabeça com aquilo, que no Brasil tudo tinha solução. Telefonou ao dono de uma grande empresa de importação e exportação e pediu-lhe que trouxesse por avião, dos Estados Unidos, duzentos aparelhos de TV, de modo que chagassem a São Paulo três dias depois. O homem explicou que não era tão simples: por causa da morosa burocracia do Ministério da Fazenda, um processo de importação (mesmo que fosse agilizado por ordem do Presidente da República, como Chateaubriand sugeria) iria consumir pelo menos dois meses até que os televisores fossem postos no aeroporto de Congonhas. Chateaubriand não se assustou: - Então traga de contrabando. Eu me responsabilizo. O primeiro receptor que desembarcar eu mando entregar no Palácio do Catete, como presente meu para o presidente Dutra”. (MORAIS, 1994: 500-501)

Até mesmo na escolha das pessoas para quem foram dados televisores trazidos por Chateaubriand, existia uma finalidade política, ainda que travestida de suborno, ou de uma prática clientelista antiga. Por exemplo, Chateaubriand devia a Dutra o apoio de financiamentos do Banco do Brasil (WAINBERG, 1997: 147). Entre os agraciados com os novíssimos aparelhos de televisão vindos dos Estados Unidos estavam o Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra e o empresário e concorrente dos Associados nos setores de rádio e de jornal, Roberto Marinho (XAVIER, 2000: 77). Alguns anos depois, Marinho e Chateaubriand seriam aliados na campanha contra a Última Hora e Vargas; quatorze anos mais tarde, em 1964, eles estariam juntos novamente na campanha midiática contra João Goulart. Contudo, no ano seguinte Marinho inauguraria sua emissora de Televisão no Rio de Janeiro e, posteriormente, seria declarado pelos meios de comunicação de Assis Chateaubriand um inimigo visceral⁸⁵.

Ao mesmo tempo em que providenciava os “meios” para que algum público pudesse assistir a estreia da televisão, Chateaubriand conseguiu permissão do governo federal para que três companhias estrangeiras, a RCA, a General Electric e a Philips trouxessem para São Paulo dois mil aparelhos cada uma, criando a primeira oferta de televisão no mercado brasileiro de eletrodomésticos (ALVES, 2008:89).

No dia 18 de setembro de 1950, foi inaugurada a PRF-3 TV Tupi Difusora de São Paulo (canal 3), que por poucos dias de diferença não foi a primeira da América Latina.⁸⁶ Sua concessão só foi emitida em 22 de novembro do mesmo ano, quando

⁸⁵ O caso do Escândalo Time-Life foi abordado de forma esclarecedora por Daniel Herz em sua dissertação de mestrado e depois no livro clássico *A História Secreta da Rede Globo*.

⁸⁶ Durante muitos anos, segundo a própria divulgação de Assis Chateaubriand, foi dito que a TV Tupi foi a primeira emissora de televisão na América Latina. Mas, pesquisadores comprovaram que, na

também a Rádio Record recebeu sua concessão do poder público para montar sua emissora de televisão. O fato demonstrou outra característica marcante da política de radiodifusão no Brasil: o poder público nem sequer estava preparado para a TV Tupi, teve que praticamente aceitar um fato consumado, para o qual foi adotada a regulamentação existente para cinema, teatro e outros espetáculos. No caso, para que não ocorresse a inauguração de maneira completamente desregulada, foi emitida a Portaria nº 692, de 26 de julho de 1949, na qual foram estabelecidas as normas para a frequência VHF, o que definia o modelo de 12 canais para o serviço de televisão.

Dois dias depois da inauguração, já existia uma coluna de crítica da televisão no Diário de São Paulo; a programação passou a ser divulgada uma semana depois (XAVIER, 2000: 223). Logo em seguida, também a televisão teria seu primeiro cronista político, Maurício Loureiro Gama, que passou sua cobertura radiofônica da Assembléia Legislativa de São Paulo para a TV. Sua primeira crônica na Tupi paulista foi sobre Jânio Quadros, que havia levado um murro no rosto na Câmara Municipal de São Paulo e exibia o sangue decorrente da agressão dizendo “é o sangue do povo” (ALVES, 2008: 148).

O agendamento da mídia impressa pela televisão é uma consequência de seu próprio nascimento. A televisão era notícia e, para divulgá-la, Chateaubriand tinha diversos jornais e um veículo ainda melhor, a revista O Cruzeiro (MOURA e VAZ: online)⁸⁷ As reportagens sobre televisão na revista iniciaram ainda em 26 de junho de 1948, e seguiram ao longo de 1949 e 1950, celebrando a modernidade do veículo e o espaço que passaria a ocupar nas cidades e nos lares brasileiros (MOURA e VAZ: online).

Segundo Silmara Dela Silva: “a revista O Cruzeiro traz o que primeiro se fala sobre televisão no Brasil e insiste na tematização da TV, constituindo-se como um espaço privilegiado para dizer sobre a televisão antes, durante e mesmo depois de sua inauguração no país” (SILVA, 2008:42).

Como o evento televisão era algo completamente novo, foi transformado em notícia. Assim, não foram somente os jornais e revistas de Chateaubriand a falar sobre a

realidade, foi a televisão Mexicana que entrou em funcionamento regular 18 dias antes. Ver (XAVIER, 2000: 20).

⁸⁷ Revista semanal ilustrada criada em 1928, para circulação nacional, que na década de 1950 possuía uma tiragem de cerca de 500 mil exemplares. Quando por ocasião do suicídio de Vargas, atingiu 850 mil, sendo que, pelas estimativas da época, cada exemplar era lido por quatro pessoas, chegando a um público de mais de 3 milhões de leitores. Entre 1959 e os primeiros anos da década de 1960, com o lançamento de O Cruzeiro Internacional em espanhol, as tiragens conjuntas superaram um milhão de exemplares (NETTO, 1998).

televisão. Como ela era algo quase exclusivo, privilégio de poucos, foi criada uma expectativa em torno de tudo que fizesse referência à televisão, existia muita curiosidade do público leitor sobre o novo meio de comunicação. O que apontava na tela da televisão logo passava à pauta da maioria dos jornais, e assim foi durante muitos anos, da tela para as páginas – inclusive nos estados onde não existiam estações de TV.

Nos anos seguintes, o país via o crescimento do número de emissoras já no Governo Vargas. Em vinte de janeiro de 1951, a capital da República viu o início das operações da TV Tupi do Rio de Janeiro, sendo que existiam na cidade apenas 86 aparelhos de televisão (WAINBERG, 1987: 150). No início do ano seguinte, no dia quatorze de março de 1952, iniciou suas operações a TV Paulista, canal 5 de São Paulo; e em vinte e sete de setembro de 1953, TV Record, Canal 7 de São Paulo (ÁVILA, 1982:187 / MATTOS, 2002:107).

Em 1955, na iminência de inaugurar-se a era JK, surgiram mais duas estações, a TV Rio, canal 13 do Rio de Janeiro e a TV Itacolomi, canal 4 de Belo Horizonte. Em 1956 os Diários Associados de Assis Chateaubriand começaram a negociar a compra, de uma só vez, de várias estações que, futuramente, seriam instaladas nas seguintes cidades: Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Campina Grande, Fortaleza, São Luís, Belém e Goiânia. Chateaubriand nunca escondeu o uso que pretendia dar à TV. Aliás, nunca escondeu o uso que sempre deu para todos seus veículos de comunicação:

A minha ideia em relação a jornal e rádio é sempre uma ideia política, mas acho que o jornal e o rádio se industrializaram de tal maneira que a ideia política no jornal, no rádio e na televisão é relegada hoje a um ponto secundário; de tal forma a ideia é industrializada que a mecanização do negócio prepondera. (...) Mas eu penso diferente. Quando caminhei para comprar o meu primeiro jornal, eu sempre pensei em transformá-lo num instrumento político, porque eu sou um animal político” (MESQUITA, 1982: 20-21).

Torna-se importante perceber a lógica da construção dos impérios midiáticos e redes de comunicação no país: no início são jornais; depois, rádios; finalmente, a televisão. Embora o Brasil copiasse o modelo comercial de mídia dos Estados Unidos, nenhum tipo de legislação foi estabelecida para evitar a propriedade cruzada de meios de comunicação em uma mesma região ou município. No caso brasileiro, um veículo projetava o outro, ambos se apoiavam (a Lei Malaia foi revogada). Este era o caso da revista o Cruzeiro, dos jornais de Chatô e posteriormente de suas rádios. Constituíam algo perigoso para a opinião pública em um regime democrático, uma vez que passavam a trabalhar em consonância e ampliavam seu poder de penetração e convencimento. Seu

caráter estratégico é atestado pela política regulatória dos Estados Unidos, onde isso é cuidadosamente regulamentado e proibido.

A propriedade cruzada, na verdade amplia e otimiza o processo de concentração, facilitando a expansão dos negócios e criando para o consumidor uma sensação de solidez da empresa baseada no poderio financeiro.⁸⁸ Assim uma empresa ou grupo torna-se onipresente aumentando sua credibilidade informativa. Possibilita ainda que opiniões, valores, símbolos e versões de fatos que interessem aos grupos empresariais detentores sejam distribuídos de maneira uniforme por diversas vias, dando mais força à difusão de tais ideias, aumentando seu alcance e sua penetração na sociedade (RODRIGUES, 2010: online). Mais tarde, com a televisão, a preponderância por imagens faz com que o noticiário produzido em um veículo seja apenas reproduzido em outro da mesma cadeia, ignorando, muitas vezes, as características do próprio meio.

No Brasil nenhuma medida foi tomada quanto a esse tipo de concentração e desenvolvimento da mídia. Na década de 1950 a concentração só aumentou, pois, se antes Chateaubriand concentrava rádios e veículos impressos (jornais e revistas), passou também para a televisão. Entretanto, isso não ficou restrito ao início da televisão no país, pois a regulamentação sobre propriedade cruzada de meios de comunicação não existia e continua sem existir:

Tampouco existe no Brasil qualquer regra impeditiva da chamada propriedade cruzada de meios de comunicação, ou seja, de veículos de diferente natureza, como por exemplo, mídia impressa e meios de radiodifusão numa mesma área geográfica, tal como ocorre nos EUA. E na Itália (LOPES, 2000: 178).

Chateaubriand começou com um jornal, passou a ter diversos⁸⁹, posteriormente adquiriu rádios e, por último, obteve a televisão. Todos os meios de comunicação foram

⁸⁸ O caso de Assis Chateaubriand é típico: embora tendo uma malha de empresas midiáticas espalhadas pelo país, elas nunca tiveram exuberância financeira. Pelo contrário, como esclarece Fernando Moraes: “cada história da compra ou incorporação desses veículos tem por trás uma novela, um empréstimo não saudado, uma pilha de promissórias com vencimento para as calendas gregas” (MORAIS, 1994: 414).

⁸⁹ Apesar de possuir muitos jornais, rádios e, posteriormente, emissoras de televisão, as empresas de Assis Chateaubriand não atuavam como uma rede de fato: a estrutura não era uniformizada, também não o era o formato, nem a direção e as linhas de ação. Além disso, possuíam aliados locais que divergiam no plano político nacional o único traço que as ligava era o personalismo de Chateaubriand. Depois de seu rompimento com Dario de Almeida Magalhães, que fora diretor geral dos Diários e Emissoras Associadas, Chateaubriand procurou sempre manter um estrutura fracionada na direção de seus negócios. A única rede de jornais a ser efetivada no Brasil foi iniciada com a Última Hora de Samuel Wainer, começando pelo Rio de Janeiro, depois São Paulo, Porto Alegre, Recife e Curitiba além do interior de São Paulo. O Jornal tinha o mesmo formato e apresentação e defendia os mesmos pontos, porém tinha suas redações locais (MEDEIROS, 2009).

utilizados por ele como ferramentas a serviço de seus interesses de projeção política. Se lhe faltou capacidade de administrar todo seu império em meio à dispersão e à ausência de uniformização de seus veículos, sem sombra de dúvida ele foi um pioneiro no sentido de dominar várias faces da mídia e explorar o caminho em termos de utilização política.

Vargas havia tentado conter o poder de Chateaubriand em 1945. Em seu derradeiro período de governo (1951-1954), negaria a Chateaubriand novas concessões de televisão, apesar dos insistentes pedidos do empresário que desejava ter estações em todo o país. Segundo Jacques Wainberg, esta tinha sido a política de Getúlio em relação aos Associados ao longo do tempo: “domar-lhes o passo” (WAINBERG, 1997: 151). A concessão para a TV Itacolomi em Belo Horizonte fora dada por Dutra em 1951, porém somente após a morte de Vargas pode ser concretizada. No discurso de inauguração de sua nova emissora, Assis Chateaubriand lembrou:

Minas Gerais, ou antes sua capital, poderia ter televisão desde 1951. Foi o governo Federal, exclusivamente o governo Federal que, daquela data até 1954, impediu que executasse a concessão, dada pelo presidente Dutra a Rádio Guarani para montar o transmissor da TV Itacolomi. Já poderiam cinco ou seis metrópoles brasileiras ter sido aquinhoadas com os serviços de televisão, se o Brasil tivesse governos que se ocupassem mais do bem-estar e do progresso do povo e menos de intrigar e perseguir os homens que trabalham pela grandeza da Pátria”. (VAZ, 2008: 27-28).

A televisão teria seu uso político medido e aplicado tanto pelo poder concedente quanto pelos concessionários no Brasil desde o final da década de 1940. O envolvimento dos Diários e Emissoras Associados na campanha contra o nacionalismo e, posteriormente contra a Presidência da República, levou ao choque de interesses. Vargas e Chateaubriand entraram em rota de colisão, como será visto a seguir.

1.7 O uso político da TV nos primórdios

O caráter clientelista no sentido político era uma característica nas iniciativas de Assis Chateaubriand: o aspecto de troca e compensação era tão evidente quanto a finalidade de seus veículos de comunicação. Portanto, não se pode compreender sua aproximação com Vargas em 1949 apenas pela ótica jornalística. O autoexílio de Getúlio Vargas em São Borja não sinalizava em direção a uma aproximação com um dos responsáveis pela tentativa de colocar a opinião pública contra o ex-ditador em 1945.

A viabilização do funcionamento da primeira estação de televisão no Brasil necessitava de apoio político. Vargas, mesmo distante do Rio de Janeiro, ainda era uma

influência poderosa. Senador pelo Rio Grande do Sul ⁹⁰, foi decisivo na eleição de Eurico Gaspar Dutra para Presidência, quando declarou seu apoio ao candidato do PSD. Foram as bases de Vargas que exploraram a questão dos marmiteiros⁹¹, e as rádios ligadas aos homens do PTB (Hugo Borghi, Victor Costa e Rubens Berardo) que a difundiram, assim como o texto da carta de apoio de Vargas a Dutra (CHAGAS, 2000: 530/ BORGHI, 1995: 166-178). Ao fim e ao cabo, Dutra devia sua eleição e sua vitória sobre Eduardo Gomes da UDN ao recém-deposto Getúlio Vargas.

Segundo depoimento de Jorge Miranda Jordão, concedido a Ana Laurenza, Chateaubriand buscou apoio de Vargas em seu retiro em São Borja para conseguir um aval poderoso que o auxiliasse em sua nova empreitada: montar um canal de televisão no Brasil (LAURENZA, 1998: 70).

(...) Ele tinha um projeto que era a fundação da TV Tupi e estava tentando aprovar com Getúlio (senador eleito nas eleições de 1945) esse projeto junto ao Congresso. Quando Getúlio estava na fazenda em São Borja, Chatô mandou o Samuel entrevistar o Getúlio. Ele queria massagear o ego do ex-presidente para formar a tal da Tupi. ⁹²

Fica claro o porquê da televisão, nos seus primeiros testes, ter usado um filme sobre Getúlio, mostrando sua disposição de voltar à vida pública. O potencial político do meio foi vendido a Getúlio Vargas como um futuro aliado. Entretanto, foi justamente contra o próprio Vargas que ela passou a ser usada politicamente.

O discurso de inauguração da TV Tupi de São Paulo é uma mistura de gratidão publicitária e intenção política explícita.

Este transmissor foi erguido, pois, com a prata da casa, isto é, com os recursos de publicidade que levantamos sobre a prata Wolff, e outras menos maciças pratas da casa: a Sul América, que é o que pode haver de bem brasileiro, as lãs Sams, do Moinho Santista, arrancadas ao coiro das ovelhas do Rio Grande e, mais que tudo isso, ao Guaraná Champagne, da Antártica que é a bebida dos nossos selvagens, o capim dos bugres do pantanal matogrossense e de trechos do vale amazônico. Atentai bem, e vereis como é mais fácil do que se pensa alcançar uma televisão: com prata Wolff, Lãs Sams, bem quentinhas, borbuhante de bugre, e tudo isso bem amarrado e seguro na Sul América, faz-se um bouquet de aço e pendura-se no alto da torre do banco do Estado um sinal da mais subversiva máquina de influir na opinião

⁹⁰ Na verdade, nas eleições de 1945 ele foi eleito senador por dois estados: São Paulo e Rio Grande do Sul, além de deputado por outros nove estados.

⁹¹ Episódio no qual o candidato da UDN, Eduardo Gomes, próximo às eleições, teria feito um discurso em que disse não precisar dos votos dos marmiteiros, posando como um candidato da elite,

⁹² Depoimento de Jorge Miranda Jordão apud (LAURENZA, 1998:70). O jornalista ingressou em a Última Hora, aos 21 anos em 1953, para ser setorista do Galeão. Foi chefe de redação da Última Hora SP de 1958 a 1960, diretor-responsável da Última Hora de Porto Alegre entre 1960 e 1962 e diretor-responsável da Última Hora SP entre 1964 e 1967.

pública – uma máquina que dá asas à fantasia mais caprichosa e poderá juntar os grupos humanos mais afastados. (SIMÕES, 1986: 20-21)

Ao mesmo tempo em que ressalta o caráter comercial do empreendimento, Chateaubriand termina sua fala revelando o horizonte político que imaginava para o futuro da televisão: não podia prever o quão pioneiras suas palavras seriam, como uma espécie de profecia no que se refere ao Brasil. O papel subversivo da televisão cresceria; seria percebido, depois controlado e transformado em projeto aglutinador. O papel político explícito que Chateaubriand empregava foi substituído por outro dissimulado, com função de negar a política, esconder as diferenças, homogeneizar padrões éticos e estéticos no pós 1964.

Em janeiro de 1951, antes da posse de Vargas (31/01/1951) a revista Time nos Estados Unidos (TIME, 1951) publicou uma entrevista de Assis Chateaubriand na qual ele se coloca como uma espécie de vigilante que dá tutela para a política de Vargas e para todo país:

O que eu estou fazendo com meus jornais, minhas revistas, meu radio e televisão é administrar uma grande universidade no Brasil. Estou lecionando progresso e democracia. Na realidade, o Dr. Vargas passou um longo tempo em minha escola. Talvez não tenha progredido muito rapidamente, mas penso que aprendeu bastante. Agora ele sabe bastante sobre democracia (CHATEAUBRIAND apud TIME: 1951).⁹³

O texto é explícito e demonstra que o proprietário dos Associados percebia os seus meios de comunicação agindo em conjunto, de forma articulada, e com um viés pedagógico e manipulatório, de clara intenção política. É difícil imaginar Getúlio Vargas pautado pela escola de Chateaubriand, mas é notória a pretensão do magnata da mídia, que reserva para si um lugar de dirigente político, em cumprir o papel de promotor da democracia e do progresso. Em sua concepção, também era preciso destruir qualquer concorrência e defender os capitais estrangeiros como o único caminho para o progresso.

Vargas foi eleito sem contar com apoio da maior parte dos proprietários dos meios de comunicação. Sua campanha nacionalista (HERZ, 1977: 71) não repercutia com bons olhos para os interesses de anunciantes (empresas estrangeiras que disputavam o acesso ao subsolo, petróleo e mineração). Uma economia aberta como

⁹³ No original: "What I'm doing with my papers, my magazines, my radio and my television," said Chato expansively, "is running a big university in Brazil. I'm teaching progress and democracy. As a matter of fact, Dr. Vargas spent a long time in my school. Maybe he didn't progress very fast, but I think he learned a great deal. Now he knows lots about democracy."

a mantida pelo governo de Dutra permitiria maior presença de interesses externos na economia nacional, com reflexos diretos em anúncios e, portanto, nos ganhos dos jornais e rádios. Além disso, o autoritarismo e controle que havia mantido sobre os meios de comunicação a partir da criação do Departamento Nacional de Propaganda (DIP) em 1939, tinha lhe deixado como saldo muitos inimigos na imprensa. Talvez o caso mais notório fosse o de Júlio de Mesquita Filho, de O Estado de S. Paulo.⁹⁴

Em 1951, Getúlio estava de volta, dessa vez eleito pelo voto direto, apesar das restrições da legislação eleitoral. Sua tentativa de fomentar um projeto autônomo havia sido largamente prejudicada e seus êxitos, obtidos através da força e da negociação, foram em grande parte dilapidados. Haveria de começar tudo outra vez, mas, desta feita, já não contava com o aval militar e nem com os poderosos aliados políticos de outrora.

A proximidade entre Brasil e Estados Unidos havia seduzido e cooptado os interesses de grande parte das elites brasileiras. O conservadorismo, que é um marco profundo no cenário histórico nacional, encontrava-se encastelado. As camadas altas brasileiras demonstraram – e demonstram ainda hoje – uma visão muito estreita de projeto político, extremamente imediatista. Assim sendo, não possibilitam nem mesmo mudanças básicas que poderiam lhes garantir maior tranquilidade em longo prazo. Entretanto, permanecem em parte sincronizadas com uma vertente predatória do capitalismo, uma vez que só conseguem vislumbrar o lucro imediato, sem sequer preocupar-se com as bases para essa exploração (CASTRO, 2001: 20).

Para Daniel Herz, este contexto era influenciado por contornos políticos de interesse internacionais, que ficam muito mais claros com a volta de Getúlio Vargas ao poder em 1950.⁹⁵ Foi movida contra Vargas uma articulação antinacionalista, através dos meios econômicos e culturais que corroeram o Estado por dentro, que atuava contra todos que propugnavam posições nacionalistas (HERZ, 1987:81). Herz segue destacando o papel cumprido pela mídia impressa:

E os grandes jornais, financiados pelas agências de publicidade estrangeira e pelas grandes multinacionais, moveram violentas campanhas contra o governo, conseguindo, entre outras concessões, a demissão do ministro do Trabalho, João Goulart (HERZ, 1987:81).

⁹⁴ O Jornal foi encampando pelo Estado Novo em 1940, e só voltou ao controle da família em 1945.

⁹⁵ Getúlio Dornelles Vargas foi eleito Presidente da República por voto direto em 03 de outubro de 1950, no dia 18 de janeiro de 1951 ele e João Café Filho foram proclamados pela Justiça Eleitoral respectivamente presidente e vice-presidente. Sua posse deu-se em 31 de janeiro de 1951.

Não somente a política interna causava problemas, tais como a decisão de aumentar o salário mínimo em 100% – causa apontada como pivô da demissão de João Goulart e do famoso manifesto dos coronéis.⁹⁶ No plano externo, Vargas conduziu outras medidas que descontentavam aos Estados Unidos como, por exemplo: não enviar tropas brasileiras para servirem na Coreia;⁹⁷ a campanha pela nacionalização do Petróleo;⁹⁸ a intenção de estabelecer uma limitação sobre a remessa de lucros para o exterior por empresas estrangeiras, manifestada em dezembro de 1953 e janeiro de 1954 quando o Decreto Nº 34.859 os restringiu a 10%; e a formação do pacto Argentina, Brasil e Chile (Pacto ABC) em abril de 1954 (BANDEIRA, 2007: 471)⁹⁹. Talvez a medida que mais tenha desgastado sua posição foi a tentativa de estabelecer uma política externa independente, que pudesse ser contraposta à ruptura unilateral dos EUA da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Cabia a Vargas o primeiro movimento na busca de trazer a indústria automobilística para o Brasil, assim como um projeto atômico.

A CIA, criada em 1947, começou a ter uma atividade dentro do Brasil, inclusive para desestabilizar o governo Vargas, por causa da indústria petrolífera e atômica que ele quis implantar.

Por meio da "black propaganda", agitou as Forças Armadas contra Vargas, que havia implantado a Petrobrás e negociado com os cientistas alemães a transferência da tecnologia de enriquecimento de urânio, por meio das últimas centrífugas fabricadas clandestinamente na Alemanha. A CIA descobriu esse fato, e o Alto Comissariado Aliado impediu o embarque das ultracentrífugas para o Brasil, no porto de Hamburgo em 1954 (BANDEIRA, 2011: online).

⁹⁶ **João Belchior Marques Goulart** – conhecido como **Jango**, foi nomeado ministro do Trabalho por Getúlio em 1953; no começo de 1954 iniciou um movimento para conceder um aumento de 100% ao salário mínimo. Bastante ligado aos setores do sindicalismo do PTB, foi muito atcado e combatido por essa proposta. Vargas terminou por demiti-lo, mas concedeu os 100% de aumento. **Manifesto dos Coroneis** – manifesto também conhecido como Memorial dos Coroneis, alertava que o aumento de 100% do salário mínimo significava um desprestígio para as Forças Armadas, e "uma aberrante subversão de todos os valores profissionais", uma vez que sua equiparação ao salário de um oficial graduado estancaria "qualquer possibilidade de recrutamento, para o Exército, de seus quadros inferiores". Enfraquecia e desagregava as instituições militares e facilitava a ação dos comunistas. A autoria é comumente atribuída a Golbery do Couto e Silva.

⁹⁷ **Tratado Interamericano de Assistência Recíproca** (TIAR) – celebrado em 02/09/1947 para vigorar a partir de 03/12/1948 no governo de Eurico Gaspar Dutra. Foi solicitado ao Brasil o envio de 60 mil homens para a Guerra da Coreia no início dos cinquenta. A recusa de Getúlio custou a suspensão de um empréstimo pré-arranjando de 500 milhões de dólares (SILVA, 2004: 47-48).

⁹⁸ A criação da Petrobras se deu em 03 de outubro de 1953, depois de intensa disputa na qual os meios de comunicação, em sua maioria foram contra o projeto.

⁹⁹ Moniz Bandeira afirma que, tanto o presidente da Argentina, Juan Domingo Peron, quanto o presidente do Chile, Carlos Ibañez, estavam decididos pela formação do Pacto ABC. Conforme as palavras de Peron "(...) pensamos na necessidade de unirmo-nos diante de um futuro incerto, e estamos persuadidos de que o ano 2000 nos achará unidos ou dominados" (PERON, apud. BANDEIRA, 2007: 471).

O primeiro gabinete ministerial tinha um caráter conservador, e foi montado por Vargas para conter o receio nos meios militares, difundido pela ESG, da organização de uma “república sindical” nos moldes de Peron (MENDONÇA, 2002: 121). A formação do pacto ABC foi revelada por João Neves da Fontoura, que anteriormente havia ocupado o Ministério das Relações Exteriores do governo Vargas de 1951 a 1953.¹⁰⁰ Ao ser substituído, passou a ser colaborador do jornal O Globo, ao qual deu então entrevista acusando o Presidente Getúlio Vargas de haver articulado negociações secretas com o presidente Juan Perón da Argentina para a formação de um pacto que envolvia também o Chile.¹⁰¹ A intenção visava à formação de um bloco latino-americano contrário aos Estados Unidos, e as negociações foram conduzidas diretamente por Getúlio Vargas com ajuda de Jango, sem conhecimento do Itamaraty. O caso culminou com o pedido de impeachment do Presidente, barrado na Câmara pela maioria do PSD e PTB (CHAGAS, 2000: 593).

A mídia brasileira não era apenas influenciada pelas empresas de publicidade, mas pela própria embaixada norte-americana como ressalta Wainberg:

No contexto de disputa internacional, a embaixada americana acertaria pessoalmente com Chateau a versão brasileira de *Watch Out for Spies*, produzida por Robert Gonzaga, assessor de imprensa da embaixada, e que fora baseada no Comitê do Congresso que investigava nos Estados Unidos a ação de pretensos comunistas e que desencadeara, de fato, uma verdadeira perseguição política aos liberais de diferentes matizes no país. O Globo, igualmente, publicaria o texto sem indicar a fonte (WAINBERG, 1997: 195-196).

A mídia funcionava como uma embaixada informal dos interesses externos e não era simpática aos desígnios nacionalistas. Portanto, não tinha bons olhos para a candidatura de Vargas.

Até mesmo Chateaubriand, que permitiu a divulgação das entrevistas feitas por Samuel Wainer quando Getúlio se encontrava no seu retiro em São Borja, não o tinha

¹⁰⁰ A velha escola de conciliação de Vargas o havia levado a nomear João Neves da Fontoura para a pasta das Relações Exteriores, mesmo sabendo que, em 1948, Fontoura fora eleito presidente do Grupo Ulltragás, empresa ligada a venda de gás liquefeito associada da Socony-Vacuum Oil Co. Inc. subsidiária da *Standard Oil of New Jersey*, de Nelson Rockefeller. Conforme Moniz Bandeira, a Esso pretendia construir refinarias no Brasil se lhe fosse concedida a permissão para explorar petróleo (BANDEIRA, 2007: 448).

¹⁰¹ Também a Tribuna da Imprensa de Carlos Lacerda divulgou amplamente o Pacto ABC. Segundo John W. F. Dulles, “Em fevereiro de 1954, exilados argentinos no Uruguai publicaram uma cópia de um discurso secreto de Perón, feito em novembro de 1953 na escola de Guerra da Argentina, e enviaram uma cópia para a Tribuna. Como revelado na Tribuna e por Carlos [Lacerda] na Rádio Globo, Perón disse à escola de Guerra que Vargas, antes de sua eleição em 1950, havia prometido entrar para o Bloco ABC (Argentina - Brasil - Chile) em oposição à hegemonia ocidental dos Estados Unidos.” (DULLES, 1992:167).

como candidato ideal. Segundo Wainer, Chatô imaginava como candidato o general Canrobert Pereira da Costa, ministro da Guerra de Dutra (WAINER, 1987: 24). Hélio Silva argumenta que o propósito de Assis Chateaubriand foi o de alimentar o medo que a candidatura de Vargas despertava nos ciclos dominantes, levando-os a convergir para candidatura de Canrobert e, ao mesmo tempo, vender maior número de jornais tendo Vargas como atrativo (SILVA, 1978: 190).

A conta pelo apoio a Vargas foi cobrada por Chateaubriand, que reivindicou uma indicação para senador. Contudo, as eleições para o Senado só ocorreriam em outubro de 1955. O Presidente não quis ter um envolvimento direto com a barganha e mandou Chateaubriand procurar Ernani do Amaral Peixoto, naquela altura governador do estado do Rio de Janeiro e presidente do PSD. Para que o proprietário dos Associados se tornasse membro da Câmara Alta pela Paraíba, foi necessário que o senador Vergniaud Wanderley e seu suplente, Antônio Pereira Diniz, renunciassem. Wanderley trocou seu mandato por uma cadeira no Tribunal de Contas da União e o suplente foi “indenizado” (MORAIS, 1994: 518).

Assim, foram marcadas eleições para a vaga no Senado pela Paraíba para março de 1952. Na campanha, feita com discursos incompreensíveis e dinheiro de empresários locais, Chateaubriand fez apenas três viagens ao estado pelo qual pleiteava uma cadeira no Senado. Na última delas, realizou um grande comício em João Pessoa, onde montou um circuito fechado de televisão e transmitiu sua imagem para vários pontos do centro da capital. A inauguração do comício eletrônico no país demonstrava a clara intenção política de Chateaubriand. Não há evidência maior do que sua aparição no palanque ao lado de sua imagem num monitor de TV. João Pessoa foi a terceira capital no Brasil a ver a televisão funcionando (MORAIS, 1994: 523). Em 24 de abril de 1952, Assis Chateaubriand foi empossado senador, depois de vencer as eleições na Paraíba com mais de 70% dos votos válidos.

Porém, logo o Presidente eleito e o dono dos Diários Associados e Emissoras Associadas entraram em rota de colisão. As medidas nacionalistas de Vargas, em busca de autonomia ou espaços para a barganha dentro de uma proximidade com os EUA, não agradavam Chateaubriand.¹⁰² Um exemplo do conflito de interesses foi o Decreto N°

¹⁰² Manifestando-se na Sessão do Senado de 24 de abril de 1953, sobre o clima nacionalista que vigorava no Brasil e sobre as medidas do Presidente, Chateaubriand falou: “O Brasil democrático esta envenenado por essas mesmas correntes que, vencidas lá fora, se levantam no país com apoio das forças democráticas

30.363 de janeiro de 1952, que regulamentou a remessa de lucros para o exterior. Segundo Paulo Fagundes Vizentini, o decreto jamais foi integralmente cumprido, mas teve significado político bastante sério: “Sua simples enunciação não apenas afetou as relações com os EUA e com o capital estrangeiro, mas também produziu atritos dentro do governo e entre esse e a sociedade, acirrando o debate “nacionalismo x entreguismo” (VIZENTINI, 1995:75).

O plano da disputa interna também servia para contrariar os donos dos meios de comunicação, ávidos por anunciantes, em uma ordem ocidental já estabelecida. Porém o pecado capital de Vargas deu-se quando garantiu financiamentos para Samuel Wainer montar um jornal (Última Hora). O jornal seria um canal de comunicação para o seu governo, uma vez que existia uma campanha de silêncio nos demais órgãos de imprensa.

Segundo Wainer, sua publicação constituiria um jornal de oposição à classe dirigente e a favor de um governo.¹⁰³ Criado em 12 de junho de 1951, despertou a ira dos concorrentes logo no início. Visto como uma plataforma para o governo Vargas, foi atacado e acusado de receber incentivos e financiamentos ilegais. Contra Samuel Wainer e a Última Hora foi realizada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, além de uma intensa campanha que colocou a televisão como um dos palcos.

A Última Hora trazia uma seção diária intitulada O Dia do Presidente,¹⁰⁴ que detalhava a pauta das atividades que Getúlio Vargas manteria naquele dia. Ocupava duas colunas de alto a baixo, sempre na página dois do jornal. Além disso, quando Getúlio Vargas discursava, era dado destaque para as partes principais de sua fala, ou mesmo reproduzido o texto na íntegra (LAURENZA, 1998: 79). Assim, a Última Hora obrigava os demais Jornais a levantar a “cortina de silêncio” e divulgar a rotina do presidente. O rápido sucesso do jornal levou ao lançamento de sua versão paulista em 1952.

que, ingenuamente, por ignorância ou incapacidade de estudar problemas fundamentais de outras nações, se permitem ressuscitar um cadáver enterrado em 1944 ou 1945”. Nota-se que o cadáver poderia ser inclusive o do próprio Vargas, deposto em 1945.

¹⁰³ “No Brasil, ao contrário do que ocorre em países civilizados, o jornal era a voz do dono. Sempre foi assim, é assim ainda. O Estadão, por exemplo, reflete os humores, idiosincrasias, valores e preconceito dos Mesquita. A Folha de São Paulo é a família Frias, o Globo é Roberto Marinho, o Jornal do Brasil é a família Nascimento Brito. No começo dos anos 50, essa distorção era ainda mais acentuada. (...) A Última hora representaria uma exceção a essa regra, na medida em que pretendia transformar-se na expressão do getulismo” (WAINER, 1987: 136).

¹⁰⁴ No final da década de 1970, já no Governo João Baptista de Figueiredo algo similar foi feito na TV por Silvio Santos e posteriormente por Roberto Marinho: no SBT, *A Semana do Presidente*; na rede Globo, *O Povo e O Presidente*.

Weinberg mostra dois jornais publicando matérias anticomunistas diretamente sob os auspícios da embaixada norte-americana. Era uma ambientação plenamente inserida no clima do macarthismo vigente nos EUA que, posteriormente, chegou até as telas da TV no Brasil por Assis Chateaubriand:

Chateau aceitou veicular ainda nas suas emissoras de rádio e TV programas cuja origem era a embaixada dos Estados Unidos. Cerca de 60% do conteúdo dos mesmos tratava temas relacionados ao anticomunismo. Nos Bastidores do Mundo, por exemplo, acabaria se tornando muito popular. Eram cinco minutos de comentário que explicava o cenário internacional. O mesmo era produzido por assessor da embaixada, um cidadão brasileiro, Al Neto. Inúmeras emissoras igualmente veiculavam sua dramatização semanal, O destino e a esperança, versando sobre um trabalhador que vai aos Estados Unidos num intercâmbio para trabalhar numa fábrica de New Jersey (WAINBERG, 1997: 195-196).

O jogo político na visibilidade da mídia foi a tônica do conflito entre Samuel Wainer e os demais proprietários de jornais. Na campanha contra ele estavam, entre outros, Assis Chateaubriand, Roberto Marinho e Carlos Lacerda.¹⁰⁵ Isso se deu a despeito de, na época, a maior parte dos jornais depender de favores políticos e financeiros do Banco do Brasil, como inclusive aqueles de propriedade dos indivíduos mencionados. Fernando Moraes confirma : “todos diários tinham dívidas com Banco do Brasil, inclusive o Jornal de Lacerda Tribuna da Imprensa¹⁰⁶ cerca de 100 mil dólares, O Globo de Roberto Marinho 50,4 milhões e os Diários Associados 113,6 milhões” (MORAIS, 1994: 552).

O Governo, ao financiar os jornais, provavelmente tentava evitar uma maior dependência dos mesmos junto ao capital estrangeiro. Simultaneamente, mantinha condições de influenciá-los diretamente em caso de crises, uma vez que esses lhe deviam dinheiro e as linhas de crédito. Além disso, o senador do PSD e genro de

¹⁰⁵ **Carlos Frederico Werneck de Lacerda** – foi batizado em homenagem a Karl Marx e Fredrich Engels. Oriundo de uma família esquerdista, iniciou sua atividade política no Partido Comunista Brasileiro, onde militavam seu pai e tios; em 1939, foi expulso do partido e, depois disso, adotou uma linha de oposição a qualquer movimento com algum matiz de esquerda e uma posição invariavelmente pró EUA. Também possuía um moralismo digno dos puritanos, que, na época, fazia sucesso entre o público católico. Em 1945 foi eleito vereador no Rio de Janeiro e, depois deputado federal pela UDN. Em 1949, fundou o Jornal A Tribuna da Imprensa. Foi notório orador e teve diversos apelidos famosos e muito usados pelos seus adversários, tais como: o demolidor de presidentes, o corvo, o mata-mendigos.

¹⁰⁶ **Tribuna da Imprensa** - jornal carioca diário e vespertino, fundado em 27 de dezembro de 1949 por Carlos Lacerda. Antes da fundação do jornal, Lacerda era articulista do *Correio da Manhã*, onde assinava a coluna "Tribuna da Imprensa". Por tê-la usado para atacar a família Soares Sampaio (grupo concessionário para a refinaria de petróleo privada Capuava), ligada por laços de amizade a Paulo Bittencourt, proprietário do *Correio*, foi afastado desse matutino, conservando, entretanto, o direito de usar o título de sua coluna da maneira que melhor lhe conviesse. Usou-o para batizar um novo jornal que, representando as principais proposições da UDN, viria a fazer constante oposição ao getulismo.

Getúlio Vargas, Ernani do Amaral Peixoto, reforçava a ideia de que Vargas imaginava exercer algum controle sobre os jornais, inclusive usando as dívidas dos mesmos para com a Previdência Social. Segundo o político do PSD, “No momento que o governo quisesse liquidar os jornais, liquidava! Bastava cobrar as dívidas, porque eles não tinham recursos para pagar. Então faziam o que fazem até hoje: pagavam suas dívidas com anúncios; mesmo a televisão ainda é assim” (BOJUNGA, 2010: 286).

O papel discreto de Wainer durante toda a investigação e campanha movida contra seu jornal e contra Vargas, foi importante, pois manteve em segredo o financiamento parcial feito por Juscelino Kubitschek. Quando a verba para comprar a oficina e impressoras já estava levantada,¹⁰⁷ faltavam ainda os recursos para começar o empreendimento. Eles foram garantidos na sua quase totalidade por um político que, segundo Wainer, começava a se destacar no cenário nacional (WAINER, 1987: 130). No caso, tratava-se de Juscelino, então governador de Minas Gerais e próximo a Vargas.

Também Nelson Werneck Sodré, em seu estudo clássico sobre a imprensa brasileira, *A História da Imprensa no Brasil*, não percebeu nada anormal ou fora dos padrões da época nas negociações que levaram à criação de a Última Hora:

O que a Última Hora fizera era prática comum, natural rotineira. Enquanto a empresa levantara cerca de 156 milhões de cruzeiros, as organizações comandadas por Assis Chateaubriand deviam mais de 162 milhões ao Banco do Brasil e outras instituições (...) instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, não foram consideradas as denúncias de dívidas dos Srs. Assis Chateaubriand e Roberto Marinho, nunca salgadas no Banco do Brasil, nem nas Caixas Econômicas. Nesse ano de 1953, quando as emendas nacionalistas da Petrobrás eram votadas sob regime de urgência na Câmara, o total de publicidade distribuída por companhias americanas nos jornais e no rádio e outros veículos de propaganda oposicionista foi de 3 bilhões, 506 milhões e 200 mil cruzeiros.(...) deste total, um bilhão, 197 milhões foram dados aos jornais e 869 milhões as emissoras radiofônicas. (...) (SODRÉ, 1966: 461-463).

Werneck Sodré explora os dados, que demonstram que os negócios entre o Banco do Brasil e os grandes jornais eram comuns e usuais; porém, ele destaca a existência de outros motivos com fundo político. Um dos principais motes do segundo governo Vargas, o petróleo e sua nacionalização, foram alvos de campanhas movidas por interesses de fora do país.

¹⁰⁷ Getúlio Vargas, açoitado pela imprensa golpista, investiu pesado neste veículo, reunindo o apoio de empresários nacionalistas, como o banqueiro Walter Moreira Salles (embora Salles tenha deixado rastros que ligavam o jornal ao Banco do Brasil, fato explorado posteriormente), o industrial Francisco Matarazzo (inimigo declarado de Assis Chateaubriand) e Ricardo Jafet. Instituições estatais, como o Banco do Brasil, também participaram do consórcio que financiou a Última Hora.

A proposta de nacionalização constava na campanha presidencial levada por Getúlio Vargas. Mas, durante seu governo, ela sofreu uma interferência direta da mídia – explicitamente contra a nacionalização do petróleo e a criação da Petrobrás. A campanha foi em parte subvencionada por verbas de empresas estadunidenses diretamente interessadas. Posteriormente, outra CPI identificaria em parte os veículos que receberam esse dinheiro:

Ficou comprovado que “O Estado de S. Paulo“, o “O Globo” e o “Correio da Manhã” foram remunerados pela publicidade estrangeira para moverem campanhas contra a nacionalização do petróleo, conforme começou a investigar em 1957 uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal (HERZ, 1987: 82).¹⁰⁸

Mesmo que nada fosse legalmente apurado contra os veículos de Chateaubriand, de fato ele era um opositor das ideias nacionalistas de Vargas. Suas rádios e emissoras de TV apresentavam o Repórter Esso, sob patrocínio exclusivo da empresa de Nelson Rockefeller.¹⁰⁹ O papel de Chateaubriand na defesa dos interesses estrangeiros frente à questão do petróleo está bastante documentado em sua atuação como senador, na qual ele sempre foi um vetor do antinacionalismo. Entre 24 de abril de 1952 e 25 de janeiro de 1954, Assis Chateaubriand pronunciou 18 discursos pra combater o monopólio estatal do petróleo (MORAIS, 1994: 433)¹¹⁰ Sua atuação foi atacada pelos nacionalistas como Joel Silveira e Lourival Coutinho:

Os trustes encontraram em todos os países submetidos as suas garras, essa espécie de imprensa, venal e corrupta, que lhes defende os interesses em troca de um punhado de dólares e contra os interesses nacionais. No Brasil é muito conhecido o caso do jornalista e senador Assis Chateaubriand, que, em pleno Senado da República, já declarou honrá-lo à condição de “entreguista nº 1” do nosso petróleo, e cuja “cadeia” de jornais, espalhados por todo país, se aluga, francamente, aos cartéis e trustes internacionais (COUTINHO e SILVEIRA, 1957: 176).

Para fazer jus ao título de entreguista número um, o histórico do envolvimento e dependência de Chateaubriand das empresas estrangeiras, chamadas de trustes, era profícuo. Durante a Segunda Guerra mundial, depois de uma postura inicial germanófila, sua aproximação com os norte-americanos foi muito rápida. Em outubro

¹⁰⁸ **Congresso Nacional. CPI da Shell e da Esso** – Resolução n.º. 190, de 21 de jan. Publicada no Diário Oficial do Congresso Nacional. Brasília, 30 de Jan. de 1959.

¹⁰⁹ Ver tópico sobre o Repórter Esso e os telejornais.

¹¹⁰ Defendia a linha do Brasil agroexportador e os interesses mais conservadores dos cafeicultores; no plano internacional, denunciou o governo de Jacob Albernaz da Guatemala como comunista.

de 1942 ele procurou Berendt Friele, o representante dos interesses de Rockefeller no Brasil e propôs o financiamento e a formação de um grupo de voluntários brasileiros que seriam treinados no Uruguai para intervir imediatamente contra a Alemanha. Passadas algumas semanas, ficou sabendo que os Estados Unidos viam com enorme desconfiança a ambiguidade do governo Vargas (MORAIS, 1994: 433).

Logo depois, Chateaubriand comprou 80% do laboratório Schering, pertencente ao grupo químico farmacêutico alemão de mesmo nome, que fora desapropriado pelo governo brasileiro com a declaração de guerra. O financiamento de 1,3 milhão de dólares lhe foi concedido pelo Banco Lar Brasileiro, filial do *Chase Manhattan Bank* de David Rockefeller, irmão de Nelson (MORAIS, 1994: 436).

Em julho de 1944, Chateaubriand viajou para os Estados Unidos, onde em Nova Iorque concordou em fazer uma entrevista coletiva organizada por Arthur Hayes Sulzberger, do *The New York Times*. Para ouvi-lo compareceram jornalistas dos periódicos: *Times*, *The Wall Street Journal*, *Washington Post*, *Herald Tribune*, *Sun* e *New York Daily News*. Durante a entrevista Chateaubriand defendeu a entrega aos Estados Unidos das bases norte-americanas no Nordeste brasileiro, fato que lhe rendeu a acusação de traidor no Brasil (MORAIS, 1994: 440).

Em seguida, na véspera da viagem de volta, foi homenageado por Nelson Rockefeller no *Knickerbocker Club*. Na volta ao Brasil, fez antes um desvio de rota até o Canadá para colocar flores no túmulo de Alexander Mackenzie, seu velho benfeitor, antigo presidente da Light no Brasil. Na época, a Light era vista como um exemplo da empresa estrangeira empenhada apenas em extrair lucros do país. Nos anos de 1950, a empresa era chamada pelos nacionalistas brasileiros de o “polvo canadense”, mas sempre foi defendida pelos Diários Associados, que atacavam o projeto da Eletrobrás.

Autonomia e interesses nacionais não eram sinônimos para Chateaubriand. Em plena discussão sobre o estatuto do Petróleo, em 31 de outubro de 1952, ele fez um pronunciamento que revoltou os nacionalistas:

Se a Standard Oil nos entregasse 13% dos impostos que paga, e 50% dos lucros que auferir, eu concordaria em que se lhe desse, até metade da administração do Brasil, para negociar. Faria mais: negociaria com ela a arrecadação dos impostos, e tenho certeza de que seria muito mais barato para nós, considerando o imenso funcionalismo que temos que pagar (Apud COUTINHO e SILVEIRA, 1957: 535).

A criação da Petrobrás foi obstaculizada pela UDN de maneira intransigente. Quando não existiam mais chances do projeto de Getúlio Vargas deixar de ser aprovado

no Congresso, a UDN apresentou uma proposta de monopólio estatal excluindo a participação de capitais nacionais associados (LAURENZA, 1998: 111), o que contrariava as linhas liberais adotadas em todos os programas do partido. Vargas havia tentado encaminhar o problema formando um consórcio com a participação da Standard Oil e da Shell, sob controle do Estado brasileiro. Mas a Standard Oil não aceitou: segundo Moniz Bandeira, a empresa estadunidense “queria esgotar os recursos para obter a concessão nos seus termos. Admitiria um acordo na base de 50% (óleo extraído e refinarias), mas exigia o controle técnico e administrativo da exploração” (BANDEIRA, 2007: 439).¹¹¹

Quando da materialização da empresa em 1953, Vargas tentou evitar críticas maiores e nomeou, para primeiro presidente da Petrobrás, o militar e adversário político Juracy Magalhães, deputado da UDN. Vargas não tinha ideia que Magalhães havia sido um dos principais informantes do embaixador Adolf Berle nos meses que culminaram com sua deposição em 1945. Além disso, durante a Segunda Guerra, Juracy Magalhães também levou uma vida secreta. Apesar do proclamado patriotismo, era informante do FBI e vinha enviando relatos sobre o governo Vargas desde pelo menos 1942, quando J. Edgar Hoover o identificou pela primeira vez para o OSS como um dos principais informantes do FBI (COLBY, 1995: 215).

Segundo Luciano Klöckner, Juracy Magalhães era considerado inimigo número um da estatal. Sob sua presidência foi realizado o levantamento do geólogo estadunidense Mr. Link, que concluiu que não existia petróleo no Brasil além do encontrado no Recôncavo Baiano (KLÖCKNER, 2008:68). Nomeado ministro da Justiça, depois do golpe civil-militar de 1964, e depois ministro das Relações Exteriores, Juracy Magalhães foi autor da célebre e triste frase: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”, o que ilustra bem a coerência de sua trajetória política.

Posteriormente, no governo Costa e Silva, Juracy Magalhães foi nomeado diretor de uma filial da Crescincó (Nelson Rockefeller)¹¹² em Anápolis, perto de

¹¹¹ Segundo Bandeira, a Standard queria dobrar o Brasil, violentando o preço do café. E dispunham de instrumentos para agir. A *Great Atlantic & Pacific Tea Company*, do grupo Rockefeller, controlava a *American Coffee Corporation*, que comprava a maior parte do café brasileiro, industrializava e distribuía ao consumidor nos EUA (BANDEIRA, 2007: 439).

¹¹² **Crescincó** - foi o primeiro fundo de investimento no Brasil. Surgiu em 1957, em meio à euforia desenvolvimentista que marcou o início do governo de Juscelino Kubitschek. Não foi uma coincidência histórica. O Fundo Crescincó, como era chamado, nasceu porque seus administradores enxergaram no Brasil oportunidades semelhantes às aquelas que administradores holandeses, ingleses e franceses viram no

Brasília (COLBY, 1995: 718). Seu irmão, Eliezer Magalhães, foi sócio de Draul Ernanny na refinaria privada Manguinhos, no Rio de Janeiro.

Contudo, foi a indisposição do dono dos Diários Associados em relação ao jornal a Última Hora que levou a uma nova fase na mídia brasileira. Em 1953, Assis Chateaubriand deu acesso em seus dois canais de televisão para Carlos Lacerda atacar a Última Hora e, conseqüentemente, o governo:

O dono da Tribuna nunca tinha usado a televisão em sua vida, mas em uma viagem que fizera aos Estados Unidos dois anos antes ficara fascinado com a capacidade de comunicação do programa de maior sucesso na televisão americana, o “*life is worth living*”, apresentado pelo bispo-auxiliar de Nova York, Fulton Sheen. Como o bispo Fulton Sheen, colocou um quadro-negro atrás da mesa em que se sentava e ainda inovou, deixando a seu lado um telefone à disposição dos telespectadores que quisessem fazer perguntas (MORAIS, 1994: 553).

O espaço de televisão cedido a Carlos Lacerda seguiu os moldes de um programa consagrado da TV estadunidense. Ele passou a responder perguntas dos telespectadores. Uma das perguntas feitas por telefone em um desses programas indagou sobre o que meros telespectadores tinham a ver com uma briga de jornais. Lacerda, usando o quadro negro, fez um esquema representando um sistema solar, no qual o centro era Getúlio Vargas; ao entorno, havia várias acusações contra o governo. A associação de Vargas com um monarca absolutista foi intencional, levando a uma ligação mais complexa que previa uma associação do Presidente do Brasil a um ditador de uma república sindicalista ao estilo do argentino Juan Perón. Também era uma forma de colocar o Presidente como o verdadeiro responsável pela A Última Hora (LACERDA, 1977:127).

Já em sua fase inicial, a televisão foi explorada por Lacerda com uma conotação interativa, pois ele iniciou os programas na qual a televisão se integrava à participação do telespectador ao vivo pelo telefone – programas que só se tornaram frequentes no Brasil no final do século XX. Mas, não foi apenas a interatividade com a participação do público ao vivo, por telefone, que Lacerda copiou da televisão norte-americana. De forma prematura, ele copiou também o estilo de acusador impiedoso, emulando no Brasil o senador McCarthy. Como revela Samuel Wainer:

fim do século XIX: grandes projetos que necessitavam de financiamento. Na Carteira do Crescinco havia ações da Willys-Overland do Brasil, a primeira fábrica de motores à gasolina do país, e de outras representantes da nascente indústria automobilística brasileira. O Crescinco pertencia à *International Basic Economic Corporation* (Ibec) uma empresa do grupo Rockefeller.

Num dia qualquer minha mãe, dona Dora, estava com o televisor ligado quando apareceu no vídeo a figura de Carlos Lacerda, empenhado em provar que eu não nascera no Brasil. Ele começou a desenhar a árvore genealógica dos Wainer e despejar ameaças com voz soturna. Dona Dora apavorou-se: emergiu lhe do fundo da memória a lembrança terrível dos progrons que testemunhara na Bessarábia (WAINER, 1987: 196).

Dados do censo de 1950 apontavam uma população de 51.944.400 habitantes, dos quais 63,8% viviam na zona rural, e 36,2% na área urbana; portanto, menos de 20 milhões de habitantes residiam nos meios urbanos. Pode-se dizer que a televisão não tinha números muito expressivos na época¹¹³. Porém, o próprio Assis Chateaubriand se encarregava de ampliar o efeito de seu veículo, aumentando o tempo das aparições de Lacerda e espalhando diversos aparelhos no Rio de Janeiro e São Paulo. Cabe lembrar, ademais, o impacto da novidade e sua repercussão nos jornais.

Ressalta-se também o caráter referente ao impacto da mídia televisiva levantado por Ana Laurenza:

Independente do número pequeno de aparelhos de TV, em relação à população do país, a televisão era uma mídia de impacto, na qual a imagem e o som ampliavam o poder de comunicação do conteúdo da programação. O fato de alguém não possuir um aparelho de TV, não representava um impedimento de acesso a programação. Os aparelhos receptores se multiplicavam em bares, lojas e na figura do telezinho (LAURENZA, 1998:126).

A autora reconhece o impacto e as medidas que permitiam mais gente tomar contato com o novo veículo. Entretanto, omite o agendamento gerado pela televisão em outros meios de comunicação, no caso de Chateaubriand, além dos seus jornais a prestigiada revista *O Cruzeiro*, que ampliava o reduzido alcance da telinha. Praticamente todos os jornais discutiam e divulgavam as aparições de Lacerda na televisão. Ler sobre o que poucos viam na TV era uma rotina. À medida que a televisão era notícia, a classe média passava a cobiçar a sua própria televisão, para ter acesso direto aos fatos descritos, divulgados e até ocorridos em frente as suas câmeras.

Também medidas do setor público ampliavam o alcance e o poder da televisão como, por exemplo, Jânio Quadros, em junho de 1954. Ao mesmo tempo em que tomava medidas moralistas que caracterizaram todas as suas administrações, o então prefeito Jânio também instalou cinco aparelhos de televisão em praças públicas de bairros populares de São Paulo:

¹¹³ No final de 1951, calcula-se que havia apenas 7000 aparelhos no país entre São Paulo e Rio de Janeiro (ÁVILA, 1982: 29-32). Já Vida Alves aponta para a existência de 10 mil aparelhos apenas em São Paulo no final de 1951, ainda que o custo de um aparelho fosse elevadíssimo, perto de US\$ 5.700 (ALVES, 2008: 89).

Em junho de 1954, o prefeito Jânio Quadros determinou a cação de alvarás de funcionamento de comércios de bebida alcoólica do Brás. Também autorizou a compra de cinco televisores para serem instalados nas praças públicas de bairros da periferia da cidade. Moradores de bairros como Freguesia do Ó tiveram a oportunidade de acompanhar, por exemplo, as telenovelas da Tupi grande novidade de então (KWAK, 2006: 74-75).

O autor imagina apenas o aspecto lúdico da televisão, servindo para o povo assistir novelas. Porém, a mesma emissora que exibia novelas de sucesso (na época teleteatros), mostrava com ênfase crescente Carlos Lacerda atacando tanto o jornal a Última Hora quanto o presidente Getúlio Vargas.

O programa de Lacerda na Tupi chamava-se Falando Francamente. Inicialmente foi um comentário de cinco minutos; posteriormente, devido à repercussão, foi ampliado para quinze minutos, meia hora, até atingir uma hora:

E me puseram falando na televisão. Se não me engano, eu nunca tinha falado antes na TV, e me deram cinco minutos para explicar o caso da Última Hora. E aí me senti pela primeira vez diante daquele monstro, aquele negócio com um microfone e a luz toda em cima. Fiquei assustadíssimo. Como é que vou explicar, em cinco minutos, para um povo, que não está a par dessas tricas todas – de bancos, Matarazzo, jornal -, como é que eu vou ligar isso a fenômeno político Getúlio Vargas, dumping, e explicar o que é isso para o povo: dumping de jornal? Eu não me lembro mais o que eu disse, mas lembro que em cinco minutos o que eu disse- seja lá o que for – conseguiu fazer daquilo um assunto. No dia seguinte, já a televisão me deu mais tempo e aí foram me dando sucessivamente mais tempo. E aí a Rádio Globo se abriu para mim também (LACERDA, 1977: 127).

Lacerda atribui o seu sucesso na televisão ao convite para realizar o mesmo tipo de programa pelo rádio. Pelo menos quanto ao sucesso da televisão, sua versão é compartilhada por Fernando Moraes:

Diante da repercussão das aparições de Lacerda, Chateaubriand aumentou para meia hora o tempo de suas apresentações e mandou que aparelhos de televisão fossem instalados em pontos estratégicos do Rio e de São Paulo para que também o homem da rua pudesse acompanhar o lento esquiteamento da Última Hora e de seu dono (MORAIS, 1994: 553).

O objetivo dos opositores era em primeiro lugar liquidar o jornal Última Hora e depois destruir Getúlio Vargas (WAINER, 1987: 140). O sucesso e a dimensão dada pela mídia eletrônica foram revelados pelo próprio Carlos Lacerda, ao comentar que o acesso a TV, franqueado por Chateaubriand, e ao rádio, por Roberto Marinho, faziam com que ele se sentisse invencível (LACERDA, 1977: 127). Lacerda foi o primeiro no Brasil a perceber o potencial destrutivo da televisão, se usada de maneira sistemática e abusiva.

Seu êxito através do veículo é lembrado como parte dos acontecimentos pitorescos do período em São Paulo, tal como uma plateia ir ao cinema para assistir a televisão do saguão:

Em 1954, já havia a televisão, mas os aparelhos eram em número reduzido. Poucos tinham condições de usufruir desse meio de comunicação. No mês de agosto, a campanha contra o governo de Vargas se intensificou. Lacerda era o porta-voz dessa campanha e em 5 de agosto, sofreu um atentado, perpetrado por elementos da guarda pessoal do presidente, comandada por Gregório Fortunato. Nesse atentado, o major da Aeronáutica, Rubens Vaz (amigo de Lacerda) foi atingido mortalmente.

A televisão Tupi ia entrevistar Lacerda. Aqui é que entra o Cine Marabá. Na sala de espera do cinema havia um aparelho de televisão que os expectadores ficavam vendo, enquanto aguardavam o início de uma nova sessão. Mas, nessa noite, os expectadores lotaram a sala de espera para ver e ouvir o que o político Carlos Lacerda ia falar sobre os últimos lances da política contra o presidente Vargas. As pessoas compravam o ingresso não para assistir ao filme programado, mas para ver o grande orador. Eu confesso: fui um desses "expectadores".

Enquanto Lacerda se apresentava na televisão, a sala onde estava sendo exibido o filme programado permanecia completamente vazia; já a sala de espera, lotada. Ali as discussões entre os frequentadores eram acirradas, pois as opiniões estavam divididas e ali se concentravam adeptos tanto de Lacerda como de Vargas.

Com certeza, a presença de Lacerda naquele programa de televisão foi a gota d'água que transbordou no ato fatídico do suicídio do presidente Vargas, que ocorreu a 24 de agosto (PERIA, 2009: online).

Essa percepção acerca do potencial da utilização pioneira da televisão como veículo político no Brasil fica evidente para outras personagens dentro desse contexto. Este foi o caso do deputado federal Armando Falcão, na época dissidente do PSD e inimigo de Vargas, que foi um dos aliados de Lacerda e Roberto Marinho. Ele considerava a televisão e o rádio como duas “forças psicológicas de tamanha e tão instantânea influência na mente das pessoas que não é possível admitir que o Poder Público olhe pra os dois com indiferença e passividade” (FALCÃO, 1989:354). No futuro, em dois governos diferentes (Juscelino Kubitschek e Ernesto Geisel) Falcão poderia exercer esse controle essencial sobre os poderosos meios psicológicos, como ministro da Justiça.

Samuel Wainer corrobora a ideia de Armando Falcão, um dos responsáveis pela CPI que era movida contra a Última Hora. Talvez cometa um pequeno exagero no papel da televisão:

Desde 1952, esse ódio agudo, visceral, vinha se multiplicando, e podia ser captado em todo país. Na Tribuna da Imprensa e nos Diários Associados, reportagens, artigos e editoriais fustigavam-me diariamente. Graças a **TV Tupi**, a figura de Lacerda tornara-se familiar a centenas de milhares de

espectadores, que a cada noite ouviam mais acusações contra mim. E o cerco se tornou incomparavelmente mais agressivo a partir de 12 de julho de 1953. Nesse dia o Diário de São Paulo, um dos jornais da cadeia de Assis Chateaubriand, publicou uma manchete que agitaria o país: Wainer não nasceu no Brasil (WAINER, 1987: 182).

A constatação de Falcão sobre a dimensão da televisão se assemelha muito ao potencial mencionado por Wainer. Embora de forma prematura, ambos percebiam uma elevada importância do meio como uma espécie de ferramenta política:

Eu era deputado federal em oposição a Getúlio Vargas e vi como se tornou fácil Carlos Lacerda derrubá-lo, em 1954, **usando armas invencíveis da televisão e do rádio**. Começando pelo bombardeio da CPI da Última Hora, por mim criada na Câmara, Lacerda, com microfone da **Radio Globo** na mão, trabalhada por Raul Brunini, e toda noite no vídeo da **TV Tupi**, cavou o buraco dentro do qual afundou o governo, na tragédia final do suicídio de 24 de agosto (grifos meus) (FALCÃO, 1989:355).

Em 1953 houve uma suspeita de aparelhamento político da TV pelo Estado. Victor Costa, recém saído de um curto período como diretor das emissoras de Chatô, chegou a São Paulo com o intuito de criar um negócio. Ele adquiriu a Rádio Excelsior e montou a Rádio Nacional de São Paulo (sem vínculos com a Nacional do Rio, que pertencia à União). Adquiriu também a Rádio Cultura. Aos poucos, começou a comprar diversas emissoras de rádio pelo país. No mesmo ano, ele fundou a Organização Victor Costa (OVC), de forma que pudesse centralizar a administração. A suspeita de aparelhamento se deu porque o dono da OVC fora diretor da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, principal emissora de rádio do país e de propriedade do Governo Federal.¹¹⁴ Em 1954 começou a negociar com o deputado Ortiz Monteiro a compra da TV Paulista, canal 5, em São Paulo – fato que foi visto por Assis Chateaubriand como uma iniciativa de Vargas. Inimá Simões explica:

No episódio de compra da TV Paulista em São Paulo, por Victor Costa, ex-diretor da Rádio Nacional do Rio e homem muito próximo a Getúlio Vargas. O clima de mútua desconfiança que sempre cercou as relações entre Chateaubriand e Getúlio Vargas despertou suspeitas no primeiro quanto a alguma trama que estaria sendo articulada (SIMÕES, 1986: 32).

De fato, Victor Costa foi um ferrenho getulista e suas empresas eram voltadas para uma defesa de Vargas e das políticas propostas por ele. O enriquecimento devido aos espaços criados pelo modelo econômico estabelecido por Vargas fez Victor amigo

¹¹⁴ Inaugurada em 12 de setembro de 1936 a Rádio Nacional em 1939 fazia parte do grupo empresarial que abrangia a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, o jornal A Noite, e a Rio Editora, detentora de uma dívida de três milhões de libras esterlinas. Em oito de março de 1940, o governo de Getúlio Vargas encampou todas as organizações do grupo, através do Decreto-Lei nº 2.073, criando as Empresas Incorporadas ao patrimônio da União.

íntimo do presidente (WANDERLEY, 2005: online). Ele chegou a esboçar uma campanha de resistência a partir da crise institucional de 1954, colocando todos seus veículos de comunicação na luta contra Lacerda. Contudo, Chateaubriand imaginava que era algum tipo de reação por parte de Vargas à negociação que só se efetuou um ano depois, quando o presidente já estava morto. A TV Paulista passava por dificuldades e contava com pouquíssimos recursos. Era prejudicada pela forte concorrência e estrutura da TV Tupi e da TV Record. Com a chegada da OVC, a TV Paulista viveu um momento de nova ascensão.¹¹⁵

Existiam evidências de que Getúlio Vargas não tinha se descuidado do campo da radiodifusão. Em 1945, Hugo Borghi, político getulista depois ligado ao PTB, havia adquirido, através de financiamento federal, três emissoras de rádio, transformando-as em instrumento de propaganda do governo Vargas. Havia também Rubens Berardo, que seria eleito deputado federal pelo PTB da Guanabara em 1954. No início dos anos cinquenta, ele havia comprado a Rádio Continental no Rio de Janeiro, tendo recebido uma concessão de televisão, a qual só veio a se tornar funcional em 1959.

A apreensão de Chateaubriand em relação à ideia de o Estado constituir seus próprios meios eletrônicos de comunicação era compreensível. O sucesso da Rádio Nacional aparelhada durante o Estado Novo, tornando-se a melhor emissora de rádio do país e garantindo espaço ao Executivo, ainda persistia vivo em sua memória. Na época, para ilustrar a influência da rádio, o cronista Ruben Braga dizia: “O povo brasileiro fala a linguagem da Rádio Nacional” (FEREIRA, 1998: 57).¹¹⁶ Desse modo, o interesse demonstrado na televisão por Getúlio Vargas não era pequeno.

Apenas cinco meses após a volta de Getúlio Vargas ao poder, no dia 19/07/1951, foi publicado o Decreto Nº 29.783/51, que alterou o prazo de concessão dos canais de televisão de 10 para três anos. Também criou uma comissão para elaborar um Código Brasileiro de Radiodifusão e Telecomunicações. A normativa demonstra claramente que o Presidente pretendia estabelecer um controle mais rigoroso sobre as concessões e sobre a potencialidade dos meios de comunicação eletrônicos, no caso a televisão. No

¹¹⁵ Com o tempo, a OVC passou a criar novas emissoras de TV, como a TV Santos 1957, a TV Bauru e uma emissora em Recife ambas em 1959. A OVC chegou a obter uma concessão para ter outro canal em São Paulo, o canal 9, que, no entanto foi vendido, antes mesmo da emissora ser inaugurada, para um grupo de empresários que mantiveram o nome escolhido pelos donos originais da concessão (TV Excelsior). A TV Excelsior será examinada em detalhe em outras seções deste trabalho.

¹¹⁶ Posteriormente na década de 1980, Washington Olivetto diria que o Brasil falava TV Globês, marcando o deslocamento da preponderância da mídia para televisão.

ano de 1952, o Decreto nº. 31.835/52 incorporou à portaria criada em 1949 o sistema de UHF, e definiu o padrão de imagem de 30 quadros por segundo, com 525 linhas, idêntico ao padrão adotado nos Estados Unidos. Além disso, existia a intenção por parte do Presidente de criar um canal público de televisão. Ao que tudo indica, Vargas pretendia seguir os passos da Rádio Nacional pela TV.

1.8 Vargas: o desfecho

Roberto Pisani Marinho Coelho de Barros herdou de seu pai um pequeno jornal vespertino na cidade do Rio de Janeiro em 1925, chamado O Globo. A partir desse jornal, construiu um dos maiores conglomerados da mídia no Brasil: as Organizações Globo – complexo múltiplo de empresas, com ênfase maior na comunicação e capitaneado pela Rede Globo de Televisão.

O interesse de Roberto Marinho em televisão, segundo seu biógrafo oficial, Pedro Bial, começou nos idos de 1950. O primeiro pedido de concessão foi feito em nove de janeiro de 1951, através da Rádio Globo, que pleiteava junto ao governo de Eurico Gaspar Dutra a concessão de um canal de televisão. Em março de 1951, já na presidência de Getúlio Vargas foi atendido o pedido, o qual, dois anos depois, em janeiro de 1953, foi revogado pelo mesmo Vargas (BIAL, 2005: 178-179).

A postura liberal adotada por Roberto Marinho talvez tenha sido a causa da revogação do canal de televisão para a Rádio Globo. Mas a indisposição entre as políticas nacionalistas de Vargas e os veículos de comunicação de Roberto Marinho (jornal O Globo e Rádio Globo) foi constante durante todo o segundo governo de Getúlio Vargas. É provável que o Presidente já não achasse pertinente municiar seus inimigos com artilharia pesada, que seria voltada para a defesa do liberalismo pró-Estados Unidos.

Já no final do ano de 1953, Marinho se encontrava engajado na campanha anti-Vargas, desencadeada principalmente através da mídia. O reconhecimento da atuação de seu jornal é apontado pelo brasilianista norte-americano Thomas Skidmore:

Com o seu suicídio Vargas fez o feitiço virar contra o feiticeiro. Os seus inimigos vinham até então procurando ocupar o vazio criado pelo descrédito moral e político do governo. Mas, transformado agora o presidente em mártir, os antigetulistas passaram subitamente para a defensiva. Carlos Lacerda, antes o herói ferido, tratou primeiro de ocultar-se antes de seguir para o exílio. Multidões iradas apedrejaram a Embaixada norte-americana e incendiaram caminhões de entrega de O Globo, **inflamado vespertino antigetulista**. Esses alvos enquadravam-se na descrição dos algozes do presidente, mencionados em sua carta-testamento. (grifos meus) (SKIDMORE, 1988: 26).

A nota de Skidmore revela claramente a posição de Roberto Marinho, que combateu a Petrobrás desde sua proposta de concepção, inclusive recebendo verbas estrangeiras. Da mesma forma, combateria a Eletrobrás. No mesmo parágrafo, Skidmore destaca também a atuação de Carlos Lacerda, que deve ser compreendida na perspectiva do próprio Roberto Marinho, na qual “O Sr. Carlos Lacerda tornou-se, em 1954, uma figura nacional graças ao microfone da Rádio Globo...” (BIAL, 2005: 176) na campanha contra Vargas, na qual Lacerda usava a Rádio Globo e a TV Tupi para atacar o presidente. Cabe lembrar que a Rádio, através das ondas curtas, podia ser ouvida em quase todo país, enquanto a TV, ainda que de grande impacto, tinha sua imagem circunscrita ao Rio de Janeiro e São Paulo.

Ao ouvir a notícia do suicídio de Getúlio Vargas e a indignação popular contra seus acusadores, Marinho teve a plena consciência de seu papel e de que sua identificação imediata como um dos pilares da crise lhe seria cobrada: “Vou para O Globo, que vai ser atacado pelos getulistas” (BIAL, 2005: 177). O biógrafo autorizado nega qualquer participação de Roberto Marinho na articulação política que derrubou Vargas. Entretanto, revela, ao mesmo tempo, que Marinho teria passado a noite em que se deu o suicídio do Presidente na casa do Vice-Presidente João Café Filho (BIAL, 2005: 176).

Pouco antes do desfecho do segundo Governo de Vargas, em 1952, começou uma mudança importante para O Globo, visando superar a sua concorrência e consolidar o espaço do jornal frente aos maiores jornais do Rio de Janeiro. Roberto Marinho mudou de tática, partindo para o uso de técnicas modernas de publicidade. A contratação de Walter Poyares¹¹⁷, saído de passagens exitosas pelas maiores agências de publicidade norte-americanas atuantes no Brasil, seria decisiva para esse processo. Segundo Gonçalo Junior, Poyares se tornaria uma:

Espécie de sombra permanente do fundador da Globo, ele esteve presente em tudo de importante que aconteceu na vida de Marinho a partir do final dos anos 40: desde as polêmicas pessoais com Samuel Wainer, Carlos Lacerda e Orlando Dantas, ao caso Time-Life” (SILVA JUNIOR, 2001: 344).

¹¹⁷ **Walter Ramos Poyares** – foi um ex-seminarista, portanto, de forte orientação católica e anticomunista, que teve uma carreira voltada para a questão das relações públicas e da publicidade. Ele se destacou por conferir um status de ciência à comunicação no Brasil, tendo sido um dos fundadores do primeiro curso de pós-graduação no país. Primeiro diretor do Departamento de Jornalismo da PUC/RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; organizador e diretor do “pioneiro” curso em nível de pós-graduação voltado para Opinião Pública e Relações Públicas (1964 a 1972), na mesma universidade. Publicou diversos livros na área, sendo o primeiro ainda em 1937: **Princípios da redação do anúncio**.

Embora Walter Poyares tenha sido contratado como assessor pessoal, *sombra* de Roberto Marinho, como diz Gonçalo Júnior, seu nome não aparece na biografia oficial do patrão. Sua missão foi melhorar a imagem do proprietário de O Globo e modelar o jornal de Marinho conforme os jornais cruzadores existentes nos EUA – promotores de “cruzadas” – grandes campanhas comerciais ou ideológicas. Em 1952, o jornalista foi acusado de destruir reservas naturais, atuar como especulador imobiliário, e levar crianças e adolescentes ao crime de prostituição através das revistas em quadrinho que ele editava nos anos de 1940 e 1950 (SILVA JÚNIOR, 2001: 343).¹¹⁸ O papel de Poyares junto a Marinho foi explicitado na homenagem que lhe conferiu o título de professor Honoris Causa da Faculdade de Comunicação Social do Centro Universitário Alcântara Machado (FACOM-UniFIAM), em 2002. Na ocasião, o professor Joaquim Lannes, proferiu o seguinte discurso:

Ao trocar uma bem-sucedida carreira publicitária com passagens pelas agências J.W. Thompson, McCann Erickson e Standard, por uma experiência até então inédita junto ao empresário Roberto Marinho, Walter Poyares demonstrou não só uma grande confiança em suas convicções como o profundo conhecimento das técnicas de construção e de manutenção de imagem, as quais ele conhece como poucos. A conquista da liderança do mercado pelo jornal O Globo na década de 70 tem como artífice o nosso homenageado desta noite (Homenagem a Walter Poyares, 2002: online).

A experiência era inédita no Brasil, pois nos EUA já era praticada. Poyares foi trazido para cuidar da imagem de Roberto Marinho e de suas empresas.¹¹⁹ Era uma adaptação em termos de publicidade e propaganda, um sinal dos tempos em razão do crescimento industrial e urbano do país, que requeria técnicas publicitárias modernas. Amplamente calcado em suas experiências nas agências de propaganda mais destacadas, ele foi sem dúvida um dos pioneiros brasileiros inclusive no campo acadêmico e, no futuro, seria um dos elos na ligação do dono de O Globo com o regime civil-militar instaurado em 1964.

A derrubada de Vargas, em 1954, ocorreu sob o signo do golpe, deflagrado através da grande imprensa e nutrido por forças extremas do conservadorismo, como parte das Forças Armadas, que cercaram o presidente. O nacionalismo varguista, somado a sua política de sustentação de bases populares, desafiava e contrariava os interesses da alta burguesia nacional. Mais do que isso, contrariava os anseios de um ex-

¹¹⁸ Em 1964, Poyares foi um dos principais articuladores entre Roberto Marinho e os militares da ESG.

¹¹⁹ O Globo era um jornal de grande tiragem no Rio de Janeiro, quando Poyares foi contratado para levá-lo ao 1º. Posto (SILVA JÚNIOR, 2001:353).

aliado muito poderoso, ávido por mercados e por uma maior ingerência no espaço sul-americano. A consumação da conspiração defrontou-se com o inesperado suicídio, que resultou na revolta das massas populares, fazendo retroceder os responsáveis. Mesmo assim, o caminho para a instalação das multinacionais, na época chamadas trustes, foi facilitado pelo governo João Café Filho, vice de Getúlio nessa altura ligado à direita conservadora (CASTRO, 2001: 20).

Embora seja evidente que houve uma utilização política dos meios de comunicação de massa experimentada na queda de Getúlio, essa manipulação foi só o preâmbulo do papel político e ideológico que lhes seria atribuído nas décadas seguintes (HERZ, 1987: 82).

Em 1949, o resgate de Getúlio Vargas se deu diretamente por Chateaubriand, que enviou Samuel Wainer para cobrir o exílio do ex-presidente em São Borja. Porém, o dono dos Diários Associados não contava com o estreitamento de laços entre Vargas e Wainer. O financiamento para o jornal a Última Hora, pelo governo, ou através do uso do nome de Getúlio Vargas por Wainer, atraiu a ira de todos os outros jornais (SILVA, 2004:46). Assim, uniram-se por interesse em comum, entre outros: O Globo, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo, a Tribuna da Imprensa e todos os Associados. Foi uma guerra de jornais, que passou pelo rádio e chegou à televisão. Mas, além de Wainer, teve sempre outro objetivo: atingir Getúlio Vargas.

Onde antes havia uma disputa entre oligarcas, entre os grandes jornais, foi criada uma força desafiadora e com estreitos laços com o Estado. A luta foi ideológica, pela manutenção do poder político. O liberalismo apregoado pelos barões da imprensa deixou de lado a livre concorrência e cerrou fileiras contra uma máquina pró-Estado. Wainer e Vargas tiveram contra eles uma união de concorrentes para atingir um objetivo comum. Hélio Silva ressalta que, às vésperas do dia 24 de agosto de 1954, foi permitido a Carlos Lacerda o privilégio de desfrutar de uma *frente única no rádio e na televisão* atacando Getúlio Vargas (SILVA, 2004: 90).

A inusitada coalizão de concorrentes combinava esforços que uniam, entre outros, os interesses de Roberto Marinho (jornal O Globo e Rádio Globo), Assis Chateaubriand (na época, possuidor de mais de vinte jornais, os Diários Associados, uma dúzia de Rádios, as Emissoras Associadas, e dois canais de TV, Tupi Rio de Janeiro e Tupi São Paulo) e Carlos

Lacerda (o jornal Tribuna da Imprensa).¹²⁰ Unidos em 1954, compartilharam ideais e oposição ao modelo nacional-desenvolvimentista, refazendo sua aliança em 1964, quando apoiaram o golpe militar. Pode-se dizer que, entre 1954 e 1964, eles estiveram capitaneando diversas mídias em sintonia, ora para enfraquecer, ora para depor presidentes. Posteriormente, passado o golpe em 1964, tendo sido eliminados os inimigos políticos ideológicos, as diferenças entre eles vieram à tona em enfrentamentos diretos.

Os proprietários dos jornais e outros veículos de comunicação parecem adotar uma política de pragmatismo de ocasião. Ao aderirem ao liberalismo como bandeira, desde que não atingisse seus objetivos imediatos, objetivavam ganhar dinheiro rapidamente. Com poucas exceções, eles não aderiram a modelos dinâmicos de gerenciamento e empreendimento (face moderna do capitalismo empresarial que despontava nos EUA). Talvez Roberto Marinho tenha sido um representante de uma visão diferente. No futuro ele passaria de apoiador do capital estrangeiro a dependente, de dependente a sócio, e de sócio a concorrente. Durante sua trajetória, em alguma medida ele construiu parte representativa do patrimônio cultural nacional com os programas de sua rede de televisão; ao mesmo tempo, paulatinamente foi construindo um invejável poder político.

Utilizando-se do modelo ideal criado por Fernando Henrique Cardoso sobre a dualidade do mundo empresarial brasileiro, Renato Ortiz constrói uma ilustração excelente sobre suas diferenças, na qual podemos encaixar Assis Chateaubriand e Roberto Marinho:

O primeiro tipo é marcado mais pela usura do que pela exploração metódica e racional da força de trabalho. Ele caracteriza o empresário pioneiro, que “tira dinheiro de pedra”, mas que atua na base do empirismo, utilizando procedimentos tipicamente aventureiros, que normalmente desembocam em práticas de manobra de mercado. “A preocupação com tirar proveito das facilidades oficiais caracteriza a mentalidade econômica deste tipo de capitães da indústria. A contrapartida a esse tipo de mentalidade pode ser encontrada no homem de empresa; nesse caso temos indivíduos preocupados em reorganização técnica e administrativa dos empreendimentos e com o aumento de sua eficácia. Metodização do trabalho, especialização da base tecnológica da produção, expectativa de lucros a prazos médios e espírito de concorrência são as características básicas das preocupações do homem de empresa. Numa situação competitiva, esse tipo de homem confia e atua através da capacidade de previsão, que busca adequar a produção à situação real do mercado (ORTIZ, 2001: 57).

¹²⁰ Carlos Lacerda sempre contou com grande apoio do jornal O Estado de S. Paulo, pois era amigo de Júlio de Mesquita Filho, que foi sempre um feroz inimigo de Getúlio Vargas e dos políticos considerados como seus herdeiros: João Goulart e Leonel Brizola.

Roberto Marinho foi o primeiro a contratar um publicitário para mudar sua imagem e de seu Jornal, algo que no Brasil só se tornaria usual na metade da década seguinte. Entretanto, nos meados dos anos cinquenta, Roberto Marinho ainda ensaiava os passos que o levariam a uma posição de absoluto destaque, pois então o poder midiático e seus reflexos imediatos na política nacional ainda tinham um representante muito acima dos demais – Assis Chateaubriand. Entre o ocaso de Chateaubriand e a ascensão de Marinho, houve o empresário moderno nacionalista Mario Wallace Simonsen, cujo projeto seria abortado em 1964 pelas novas autoridades constituídas. Portanto existiram pelo menos três modelos de negócios e serviços, como será analisado no capítulo quatro.

Conclusão do Capítulo I

Como evidencia a narrativa desse capítulo, a televisão teve uma trajetória bem distinta da imprensa em geral e mesmo do jornal em particular, conforme anunciado na Introdução deste trabalho. A imprensa está associada à criação da própria modernidade, à invenção do indivíduo; o jornal, à era das revoluções que constituíram direitos populares (Revolução Americana, Revolução Francesa), para só depois de um período colocar-se a serviço do patrimônio, após o advento das redes do capital monopolista e das leis antitruste. Todavia, com a TV tudo se passa de modo diverso. A televisão já nasceu na era das redes, dos monopólios, da transnacionalização do capital e do embate da democracia com os monopólios e com o totalitarismo.

Mais do que isso, mais do que filha dos monopólios e do nazismo, a televisão é descendente da Crise de 1929, que pôs fim à primeira globalização. Adolf Hitler não foi o único a fazer uso da televisão: quase todos os Estados corporativos que dominavam a paisagem europeia empreenderam algum tipo de experiência com a TV. Esse modelo estatal iria ter a sua continuidade mesmo após a Segunda Guerra Mundial. Importa reter que, a serviço do Estado autoritário ou dos monopólios, a Televisão já nasce como instrumento político de controle da opinião pública. Este é o fio condutor que une experiências tão díspares, como a TV a Cabo, na Alemanha, a criação de TVs estatais, na Europa, e a participação acionária de Rockefeller nas redes de televisão nos EUA.

Nos EUA, graças à forte tradição puritana, desde a lei Sherman (1880) coibiu-se a ação dos monopólios, e nunca houve uma rede única de TV. No Brasil, entretanto, a televisão nasceu sob égide do monopólio privado. Mais do que isso, como instrumento

de interferência política e protagonista direto acerca dos rumos do projeto nacional. Nem mesmo em seus devaneios mais remotos, Rockefeller sonhou em ter nos EUA o que obteve com a maior facilidade no Brasil: uma rede para promover a Standard Oil e suas afiliadas. Pelo contrário, nos EUA as participações da Standard Oil ou de suas afiliadas em rede de TV eram pouco mais do que simbólicas. Eram mais um meio de pagamento que procurava reforçar o papel do anúncio do que um recurso de poder para controlar a televisão.

Deste contraste, descortina-se a tragédia da televisão na semiperiferia¹²¹: a TV nasce como monopólio a serviços dos monopólios estrangeiros e instrumento da ideologia liberal, justamente onde a democracia era mais frágil e os instrumentos de controle do patrimônio mais arraigados.

Mais do que uma diferença política ou administrativa, trata-se de um traço sociológico distintivo que serve para explicar a importância da existência de uma literatura que trata sobre TV e democracia fora dos países centrais. Ao menos em parte, serve para explicar porque a democratização da comunicação surgiu como movimento inicialmente de intelectuais e jornalistas, depois de sociólogos e politólogos no Brasil, e não nos Estados Unidos.

Um dos principais objetos da disputa entre “entreguistas” e “nacionalistas” no Brasil foi o projeto nacional, calcado em dois pontos: a orientação da política externa e o petróleo. Cumpre ressaltar que, inicialmente, Chateaubriand apoiou Vargas por razões de ordem tática, pois queria apoio e financiamento para a TV Tupi em São Paulo. Contudo, sua orientação liberal entreguista o colocou em rota de colisão com Vargas e seu projeto nacional.

Chateaubriand fez uso embrionário da televisão como substituta do partido, no caso, em sua eleição para senador pela Paraíba, quando criou o artifício do primeiro comício eletrônico. Quando esteve em desacordo com Vargas, lançou Lacerda na TV Tupi, ampliando seu tempo de exposição e, posteriormente, ao espalhar receptores de TV pelas ruas, a própria visibilidade do veículo. O veto player dos meios de comunicação, inclusive da televisão, que desde o início foi pauta ou agenda de outros

¹²¹ **Semiperiferia** – embora o termo tenha sido difundido por Samir Amin na década de 1970, de acordo com Amado Cervo já é possível distinguir um comportamento característico de uma classe intermediária de potências ainda na ordem liberal do século XIX. Este é o caso de países como Turquia, China, Japão, Argentina e Brasil (CERVO, 1999: 99). Trata-se de países que, apesar de pobres, detinham um considerável grau de autonomia de decisão na ordem internacional.

meios (rádio, jornais e revistas), exercido contra a linha nacionalista conciliadora de Vargas, foi decisivo para o isolamento da Presidência e para o suicídio do presidente.

A disputa entre “entreguistas” e “nacionalistas” foi uma marca que perdurou nos governos seguintes. Ela continuou nos meios de comunicação pela atuação dos conservadores pró-EUA (Chateaubriand, Lacerda e Marinho), não raro em choque com a Presidência, que tentou resistir ao agendamento da política externa e à pressão sobre a regulamentação do petróleo.

Capítulo II – de Café Filho a Juscelino Kubitschek

Introdução

Este capítulo trata do período que vai de Café Filho a Juscelino Kubitschek. O pano de fundo da disputa política é o mesmo: o conflito entre nacionalistas e entreguistas. Contudo, ocorreram significativas modificações na composição dos atores e um refinamento na atuação dos protagonistas. No mundo da política, Juscelino tentou realizar uma síntese entre o liberalismo dos entreguistas e o desenvolvimentismo dos nacionalistas. No mundo da mídia, surgiu um novo ator: as agências de publicidade. A própria televisão, em certa medida graças ao concurso dos anúncios pagos, tornou-se um empreendimento rentável. Por outro lado, essa sofisticação, quer no âmbito das proposições políticas, quer na diversificação de atores, não foi suficiente para atenuar a forte polarização da sociedade brasileira. Pode-se dizer que, sob diversos aspectos, ela até se modificou. Importa notar que a figura do concessionário da emissora (rádio ou TV) passou por um declínio relativo em virtude da publicidade e do anúncio pago.

No curso desse capítulo, iremos ver a instrumentalização direta da televisão pelos políticos, desde Carlos Lacerda a Jânio Quadros. O principal protagonismo refere-se à utilização de inserções de programas na TV através de anúncios pagos, mecanismo que acabou sendo utilizado pelas corporações transnacionais e posteriormente pelas empreiteiras que construíram Brasília. Assim, esse capítulo começa narrando a trajetória do Repórter Esso. Ele serve para ilustrar o contexto da reação da Presidência da República no confronto direto entre “entreguistas” e “nacionalistas” pela TV. Serve também para demonstrar a capacidade de agendamento e os crescentes graus de internacionalização do conteúdo televisivo no Brasil. Aqui se assoma a figura do telejornal que continuará, mesmo em períodos bem posteriores da história do país, sendo recurso decisivo para o agendamento ou para o exercício do veto player.

Passado esse interlúdio do surgimento do telejornal, que une o conteúdo desse capítulo ao anterior e a momentos longínquos da história futura do país de resto, o capítulo segue a ordem dada pela cronologia histórica. Inicia na presidência de Café Filho, que assumiu como vice de Vargas, e termina nas eleições de 1960, que deram vitória a Jânio Quadros e mais uma vez a João Goulart como vice-presidente.

2.1 O Repórter Esso no Brasil: a escalada dos telejornais (1952-1970)

Os homens, em geral julgam antes com os olhos do que com as mãos, pois todos têm oportunidade de ver, mas raramente de apalpar. Todo mundo vê muito bem o que aparentas por fora, mas poucos percebem o que há por dentro; e esses poucos não se atrevem a contrariar a opinião dos muitos... O vulgo só julga o que vê. (Maquiavel, XVIII).

Com o advento da televisão no Brasil, um produto de cinema seria rapidamente adaptado para a tela pequena: os jornais da tela no cinema foram os pais dos telejornais no Brasil. Na inauguração da televisão, foi montado um quadro jornalístico chamado Imagens do Dia, todo gravado em filme cinematográfico no dia anterior à sua exibição (ALVES, 2008: 147). Contudo, o jornal da tela de cinema era algo datado e muitas vezes repetido, enquanto o telejornal deveria ser diário – muito mais ágil.

As iniciativas se seguiram já com patrocinadores em 1952, quando foi lançado o “Telenotícias Panair” também na Tupi de São Paulo. Ainda naquele ano de 1952, no dia primeiro de abril, surgiria na Tupi do Rio de Janeiro o primeiro grande marco do telejornalismo nacional: “O Repórter Esso” (MATTOS, 2002: 172).¹²² No ano seguinte, em 17 de junho surgiu a versão paulista (ALVES, 2008: 152). Posteriormente, em cada estado que as Emissoras Associadas de Assis Chateaubriand abriam uma estação de TV, era montada uma versão local do Repórter Esso. Conforme Ávila, o telejornal era feito com filmes nacionais e internacionais (ÁVILA, 1982: 31). Mas, segundo Armando Nogueira, existia uma ampla primazia do panorama internacional:

Creio que pouca gente sabe que o sucesso do Repórter Esso, se devia ao noticiário internacional, e não ao nacional. Embora tivesse desfrutado de liberdade naquela época, ele era realizado fora da TV Tupi, pela UPI, sob controle de uma agência de publicidade que tinha a responsabilidade de entregar o jornal pronto. A TV Tupi limitava-se a pôr no ar. A agência usava muito mais material internacional, filmes importados da UPI e da CBS (Agências fornecedoras de serviços de filmes), do que material nacional (NOGUEIRA, 1988: 86).

Patrocinado por uma mega empresa petrolífera, a Standard Oil of Brazil,¹²³ aqui chamada de Esso, da família Rockefeller, era uma adaptação do êxito do rádio, lançado no Brasil em 28 de agosto de 1941 (XAVIER, 2000: 169). Na época do lançamento como

¹²² Luciano Klöckener tem uma data diferente: “Na televisão, o noticiário, com o nome de *O Seu Repórter Esso*, estreou em quatro de maio de 1952, na TV Tupi, do Rio de Janeiro, Canal 6, onde permaneceu por 18 anos, até 31 de dezembro de 1970, sempre com a apresentação do locutor Gontijo Teodoro, falecido em 2003.” (KLÖCKENER, 2008:145).

¹²³ Para ser mais claro, era mantida pela Standard Oil New Jersey, uma das empresas que antes da Lei antitruste ser promulgada nos EUA, em 1911, pertencia a Standard Oil, da família Rockefeller, posteriormente, a New Jersey passou a se chamar Exxon.

programa radiofônico, estava plenamente inserido no plano de Nelson Rockefeller¹²⁴ para ampliar a influência estadunidense na disputa por espaço com o Eixo, no contexto que antecedeu a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Era um veículo ideológico e de propaganda.

No Brasil, iniciou sua veiculação através da emissora estatal Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Logo o Repórter Esso tornou-se o principal noticiário radiofônico brasileiro, feito como cópia da síntese de notícias radiofônicas transmitidas nos Estados Unidos desde 1935 pela *United Press*. Em menos de um ano, o noticiário foi transmitido por mais quatro rádios nos principais núcleos de poder político do Brasil: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife (KLÖCKNER, 2001: online).

Sua adaptação para a TV seguia uma lógica similar, mas com quase total controle externo da agência de publicidade McCann Erickson¹²⁵, que fornecia as imagens internacionais e o programa já montado para ser lido pelo narrador. Chama a atenção o fornecimento de filmes pela CBS que, segundo Frances Saunders, foi desde os primeiros movimentos da Guerra Fria uma fachada para a atuação da CIA, com a complacência do seu proprietário:

William Paley herdeiro da *Congress Cigar Company* tinha laços estreitos com o mundo do serviço secreto. Amigo de Allen Dulles deixava que a CBS, a rede de televisão de sua propriedade, servisse de cobertura para funcionários da CIA, num arranjo semelhante ao autorizado por Henry Luce em seu Império Time-Life (SAUNDERS, 2008: 286).

Foi instaurada em 1957 uma Comissão Parlamentar de Inquérito, cujos trabalhos foram concluídos em 1959. O relatório apontou o envolvimento da McCann Erickson e da Esso na distribuição de verbas para a imprensa contra a nacionalização do petróleo. Portanto, fica muito difícil de conceber o Repórter Esso como um veículo neutro e desprovido de interesse político. De fato, quando Armando de Moraes Sarmiento, presidente da McCann Erickson Brasileira, depôs nessa CPI, admitiu que o Repórter Esso, no rádio e na televisão, eram os veículos básicos para a propaganda da Esso (KLÖCKNER, 2008: 69).

¹²⁴ Comitê Interamericano para a América Latina.

¹²⁵ **McCann Erickson** - a agência McCann-Erickson introduziu o noticiário mais ouvido no país, o Repórter Esso. Tinha como sua conta-âncora a Standard Oil, da família Rockefeller, empresa que está na origem da agência, uma vez que a iniciativa de Harrison McCann de abrir a agência deveu-se ao desmembramento da Standard Oil, que foi determinado pela Suprema Corte em um processo contra monopólio, no início do séc. XX (BOGART, 1995:65-68).

A penetração do capital estrangeiro e a maneira como era ampliado o controle das informações pelos patrocinadores foi exposta por Joel Silveira e Lourival Coutinho em 1957:

São largas e regamente compensativas as verbas de publicidade das grandes companhias estrangeiras na imprensa brasileira. Verdadeiras fortunas são distribuídas à maioria dos nossos jornais para a propaganda das realizações e dos produtos dessas companhias. Mas, sob a condição, é óbvio, de esses jornais pelo menos poupá-las de qualquer crítica ou defender interesses opostos aos seus (COUTINHO e SILVEIRA, 1957: 504).

Os autores pareciam estar parcialmente adiantando os resultados do relatório da CPI sobre as verbas investidas na imprensa na questão do petróleo. A comissão parlamentar constatou que a imprensa era em grande parte dependente das verbas de publicidade direcionadas por agências de publicidade internacionais. Além disso, essa CPI percebeu que a nova mídia eletrônica (rádio e TV) dependia ainda mais dos anunciantes, uma vez que não tinha como vender assinaturas e nem mesmo espaço das matérias pagas.

Aliás, como ficava destacado no relatório da CPI:

Efetivamente, uma empresa jornalística ou de radiodifusão é também uma entidade econômica que, para ter condições de sobrevivência, necessita equilibrar despesa com receita. E esse equilíbrio não se concretiza sem a contribuição de matéria paga, do anúncio, da publicidade remunerada. A parcela da receita relativa à venda de exemplares, avulsa ou de assinantes, é mínima e até nula em certos casos, nos jornais e revistas; e nula na radiodifusão e televisão. A verdadeira fonte de renda da imprensa falada ou escrita e a publicidade. A viabilidade econômica de uma determinada empresa jornalística está assim condicionada à sua capacidade de conseguir verbas de propaganda. Têm assim os controladores dessas verbas, um poderoso instrumento de pressão sobre a imprensa, que os habilita a exercer funções de censura (BRASIL, 1959: 797).

Pode-se ainda acrescentar às conclusões da CPI, que não foram divulgadas por nenhum dos grandes jornais do Brasil na época em que se encerrou, um fator específico da televisão. Devido ao alto custo de sua tecnologia, a TV necessitava uma concentração maior de recursos. Convivia com altos custos de operação, demanda, manutenção e modernização constante. Era um negócio mais dispendioso que a mídia impressa; portanto, tinha uma dependência constante de capital e tecnologia (CASTRO e SCHÖREDER, 2009:385). Conforme já havia constado Daniel Herz, a dependência externa reflete-se de modo particularmente agudo na organização dos meios de comunicação de massa. E manifesta-se com cristalina evidência na utilização econômica e política das modernas tecnologias de comunicação (HERZ, 1987: 75).

A ligação orgânica das emissoras de televisão com o capital e a tecnologia foi abordada por Assis Chateaubriand, no artigo “Televisão para mais paulistas”. Foi publicado em diversos jornais e veículos dos Associados por ocasião da inauguração de sua primeira emissora, a TV Tupi de São Paulo:

A aparelhagem da televisão, precisamente por causa da rapidez com que vai se desenvolvendo, alcança preços inacessíveis para quem não estiver disposto a gastar muito dólar, em pura obra de pioneiro. Para se ter uma ideia do que é, basta mencionar as informações que me dá Mr. Brunnet. Em três anos de funcionamento, uma emissora de televisão gasta o dobro de seu capital e para acompanhar os novos aperfeiçoamentos, que se vão introduzindo na técnica, arrisca-se a tresdobrá-lo. Isto explica porque somente os Estados Unidos, a Inglaterra e a França dispõem de televisão explorada em bases comerciais, embora deficitárias (CASTRO, 2000: 39).

Pode-se constatar pelo relato da CPI que o capital em grande escala era controlado por agências estrangeiras que influíam no conteúdo da programação, defendendo seus interesses:

Como grandes clientes, as distribuidoras exercem forçosamente notável influência sobre as agências de publicidade, levando-as também a seguir os mesmos critérios na colocação das verbas de outros clientes. Esse efeito de arrastamento canaliza a maior parcela da importância total gasta em publicidade, mais de nove milhões de cruzeiros em 1957, para órgãos de divulgação dispostos a colaborar na defesa dos interesses dos trustes, e subtraindo a viabilidade econômica aos que persistam em posição de independência (BRASIL, 1959: 798).

Para além dos interesses corporativos, havia a instrumentalização da publicidade também por parte da embaixada dos Estados Unidos. A imagem dos Estados Unidos foi seriamente abalada na América Latina com o suicídio de Vargas, com a denúncia nítida contida na carta testamento. Segundo Gerald Colby: “O dano aos objetivos de propaganda de Washington contra a Petrobrás foi irreparável” (COLBY, 1995: 229). De fato os EUA já vinham com sua imagem bastante desgastada e arranhada pelos casos do Irã e da Guatemala.¹²⁶ A política intervencionista aberta evidenciava os limites da ideia da Guerra Psicológica.¹²⁷

¹²⁶ No Irã, ocorreu a operação Ajax, no início de 1953, para depor o governo nacionalista de Mossadegh. Um ano depois repetiu-se a dose na Guatemala, contra Jacobo Arbenz, defendendo, no primeiro caso, os interesses petrolíferos e, no segundo, a United Fruit, ambos trustes.

¹²⁷ **Psychological Strategy Board** – criado pelo presidente Henry Truman em quatro de abril de 1951, a diretoria de Estratégia Psicológica, cujo título foi reduzido para PSB. Em janeiro de 1953, com a posse de Eisenhower, Charles Douglas Jackson foi confirmado como assessor especial do presidente para guerra psicológica. Conforme Frances Saunders, tratava-se de uma espécie de ministro da propaganda com poderes quase ilimitados. Na verdade, as funções de C.D. Jackson em sua vida empresarial ou de funcionário público não estavam completamente dissociadas. Era homem de confiança de Henry Luce, proprietário do grupo Time-Life, também ligado ao projeto do comitê Europa Livre, seu complexo

Desse modo, o presidente Dwight Eisenhower expressou:

“Nosso objetivo na Guerra Fria não é a conquista de territórios nem a subjugação pela força”, explicou o presidente Eisenhower numa coletiva de imprensa. “Nosso objetivo é mais sutil, mas penetrante e mais completo. Estamos tentando levar o mundo, através de meios pacíficos, a acreditar na verdade. Essa verdade é que os norte-americanos querem um mundo de paz, um mundo em que todas as pessoas tenham oportunidade do máximo de desenvolvimento individual. Os meios que empregamos para disseminar essa verdade são comumente chamados de “psicológicos”. Não tenham medo desse termo, simplesmente Por ele ser uma palavra de cinco dólares e cinco sílabas. A ‘guerra psicológica’ é a luta pela mente e pela vontade dos homens” (SAUNDERS, 2008: 167).

Nesse contexto, Nelson Rockefeller foi nomeado substituto de Charles Douglas Jackson como responsável pela guerra psicológica (*Psychological Strategy Board*) dos EUA no início de 1955.¹²⁸ Passou em seguida a ser o representante do Presidente no Conselho de Segurança Nacional:

No dia 12 de março, a CIA foi informada de que todas as operações clandestinas tinham de ser aprovadas primeiro pela Junta de Coordenação de Operações (OCB) do Conselho de Segurança Nacional, no qual Nelson representava o Presidente. Sob instruções de Eisenhower, o Conselho de Segurança Nacional autorizava a CIA a “desenvolver resistência subterrânea e apoiar operações clandestinas de guerrilha” (COLBY, 1995: 301).¹²⁹

Os planos para CIA não foram nada modestos e delimitavam a infiltração em várias áreas da América Latina, a qual emergia como um dos prováveis cenários para a Guerra Fria, conforme mencionou o agente norte-americano Harry Rositzke:

A CIA se envolveu numa ampla frente de operações clandestinas: construção de agências de notícias e postos locais para distribuição de propaganda, apoio a congressos de estudantes não-comunistas, patrocínio ou subsídio de publicações anticomunistas, extensão das atividades de organizações intelectuais de fachada para grupos de juventude, de estudantes e de trabalhadores, do México e do Brasil (COLBY, 1995: 314).

Mais do que a suposta ameaça comunista – a Revolução Cubana só iria acontecer em 1959 – o que motivava as atenções da CIA para a América Latina era o

mediático estava imbuído de transformar EUA no farol do século XX. A Política do Estado e os interesses empresariais particulares eram conjugados (SAUNDERS, 2008: 166).

¹²⁸ O programa montado para essa intervenção era anterior a 1955. De fato o projeto doutrinário ou ideológico permaneceu confidencial, pois a documentação sobre a PSBD-33/2 ainda não foi liberada. Contudo, um memorando sobre seu teor foi escrito por um funcionário do PSB, Charles Buron Marshall (Saunders, 2008: 156).

¹²⁹ “Especificamente, tais operações incluirão quaisquer atividades clandestinas relacionadas a propaganda, ação política, guerra econômica, ação direta preventiva, incluindo sabotagem (...) subversão contra nações e grupos hostis, incluindo assistência a grupos clandestinos de resistência, guerrilhas e grupos de libertação de refugiados, apoio a elementos anticomunistas e naturais do local (...)plano e operações fraudulentas (...) tudo protegido pela nova doutrina de negação plausível”.

nacionalismo nos países da região, que crescia devido ao descaso estadunidense em relação ao desenvolvimento regional. Em parte, isso se deve a fato de que a reconstrução da Europa Ocidental foi patrocinada em larga escala pelos dólares dos EUA, o que deixava pouca margem para investimentos e auxílio na América Latina, considerada de menor importância e sem riscos imediatos¹³⁰. Porém, os interesses nacionais dos países latinos colidiam com os representados por Washington: a luta por independência econômica e soberania nacional ganhava corpo.

A Esso, atingida pela relação direta com o petróleo e também pela eterna imagem de monopólio símbolo dos trustes internacionais, criou em 1955 o Prêmio Esso para grandes reportagens jornalísticas, no intuito de melhorar a imagem da empresa. Era uma forma de recuperar a credibilidade junto à opinião pública e principalmente melhorar sua imagem frente aos jornalistas¹³¹.

A chave para o sucesso da versão televisiva do Repórter Esso está relacionada com a primazia da imagem. O discurso tinha que ser acompanhado pela imagem, dentro de uma lógica emocional. Segundo Rubens Furtado, “O Repórter Esso permitiu que o jornalismo fosse mais ilustrado. Além da participação oral do locutor e do apresentador, passou-se a ter uma preocupação com a informação visual” (FURTADO, 1988: 60). As técnicas desenvolvidas ainda no documentário de guerra nazista¹³² estavam relacionadas com a tentativa de compor imagens que colocassem a emoção no lugar da razão. Eram direcionadas para causar um efeito afetivo. Foram adaptadas para um mercado de informação na televisão, também imbuído de um sentido mercadológico ou propagandístico na busca por audiência.

O papel cumprido pelos telejornais no Brasil e seu imenso sucesso foi explicado por Gontijo Teodoro,¹³³ que durante muitos anos foi o locutor oficial do Repórter Esso no Rio de Janeiro. Segundo Teodoro, os fatores do sucesso foram múltiplos: além dos altos índices de analfabetismo do país, da baixa tiragem de nossos jornais impressos, o

¹³⁰ Além disso, houve a guerra da Coreia entre 1950-1953, drenando verbas e forças militares sob a bandeira da ONU. Elas eram capitaneadas pelos EUA, que desviou a atenção para Ásia.

¹³¹ CASSOL, Ivone Maria. Prêmio Esso e as transformações da reportagem: uma reflexão sobre a reportagem e o jornalismo impresso nos últimos 40 anos na Região Sul. Porto Alegre: PUC-RS, 1997 (dissertação de mestrado).

¹³² **Documentário de guerra nazista** - gênero de produção cinematográfica que, em termos de propaganda, durante a Segunda Guerra Mundial, foi muito superior a qualquer similar criado pelos Aliados. Posteriormente, no final de 1943, os norte-americanos tentaram imitá-lo na Série *Why We Fighth*. (CASTRO, 2002: 115-146).

¹³³ **Gontijo Teodoro** – O jornalista também foi diretor do departamento de telejornalismo da TV Tupi e professor da disciplina de TV/jornalismo nas faculdades Hélio Alonso e Estácio de Sá.

telejornal trazia o dia-a-dia mastigado para a massa. Poupava ao leitor o esforço imaginativo, “roubando-lhe o passeio onírico da criatividade” (THEODORO, 1980: 14).

Ele prossegue:

Aos que gostam da comodidade de receber a notícia animada e ilustrada sentados em sua poltrona, somam-se os que se informam só esporadicamente, os que são afeitos à leitura e os que, de poucas letras, somente tem acesso à notícia quando disseminada por via oral. São estes últimos os que tem olhos de ver (televisão), ouvidos de ouvir (rádio), mas não lêem. É onde o telejornalismo marca presença e dá foros nacionais aos fatos que, se limitados aos jornais impressos, não ultrapassariam a zona urbana dos grandes centros (THEODORO, 1980: 14).

O sucesso dos telejornais, exposto por Gontijo Teodoro, deu-se junto com o crescimento da televisão. Com o passar dos anos, os meios impressos foram perdendo espaço para uma forma mais confortável e atrativa de informação. Alguns poucos sobreviveram como competitivos, em sua maioria os que estavam veiculados a emissoras de televisão ou contavam com sólidas bases financeiras ou administrativas.

Com o tempo, os noticiários de TV passaram a ser tão posicionados e tão dirigidos quanto as páginas dos jornais. Representavam muito mais os interesses ou o ponto de vista dos proprietários dos canais de televisão e de seus patrocinadores do que de seus realizadores. Além disso, levaram sempre vantagem em relação ao meio impresso, pois alcançavam um público crescente, inclusive com pouca ou nenhuma instrução, para o qual o telejornal passou a ser o único meio de informação. A força da imagem em movimento aumentou seu peso e capital político em um crescendo até o final da década de 1990. Então, por múltiplos motivos, iniciou-se uma diluição dessa força: proliferação de canais de TV, TV paga, crescimento da internet, etc.

Outro fator importante relacionado ao telejornalismo refere-se à produção de “atalhos” para a construção de carreiras políticas (MIGUEL, 2003).¹³⁴ Estabeleceu-se claramente ainda no final dos anos de 1950 e no início da década de 1960 devido à visibilidade política ou ganho imediato gerado pela força da exposição da imagem na televisão.

Por exemplo, o antigo locutor oficial da Repórter Esso no rádio, Heron Domingues, fez sua transição do rádio para a televisão no mesmo Repórter Esso, mas em seguida passou à âncora de vários outros telejornais. Domingues montou uma

¹³⁴ A atuação dos meios de comunicação de massa como fonte de produção de “atalhos” permitiram que *outsiders* ganhassem posições, como atestam os estudos posteriores do cientista político Luís Felipe Miguel.

empresa de assessoria política e prestou serviços a deputados, senadores em exercício de mandato ou assessoria a campanhas eleitorais. Ao mesmo tempo, Heron Domingues recebia dinheiro de políticos para colocar notícias com seus nomes nas pautas do Telejornal Pirelli, da TV Rio (FERREIRA, 1995: 120). Mostrou claramente que era necessário ser notícia para ter visibilidade através de um meio de grande impacto, como a televisão. Os grandes centros urbanos concentravam cada vez mais a população. As estações de televisão eram, portanto, a maneira mais rápida e com maior ênfase emocional para atingir grandes contingentes de eleitores.

O repórter Esso cumpriu o papel de principal veículo de informação na Televisão. Esteve sempre diretamente vinculado aos interesses da Standard Oil, da família Rockefeller. Foi nesse contexto que Café Filho assumiu a Presidência.

2.2 Café Filho, as eleições de 1955 e os desdobramentos na TV

Filiado ao Partido Social Progressista (PSP), João Café Filho montou um gabinete ultraconservador. Indicou como ministro da Aeronáutica, Eduardo Gomes; para as Relações Exteriores, Raul Fernandes, ambos da UDN. Para o Ministério da Fazenda, Eugenio Gudin; para a SUMOC, Gouveia de Bulhões. A oposição ao modelo de Vargas ficou clara também na escolha do ministro da Aeronáutica, expoente do antivarguismo derrotado nas eleições de 1945, graças ao empenho de Vargas a favor de Dutra. Em 1950, Eduardo Gomes foi derrotado pelo próprio Vargas. Além de Gomes, Gudin representava a antítese do pensamento desenvolvimentista defendido por Roberto Simonsen.

Café Filho deu uma guinada nos rumos traçados por Vargas quando assinou a famosa instrução 113 da Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC), que permitia que as multinacionais importassem equipamentos por um preço 45% abaixo das taxas e as isentava da cobertura cambial necessária à importação de maquinário – benefício que não era desfrutado por empresas brasileiras. A SUMOC 113 revogou os obstáculos para a evasão do capital estrangeiro estabelecidos pela instrução 70 de Getúlio Vargas. Dessa forma, não seria um exagero dizer, segundo Paulo Fagundes Vizentini, que 1955 foi “o 1964 da economia”(VIZENTINI, 1995:123). Segundo Pinho Neto “no quadro político do pós-guerra, o governo Café Filho pode ser considerado um efêmero triunfo do ‘golpismo’ udenista. Mais do que um ensaio tratava-se de anúncio de 1964.” (PINHO NETO, 1995: 165). No mesmo sentido, Moniz Bandeira advoga que o mecanismo da Instrução 113 compelia o empresariado brasileiro a recorrer ao capital de participação,

associando-se ao capital estrangeiro, que exigia como condição primária a entrega de 51% do capital da empresa. Ao mesmo tempo, a Standard Oil tentava uma nova investida contra o monopólio do petróleo (BANDEIRA, 2007: 498-499).

O período de Vargas contou apenas com quatro estações de TV: no Rio de Janeiro, a Tupi, em São Paulo, sua irmã Tupi, assim como a TV Paulista e TV Record. Mesmo assim, Vargas tentou colocar as emissoras sob um controle mais direto do Executivo com o Decreto Nº 29.783/51, no qual estabelecia o prazo de três anos para as concessões e ainda criava uma comissão para elaborar um Código Brasileiro de Telecomunicações.

Com a crise estabelecida em 1953 e seu desenrolar com o suicídio do Presidente em 1954, o decreto foi revogado depois da pressão dos radiodifusores junto ao governo Café Filho (REBOUÇAS e MARTINS, 2007: online). O recém-inaugurado poder político da televisão não seria esvaziado nem controlado pela Presidência da República. As posições do sucessor de Getúlio caminhavam num sentido contrário das políticas estabelecidas por Vargas, quer seja no plano interno, quer seja no plano externo – e nisso também estavam incluídos os meios de comunicação eletrônicos.

Nas eleições para o Senado, em outubro de 1954, Chateaubriand defendeu seu mandato de senador pela Paraíba, mas foi derrotado pelos dois candidatos da UDN. Reagiu dando um ultimato ao PSD: ou o partido arranjava uma vaga de senador para ele ou os Associados não assumiriam qualquer compromisso com a candidatura do partido à Presidência da República. Confiante em relação ao peso de seus veículos de comunicação, ele mesmo se encarregou de fazer o levantamento do melhor estado para fazer a barganha e comunicou ao intermediário de Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves: “Doutor Tancredo, dessa vez é nas costas do Maranhão que nós vamos cravar nosso punhal” (MORAIS, 1994: 564).

Nesse caso, em 1954, não podiam ser oferecidos cargos públicos federais, pois no Governo estava Café Filho, desafeto de Juscelino Kubitschek. O senador Baima recebeu todos os vencimentos que teria jus como senador, e seu suplente assumiu o mandato de deputado federal. Assim, o caminho ficou aberto para Chateaubriand concorrer ao senado. A manobra foi combatida por jovens do PSD maranhense, que terminaram por se ligar a UDN, entre eles José Sarney,¹³⁵ que atacaram a imoralidade do acerto. Em defesa de Chateaubriand veio o próprio candidato a Presidente: “meu

¹³⁵ A proximidade com a sintonia com a UDN seria tanta que Sarney tornou-se, um pouco mais tarde, ghost writer de Carlos Lacerda, para ocasiões em que era preciso suavizar o texto (LAURENZA, 1998: 64).

partido não somente homenageia a figura de um grande brasileiro, como também presta mais um serviço ao país, pelo brilho de suas atividades e por sua inteligência abrangente” (MORAIS, 1994: 569).

Em São Luis, no Maranhão, Chateaubriand repetiu o expediente do circuito fechado de TV montado em praça pública no derradeiro ato de sua campanha ao Senado. Objetivava se autopromover, no segundo comício eletrônico do país (MORAIS, 1994: 571). Novamente, Chateaubriand foi eleito com mais de 70% dos votos válidos. A eleição foi conturbada, com evidências de fraude denunciadas pela UDN, que só atrasaram sua posse em noventa dias, até quatro de abril de 1955. Com isso, o apoio a Juscelino Kubitschek foi garantido, e cobrado. Segundo Chateaubriand, JK terminou sua campanha com uma dívida de 100 milhões de cruzeiros com os Associados, algo em torno de 1,3 milhões de dólares na época.

A eleição disputada de forma democrática não foi o suficiente para pôr termo ao clima de golpe que pautou a derrubada de Vargas e o restante do governo Café Filho. Na noite de 16 de setembro de 1955, Carlos Lacerda fez a leitura de um documento, diante das câmeras da TV Tupi, que havia sido publicado em fac-símile pelos jornais A Tribuna da Imprensa e O Globo. Tratava-se de uma carta assinada pelo deputado argentino Antonio Jesus Brandi, escrita em papel timbrado da Câmara de Corrientes na Argentina, e era destinada a João Goulart. Segundo Lacerda, o documento era parte de uma conspiração de coordenação sindical envolvendo o Brasil e a Argentina. Jango receberia armas com as quais desencadearia a revolução sindicalista (SILVA, 2004a: 41-42).

O palanque eletrônico à disposição de Lacerda não havia sido desmontado nem mesmo com o recuo depois do golpe em 24 de agosto de 1954. Um ano após o suicídio de Vargas, o incansável Carlos Lacerda estava novamente propondo um golpe. Embora tenha tido grande repercussão, a falsidade do documento foi rapidamente comprovada. Posteriormente, foi reconhecida inclusive por Lacerda (LACERDA, 1977: 106). Tratava-se de uma tentativa para desestabilizar as eleições que estavam marcadas para dali a dezessete dias (SILVA, 2004a: 42). Mas, curiosamente foi uma das primeiras vezes, se não a primeira, em que a televisão, em colaboração com os jornais, criou um “fato” para intervir, gerando instabilidade política no país. Posteriormente, esses acontecimentos se tornariam rotina.

Edmar Morel, que cobriu a repercussão da denúncia em Buenos Aires para o jornal A Última Hora, mostra que Lacerda sabia desde o princípio que se tratava de um

documento falso (MOREL, 1999: 227-228). Afirma que, anos mais tarde, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), ouviu do argentino Alberto Jorge Mestre Cordero, um dos presos pela falsificação da carta, a confissão onde teriam partido as instruções:

(...) o autor intelectual da falsificação fora Joaquim Miguel Vieira Ferreira secretário geral da Cruzada Brasileira Anticomunista, dirigida pelo almirante Pena Boto. Joaquim tinha uma carteira da polícia carioca com o nome de Victor Wanderlei de Souza, e recebia vultuosa quantia dos serviços secretos dos Estados Unidos. Em 1958, por exemplo, falsificaria outro documento, um memorial que pedia a renúncia de Kubitscheck e João Goulart (MOREL, 1999: 229).

A televisão continuou a ser explorada em termos políticos. No mesmo ano de 1955, as emissoras abriram espaço para Lacerda, que queria cancelar as eleições marcadas para agosto. TV Tupi, TV Rio e TV Record de São Paulo cediam suas câmeras e microfones para Carlos Lacerda. Nas telas, Lacerda pregava um governo de exceção, no qual não haveria eleições até que o povo esquecesse Getúlio Vargas, suas influências e a máquina partidária montada desde 1930 (CHAGAS, 2000: 676-677).

Em meio à fumaça que se levantava tendo a televisão como protagonista política, Roberto Marinho, que nutria boas relações com Café Filho, voltou à cena. Dessa vez, requisitou para sua empresa a concessão que fora reservada por Vargas para o canal educativo da Rádio Nacional do Rio de Janeiro. O fato foi denunciado pelo deputado Geraldo Soares, do PDC de Minas Gerais, que nessa altura estranhava a transferência da concessão de um canal que pertencia ao Ministério da Educação para a Rádio Globo:

Pelo que noticia a imprensa, vimos assistindo a um verdadeiro testamento dos ocupantes deste governo interino, previdente quanto sua derrota no próximo pleito e vigilantes quanto a sorte de seus beneficiários. Não refiro ao olho mágico de cidadãos que se dizem austeros e que estão a ganhar serventias vitalícias, outrora pelos mesmos condenados.

Trata-se no momento de favores contra bens públicos, pertencentes ao patrimônio do povo, loteados afoitamente entre os felizardos do dia. Há dias foi denunciado na Câmara um saque no patrimônio das empresas incorporadas ao Patrimônio da União, matéria de dois pedidos de informação.

Hoje queremos chamar a atenção do povo e Câmara para a concessão de pai a filho de um canal de televisão, pertencente ao ministério da educação, ao senhor Roberto Marinho, ou seja, Rádio Globo, devedora relapsa do Banco do Brasil. Aliás, cumpre ressaltar que o Sr. Marinho é proprietário de um punhado de revistas de quadrinhos de crime, violência e horror, além de revista ilustradas de caráter deletério, como a que se intitula “Aconteceu” pormenor de suma importância quando se trata de tirar do Ministério da Educação um veículo de formação, para entregá-lo, sem maior exame, aos deformadores da juventude, preocupados tão só com a cata de dinheiro. (SOARES, 1955)

A crítica do político mineiro não era nem um pouco sutil e atacava a hipocrisia declarada num claro reflexo da campanha anti-Vargas, fazendo alusão à condição de Roberto Marinho como mau pagador e devedor de bancos públicos, o que era usual entre todos os donos de jornal. A visão preconceituosa que era atribuída ao proprietário de O Globo, especialmente em função de sua ligação com as revistas em quadrinhos,¹³⁶ fato que destacamos anteriormente, levou Roberto Marinho a contratar um especialista em publicidade para cuidar de sua imagem, Walter Poyares.

Entretanto, a nota revela muito mais: o descaso para com bens públicos repassados a particulares, no caso, a concessão, assim como a percepção da potencialidade da televisão como um veículo de formação. Permite perceber, sobretudo, algo muito mais interessante, isto é, o fato de que a televisão era notícia inclusive em estados nos quais ela não estava instalada. Era objeto da preocupação de políticos e de setores da mídia também de estados periféricos, como o Rio Grande do Sul, o que ilustra a capacidade de agendamento da TV.

As eleições de três de outubro de 1955 tiveram o seguinte resultado: Juscelino Kubitschek (PSD - PTB): 36% dos votos, Juarez Távora (UDN): 30% e Ademar de Barros (PSP): 26%. João Goulart (PTB), vice de Juscelino, superou seu companheiro de chapa por 500 mil votos. Tudo parecia correto.

Juscelino Kubitschek, eleito em 1955, seria empossado em janeiro de 1956, mas continuava sob suspeita e vigilância desses setores estagnados, que se julgavam os únicos capazes de pôr o país no rumo certo. Sofreu um combate constante por parte da UDN e de Carlos Lacerda, que pregava o golpe de forma aberta em seu jornal A Tribuna da Imprensa. “Esses homens não podem tomar posse, não devem tomar posse, nem tomarão posse” escrevia Lacerda em seu jornal no dia 5 de novembro de 1955 (BENEVIDES, 1982: 197)¹³⁷. Segundo Walter Clark:

“Lacerda fez a TV Rio de palanque para tentar evitar sua posse. O programa era patrocinado pelo Ponto Frio, e o Lacerda ficava lá, no ar, desancando

¹³⁶ Sobre o preconceito e os quadrinhos no Brasil e no mundo que induzia à preguiça mental, prejudicava os hábitos da leitura de livros, ver (SILVA JUNIOR, 2004).

¹³⁷ A frase, contra JK e Jango e a postura golpista, lembra outra de autoria de Lacerda sobre Getúlio Vargas: "O Sr. Getúlio Vargas, Senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar". Carlos Lacerda, Tribuna da Imprensa (01/05/1950). Lacerda não estava sozinho, pois O Globo, vespertino de grande circulação, publicou a mensagem do almirante Pena Boto dirigidas aos “brasileiros patriotas” dizendo que “é indispensável impedir que Juscelino e Jango tomem posse dos cargos para que forma indevidamente eleitos” (DULLES, 1992: 223).

Juscelino e criando o clima para um golpe contra a posse, que ele tentou dar, mas não conseguiu” (CLARK, 1991: 103).

Não obstante, também houve momentos que demonstraram que a televisão podia cumprir outro papel, o que ressaltava uma função para o meio que a levava adiante de seus imaginados fins. Ou seja, ela podia exercer não somente a função estipulada pela vontade de seus proprietários ou pelos financiadores de programas. A TV foi palco de debates entre Carlos Lacerda, a Liga de Defesa da Legalidade fundada por Sobral Pinto, partidário da UDN, mas defensor do direito da candidatura e da posse do candidato do PSD (Juscelino Kubitschek). Tiveram destaque na Liga Vitor Nunes Leal e Evandro Lins e Silva, que comentou a respeito:

“Quando Juscelino foi eleito defendemos sua posse, contra o golpe. Participei ativamente desse movimento e tive dois embates com Carlos Lacerda na TV Tupi. Ele defendendo a necessidade de impedir a posse, e eu defendendo o contrário, que a posse deveria ser dada, que Juscelino estava eleito”.¹³⁸

A televisão era, nesse contexto, um eletrodoméstico de luxo, assistida apenas por uma elite em São Paulo e Rio de Janeiro. Mas cumpria um papel de vanguarda em termos de instrumento político, porque ela repercutia nos jornais e revistas nas duas cidades mais importantes do país. Influenciava os financiadores das campanhas eleitorais e os grupos de pressão que atuavam junto aos governos estaduais, ao Congresso e ao Executivo, enfim, a parte da elite nacional que fazia política. Isto acontecia porque a televisão já pautava parte das demais mídias, pois a reprodução dos discursos feitos na televisão chegava aos jornais e revistas que cobriam o que nela se passava. Assim também ocorria com as rádios, de forma que aumentava o seu alcance e distribuía sua mensagem aonde a imagem televisiva ainda não chegava, tornando-a notícia. No início de 1956, um levantamento de televisores no Brasil apontava para a existência de aproximadamente 200 mil aparelhos de televisão em todo país (SIMÕES, 1986: 34 / CPDOC, online).

O espaço político no recente meio de comunicação havia se intensificado entre 1950 e 1955. A penetração da televisão também haveria de dar um grande salto durante o governo de Juscelino Kubitschek.

¹³⁸ Evandro Lins e Silva apud (CHAGAS, 2000: 696). Os debates não foram tão tranquilos, pois quando Sobral Pinto levou vantagem sobre Lacerda, inclusive defendendo a Petrobrás, Lacerda se exasperou, acusando o famoso advogado de comunista, perdendo o apoio de parte dos militares que estavam na platéia, anticomunistas convictos, porém a favor da criação da Petrobrás e da manutenção da estatal. Logo em seguida, Lacerda desviou o foco para questões pessoais, alegando que o irmão de Sobral Pinto, na plateia, havia feito gestos obscenos.

2.2.1 O final do Governo Café Filho

Café Filho afastou-se da Presidência no dia oito de novembro de 1955, alegando um problema cardíaco. Em seu lugar assumiu a chefia do Executivo o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, do PSD, opositor de Juscelino Kubitschek. No início do mês, durante o sepultamento do general Canrobert Pereira da Costa, o coronel Jurandir Bizarria Mamede proferiu um violento discurso elogiando o colega morto por sua atuação anti-varguista dentro do ambiente militar. Além disso, fez críticas incisivas aos vencedores da eleição presidencial, Juscelino Kubitschek e João Goulart, no que chamou de “mentira democrática”. Segundo Mendonça, para os militares da Cruzada Democrática, reunidos também na Cruzada Brasileira Anticomunista, tratava-se de impedir a qualquer custo o avanço da esquerda, abrigada sob o manto dos partidos populistas (MENDONÇA, 2002:184).

Tal fato desagradou a ala legalista das Forças Armadas. A manifestação pública de Mamede foi considerada um incentivo ao golpe contra as instituições democráticas. O general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra, exigiu a punição do Coronel que estava na ESG, sob a chefia direta do presidente. Ao não ser atendido por Carlos Luz, Lott entregou o cargo no dia dez de novembro de 1955. As circunstâncias da renúncia de Lott tiveram ampla cobertura do jornal da Standard Oil, o Repórter Esso:

O Repórter Esso em edições extras informa a longa espera do general Lott por Carlos Luz, duas horas de espera. Nunca antes um ministro da Guerra levava um tão ostensivo chá de cadeira duas horas, “nesse momento faz exatamente uma hora que o general Lott espera o presidente”. (BOJUNGA, 2008: 395).

Tratava-se de um golpe contra a posse dos eleitos. Segundo Juracy Magalhães o entusiasmo da ação fez com que a UDN cometesse um erro de cálculos:

Muitas vezes, a UDN errou na apreciação da força que tinha atrás de si. Naquele caso de Café – Carlos Luz, acho que houve um erro de apreciação. Eles acreditaram que as Forças Armadas estivessem contra a posse de Juscelino, porque a Escola Superior de Guerra tinha feito uma campanha muito grande, e havia muita conversa. Mas, na realidade, organização não tinha (MAGALHÃES, 1982: 362).

A transferência do cargo ficou acertada para a manhã seguinte. Mas, à noite, oficiais ligados a Lott mobilizaram tropas e, sob comando do general, depuseram o presidente – em um golpe preventivo para garantir a posse de Kubitschek e Goulart.¹³⁹

¹³⁹ Diante da reação militar, os golpistas Carlos Luz, Carlos Lacerda, o coronel Bizarria Mamede e alguns ministros fugiram do Catete. Os golpistas refugiaram-se no cruzador Tamandaré, comandado pelo

Posteriormente, Café Filho foi impedido de voltar ao cargo, e a Presidência ficou nas mãos de Nereu Ramos, sob estado de sítio até os eleitos assumirem em janeiro de 1956.

Juscelino Kubitscheck, ainda antes de assumir, procurou representantes estrangeiros para tranquilizá-los; procurava um acordo viável. “Standard Oil e U. S. Steel haviam participado da conspiração contra JK.” (COLBY, 1995: 337).

2.3 O governo JK e o crescimento real e político da Televisão.

As ameaças e tensões não detiveram a posse do novo governo, cuja postura econômica em relação ao capital estrangeiro não diferiu muito da do governo João Café Filho, que abriu as portas para o capital estrangeiro no pós-morte de Vargas. Na verdade, Juscelino Kubitscheck aumentou o vão aberto entre elas.

O lema “cinquenta anos em cinco”, assim como o Plano de Metas¹⁴⁰ encabeçado por Roberto Campos, ampliavam os privilégios dos capitais estrangeiros no país e consolidavam a dependência econômica, beneficiando o acúmulo imediato de uma elite burguesa. O capital estrangeiro realmente se multiplicou com a indústria automobilística, a abertura de grandes estradas, Belém - Brasília e Rio – Bahia, e um incremento industrial generalizado. Foi criada a SUDENE para desenvolver o Nordeste, mas a atrasada estrutura agrária do país permaneceu intocada. Paulatinamente, assistia-se à crescente miserabilização de grandes parcelas da população (CASTRO, 2001:21). Os custos da industrialização estavam sendo pagos pela grande maioria dos brasileiros, que continuaram a ter seu futuro hipotecado. O sonho de Brasília tornou-se realidade, mas a custos que praticamente inviabilizariam o próximo governo.

O plano estratégico de Juscelino foi de fato a industrialização. Porém, como havia ficado cristalizado no caso de Vargas, em que os Estados Unidos não aceitavam o projeto burguês autônomo, ele foi obrigado a adotar a tática conciliadora. Partiu de uma

almirante Silvio Heck. A bordo do cruzador, recebem a notícia de que poderiam contar com a guarnição da marinha em Santos e com o então governador de São Paulo, Jânio Quadros, onde se instalaria um governo federal presidido por Carlos Luz. Sob tiros de canhão lançados do Forte Copacabana, os golpistas partiram para Santos. Mas a guarnição de Santos acabou por aderir às tropas de Lott, e o governador Jânio Quadros desmentiu o apoio ao governo Carlo Luz. Sem apoio algum, Carlos Luz decidiu voltar para a capital federal e enfrentar a situação. Às 15h30, o presidente da Câmara, Flores da Cunha, declarou o impedimento de Carlos Luz, passando a Presidência para o presidente do Senado, Nereu Ramos. Carlos Luz entrou para a história como o presidente que permaneceu por menos tempo no poder; mesmo assim, criou problemas e turbulências. Carlos Lacerda refugiou-se na embaixada de Cuba, recebendo salvo conduto para exílio na ilha da ditadura de Fulgencio Batista. Posteriormente, transferiu-se para os EUA.

¹⁴⁰ **Plano Nacional de Desenvolvimento** – conhecido como Plano de Metas: 30 metas agrupadas em cinco setores, por ordem de prioridade: energia, transportes, indústrias de base, educação e alimentos.

política externa alinhada com os EUA e realizou no plano interno a substituição de importações proposta pelo trabalhismo e pelo desenvolvimentismo. O sucesso nos dois primeiros anos caracterizou o desenvolvimentismo-associado financiado pelo capital estrangeiro. Em 1958, a paralisação e a crise econômica obrigaram JK a mudar de rumo e voltar à busca de espaços para barganha (VIZENTINI, 1995:134-135).

No dia 31 de janeiro de 1956, seguindo os ritos modernos, a posse foi transmitida diretamente do Palácio do Catete pelas câmeras de televisão pela primeira vez na história do Brasil (XAVIER, 2000: 179). O slogan publicitário “cinquenta anos em cinco” foi reafirmado pelo presidente para os dois canais de TV do Rio de Janeiro, com direito à pirotecnia no destaque das metas de modernidade propostas por Juscelino, como salienta Paulo César Ferreira:

A TV, ou melhor, as TVs (Tupi e Rio) ganhavam espaço nas casas, nas artes, na política. Juscelino Kubitschek foi o primeiro presidente a tomar posse com direito a cobertura televisiva. Seu famoso Plano de metas – ‘50 anos em 5’ – foi anunciado em programa especial, transmitido diretamente do Palácio do Catete. Um show de modernidade. Cercado de mapas, maquetes, cartazes e painéis, ele mostrou as hidrelétricas e estradas a serem construídas, apontou o futuro. A televisão era mesmo o veículo ideal do presidente ‘bossanova’ (FERREIRA, 1995: 75).

Mesmo com as limitações técnicas da época, percebe-se um presidente explorando as potencialidades da televisão, tendo o cuidado de materializar suas propostas a partir da imagem. Segundo Walter Clark, Juscelino deu um show de modernidade e emoldurou na TV o projeto desenvolvimentista (CLARK, 1991:102). Conforme Eduardo Matarazzo Suplicy, a utilização contínua da televisão por JK ficou marcada por um caráter pedagógico, pois: “Suas prolongadas exposições sobre o Programa de Metas e sobre a geografia brasileira na televisão foram as melhores aulas que eu tivera até então” (SUPLICY apud BOJUNGA, 2010: 564).

Diferente do período de Vargas, a autonomia econômica nacional não era uma prioridade no projeto de Juscelino Kubitschek. Juntamente com o influxo de capitais muito importantes, verificou-se uma acentuada internacionalização da economia que também se refletia nos meios de comunicação de massa, com o aumento da concentração das verbas de publicidade sob o controle das agências de publicidade estrangeiras. Daniel Herz chama a atenção para o financiamento direto pelo capital estrangeiro funcionando como estrutura de poder representada aqui pela burguesia dependente (HERZ, 1987: 83), o que acabava promovendo um centro de decisão contrário aos objetivos e interesses do Estado. Por outro lado, o setor público aumentou

sua participação em setores estratégicos da economia nacional (ORENSTEIN e SOCHACZEWEWSKI, 1995: 182-184).

Segundo Inimá Simões (SIMÕES, 1986: 24), desde os primórdios as agências de publicidade tinham grande influência na televisão, com destaque para McCann Erikson e a J. W. Thompson, as quais trouxeram o *know-how* de suas matrizes de fora do país. O papel significativo das agências de publicidade aumentaria, pois elas assumiram também a responsabilidade na criação, redação e até mesmo produção de programas, dadas a insuficiência de recursos humanos e a falta de experiência (ORTIZ, 2001: 60).

Quando da posse de Juscelino, estavam em funcionamento três estações de televisão em São Paulo (TV Tupi, TV Paulista e TV Record), duas no Rio de Janeiro (TV Tupi e TV Rio) e uma recém-inaugurada (08/11/1955) em Minas Gerais (TV Itacolomi das Emissoras Associadas).

Em 1955, a TV Tupi conseguiu instalar uma estação de 500 watts que ela própria construíra no alto da serra, em Cubatão, passando dali a transmitir em cadeia para São Paulo e Santos o jogo de futebol entre Palmeiras e Santos (WAINBERG, 1997: 179). Em 1956, Chateaubriand tinha planos para comprar mais quatro estações de televisão. Seriam elas: a TV Paraná de Curitiba; a TV Piratini, de Porto Alegre; a TV Rádio Clube de Pernambuco, do Recife; e a TV Itapoã, de Salvador. O plano é que seu grupo, os Diários e Emissoras Associados, ficassem com sete estações de TV. Foi uma idéia de João Calmon a de reduzir a quantidade de equipamento das quatro emissoras e formar mais duas, TV Ceará de Fortaleza e a TV Marajoara de Belém (CALMON, 1999: 68).

Entretanto, a televisão ainda não tinha se consolidado plenamente como mercado. Chateaubriand ainda devia a maior parte do financiamento de suas duas primeiras estações compradas da RCA e da General Eletric, respectivamente. Para resolver o débito com a General Eletric, foi elaborada uma alternativa bastante criativa. João Calmon sugeriu ao diretor responsável da empresa americana no Brasil que a dívida fosse trocada por publicidade nos Diários Associados. Embora o diretor local tenha declinado da proposta, a matriz nos Estados Unidos aceitou o negócio. Em 23 meses foi paga toda a dívida com a *General Eletric* em publicidade (CALMON, 1999: 70). Do ponto de vista estrito da venda de tecnologia através de novas estações de televisão, era um mau negócio para os estadunidenses; contudo, existia o plano estratégico de vender os produtos culturais e a influência agregada a eles através da TV. Vender conteúdo e programação era mais interessante do que vender estações de TV.

A combinação da diplomacia da força com a diplomacia das imagens (das redes de informação ou entretenimento) sempre mostrou-se muito eficiente. Segundo Armand Mattelart, existe uma imposição de modelos dominantes, veiculados pelos imperialismos ideológicos ou econômicos, ou muito simplesmente pela uniformização dos costumes, que criam referências e valores de alcance planetário (MATTELART, 1994: 208). A consciência planetária está ligada ao poder de transmitir informações, e as imagens fazem isso informalmente. Assim, pode-se monopolizar a consciência e o saber pelas imagens, moldando-os da maneira mais convincente e de acordo com determinados interesses (CASTRO, 2002: 240).

Passados mais dois anos, a própria RCA se dispôs a fornecer o equipamento necessário à instalação das seis novas emissoras de televisão dos Diários Associados, mesmo sem ter recebido todo o pagamento de sua primeira venda. Além disso, forneceu todo o equipamento para a ligação entre Rio e Belo Horizonte por micro-ondas e entre Rio e São Paulo por UHF num total de 3,5 milhões de dólares, menos da metade do custo das duas primeiras Estações. Quem avalizou o negócio para Chateaubriand foi o banqueiro e diplomata Walter Moreira Salles.

As ligações de Mario Wallace Simonsen com as comunicações no Brasil datam mais ou menos da mesma época. Durante o governo JK, ele fez parte do grupo de empresários brasileiros que estimulou a pesquisa e a implantação de uma tecnologia considerada “avançadíssima” na época (link de micro-ondas). Fundou uma companhia, a Rebratel, juntamente com outro empresário de café em Santos, José Luiz Moura, e implantou um link de micro-ondas que ligou as TVs do Rio de Janeiro às TVs de São Paulo, com capacidade de transmitir imagens nos dois sentidos.

Na Rebratel, Mario Wallace Simonsen era representado por Saulo Ramos, que assinou o manifesto de lançamento do Canal 5 de Santos em 1957. Na edição de 15 de abril de 1956 do jornal santista A Tribuna, todas as intenções e diretrizes da Rebratel foram publicadas. A empresa mista pretendia instalar uma rede brasileira de televisão, a partir de Santos, com emissoras e retransmissoras cobrindo todo o território nacional. O plano ambicioso incluía a criação de indústrias para a produção dos equipamentos de frequência UHF. Já previa o uso de torres para retransmissão de micro-ondas e também de satélites (lembrando que os satélites eram uma tecnologia ultramoderna na época). Previa industrialização e exploração do mercado nacional, além de uma perspectiva de integração no Sul do continente promovida pelo Brasil. Possuía tendências voltadas

para o desenvolvimentismo, mas era um modelo diferenciado daquele predominante no período baseado no capital estrangeiro, pois a Rebratel era e nacionalista. Do ponto de vista da industrialização, tratava-se de um projeto voltado para o florescimento da indústria nacional e para evitar a saída de divisas do país. O terceiro ponto do manifesto diz respeito a projeto industrial de televisão.

III) Indústria

Paralelamente às atividades já mencionadas, a Rebratel - Rede Brasileira de Televisão S.A. organizará e fundará uma entidade industrial, com investimento misto, que, acompanhando o crescente desenvolvimento do parque industrial brasileiro, fabricará a baixo custo todo o equipamento eletrônico necessário à expansão das atividades previstas, suprindo o mercado nacional e sul-americano, ora sem concorrente na especialidade, salvo a importação que vem sendo feita, com enormes dificuldades de algumas organizações norte-americanas e europeias, em luta contra os seguintes obstáculos:

- a) produção insuficiente para atender à procura e ao crescente desenvolvimento do mercado consumidor;
- b) o alto custo do equipamento, dado o seu valor intrínseco acrescido de diferentes taxas cambiais, pesadamente desvantajosas para os países importadores;
- c) restrição à saída de divisas em vários países.

Cumprir acrescentar, por outro lado, que, para o funcionamento do setor da Rebratel - Rede Brasileira de Televisão S.A. que cuidará do fabrico de equipamento especializado, o parque industrial brasileiro está capacitado a fornecer grande parte do material necessário, de acordo com os estudos e negociações já efetuados pelos organizadores da Rebratel - Rede Brasileira de Televisão S.A.¹⁴¹

Foi justamente nessa época que Assis Chateaubriand obteve um acerto com a General Electric para pagar a dívida da compra de sua estação de TV no Rio de Janeiro através de publicidade. Também acertou o pagamento à RCA (empresa norte-americana) para pagar a compra de seis novas estações de TV, assim como de links de micro-ondas que fariam a interligação do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Brasília através de publicidade de seus veículos de comunicação. De modo geral, ficaram evidentes duas tendências: uma nacionalista e desenvolvimentista dependente por carência tecnológica, porém autônoma, e outra ligada e dependente ao capital externo.¹⁴²

¹⁴¹ O texto completo está em **Histórias e Lendas de Santos – Televisão – Rebratel, embrião da primeira rede nacional**. Disponível em <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0173k2.htm>>. Acesso em 10/03/2011.

¹⁴² No capítulo quatro será tratada a disputa entre os diferentes projetos: nacionalista versus entreguista, e seus modelos de negócios e serviços.

A Comissão Técnica do Rádio (CTR), órgão que administrava a matéria, proibia as transmissões pelo perigo que representava para os aviões. Entretanto a Rebratel resolveu enfrentar a CTR e, com grande publicidade, transmitiu um jogo entre paulistas e cariocas do Maracanã, no Rio de Janeiro, para São Paulo. Depois do fato consumado, as proibições silenciaram (RAMOS, 2008: Online). O link da Rebratel sobreviveu à implantação da Embratel e do sistema de micro-ondas (1969). Roberto Marinho comprou a TV Paulista, em 1964, que posteriormente passou a ser a Globo São Paulo. E a despeito do avanço tecnológico, a Globo conservou o link, que funcionou para transmissões internas e para quando tivessem problemas.

Em 1957, começaram as transmissões para o interior do estado de São Paulo. Em 15 de novembro, foi instalada a TV Santos, primeira televisão regional do Brasil. Foi também a primeira emissora brasileira a operar com equipamentos nacionais, criados num antigo armazém santista de café, por empresários que não tinham qualquer experiência anterior em televisão. Funcionava junto às Organizações Victor Costa. Na verdade, deveria ser uma subestação da TV Paulista na Ilha Porchat, mas tinha programação local.

Em 1958, foi adotada uma solução para levar a programação das TVs da cidade do Rio de Janeiro para as cidades serranas, com a instalação do primeiro sistema de televisão por cabos do Brasil. Petrópolis, cidade onde Vargas costumava instalar o governo tão logo o verão tivesse início, passou a receber as imagens das emissoras do Rio de Janeiro (XAVIER, 2000: 211). A possível solução para as emissoras dos grandes centros urbanos se propagarem pelo interior, como ocorreu nos Estados Unidos, não foi adotada no Brasil. Os sistemas de cabo no Brasil permaneceram quase em hibernação até o final da década de 1980.¹⁴³

As estações de televisão funcionando no Brasil chegaram ao número de dez (MATTOS, 2002: 175). Também foi constatado que a fase de prejuízos constantes pela TV estava acabando, pois o crescimento no direcionamento de verbas publicitárias aumentava de forma marcante. No ano de 1957, os três canais de TV de São Paulo superavam o montante arrecadado em publicidade pelas 12 ou 13 estações de rádio em funcionamento (SIMÕES, 1986: 44). O capital internacional que entrava no Brasil,

¹⁴³ Daniel Herz teve um destaque precoce na defesa do interesse público quanto à cabodifusão no Brasil. Quando ainda estudante de jornalismo, fundou a Associação de Promoção da Cultura, em maio de 1974, em Porto Alegre.

sobretudo o norte-americano, tinha preferência por anúncios publicitários na televisão nos grandes centros urbanos.

A metade dos anos de 1950 foi um tempo de iniciativas e um momento em que se arriscaram as primeiras tentativas de operações de rede por links de micro-ondas.¹⁴⁴ Em primeiro de julho de 1956, as TVs Rio, canal 13 do RJ, e Record, canal 7 de São Paulo, transmitiram o jogo de futebol Brasil X Itália do Maracanã para São Paulo: lançaram o slogan “Emissoras Unidas (Rio/Record) quinhentos quilômetros a frente”. A rota de micro-ondas foi feita pelo mar, através de barcos, para evitar a serra de Itatiaia. Chateaubriand, incomodado pela concorrência, ordenou que em trinta dias a Tupi estabelecesse um link entre SP e RJ. Numa demonstração de mobilização e de dedicação, os engenheiros da TV Tupi fizeram metade da rota com antenas disponíveis e, outra metade, com arames e telas de galinheiro. Vinte dias antes do prazo, o link de micro-ondas estava pronto. Os técnicos norte-americanos da RCA que assistiram a façanha a chamaram de “o vôo do besouro”, pois o inseto contraria todas as leis da aerodinâmica, porém voa (FERREIRA, 1995: 76-77).

A difusão da televisão pelo interior também passava por novos arranjos tecnológicos. No início as transmissões eram feitas em VHF (*Very High Frequency*) e apenas transmissores pontes conseguiam enviar seus sinais para cidade vizinhas, desde que não houvesse grandes obstáculos. Porém, em 1957 os sistemas de UHF (*Ultra High Frequency*) começaram a ser implantados em pontos estratégicos do interior de São Paulo a partir do Canal 14, portanto acima do 13 dos seletores convencionais. Em novembro, as três emissoras (Tupi, Record e Paulista) já podiam ser sintonizadas em UHF em Campinas, Limeira e adjacências (XAVIER, 2000: 33).¹⁴⁵

Nas negociações de Calmon para viabilizar a instalação das novas emissoras dos Diários Associados, foi Chateaubriand quem pediu para que fosse incluído equipamento de micro-ondas para interligar Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Dentro de sua

¹⁴⁴ **Micro-ondas** – correspondem à faixa de mais alta frequência produzida por osciladores eletrônicos. Frequências mais altas que as micro-ondas só as produzidas por oscilações moleculares e atômicas. As micro-ondas são muito utilizadas em telecomunicações. As ligações de telefone e programas de TV recebidos “via satélite” de outros países são feitas com o emprego de micro-ondas, que também podem ser utilizadas para funcionamento de um radar. Uma fonte emite uma radiação que atinge um objeto e volta para o ponto onde a onda foi emitida. De acordo com a direção em que a radiação volta, pode ser descoberta a localização do objeto que refletiu a onda. A primeira experiência feita com sucesso ocorreu na Alemanha nazista em 1936.

¹⁴⁵ **VHF** – *very high frequency* (54 MHz a 216 MHz; canal 2 a 13) **UHF** –*ultra-high frequency* (470 MHz a 890 MHz; canal 14 a 83).

característica habitual de empreendimentos, seria uma forma de agradar tanto ao presidente Juscelino Kubitschek quanto ao ministro da Fazenda, José Maria Alkmin, ambos mineiros. As negociações avançaram graças aos pagamentos adiantados em espaços publicitários nos veículos dos Associados, nos anos de 1957 e 1958, mas também pela intervenção dos dois políticos anteriormente mencionados que fizeram pressão para liberar a autorização da SUMOC para a importação de equipamentos no valor de 3.5 milhões de dólares (CALMON, 1999: 69).¹⁴⁶

A fabricação de aparelhos de televisão no Brasil havia começado em 1951, quando a foi lançada a TV Invictus. O pioneiro da iniciativa foi um empresário paulistano de origem russa, Bernardo Kocubej. Atento ao potencial de massa desse novo veículo, ele percebeu que o sucesso estava na multiplicação e no barateamento dos receptores. Kocubej foi à Europa e trouxe uma fábrica inteira da Alemanha, para dar início à fabricação de 50% dos televisores no Brasil.¹⁴⁷ Entre 1952 e 1953 o índice de nacionalização dos componentes havia subido de 52% para 73% (HERZ, 1977:137).

Segundo Paulo Cesar Ferreira, em 1956 os fabricantes nacionais que já estavam no páreo começaram a produzir aparelhos em série a um ritmo de 35 mil unidades por ano. Em 1960, essa quantidade havia saltado para 150 mil (FERREIRA, 1995: 81). O negócio definitivamente havia mudado de ares, inclusive incentivando uma pequena indústria de componentes. Em 1956, a indústria nacional controlava 80% do mercado de televisores (HERZ, 1977:137).

Com o mercado crescendo, surgiram outras empresas brasileiras, algumas montadoras para concorrer com o pioneiro Kocubej: ABC, Artel, Bandeirante, etc. Empresas nacionais e multinacionais produziam todos os componentes usados na montagem dos televisores, como Begli, Constanta, Mialbras, Telewatt e Willkason. Os cinescópios e outras válvulas eram fabricados pela Philips, RCA e Sylvania, além da própria Invictus.

¹⁴⁶ Quando Chateaubriand comprou suas duas primeiras emissoras de TV, o valor do dólar era C\$18,8. Na época das novas compras, João Calmon tinha informações que JK desvalorizaria moeda até 100 por 1. Chateaubriand fez duras críticas ao presidente da Sumoc que, segundo ele, não entendia o que representava em termos de avanço a instalação de seis novas emissoras de televisão em capitais, assim como instalar transmissores em Itatiaia, no Rio de Janeiro e em São Paulo de modo a interligar Rio, São Paulo e Belo Horizonte.

¹⁴⁷ Existiam riscos econômicos, em termos de investimento e retorno. Porém em termos tecnológicos mesmo em face ao estágio industrial do país, o projeto não era tão complicado, uma vez que a tecnologia vigente no funcionamento dos aparelhos de TV era praticamente a mesma do rádio, à base de válvulas eletrônicas - similares às lâmpadas de filamentos. Essa válvula era muito simples de fabricar e montar.

Essa euforia seria contida no início dos anos de 1960, pelas multinacionais de eletrônica que estavam no país, competindo com as dezenas de pequenas e médias montadoras nacionais da área de aparelhos de TV através da sofisticação do produto. As novas tecnologias de microeletrônica que surgiram então, como o transistor, eram caras e difíceis de dominar: demandavam investimento em pesquisa e base de produção das quais as empresas brasileiras não dispunham. Do outro lado, a Philco produzia integralmente os seus transistores e a RCA, os seus circuitos integrados, tornando seus produtos mais baratos. Aqui teria tido um papel decisivo a viabilização da rede planejada pela Rebratel de Simonsen, pois haveria um parceiro nacional com mercado em economia de escala (América do Sul) para viabilizar o negócio de Kocubej. Contudo, o golpe de misericórdia na indústria nacional viria somente na década de 1970, com o surgimento da TV colorida, muito mais sofisticada.

Além da fabricação e da idéia de escala industrial se estabelecer para o Brasil, existiam também outras formas de se adquirir um aparelho de TV, como assinala Paulo Cesar Ferreira:

Durante o Governo JK, a televisão passou a ser encarada como indústria. E se tornou até mesmo alvo de um escândalo financeiro: a importação clandestina de televisores denunciada pelos jornais. Dos 22.500 aparelhos vendidos pelos Estados Unidos ao Brasil, em 1955, apenas 1200 passaram pela alfândega. E, dos 46 mil tubos de imagem *made in USA* comprados naquele ano, só 1500, tiveram registro de entrada oficial (FERREIRA, 1995: 81).

Os dados da época desqualificam parcialmente os índices oficiais de televisores no Brasil, uma vez que o contrabando (90% dos televisores importados) não era registrado na produção. Portanto, existia um número maior de televisores do que se estimava no país. Ao mesmo tempo, a informação de Ferreira serve para mostrar que parte da indústria nacional de televisores atuava, na verdade, somente como montadoras, ou fabricantes parciais de seu produto final.

Entretanto, houve quase uma estagnação entre 1955 e 1959 no crescimento em números de emissoras. Isto pode ter sido um reflexo da tentativa da Presidência da República de exercer maior controle sobre as concessões e sobre a atuação desmesurada da televisão no cenário político.

2.4 Medidas para controle

Ainda em 1956, na recém-inaugurada presidência de Juscelino Kubitschek ocorreu a tentativa de limitar os ataques que o Poder Executivo sofria da mídia

eletrônica, inclusive da televisão. Juscelino havia percebido a manobra midiática contra Vargas, tanto que ajudou a construir um veículo de imprensa para dar apoio a Getúlio Vargas e, posteriormente, à sua própria candidatura e Presidência: A Última Hora.

No dia 9 de outubro de 1956, o Executivo apresentou ao Congresso o novo projeto de Lei de Imprensa, que visava a pôr limites na imprensa do ponto de vista moral, mas, sobretudo político (BIROLI, 2004: online). O projeto levaria a um amplo debate que se estendeu durante meses, sendo combatido pela imprensa.

O jornal O Globo considerou a proposta do governo razoável (BOJUNGA, 2010: 499), não sem interesse próprio, pois Roberto Marinho voltava a solicitar uma concessão de televisão para a Rádio Globo, que lhe seria conferida no ano seguinte por Kubitscheck. Segundo Flora Neves, “O canal da TV Globo do Rio era destinado à maior emissora de rádio do país – a Rádio Nacional – e o presidente a concedeu à família Marinho para evitar que os veículos das organizações [Globo] continuassem com críticas ao seu governo” (NEVES, 2008: 34). Depois de atendido em sua pretensão quanto à televisão, O Globo voltou à oposição contra Brasília, com editoriais¹⁴⁸ assinados por João Neves Fontoura que faziam eco aos editoriais de O Estado de S. Paulo, de Júlio de Mesquita Filho: ambos atacavam a transferência da capital para o Planalto Central (CHAGAS, 2000: 759).

Para a maior parte da imprensa, a proposta de lei foi chamada nas expressões comuns dos jornais cariocas e paulistas de "projeto rolha" ou de "lei de arrocho", uma vez que, segundo eles, restringiria a liberdade de imprensa. Implicaria, portanto, um ataque à própria democracia, que teria naquela liberdade um de seus pilares mais básicos (BIROLI, 2004: online). A Tribuna da Imprensa e o tabloide Maquis do jornalista Amaral Netto, ambos ferrenhos opositores de JK, passaram a classificar o projeto como a Lei do Garrote (BOJUNGA, 2010: 499).

Um dia antes da apresentação do projeto de Lei de Imprensa ao Congresso, foi baixada a portaria 899. O responsável foi o ministro de Viação e Obras Públicas, Lúcio Meira, que a publicou no Diário Oficial de oito de outubro de 1956. Essa portaria

¹⁴⁸ Não só editoriais, mas manchetes. "O sr. Cardia, da censura, interrompeu o locutor Luiz Jatobá que lia uma crônica do jornalista Darwin Brandão, no programa "Noite de Gala", da TV Rio. Houve protestos de Jatobá e do patrocinador do programa Abraão Medina. A crônica começava assim: "Nosso assunto hoje é a história de uma obsessão e de um obcecado. A obsessão: Brasília. O obcecado: JK". A leitura da crônica foi interrompida depois desta frase: "Surgiu uma conversa! Brasília não existe". Primeira página de O Globo - 30 de setembro de 1958.

introduzia restrições afirmando que os serviços de radiodifusão, mesmo concedidos, permaneciam como serviços públicos e de responsabilidade do Estado. De fato, isso ocorria em todos os países, inclusive nos Estados Unidos, do qual copiávamos o modelo de TV comercial. Portanto, o Estado mantinha responsabilidade de fiscalização e “devia evitar que fossem utilizados para transmissões ‘obscenas, contrárias à moral, subversivas ou injuriosas’, para ‘finalidades destrutivas e programas contrários aos interesses da sociedade’” (LINS, 2010: online). O resumo da portaria explícita seus receios:

Art. 1º: as estações radiodifusoras, inclusive as de televisão, excluirão dos seus programas as anedotas maliciosas, os gracejos picantes, bem como não irradiarão quaisquer manifestações, ainda que reprodução de artigos ou discursos, que importem ou possam importar na subversão da ordem pública, em incitamento a greves, que possam provocar a animosidade entre as classes armadas, ou delas contra instituições civis; a instigação à desobediência coletiva ao cumprimento da Lei; ou que contenham injúria ou desrespeito às autoridades constituídas.

Art. 2º: A Infração ao disposto no artigo 1º sujeita a empresa à suspensão de sua estação por prazo não excedente de 30 dias e, em caso de reincidência, a rescisão da concessão. (BIROLI, 2004: online).

Além dos artigos, a portaria era acompanhada por um parecer do Consultor Geral da República fundamentando o poder concedente de proibir a emissão de determinadas irradiações:

pode a administração, como podem os concessionários, de vedar a qualquer cidadão que ocupe a estação para manifestar-se com finalidades destrutivas, contrárias, aos interesses da sociedade, com programas contrários à moral, incitando greves, ou subversão da ordem, ou pregando a desmoralização das autoridades constituídas.

Seria um contra-senso que, recebendo uma delegação do poder público, os concessionários, que obtiveram gratuitamente uma concessão, permitissem que sua estação se voltasse contra a sociedade e a administração pública.

Os titulares da concessão não podem permitir, como não pode permitir o poder concedente (LINS, 2010: online).

Até então, a legislação usada para a televisão era, na verdade, oriunda da regulamentação estabelecida em 1946 para o rádio, o cinema, o teatro e as diversões públicas. Ou seja, não existia uma legislação específica. Além disso, a existente era quase que exclusivamente montada para uma preservação aos valores morais da época. Essa legislação sofreu forte influência do Código Hays, elaborado como autocensura para os produtores de cinema nos EUA (SODRÉ, 1984: 81)¹⁴⁹. O Código estipulava o

¹⁴⁹ Além disso, a Constituição de 1946 admitia restrições a espetáculos e irradiações apenas para fins de proteção dos bons costumes, conforme dispunha seu artigo 141, assegurando a liberdade de expressão,

que podia e o que não podia ser exibido conforme os seguintes itens: delitos e crimes; brutalidades; relações sexuais; vulgaridade; obscenidade; blasfêmia e linguagem vulgar; costumes; religião; temas especiais; nacionalidade; títulos; e crueldade com os animais.

Apesar do texto da portaria 899 iniciar com uma linha moral, passou logo em seguida para os pontos políticos, como a menção à irradiação de manifestações ou da reprodução de artigos ou discursos que pudessem levar à subversão da ordem pública. Quanto à questão de discursos, cabe lembrar que Carlos Lacerda era então deputado federal pela UDN (eleito em 1955) e seus ataques à candidatura de Juscelino e, posteriormente ao governo eleito depois de agosto de 1955, eram uma passagem ainda clara na memória.¹⁵⁰ Além disso, a portaria aborda claramente a questão do incitamento ao golpe militar – coisa comum na imprensa brasileira e nos discursos de Lacerda tanto na deposição de Vargas quanto no período que antecedeu as eleições de 1955 até a posse de Juscelino em 1956, quando Lacerda solicitou o regime de exceção.

Após a tentativa de golpe em novembro de 1955, Carlos Lacerda ficou refugiado na embaixada de Cuba. Posteriormente viveu oito meses em Nova Iorque e três meses em Portugal, para só então retornar ao Brasil. Isso não o privou do acesso aos meios de comunicação impressos. Seu jornal a Tribuna da Imprensa continuou publicando seus artigos e editoriais. Além disso, escrevia sob os pseudônimos de Júlio Tavares e de João da Silva,¹⁵¹ para O Globo e Tribuna da Imprensa (BOJUNGA, 2010: 485 / CHAGAS, 2000: 735). Ao retornar ao Brasil em outubro de 1956, Lacerda avisou que naquela noite falaria à Rádio Globo. Porém, Cleanto de Paiva Leite, chefe de gabinete do ministro Lúcio Meira, telefonou a Roberto Marinho para lembrar a penalidade de 30 dias a qual a rádio podia ser submetida, e a Rádio Globo recuou (BOJUNGA, 2010: 501).

Também na televisão a portaria foi efetivada, como lembra Carlos Lacerda:

Quando Juscelino proibiu a minha ida à televisão, através do general Mourão Filho, que era, diretor de um negócio lá do Ministério da Viação, partimos para essa solução do caminhão do povo, que na época foi uma solução extremamente feliz. Com a falta de contato com o povo através da televisão,

independente de censura, “salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos de casos e na forma que a lei preceituar, pelos abusos que cometer”.

¹⁵⁰ Uma abordagem interessante e apurada sobre o desempenho de Lacerda contra a legalidade pode ser visto em (DELGADO, 2006).

¹⁵¹ É provável que desse pseudônimo de Carlos Lacerda se origine a música João da Silva, de autoria de Billy Blanco, gravada no compacto "O Povo canta", do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos estudantes (CPC da UNE) em 1963, destacando uma visão de subserviência à cultura estrangeira.

tivemos contato direto com a massa no meio da rua, **o que diminuía muito o âmbito da coisa**, mas não nos isolava do povo. A televisão, apesar de tudo, não tinha a força que tem hoje, e o povo sempre ia para rua para nos ouvir. O caminhão rodava o bairro, a cidade, e a gente fazia dez, vinte comícios na mesma noite (grifos meus) (LACERDA, 1977: 91).

A interpretação de Lacerda sobre a limitação de seu acesso aos meios de comunicação eletrônicos deixa claro que, apesar dele ter achado uma solução que lhe dava acesso direto ao povo, o âmbito de suas aparições diminuía muito. Mesmo com a ressalva quanto à força limitada da televisão na época, ele tinha que multiplicar esforços para atingir as pessoas e o público das ruas, que não necessariamente era o mesmo público da televisão.

Quanto ao general Mourão Filho, na verdade ele era apenas coronel na época¹⁵². Ocupava a presidência da Comissão Técnica de Rádio (CTR), que contou com a participação das Forças Armadas desde sua criação. Foi responsável por regular a radiodifusão brasileira de 1931 a 1962: dos três membros da comissão, dois eram indicados pelos ministérios militares e seu presidente sempre foi um oficial (PIERANTI et. alli, 2007: online).

A portaria 899, por si só, não garantiu o fim dos problemas de Juscelino com as críticas na TV. Em 11 de novembro de 1956, no aniversário da tentativa de golpe de 1955, o general Juarez Távora ocupou a tela da TV Rio e atacou o governo eleito, contrariando recomendações expressas do general Lott, ministro da Guerra. Sua aparição resultou numa punição e numa séria ameaça de crise no governo (SIMÕES, 2000: 66-67 e SIMÕES, 1986: 34).

Entretanto, a repercussão imediata do discurso de Juarez Távora e a sua punição no dia 21 de novembro, com 48 horas de prisão domiciliar, atestam que existia uma função política para a televisão, e o que transcorria nela era pauta política reproduzida nos jornais. Juarez Távora foi para televisão e tornou-se o assunto de todos os jornais.

Os problemas continuaram. Em 1957, no programa *Noite de Gala*¹⁵³ da TV Rio, novas críticas à política do presidente Juscelino Kubitschek provocaram a censura ao

¹⁵² Foi mantido na ativa pelo Presidente, que contornou a lei para que isso fosse possível, uma vez que o militar deveria ter ido para reserva. Posteriormente, ele foi promovido a general por Juscelino Kubitschek, contrariando seu Ministro da Guerra, o general Lott (BOJUNGA, 2010: 500).

¹⁵³ **Noite de Gala** – O programa foi criado no início de 1957. Abraão Medina, grande comerciante de eletrodomésticos no Rio de Janeiro, era seu produtor e patrocinador, fatos comuns na época, mas contraditórios para a TV Rio, que estava passando ela própria a produzir seus programas. Contava com descontos na compra de aparelhos da Philips e da Philco aos quais vendia horários no seu programa, incentivando o consumo de televisores, os quais ele vendia. Era então a produção mais cara da televisão

programa (CPDOC: online).¹⁵⁴ Hélio Fernandes fazia comentários políticos durante a exibição de Noite de Gala, que era um dos mais luxuosos da TV brasileira. Segundo Walter Clark “ele esculhambava tanto o Juscelino, criticava tanto, fazia uma oposição tão cerrada que acabou tirando do sério aquele monumento à tolerância (Juscelino) e o levou a protagonizar um dos primeiros episódios de censura da televisão Brasileira” ” (CLARK, 1991: 80).

Hélio Fernandes guardou lembranças da eficiência da censura do governo Kubitschek, recordadas em uma entrevista sobre o episódio do programa Noite de Gala:

Era um programa de enorme audiência – ele entrava às 22h e ia até a meia-noite –, muitos cinemas cortaram a sessão das 22h porque todo mundo ficava em casa para assistir ao programa, eu era comentarista político do programa. O resultado não foi lá muito bom, o Juscelino mandou me tirar do programa. Ele me contou isso 10 anos depois e bastante constrangido. (...) Desse programa ele também tirou o Carlos Lacerda e o Millôr Fernandes. Isso demonstra que o Juscelino não foi assim esse grande democrata que dizem ter sido. (FERNANDES, 2002: online)

Juscelino mandou avisar Pipa Amaral (João Batista do Amaral), dono da TV Rio que, caso os ataques não cessassem, Amaral não obteria as concessões de canais de TV que estava pleiteando para o interior do Rio de Janeiro. Porém, o desfecho não foi o almejado por JK. Amaral foi até Medina e pediu a exclusão de Hélio Fernandes, mas Medina “lacerdista fanático e adversário feroz de JK” (CLARK, 1991: 80), preferiu levar seu programa para a TV Tupi de Assis Chateaubriand em 1958. Contudo, Chateaubriand acolheu Medina à época, mais pelos índices de audiência do que pelo seu conteúdo político. Em 1959, o programa voltou à TV Rio.

O primeiro indício de que as concessões de televisão outorgadas pela Presidência da República passaram a ser um elemento para fazer política e conter adversários políticos no cenário nacional foi a revogação, feita por Getúlio Vargas em 1953, da concessão dada por Dutra a Roberto Marinho. No caso de Juscelino, não existiam mais dúvidas: as concessões foram utilizadas como uma arma para a barganha política e a contenção de adversários. Além de Pipa Amaral, havia o já mencionado caso de Roberto Marinho.

brasileira, e um chamariz para o público com atrações internacionais e nacionais (CLARK, 1991: 78-79). O dono das lojas Rei da Voz conseguiu fazer com que a média de vendas de televisores, entre 15 e 18 mensais, passasse para entre 80 e 100 aparelhos. Além disso, Medina colheu outro fruto, pois alavancou a candidatura de seu filho para deputado (HERZ, 1977: 137).

¹⁵⁴ Conforme o CPDOC da Fundação Getúlio Vargas In: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Televisao>>. Acesso em 05/04/2010.

Depois de sete anos, o número de televisores vinha num crescendo, assim como sua instrumentalização política e as medidas para contê-la. Um dado surpreendente quanto à disseminação da televisão na capital do país, o Rio de Janeiro, aparece no relato de Joaquim Ferreira dos Santos sobre uma pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa e Estudo de Mercado do Rio de Janeiro. Realizada em 1958, apresenta números impressionantes: 20% da população da cidade estavam distribuídas em 64 favelas e 9% dos barracos das favelas tinham aparelhos de televisão. Vários desses barracos providos com aparelhos de TV nas favelas “funcionavam como salas de projeção com entrada paga” (SANTOS, 1997: 35).¹⁵⁵ Mesmo em doses diminutas, a televisão ampliava seu alcance sobre classes menos privilegiadas.

A Portaria 899 de 1956 foi revogada pelo Supremo Tribunal Federal no final de 1958. Mas, então já tinham sido possíveis dois anos do governo de Juscelino sem as ameaças dos meios eletrônicos com o impedimento do acesso de Lacerda ao rádio e a TV. Isso não significa que Lacerda não tenha promovido alguma agitação através dos jornais, como ocorreu na ocasião em que revelou um código do Itamaraty em 1957, o qual permitia comprovar que Vargas havia recebido dinheiro de Perón para promover sua campanha, intermediado por Jango. O repasse financeiro se deu através de um negócio em torno de venda de madeira do Brasil por valores superfaturados para a Argentina; a diferença foi aplicada na campanha de Vargas (CHAGAS, 2000: 766).

Em 1958, ficou evidente outra transformação na televisão brasileira. Até então ela havia se desenvolvido com uma quantidade de programas em sua esmagadora maioria brasileiros. Desde o início, foram exibidos filmes de estúdios cinematográficos norte-americanos, mas que não ocupavam um espaço muito expressivo da programação. Nesse ano, começaram então a desembarcar os telefilmes produzidos nos EUA, ou as teleséries, produções feitas diretamente para

¹⁵⁵ Cabe lembrar que, mesmo nas favelas, existem pessoas que estabelecem negócios e acabam tendo algum tipo de ascensão econômica. O Sr. Ademir Ferreira da Silva relata em suas recordações sobre a Favela do Esqueleto no Rio de Janeiro em 1958: “Tinha uma família amiga, que era a única que tinha um aparelho de TV na Favela do Esqueleto. Eles também moravam em um barraco de dois andares. O pai era comerciante, tinha o ‘comercinho’ dele.” (SILVA, Online).

televisão. Os chamados “enlatados”¹⁵⁶ fizeram imenso sucesso, gerando uma crescente progressão de horas ocupadas nas estações de TV brasileiras e mundiais.¹⁵⁷

Ao mesmo tempo em que a economia brasileira se internacionalizava rapidamente, a televisão no Brasil se americanizava de forma crescente (ÁVILA, 1982: 33-34). Os custos de produção no Brasil eram quase proibitivos, e o produto norte-americano já vinha pago por sua prévia veiculação nos EUA, sendo o mercado externo uma fonte de lucro extra. Assim como o cinema fora antes um *embaixador dos EUA*, demonstrando o modo de vida, a sociedade e os valores norte-americanos (MATTELART, 1977: 201), as televisões faziam esse papel diplomático de forma crescente até meados da década de 1980, com seus enlatados ocupando muitas horas de programação.

O papel político das emissoras de televisão no âmbito nacional continuou a ser objeto da preocupação e da censura da Presidência. Em 1959, o Presidente Juscelino Kubitschek passava um final de semana em Belo Horizonte e foi surpreendido ao assistir um programa político na TV Itacolomi (Diários Associadas) no qual o deputado da UDN, Raimundo Padilha, fez críticas contundentes ao governo (FALCÃO, 1989: 355).

A reação de Kubitschek foi telegrafar ao recém-nomeado ministro da Justiça (julho de 1959), Armando Falcão, nos seguintes termos:

Ministro Armando Falcão

Rio

Ontem na TV Tupi o deputado Raimundo Padilha, programa Murilo Marroquim, acentuou com coloridos dramáticos a situação econômica do Brasil. Estão se tornando moda ataques insinuantes sobre inflação e custos de vida embora sem ataques pessoais Presidente da República. Considero esses incitamentos parte plano subversivo com que querem perturbar a ordem pública. Peço organizar equipe na chefia política ou no seu próprio gabinete capaz pôr paradeiro definitivo essa situação. Reputo mais grave focalização esses **aspectos com envenenamento da opinião pública** do que propriamente ataques pessoais feitos a mim. Comissão Técnica Rádio não está dando resultados esperados. Transfira tudo isso para seu Ministério e “agente a mão no duro”. Abraços

Juscelino Kubitschek (grifos meus) (FALCÃO, 1989: 355-356).

¹⁵⁶ Rodados em película cinematográfica, chegavam às emissoras de televisão brasileiras em latas, como os filmes de cinema; posteriormente, já vinham dublados.

¹⁵⁷ Comandante Meteoro, Roy Rogers, I Love Lucy, Rin Tin Tin, Papai Sabe Tudo, e uma infinidade de outras séries que fizeram a venda para o exterior passar de 15 milhões de dólares em 1958, para 130 milhões de dólares em 1973. Também os desenhos animados feitos para televisão nos EUA foram lançados em 1957 com Jambo e Ruivão, iniciando uma produção massiva da dupla que havia criado Tom e Jerry para o cinema, Willian Hanna & Joseph Barbera.

A preocupação de Juscelino Kubitschek com a televisão como meio de mobilizar a opinião pública é explícita. Estava desgostoso com o alarde feito pela situação causada por sua política, no caso, a inflação e o aumento generalizado de preços. Entretanto, a despeito dos gastos do governo ser a principal causa da inflação, havia também por parte dos adversários do governo e dos especuladores o intuito de alardear o pânico. Para alcançar esse propósito a televisão tinha um papel decisivo.

Mesmo sem mencionar em seu longo telegrama a palavra “economia nacional”, o presidente tinha razão em perceber que estava sendo alvo de um ataque organizado contra ela por parte da mídia. A exacerbação da expectativa inflacionária levava os comerciantes a remarcar preventivamente os preços para garantir a reposição de estoque.

JK demonstrava pouca confiança na Comissão Técnica de Rádio, responsável por fiscalizar a radiodifusão, e na época presidida pelo coronel Olímpio Mourão Filho.¹⁵⁸ Kubitschek pediu então a Armando Falcão que controlasse a TV. O ministro encarregado pelo Presidente de conter os ataques de exaltados contra o governo passou a excluir os radicais e demolidores da lista de concessões (BOJUNGA, 2010: 500). Além disso, Falcão passou a fazer uma constante ameaça velada em tom de prévia advertência, lembrando aos concessionários e patrocinadores que esses serviços se tratavam de concessões públicas e, portanto, estavam submetidos ao controle direto do governo:

Mandei chamar, um a um, para conversas cordiais, os patrocinadores de programas de prestígio, de grande audiência. O método era suave, mas eficaz. Deu certo, sem exceção. Não me lembro de haver proposto a punição de nenhum concessionário. Tudo correu na santa paz – e Juscelino, na área da televisão e do rádio, teve tranquilidade para governar, sem problemas, até o fim do seu mandato. (FALCÃO, 1989: 356).

As tentativas de limitar a atuação da televisão continuaram a ser feitas. Em outubro de 1959, foi assinada pelo mesmo Armando Falcão, como ministro da Justiça, a primeira legislação regulamentando a censura de TV no Brasil, proibindo qualquer declaração do deputado Tenório Cavalcanti¹⁵⁹ sobre o caso Sacopã (MATTOS, 2002:175).¹⁶⁰

¹⁵⁸ Posteriormente, Olímpio Mourão filho teria um papel destacado no início do golpe militar em 1964, mas já tivera seu momento de glória em 1937, quando era ainda um jovem capitão integralista e foi responsável pela elaboração do Plano Cohen. Foi um Plano falso que indicava uma tentativa de golpe comunista nos moldes de 1935, que depois de devidamente explorado pelo governo, teve ampla cobertura da mídia e serviu de pretexto para Getúlio Vargas decretar o Estado Novo.

¹⁵⁹ **Tenório Cavalcanti**, também conhecido como o Homem da Capa Preta. Era um violento deputado da UDN que fez fama em Duque de Caxias e na Baixada Fluminense, sempre acompanhado de sua

No cenário econômico, destaca Daniel Herz, ocorreu o aumento das contradições internas com a estratégia empreendida pelo governo Kubitscheck, calcada na tecnologia e no capital estrangeiro. Com o aumento da luta-de-classes, o grave quadro do final de seu governo apontava para um endividamento e uma crise inflacionária sem precedentes (HERZ, 1987: 83). Prossegue Herz:

Além do papel econômico, o capital estrangeiro também cumpria uma função política: não só fazia a defesa da manutenção do modelo de produção capitalista no Brasil, como também reivindicava uma via de desenvolvimento econômico que atendesse aos seus interesses mais imediatos (HERZ, 1987: 89).

Todavia, nesse período o governo Kubitscheck moveu-se no sentido oposto. Em vez de aumentar as concessões ao capital estrangeiro, endureceu sua posição, como pode ser observado no cenário das relações do governo brasileiro com os EUA. O Brasil oscilou à esquerda, indo do alinhamento automático ao retorno da barganha nacionalista, passando pelo rompimento com o Fundo Monetário Internacional e alcançando a criação da Operação Pan Americana (OPA), que lhe garantiu algum prestígio em Washington.

O pretexto para a manobra brasileira foi fornecido de modo involuntário pelo então vice-presidente dos EUA, Richard Nixon:

Kubitschek quebrara o embaraçoso silêncio na América Latina que se seguiu ao apedrejamento do vice-presidente Nixon na Venezuela em 1958, escrevendo ao Presidente Dwight Eisenhower sobre sua preocupação e fazendo da melhoria de relações com os EUA e o resto do hemisfério – “Operação Panamericana” – a pedra fundamental de sua política externa. Ele queria que os EUA ampliassem a assistência econômica à América Latina (COLBY, 1995: 357).

No plano interno, para que o aporte financeiro dos Estados Unidos fosse garantido, era necessário que as tendências políticas do vice-presidente João Goulart – principalmente o nacionalismo – fossem contidas. Segundo Gerard Colby, Kubitscheck prometeu que Jango iria ficar na linha (COLBY, 1995: 359).

metralhadora Lurdinha. Em 1960, passou a dissidente da UDN e concorreu contra Carlos Lacerda ao governo da Guanabara.

¹⁶⁰ **Crime do Sacopã** – foi um assassinato passional, cometido na ladeira de mesmo nome no Rio de Janeiro. Jorge Bandeira, um tenente da FAB, foi acusado e condenado. A TV Tupi dava uma grande cobertura para um assunto teoricamente já resolvido. Flávio Cavalcanti conseguiu levar câmeras de TV (na época, enormes) e transmitir de dentro da prisão a entrevista com o tenente condenado, que dizia ser inocente. Tenório Cavalcanti também insistia na inocência, mas sem apresentar provas. A revista O Cruzeiro também fazia papel de defensora do oficial da FAB e seguiu cobrindo o caso com destaque.

Juscelino Kubitschek, mergulhado em seu projeto de modernidade e desenvolvimento, não esteve desatento para as mudanças que transformavam a mídia do país. O cenário de uma política imagética, movida em parte pela televisão, também foi expresso como sinônimo de modernidade, que ao mesmo tempo modificava o panorama político.

A imagem de Juscelino Kubitschek é muitas vezes apontada como exemplo em termos de atitude democrática. Contudo, frente aos meios de comunicação eletrônicos, sua postura teve uma marca contraditória, materializada pela censura e controle direto do seu governo. Foi justamente em relação à radiodifusão que o Presidente não hesitou em mostrar-se autoritário, valendo-se de todos os meios para barrar o acesso de seus adversários ao rádio e à televisão, exercendo uma vigilância atenta. A mídia eletrônica se desenvolvia em um Brasil em rápida urbanização. Sua importância política crescia, deixando claro para os políticos que era necessário exercer controle sobre ela.

2.5 A mudança da Capital

Afinal de contas para que tanta pressa? Para satisfação da vaidade? Bobagem. Quando se efetivar a mudança, daqui a 4, 8 ou 10 anos, far-se-á um obelisco monstro à entrada do El Dorado com a inscrição de que tudo aquilo é devido ao doutor Juscelino e dar-se-á o seu nome à Praça dos Três Poderes. Creio que assim ficará bem para a posteridade". Editorial "Variações sobre a mudança" de All Right no Correio da Manhã, em 08 de maio de 1958.¹⁶¹

A construção de Brasília tinha outras intenções além das alegadas. Não se tratava apenas de cumprir a antiga determinação da primeira Constituição republicana, de levar desenvolvimento para o interior do país com a interiorização da capital e tentar elaborar novas rotas que interligassem de fato o Brasil do litoral com o seu interior. Existiu também, sem sombra de dúvida, a vontade de Juscelino Kubitschek de consolidar um marco definitivo em sua administração.

Além disso, existe outra razão normalmente não tão explorada. Para Juscelino Kubitschek, era fundamental livrar a Presidência da República da vulnerabilidade política em que se encontrava exposta no Rio de Janeiro. Segundo Ronaldo Costa Couto, existiam evidentes indicadores de ingovernabilidade numa metrópole conturbada. E Kubitschek pensava que era necessário fugir dali, sair o mais depressa possível (COUTO, 2001:195).

¹⁶¹ O cronista All Righth, era o pseudônimo do jornalista Anderson Magalhães, que faleceu em 05/09/1967 depois 49 anos colaborando com o Correio da Manhã.

Segundo diversos relatos, Kubitschek gostava muito do Rio de Janeiro e não tinha nada de pessoal contra a cidade. Conhecido como um personagem extrovertido, não ficava nem um pouco deslocado do clima risonho e irreverente da cidade. Entretanto, os poderes do Executivo ficavam sufocados ali. A dimensão local abafava as questões nacionais; os problemas estaduais e municipais se sobrepunham à ordem federal, forçando o Presidente da República a se comportar como um intendente.

Segundo Claudio Bojunga, Juscelino via o Rio de Janeiro como sede do Executivo, uma confluência de traços preocupante:

Era resultado da superposição de poderes e vícios ancestrais, dos grupos de pressão, da ingênua confusão popular em relação às esferas de competência política, dos ardis de uma imprensa virulenta e frequentemente tacanha. O Rio fazia espuma. A Corte era chegada a conspirações e melodramas políticos (BOJUNGA, 2010: 732).

Cláudio Bojunga, ao mencionar os ardis da imprensa, ressalta o papel impositivo da mídia em fazer valer sua vontade ao influenciar a opinião pública e fazer oposição às medidas de governo que contrariassem os seus interesses imediatos. Assim, a mídia exercia veto player em relação às diretrizes da Presidência, estabelecendo uma oposição ferrenha a qualquer mudança. Interesses de particulares eram postos acima dos nacionais.

Ao iniciar o projeto de mudança da capital, Kubitschek fez com que o eixo das discussões políticas mudasse, transferindo-se quase todo para um tema único que girava em torno da mudança e da construção da nova capital. Dessa forma, a pauta dividia a oposição. Vários partidários da UDN de Goiás, Minas Gerais de estados do Norte viam com bons olhos a mudança e, até mesmo em São Paulo, alguns membros da UDN eram favoráveis. Este era o caso de Herbert Levy, que fez uma palestra na faculdade de Direito em São Paulo, em 15 de março de 1957, intitulada: “A sede do Governo Federal precisa fugir do Rio de Janeiro”. A fala tinha uma conotação recheada de velhos preconceitos sobre o clima e a população: “As características climáticas e o temperamento do povo criaram na cidade do Corcovado condições mesológicas, altamente prejudiciais à marcha dos negócios públicos...” (LACHINI, 2002: 114). Para cooptar parte da oposição, Juscelino Kubitschek nomeou o deputado federal Iris Mainberg, da UDN, como o controlador da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap).

Com a transferência da sede do Executivo, a Presidência esperava reforçar sua posição, se afastando do poderoso e perigoso fogo cerrado político–militar e midiático do Rio de Janeiro.

Sobre o clima político do Rio de Janeiro e a turbulência ocasionada na capital, basta lembrar a campanha presidencial de 1955, quando Lacerda propunha adiamento do pleito e mudanças na Lei Eleitoral para evitar a qualquer custo a vitória de PSD de JK. A leitura que Kubitscheck fazia disso foi manifestada em um discurso em Belém no mesmo ano: “Não é possível que cinquenta cidadãos na capital da República estejam a inquietar e a ameaçar 50 milhões de brasileiros” (COUTO, 2001:199).

A questão da imprensa pairava como um poder desmesurado. Sua articulação na derrubada de Vargas, as pressões constantes, a barganha cotidiana a qual a Presidência era obrigada para não ser obstruída: tudo isso fazia da Cidade Maravilhosa um porto não muito seguro. Segundo Claudio Bojunga,

Juscelino sofrera o diabo nas mãos dos capitães do jornalismo carioca: Paulo Bittencourt, do Correio da Manhã; Assis Chateaubriand dos Diários Associados; Roberto Marinho, de O Globo (que passou a criticar Brasília assim que conseguiu seu canal de televisão); e Orlando Dantas, do Diário de Notícias. De maneira geral, essas organizações haviam malhado o ritmo frenético da construção da nova capital (BOJUNGA, 2010: 732).

A barganha com as concessões de canais de televisão vinha se tornando uma das formas de calar os jornais ou, pelo menos, durante algum tempo, evitar suas críticas sistemáticas. Mas o que salta aos olhos era o poder de pressão da mídia sobre a Presidência. Esta constatação foi corroborada por Roberto Campos, que teria escutado do próprio Presidente de forma muito mais explícita e ressentida que construiria Brasília:

“Para livrar-me de quatro tiranos da mídia: o Paulo Bittencourt, do Correio da Manhã, o Assis Chateaubriand, do O Jornal, o Orlando Dantas, do Diário de Notícias, e o Roberto Marinho de O Globo”. “Esses tiranetes, disse ele, ficarão surpresos quando se virem reduzidos a editores de jornais de província...” (CAMPOS, 1994: 275).¹⁶²

Curiosamente é omitido, em ambos os relatos, o Jornal do Brasil. O periódico do Rio de Janeiro pertencente na época à família da condessa Pereira Carneiro, era administrado pelo seu genro Manoel Francisco do Nascimento Brito. O jornal protagonizou um dos episódios marcantes do embate de Juscelino Kubitscheck com a

¹⁶² Em entrevista a Ronaldo da Costa Couto, anos mais tarde ele apresenta uma lista ligeiramente diferente: “JK dizia, parece-me que era um chiste, que faria a nova capital para reduzir o poder de quatro senhores: Dantas, Roberto Marinho, Bittencourt e Mesquita. Eu ouvi falar nisso uma vez, numa tarde talvez de depressão. Ele disse que o Brasil tinha quatro ditadores que mereciam ser reduzidos a proporções de tiranetes de província. E Brasília fa-los-ia diretores apenas de jornais de província. Citava o Roberto Marinho com o Globo, o Orlando Dantas (sic), com o Diário de Notícias, do Rio de Janeiro; o Frias (sic), com a Folha de S. Paulo, e o Júlio Mesquita, com Estado de S. Paulo. Então esse desejo de evitar o predomínio dos “tiranetes de imprensa” pode ter sido a motivação, acredito que secundária.” CAMPOS, Roberto. Apud. (COUTO, 2001:203-204).

imprensa. Em agosto de 1958, Foster Dulles (irmão do diretor da CIA, Allen Dulles), secretário de Estado do governo Eisenhower, estava no Brasil para viabilizar algum tipo de acordo ou aproximação como resposta à Operação Panamericana (OPA), iniciativa de Juscelino. Depois de um início de governo calcado em uma política de alinhamento automático aos EUA, Juscelino dava mostras de tentar mudar de rumos.

Foster Dulles teve uma reunião com Juscelino Kubistchek no palácio do Catete. No momento em que a imprensa pôde cobrir o evento, foi pedida uma pose para fotografia do cumprimento entre Kubitscheck e Dulles, cujo fotógrafo da Revista O Cruzeiro havia perdido. O Presidente se prontificou e posicionou-se em frente ao secretário de Estado dos EUA, que estava sentado com uma caderneta de telefones nas mãos. O instante foi capturado pelo fotógrafo do Jornal do Brasil. No registro, a imagem mostrava Juscelino esticando a mão enquanto Dulles, sentado, parecia manusear a carteira. No dia 06 de agosto, a imagem foi usada na primeira página com a legenda “tenha paciência mister” (BOJUNGA, 2010: 677)¹⁶³.

O Jornal do Brasil esclarecia que Foster Dulles havia deixado claro que o governo estadunidense, assim como a iniciativa privada norte-americana com endosso do Eximbank, não iria conceder financiamentos ou empréstimos para a Petrobrás, por considerá-la um monopólio estatal contra os interesses das empresas petrolíferas dos EUA. Carlos Lacerda, em campanha contra qualquer empréstimo estadunidense desde o anúncio da visita de Dulles, celebrou a foto como a imagem da OPA, ou do Brasil subserviente. Lacerda alegava que os brasileiros não eram antiamericanos. Estavam envenenados pelos comunistas no governo e pelos seus aliados, assim como por interesses particulares que temiam a concorrência estrangeira nos negócios (DULLES, 1992: 297).

Três dias depois, em 09 de agosto, o jornal *The New York Times* reproduziu a capa do Jornal do Brasil. Juscelino Kubitscheck acusou o jornal brasileiro de crime lesa pátria. Contra o JB, o Executivo moveu um processo e uma ameaça de enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional. A desavença só terminou um ano depois, com um pedido de

¹⁶³ Foi a partir deste incidente que foi composta a celebre marchinha de carnaval: “Me dá um dinheiro aí” (Ivan Ferreira, Homero Ferreira e Glauco Ferreira). Lançada no carnaval 1960, refletia a polêmica imagem levantada pelo JB constituindo uma música obrigatória em todos os bailes de carnaval, mas vista pelo lado da bazofia. “Ei, você aí! /Me dá um dinheiro aí! /Me dá um dinheiro aí! /Não vai dar? /Não vai dar não?/Você vai ver a grande confusão/ Que eu vou fazer bebendo até cair /Me dá me dá me dá, ô! /Me dá um dinheiro aí!”. Ver também: (SANTOS,1998: 25-26).

desculpas pelo responsável, Odylo Costa Filho, diretor de redação e partidário da UDN (SANTOS, 1998: 25-26).

Porém, a reação da Presidência não poupou o jornal de ter seus planos para a televisão interrompidos. O Jornal do Brasil vinha se preparando para montar seu canal de TV. Já havia inclusive feito seu pedido de concessão ao Presidente, que não o atendeu em função do ataque do jornal:

A 30 de Dezembro de 1957, a Rádio Globo havia obtido de Kubitscheck a concessão, por dois anos, para explorar o Canal 4 de TV do Rio de Janeiro. O Jornal do Brasil vinha se preparando com competência e conhecimento do presidente para montar sua televisão, no que contava com recursos humanos e as simpatias do Embaixador Sette Câmara e do secretário de imprensa Autran Dourado. Juscelino não liberou mais a concessão, em seguida João Goulart consolidou a concessão da TV Globo renovando o prazo por mais dois anos. Atribui-se ao episódio a saída de Odylo Costa Filho, que tinha um viés udenista (BOJUNGA, 2010: 678).¹⁶⁴

Não se pode esquecer que talvez o próprio ataque do Jornal do Brasil contra o Executivo fosse uma retaliação contra a concessão dada à Rádio Globo, pois consta que a rivalidade entre os proprietários e entre os grupos das duas empresas era muito acirrada. O ataque à Presidência e sua retaliação por parte do governo protelaram o sonho do Jornal do Brasil em ter um canal de televisão – objetivo manifestado em outras ocasiões posteriores e que terminou por nunca se realizar.¹⁶⁵

Por outro lado, nessa altura Roberto Marinho já estava munido de dados obtidos de campanha publicitárias elaboradas de acordo com métodos científicos. Este foi o papel de Walter Poyares, e seu plano de partir do segmento do jornal e rádio para mídias mais modernas (televisão). As pretensões das Organizações Globo se consolidaram com a concessão outorgada por decreto do presidente Juscelino Kubitscheck em 30 de dezembro de 1957. Ficou então reservado para a Rádio Globo o canal 4 do Rio de Janeiro, a ser ocupado pela futura TV Globo (XAVIER, 2000: 243).

¹⁶⁴ Sobre a concessão, Claudio Bojunga parece estar correto, uma vez que o Jornal do Brasil não a recebeu. Além disso, o episódio da fotografia é também apontado como motivo da negativa da concessão em outros trabalhos, como é o caso de Joaquim Ferreira dos Santos. Entretanto, há uma pequena confusão: na verdade o prazo para estabelecer um canal de televisão dado para O Globo ainda não havia expirado, e João Goulart outorgou a Roberto Marinho outra concessão em 1962, para estabelecer um canal de televisão em Brasília.

¹⁶⁵ Nos meados dos anos de 1960 o Jornal do Brasil buscava uma parceria no estilo da montada por Roberto Marinho com a empresa estadunidense Time-Life; na década de 1970, tentou novamente, juntando-se ao grupo Gerdau e à TV Difusora de Porto Alegre; no início da década 1980, concorreu na licitação para receber uma das duas novas redes que seriam formadas com os canais provenientes da cassação da Rede Tupi. Não obteve êxito em nenhuma das iniciativas.

Segundo Pedro Bial, o sonho de televisão concebido por Roberto Marinho já nasceu como projeto de rede. No início dos anos de 1950, em uma de suas muitas viagens aos Estados Unidos da América do Norte, Roberto Marinho tomou conhecimento da *network* ou rede de TV. De volta ao Brasil, passou a preparar a sua própria rede. Seu plano começou a se materializar no final dos anos de 1950, quando o grupo Time–Life, “a mais parruda e respeitada editora de revista dos Estados Unidos, planejava se aventurar no mercado televisivo e procurou a embaixada brasileira buscando aconselhamento” (BIAL, 2005: 180).

Ainda sobre a questão de Brasília, em depoimento a Ronaldo Costa Couto, o ex-presidente José Sarney salienta que a mudança da capital era vista como uma necessidade. Ele compara a fuga de Dom João VI, quando da invasão francesa a Portugal, que trouxe o Estado português para o Brasil, com a transferência da capital por JK, que buscava o interior para “fugir do fantasma da deposição que rondava o Rio de Janeiro” (SARNEY apud. COUTO, 2001: 204).

A construção de Brasília também serviu para exercer um controle financeiro sobre a mídia impressa em geral, o que foi feito através das grandes empreiteiras. O Presidente esperava passar às boas graças dos meios de comunicação, como explica Carlos Chagas:

Determinando que empresas empreiteiras dessas obras, em grande período de prosperidade, utilizassem parte de seu faturamento para fazer publicidade e propaganda. Os jornais, rádios e revistas receberam, por ordem expressa do chefe do governo, boas fatias dos recursos destinados a promover o desenvolvimento. Com dinheiro em caixa, sabendo da proveniência os meios de comunicação passaram a atitudes de compreensão e elogio ao governo (CHAGAS, 2000: 755).

Ironicamente, a essa altura os gastos de governo e a ação dos especuladores haviam os transformado em monstros incontroláveis. Este fato comprometeria a democracia no governo posterior.

A função e o peso da participação das empreiteiras foram revelados também por Samuel Wainer, que em suas memórias diz que não é possível escrever a história da imprensa brasileira sem dar um grande peso às empreiteiras. Wainer vai além e classifica todo o período de JK, e das diversas obras em andamento, como um dos momentos de maior tráfico de influência.

Esse tráfico de influências tornou-se particularmente intenso no governo de Juscelino Kubitschek, durante o qual se consolidaram fortunas imensas. Um dos principais beneficiados desse período foi precisamente Marcos Paulo

Rabello, de quem frequentemente se dizia, sem provas concretas, que era sócio de JK. O Presidente entregou a tarefa de construir Brasília a Rabello, que pode distribuir entre outras empresas as obras cuja execução não poderia encarregar-se – era muita coisa para um único empreiteiro. Só a construção de Brasília já bastaria para assegurar a alegria de dezenas de homens do ramo, mas houve mais. A rodovia Belém-Brasília, por exemplo. Além do mais, vários governos estaduais se encarregavam de inchar os cofres de empreiteiras às quais devotavam franca e suspeita simpatia com projetos de âmbito regional, mas também milionários. (WAINER, 1987: 225).

Mais de trinta anos após a inauguração de Brasília, o jornalista Mario Sérgio Conti questionou Paulo Cesar Farias a respeito da frase de Samuel Wainer. Sobre a participação dos empreiteiros na história da imprensa do Brasil, Paulo Cesar Farias, antigo tesoureiro da campanha de Fernando Collor de Mello para presidência em 1989 e bode expiatório de todo caso que resultou no impeachment do presidente em 1992,¹⁶⁶ respondeu com uma gargalhada, acrescentando: “não dá para escrever a história da imprensa brasileira sem que os empreiteiros apareçam em cada página e sem dedicar um monte de capítulos aos banqueiros.” (CONTI, 1999: 678).

Ao menos em parte, pode-se compreender a atitude do governo como uma estratégia de controlar a imprensa através dos meios de pagamento. Se o capital estrangeiro, através da publicidade e dos anúncios pagos, instrumentalizava a imprensa, o governo contra-atacava da mesma forma. Havia um peso enorme das verbas publicitárias de empresas estrangeiras, preponderantemente estadunidenses, sobre a imprensa nacional. Entretanto, o governo punia os empreiteiros que passavam a ser o contrapeso nacional frente aos meios de comunicação. Assim, indiretamente aumentava-se a influência do Estado sobre a imprensa.

2.6 A Capital Televisionada

O projeto de nova capital sofreu a oposição tanto de Assis Chateaubriand (MORAIS, 1994: 18) quanto de Roberto Marinho (BIAL, 2005: 188-189)¹⁶⁷. Aliás, a mídia em geral não apoiou a ideia e nem o plano de Juscelino Kubitschek, com exceção de *A Última Hora*, de Samuel Wainer, que aderiu aos ideais de JK em relação à criação de Brasília sem restrições (WAINER, 1987: 215).

¹⁶⁶ Paulo César Farias foi apontado como responsável por um enorme esquema de corrupção, que arrecadava propinas e subornos em todas as obras e negócios do governo. A evolução das investigações sobre suas ligações diretas com o presidente levaram ao impeachment.

¹⁶⁷ Roberto Marinho fez oposição constante de todo projeto de Brasília. Chegou a perguntar a Juscelino Kubitschek porque ele não construiria a nova capital na Barra.

Assis Chateaubriand, além de se referir constantemente ao “faraó Kubitschek”, chegou a jurar que jamais poria os pés na nova capital. Durante bastante tempo lhe fez cerrada oposição pública. Mas, à medida que a inauguração se aproximava, e as verbas de anúncios de empreiteiras ingressavam nos Diários e Emissora Associados, sua atitude foi mudando. No final de 1959, Chateaubriand já havia se convertido num defensor de Brasília. Inclusive, defendeu Juscelino em alguns episódios relacionados à campanha realizada pelo Estado de S. Paulo contra JK (MORAIS, 1994: 18-19).

A oposição à construção de Brasília era quase um consenso na mídia nacional. Era provida de alguma lógica devido aos gastos demasiados e à perda de influência das empresas midiáticas que assistiam o Poder Público Federal afastar-se delas. No tocante ao plano de desenvolvimento industrial que almejava fazer o Brasil deixar sua condição de produtor primário, o conservadorismo de Chateaubriand saltava aos olhos. Sua visão de mundo oligárquica e agrária era defendida a todo custo pelos Diários e Emissoras Associados. A noção do país como reserva estratégica e fornecedor de bens primários para os Estados Unidos e Europa era ideia reiterada *ad nauseam*. Ao mesmo tempo em que tinha uma visão privilegiada da ocidentalização, materializada na utilização política dos meios de comunicação (jornal, revistas, rádio e TV), lhe faltava a mentalidade moderna no sentido de gerenciar o desenvolvimento do país através da industrialização. Do mesmo modo, lhe faltava o discernimento moderno para gerenciar as suas empresas que a esta altura já apresentavam déficits assustadores.

Sobre sua pessoa e sua atuação política midiática através de métodos pouco ortodoxos no cenário nacional, o jornalista Cláudio Abramo atribui a pior das avaliações:

Chateaubriand foi um dos homens que mais mal fez à imprensa brasileira. Era um gangster, um homem desprovido de qualquer escrúpulo e de talento escasso. Feio, baixinho, desagradável, agressivo... Tinha umas boutades, mas era muito vazio. Como a sociedade brasileira é colonial, ele fazia muito sucesso (ABRAMO, 198884).

O ponto de vista de Cláudio Abramo é exposto sem grandes reparos por Bernardo Kucinski, que aponta Chateaubriand como um chantagista que extorquia benéficos do poder público através de sua máquina midiática. Mas ele também ressalta que diferentemente dos jornais, as concessões de televisão são públicas e, se reguladas como nas democracias liberais, deveriam reduzir o poder de manipulação e chantagem de seus proprietários (KUSINKI, 1996: 167). Entretanto, a despeito de toda a base

legislativa posterior a Assis Chateaubriand e aos Diários e Emissoras Associados, feita pelo Regime Militar (1964-1985) e pela democracia (1985 -), o comportamento da imprensa reproduz as mesmas matizes da época, ainda que em tons mais sutis.

Para conseguir livrar-se da crítica de Chateaubriand, Juscelino o havia nomeado Embaixador em Londres em 1956¹⁶⁸. Entretanto, sua gratidão para com Juscelino não era constante. Ele seguiu pressionando o presidente sempre que pode, com críticas contundentes e ataques aos projetos nacionais.

Se em relação a Brasília, o dono dos Associados foi convencido pela realidade e pelos meios de pagamento, em termos de projeto político para o país ele seguia em ferrenha oposição ao Executivo. No início de 1960, ele voltava às duras críticas ao Presidente chamando-o de “pateta alvar” e classificando seu plano industrial como um disparate:

Nesse ponto, minhas divergências com o Presidente Kubitschek sempre foram maiores e mais profundas. Por toda parte, na Inglaterra, me apresento com orgulho como produtor de algodão, café, milho, arroz e mamona. Se depender de mim, o Brasil continuará por mais trinta anos como produtor preferencial de matérias-primas (MORAIS, 1994: 219).

Sua segunda passagem pelo Senado não foi menos polêmica e antinacionalista: pregava a privatização da companhia Vale do Rio Doce e da Siderúrgica Volta Redonda, a entrega de minérios atômicos aos EUA, e enfatizava que o destino do Brasil era o de exportador de matérias-primas. Tratava-se de posição tão extremada que, segundo Lourival Coutinho e Joel Silveira, havia até mesmo um constrangimento para os próprios interesses estrangeiros que pretendia representar: “Por fazer uma defesa tão despudorada do entreguismo, [Chateaubriand] acabou por tornar-se inconveniente para os trustes.” (COUTINHO E SILVEIRA, 1957: 434).

Para se ter uma ideia de o quanto Assis Chateaubriand tornou o “entreguismo” uma caricatura de si mesmo, basta mencionar que Paulo Fagundes Vizentini explica que, como regra, os “entreguistas” não se consideravam menos patriotas que os “nacionalistas”. Eles calcavam as relações econômicas e diplomáticas brasileiras na

¹⁶⁸ Para onde ele só foi em setembro de 1957, devido principalmente a um processo por ter usado sua emissora de televisão em São Paulo para atacar José Ermírio de Moraes. Chateaubriand interrompeu uma novela (Teleteatro) e disparou contra o proprietário da Votorantim, que não lhe cedera a quantia desejada para anúncios publicitários que o ajudariam a saudar débitos gerados na compra de obras de arte para o MASP. Além disso, atacou também a FIESP e a CIESP. O custo de ter aceitado a nomeação de embaixador foi uma séria desavença com Lacerda, que seria mantida até 1964. Ver: (MORAIS, 1994: 595-597).

unilateralidade “norte e sul”, como parte da história do capitalismo (VIZENTINI, 1995: 130). A oposição categórica de Chateaubriand à industrialização destoava mesmo de setores conservadores da UDN e PSD, e até mesmo de Adolf Berle, ex-embaixador americano no Brasil.¹⁶⁹

Portanto, os entreguistas não eram contra a industrialização: o que não aceitavam era "a participação crescente da classe operária, além de uma política externa que se afastava da aliança privilegiada com os Estados Unidos. Para esses grupos, industrializar significava atrair o capital estrangeiro, reforçar os laços com os Estados Unidos, enquanto se mantinha a classe operária afastada do processo político" (ROUQUIÉ, 1980: 80).

Assis Chateaubriand foi uma exceção em termos de posicionamento sobre a industrialização. Contudo, quando intervinha no Senado na defesa das empresas petrolíferas estrangeiras, como em 24 de setembro de 1953, fazia-o alegadamente em nome do seu patriotismo:

Senhor Presidente, esses trustes são utilíssimos no seio dos governos mais civilizados. Eles são inofensivos. Levanto-me com as forças do meu patriotismo para que crimes dessa natureza não continuem a ser perpetrados contra o interesse mais sagrado da comunhão brasileira (VICTOR, 1993: 391).

Apesar das divergências com o projeto modernizador de Juscelino Kubitschek, Chateaubriand não perdeu tempo em manter sua influência política por meio de veículos de comunicação. Quando ficou claro que Brasília era uma realidade, ele mandou construir um prédio para abrigar o jornal Correio Braziliense. Posteriormente, ergueu, num projeto concebido e executado em apenas 120 dias, outro prédio e todas as instalações da TV Brasília. Queria poder acompanhar a inauguração da nova capital.

A relação dúbia entre Chateaubriand e Kubitschek tinha que ser mantida com determinadas compensações. Se, por um lado, Chateaubriand atacava o governo constantemente, por outro ele sabia que, até mesmo devido às dívidas que tinha com o Banco do Brasil e com a Previdência Social, precisava oferecer algo ao Executivo. Esta

¹⁶⁹ **Adolf Berle Jr.** – embaixador no Brasil (1945-1946). Apesar de trabalhar para os Rockefeller, Adolf Berle divergia de Assis Chateaubriand. Berle acreditava que as empresas americanas deviam associar-se a empresários brasileiros; argumentava que era impossível combater o monopólio estatal de petróleo em benefício de um único monopólio privado. Berle, que também é autor de livros de administração, prefigura a substituição do modelo dependente (nação agropastoril) de relação do Brasil com os EUA pelo associado, no qual o desenvolvimento e industrialização do Brasil também correspondem aos interesses dos EUA, que manteriam sua liderança através de capitais e tecnologia, e não somente através de trocas desiguais de produtos agrícolas por produtos industrializados.

foi a postura adotada na questão da posse de Juscelino em 1955, na qual Chateaubriand e os Diários Associados tomaram o lado de JK (BOJUNGA, 2010: 387). Por sua vez, em 1957 o presidente apoiou Chateaubriand, que estava em sérias dificuldades para saldar um débito no valor de dois milhões de dólares. O Presidente da República mandou lhe entregar a quantia para honrar compromissos e recuperar uma hipoteca de obras de Arte que foram para o MASP (MORAIS, 1994: 591-592).

Também contavam as pretensões em termos de consolidar uma rede de emissoras de televisão dos Diários Associados. Em 1956, ainda existiam preocupações com as questões de concessões de canais de televisão, Chateaubriand anunciava que seriam inauguradas quatro emissoras de seu conglomerado ¹⁷⁰ durante o governo de JK, em diferentes cidades brasileiras. Sem planejamento e regulamentação por parte do Executivo quanto ao monopólio e posse de meios de comunicação cruzada, o plano do proprietário dos Associados era estender um domínio televisivo pelo país, assim como havia feito com jornais e rádios.

Frente a esse quadro de constantes barganhas, Chateaubriand garantiu ao Presidente que suas empresas iriam estabelecer uma ligação de micro-ondas que permitiria a transmissão da inauguração de Brasília ao vivo para Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo:

Eu prometi ao presidente Juscelino que as imagens da inauguração de Brasília seriam mostradas ao vivo para mineiros, cariocas e paulistas. Não vou desistir só porque esses engenheiros que a RCA Victor me mandou dos Estados Unidos acham que é impossível. Não passam de uns arrogantes e despreparados. Vamos mostrar-lhes que isto aqui é o Brasil e que nós sabemos como fazer do nosso jeito (CHATEAUBRIAND apud. ADIB, 2000: 126).

Partindo de sua promessa ao Presidente e do interesse do chefe do Executivo em divulgar o cumprimento de sua meta síntese, a nova capital, Chateaubriand agiu sem licença ou autorização legal. Montou sua televisão em Brasília sem nenhum tipo de concessão formal:

Para entrar no ar, a TV Brasília usaria equipamentos de outras emissoras do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. E seria colocada no ar mesmo sem autorização oficial para funcionamento. Esta autorização não seria dada tampouco por Jânio Quadros, nem por João Goulart, e só seria concedida, finalmente por Castello Branco. Chateau, na sua prepotência usual, não esperaria por licença de quem quer que fosse para por no ar as TVs de Goiânia e Vitória, que também usariam equipamento usado de emissoras irmãs. (WAINBERG, 1997: 81).

¹⁷⁰ Essas emissoras deveriam ser quatro, mas passaram a ser seis e, posteriormente, passaram a onze. Algumas delas nem sequer tinham concessão.

Esse parece ser o momento em que império erigido por Chateaubriand atingiu seu zênite. Ele agia sem precisar de autorização, comunicando o fato de inaugurar televisões sem esperar pelo poder concedente da Presidência da República. Suas emissoras de televisão se espalhavam rapidamente por grande parte do país, assim como antes havia ocorrido com seus jornais e rádios.

Entretanto, o processo de decadência começaria no mesmo ano de 1960, com a doença que deixaria o dono dos Associados paraplético, se manifestando no final de fevereiro. A estrutura de condomínio montada por Chateaubriand para preservar sua obra foi formalizada ainda em 1959, quando doou 49% das ações a um grupo heterogêneo de funcionários, parentes e colaboradores. Porém, essa divisão não viabilizava a centralização e racionalização das decisões: o conglomerado midiático ficou dividido entre muitos interesses. Além disso, o episódio foi marcado pelo início da concorrência com a TV Excelsior, que logo estabeleceu um modelo de TV mais moderno e racional, roubando a audiência da Tupi em São Paulo.

A inauguração de Brasília deu o tom do que acabou por acontecer no cenário midiático brasileiro. O peso da imagem pela televisão já acompanhava o jornal. Mas, esta não foi uma preocupação exclusiva do dono das Emissoras Associadas. Outras duas emissoras de televisão foram inauguradas com a nova capital do Brasil. Além da TV Brasília, Canal 7 (Emissoras Associadas), foram inauguradas a TV Nacional, canal 3 (a primeira TV estatal do Brasil ligada a RadioBrás)¹⁷¹ e a TV Alvorada, canal 8 de Pipa Amaral dono da TV Rio, que fazia rede com a Record de São Paulo (CLARK, 1991:111).

¹⁷² Este fato foi inusitado e inédito, mas comprovou os interesses da política pela televisão:

E naquele dia as Emissoras Associadas (da TV Tupi, TV Itacolomi, ...) e as Emissoras Unidas (TV Record, TV Rio, ...) brigavam novamente entre si. E sem esquecer que o Governo Federal mal tinha fundado a sua nova "base de comando" e entrava na briga pelas concessões de Brasília... Assim, no mesmo dia, quase na mesma hora, três televisões entraram no ar... Foi algo incrível, nunca aconteceu algo igual na história da televisão mundial. E assim os Associados abriam a TV Brasília (canal 7), as Unidas com a TV Alvorada (canal 8) e o governo com a TV Nacional (canal 3). (ANKERKRONE: online).

Em 21 de abril de 1960, com a inauguração de Brasília, Juscelino desengavetou o projeto de Getúlio Vargas e criou a TV Nacional de Brasília, hoje canal da TV Brasil

¹⁷¹ A primeira televisão do Estado Brasileiro foi empurrada para Brasília devido aos interesses de particulares, como veremos adiante.

¹⁷² A emissora foi instalada num apartamento de três quartos em um prédio residencial de forma precária; porém contava com o caminhão de externas enviado por avião pela TV Rio para captar as imagens.

(SOUZA: online) O projeto foi iniciado ainda no governo Vargas e buscava a construção de canal de televisão estatal, assim como havia a Rádio Nacional. Porém, no campo da televisão, Vargas não conseguiu levar o projeto adiante, porque a crise de agosto não permitiu. Então, foi retomado pelo Presidente Juscelino Kubitschek.

A história do canal educativo do Rio de Janeiro era antiga. Sua concessão havia sido passada a Roberto Marinho em 1955, por Café Filho, mas as manifestações dos opositores e políticos fizeram tudo voltar a como estava. Na tentativa de levar o projeto adiante, chagaram os equipamentos para montar a estação em 1959, porém o projeto foi vetado pelo presidente.

À primeira vista, o veto parece um contrassenso, uma vez que o Estado comprara todo o equipamento e os meios de comunicação modernos, que como a TV, mostravam-se cada vez mais eficientes em termos políticos. Não parecia haver razões que levassem à não instalação da emissora, como havia sido concebida, para o Rio de Janeiro. No entanto, Renato Murce explica a postura de Juscelino Kubitschek para a TV Nacional, no ano em se comemoravam 20 anos da Rádio Nacional:

O Sr. Assis Chateaubriand vislumbrou o risco que correriam as Emissoras Associadas (a concorrência de uma TV). A nova TV Nacional levaria para suas antenas toda aquela incomensurável força e amplo Know-How que sempre demonstrara. Assis Chateaubriand ameaçou o então Presidente da República: iniciaria e desenvolveria uma campanha política contra seu governo. Faria isso através de sua grande rede de emissoras de rádio, TV e jornais. Razões políticas, portanto, devem ter influído no gesto do Sr Juscelino. Quando o material chegou à Rádio Nacional, foi encaminhado para Brasília. Está lá até hoje. Choveram promessas de mandar buscar outros transmissores. De promessa em promessa, a coisa toda foi caindo no esquecimento (MURCE, 1976:72).

A versão é corroborada por Saroldi e Moreira, que deixam claro que Chateaubriand avisou a Juscelino que lançaria toda a força de sua rede contra seu governo caso o presidente cumprisse sua palavra de conceder um canal de TV, a Rádio Nacional (SAROLDI e MOREIRA, 1984: 81) Assim como Dutra, quando nomeou para ministro da Educação Dario de Almeida Magalhães e foi ameaçado pela oposição de Chateaubriand e de todos os seus veículos de comunicação, JK preferiu não arriscar. Em plena apoteose vivenciada pela inauguração de Brasília, Juscelino cedeu diante do veto player de Assis Chateaubriand, que barrou a política de comunicações do Estado.

Na concepção de Chateaubriand, uma televisão do Estado podia seguir o mesmo caminho que a Rádio Nacional, a qual ficava muito a frente das demais rádios, abafando-as. Cabe lembrar que, nos primórdios, durante a década de 1950, o modelo

de televisão brasileira foi tributário do rádio. Buscou nele os programas de sucesso que seriam adaptados para as telas. Todo o elenco da televisão era basicamente oriundo do rádio.

Chateaubriand não via como adversários outros setores da mídia privada. Sabia que dificilmente fariam frente a sua vantagem em termos de concentração de mercado. Por exemplo, não existem registros de sua oposição à concessão de televisão para Roberto Marinho no apagar das luzes de 1957. Neste caso, houve certa compensação. O canal 2, do Rio de Janeiro, também era destinado ao Estado, no caso, para a Rádio Ministério da Educação. Foi passado para a Rádio Mayrink, na época pertencente à cadeia dos Associados (WAINBERG, 1997: 217). Mais tarde, em 1963, o canal seria vendido a Mário Wallace Simonsen.

Na verdade, tratou-se de uma troca, pois os Associados cederam para a Rádio do Ministério da Educação o canal 7, do qual já tinham a concessão. O canal 7 não convinha a Chateaubriand, pois já possuía o canal 6 e ficariam, assim, muito próximos. O ideal seria um canal mais baixo. O canal 7 do Rio de Janeiro só viria a ser inaugurado em 1972, como Televisão Educativa.

Roberto Salvador coloca entre os fatores que contribuíram para a perda do patamar de popularidade e audiência alcançado pela Rádio Nacional a não implementação imediata ao seu canal de televisão. Era um contexto no qual as verbas publicitárias concentradas na TV já superavam o Rádio:

Um outro fator importante foi a perda do canal de TV que a Rádio Nacional contava com muito entusiasmo. Era o famoso Canal 4, que acabou indo para as mãos da TV Globo. A rádio perdeu seu canal e, progressivamente, seus patrocinadores e verbas publicitárias para televisão. Não podendo mais arcar com o pagamento de artistas, que passaram a emigrar para a TV, houve necessidade de se rever o perfil da Rádio. A Rádio Tamoio foi pioneira ao rever o seu perfil. Ela se transformou exclusivamente em música. Mas a Rádio Nacional custou a acreditar que ia cair de seu pedestal (SALVADOR,2004: online).

A ideia de dotar o governo de um acesso permanente à televisão foi materializada em Brasília com a TV Nacional. Entretanto, não teve maior repercussão, pois a televisão estatal ficou reduzida a uma emissora local, desligada dos grandes centros populacionais do país. Não havia perspectivas de formar rede, uma vez que a ligação entre Brasília e os demais centros políticos importantes praticamente inexistia.

Mesmo que Juscelino Kubitschek pensasse em transferir o centro político do Brasil para Brasília, quando a cidade foi inaugurada, ainda estava isolada do centro

nervoso do país. O fato de a TV Nacional permanecer como patrimônio da União não foi muito útil em termos de formação de opinião e atuação política.¹⁷³

A televisão era transmitida em grande parte ao vivo. Quando algo importante ocorria fora dos estúdios, poucas vezes era possível descolar as pesadas câmeras nas precárias unidades móveis. Portanto, mantinha-se uma dependência de filmes cinematográficos para reportagens, que posteriormente tinham que ser revelados, o que lhe conferia certo atraso em relação aos fatos ocorridos. O caso do Kinescope foi uma alternativa para lhe dar uma maior agilidade.¹⁷⁴

Embora já tivessem sido feitas algumas tentativas com videoteipe, ele foi utilizado em grande estilo na inauguração da nova capital. Foi a gravação em fitas de vídeo que possibilitou a TV Rio exibir a inauguração da capital com boa qualidade, apenas poucas horas depois de realizada. Da TV Alvorada em Brasília, as fitas saíram para a TV Rio, de onde as imagens foram passadas por links de micro-ondas para a Record de São Paulo e para Minas Gerais (XAVIER, 2000: 34). Ao mesmo tempo, a Tupi tentou estabelecer uma ligação de micro-ondas direta para cobrir o evento ao vivo. Porém, dependia de um complicado sistema de links que seria feito por aviões¹⁷⁵ equipados com micro-ondas no meio do caminho. Sua imagem sofreu cortes abruptos, teve pouca qualidade com muitos chuviscos e som fraco e repleto de ruídos falhados (FERREIRA, 1995: 96-97).

¹⁷³ A TV Nacional hoje faz parte do patrimônio da TV Brasil. Criada em 25 de outubro de 2007 pelo decreto 6.246 no Diário Oficial da União com o nome oficial de Empresa Brasil de Comunicação (EBC), é encarregada de administrar a TV Brasil, o primeiro canal público nacional de televisão com autonomia em relação ao governo.

¹⁷⁴ Pouco antes de o videoteipe chegar houve o processo que registrava em filme os programas ao vivo, que podiam ser rapidamente processados para exibição em outras praças, poucas horas depois. Essa era a forma de preservar, reprisar, distribuir e comercializar alguns programas. Este equipamento chegou ao Brasil em 1955, trazido pelo engenheiro Mário Alderighi e instalado na TV Tupi de São Paulo (XAVIER, 2000: 32) Mas, tratava-se de uma tecnologia rudimentar e a gravação deteriorava muito rápido em poucas exibições.

¹⁷⁵ Sobre o episódio do uso de aviões existe certa celeuma. Alguns autores como João Calmon afirmam que, embora existissem os aviões equipados com micro-ondas, eles não chegaram a serem utilizados, tendo sido feito tudo por links terrestre (CALMON, 1999: 82). Já José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, em depoimento no livro de 15 anos do Jornal Nacional, que havia trabalhado na Tupi paulista, afirma que os aviões foram usados apenas para localizar os melhores lugares para instalar as micro-ondas (MELLO, 1984: 47). Entretanto, existem várias obras que descrevem o uso dos aviões, como o livro de Vida Alves, que relaciona o depoimento de Jorge Edo ao Museu da Televisão, inclusive esclarecendo que nos Estados Unidos isso já era feito (ALVES, 2008: 221). Contudo, a explicação mais provável é que a própria Tupi tenha tentado dois modelos diferentes de ligação: um terrestre até belo Horizonte e dali para o Rio de Janeiro, e outro através dos aviões para São Paulo, refletindo a falta de unidade das Emissoras Associadas (VAZ, 2008: 158-159).

Com o videoteipe, uma nova fase da televisão brasileira se iniciou. A produção antes primava por ser quase toda ao vivo, excetuando os telefilmes e programas filmados em película, como por exemplo, algumas reportagens para os telejornais. Em sua esmagadora maioria, os filmes eram provenientes dos EUA e gravados em película cinematográfica, que só podia ser exibida através dos telecines¹⁷⁶ – aparelhos que transformam a imagem da película em sinais eletrônicos.

Como salienta Daniel Herz, o videoteipe iria revolucionar a organização e a produção de programas (HERZ, 1987: 83), facilitando a concentração da produção e a posterior distribuição através de fitas. A produção local das estações de TV passaria a ficar à mercê dos grandes centros (Rio e São Paulo), que podiam concentrar grandes somas de dinheiro e produzir material em videoteipe. Uma estrutura centralizada, chamada de nacional, passará a substituir os programas locais numa escalada ao longo de todos os anos da década de 1960.

Gabriel Priolli usa uma excelente analogia quando afirma que com a chegada do videoteipe acabou com o modelo insular da televisão brasileira. As “ilhas” regionais vão construindo “pontes” para São Paulo e Rio de Janeiro, rompendo o isolamento e, ao mesmo tempo, anulando-se como centros produtores (PRIOLLI, 2000: 18). No entanto, esse relativo isolamento já estava sendo mudado desde 1957, com o estabelecimento de links de micro-ondas e repetidoras no interior dos estados do Sudeste. Adiante em sua reflexão, ele destaca a lógica do modelo econômico implantado na TV, de gestão comercial privada, que busca sempre reduzir custos e ampliar lucros. Tinha como lógica, portanto, reduzir as estações regionais a “meras repetidoras da programação “nacional” vinda de Rio e São Paulo” (PRIOLLI, 2000: 20). Entretanto, Priolli não leva em consideração a existência de um capital político local. O fato de aparecer na TV, através do jornalismo e programas de variedade regionais ou locais, garante a propaganda ou exposição de políticos ou futuros candidatos.

Os primeiros passos para construção de redes estavam sendo dados. Contudo, a concretização só seria materializada em meados de 1960. O primeiro modelo de

¹⁷⁶ O **telecine** ou **telecinado** é um processo para converter uma imagem registada em um suporte fotoquímico (película) imagem sobre filme cinematográfico, em imagem eletrônica - imagem de vídeo. Também recebe o nome de telecine o equipamento que se usa com este fim. É necessário efetuar o telecinagem dos filmes que se produziram sobre celulóide para poder emití-los por televisão. As emissoras de televisão foram as primeiras empresas que realizaram telecinados. Para isso começaram utilizando projetores de cinema combinados com uma pequena tela de cristal esmerilhado, onde se projetava a imagem que era recolhida por uma camera de televisão.

centralização de produção e distribuição em território nacional foi feito pela TV Excelsior, de Mario Wallace Simonsen e, posteriormente, com a TV Globo, de Roberto Marinho. Tardiamente, a pioneira Tupi, de Assis Chateaubriand, implantaria sua tentativa de rede somente em 1972.

Existiam desde meados da década de 1950 esforços para a formação de interligação entre estações de televisão, de maneira que fosse formada uma rede permitindo a troca de imagens entre cidades distantes – fator decisivo para a televisão como mídia onipresente e de expressão maior.

2.7 A Eleição de 1960

O Ano de 1959 iniciou com o aviso de alerta para os Estados Unidos e suas pretensões sobre a América Latina, após o triunfo da Revolução Cubana, que adentrou o ano junto com o réveillon. O clima de anticomunismo propagado pela reação estadunidense frente à Revolução em Cuba teria reflexos no Brasil nos meses seguintes: a corrida pela Presidência do Brasil teve início em meados de 1959.

O terceiro canal de Televisão foi inaugurado no Rio de Janeiro. A TV Continental do deputado federal do PTB, Rubens Berardo, com o canal 9, entrou no ar oficialmente às 19 horas do dia 30 de junho. Na solenidade junto com um bispo que abençoava as instalações, estava o Presidente da República, Juscelino Kubitschek. O ano marcaria uma expansão no número de canais e de localidades interligadas aos canais existentes. No Brasil, a integração pelas imagens de TV começava no Sudeste.

Depois de grandes arranjos políticos, o candidato à Presidência da República apoiado pela UDN seria Jânio Quadros, do Partido Democrático Cristão – PDC – (coligação entre PTN, PR, PDC, PL e UDN). No dia nove de novembro de 1959, a convenção nacional da UDN formalizou o apoio a sua candidatura, ao lado de Leandro Maciel como vice-presidente.¹⁷⁷

Segundo Walter Clark, a indicação de Jânio Quadros deveu-se à atuação de Carlos Lacerda, que controlou a convenção com suas qualidades de tribuno. Diante dos olhos da audiência da TV Tupi, que transmitia ao vivo para o Rio de Janeiro e São Paulo, Carlos Lacerda virou o jogo sobre a cúpula do partido, que pretendia indicar Juracy Magalhães. Quadros saiu com a indicação (CLARK, 1991: 103-104).

¹⁷⁷ Em 09 de junho de 1960, Milton Campos (ex-governador de Minas Gerais) foi escolhido para o cargo de vice-presidente em substituição a Leandro Maciel.

O que aumenta os méritos de Lacerda é o fato de que Juracy Magalhães tinha condições de ser um candidato de consenso, pois até mesmo Juscelino Kubitschek estava disposto a apoiá-lo para impedir Jânio Quadros de alcançar a Presidência. Com os olhos nas eleições de 1965, tanto JK quanto Lacerda manobravam para manter suas possibilidades. Juscelino apoiava um candidato da UDN; Lacerda preferia um outsider com pouca identificação com a UDN.¹⁷⁸ JK, além de não desejar uma continuidade pelo PSD, que enfraqueceria suas chances em 1965, considerava Jânio Quadros um inimigo perigoso. Lacerda, por sua vez, não queria um presidente da UDN, pois desejava aumentar suas possibilidades em 1965.

A proliferação das estações de televisão também levava suas alternativas e implicações políticas para outras paragens. Em Porto Alegre, na inauguração da TV Piratini, propriedade das Emissoras Associadas de Assis Chateaubriand, em 20 de dezembro de 1959, a amostra da potencialidade do meio como instrumento político ficou clara:

Nas mesas de gala da inauguração, o clima era potencialmente explosivo, pois ali estavam o Dr. Assis Chateaubriand e o governador Leonel Brizola, adversários políticos. Depois de todas as formalidades do protocolo, discursou o empresário e dono da emissora e o fez com forte conotação política. O protocolo regia que a solenidade se encerrasse com o discurso do governador, que fez uma longa e contundente resposta ao jornalista. Como se tratava de Assis Chateaubriand, um duelista polêmico, esse pediu uma réplica e de posse do microfone e da imagem de sua própria TV respondeu ao governador. Leonel Brizola, outro orador inflamado e prolixo, retomou a palavra e respondeu em tréplica, no mesmo tom agressivo ao jornalista (BERGESCH, 2010: 39).

No nascimento da primeira emissora de televisão do Rio Grande do Sul, o que era para ser uma solenidade foi transformado em debate político, com claro contorno das disputas entre o “nacionalismo”, pela posição de Brizola, e o “entreguismo” militante de Chateaubriand.

Anos depois, quando Brizola já era deputado federal pelo Rio de Janeiro, a disputa política entre o grupo dos Diários e Emissoras Associados e o político gaúcho se deu através de João Calmon. Calmon foi entronado em 1962 por Chateaubriand como

¹⁷⁸ Jânio Quadros fora Democrata Cristão em 1952, eleito prefeito de SP pela coligação PDC-PSB. Depois, pela coligação PTN – PSB, chegou ao governo de São Paulo em 1955-1959. Em 1958 foi eleito deputado federal pelo PTB/PR. Segundo o depoimento de Juracy Magalhaes no filme de Silvio Tendler, **A Era JK**: “Já havia o Brasil tido um Presidente do PTB e um o PSD para a consolidação das instituições democráticas seria interessante dar uma oportunidade a UDN”. (TENDLER, 1982).

político para defender os interesses dos Associados. Primeiro, ele foi eleito deputado federal por dois mandatos; depois, tornou-se Senador.

O histórico do proprietário dos Associados estava muito ligado ao truste da Light (*Brazilian Traction Light and Power and Company*), que desde o período Vargas fez forte oposição às ambições do Presidente de criar a Eletrobrás (LAURENZA, 1998: 51). Em sua defesa do capital e dos trustes estrangeiros, Chateaubriand fazia cerrada oposição a Brizola desde a desapropriação da *Electric Bond and Share* e da ITT, no Rio Grande do Sul (CHAGAS, 2000: 905). A Companhia Elétrica Riograndense, filial da *Electric Bond and Share*, estava com a concessão vencida e não se dispunha a realizar novos investimentos, a menos que o governo aceitasse suas exigências de liberação das tarifas e concessão por mais 35 anos.¹⁷⁹

Entre 1950 e 1960, o rádio havia crescido 527%, somando 705 emissoras no Brasil (IBGE, 1963). A primazia do rádio em termos de abrangência é evidente. Porém a televisão que, para ser montada exige um capital muito maior do que o rádio, também cresceu de forma espetacular. Foram inauguradas dez emissoras em 1959 e 13 em 1960 (ver o quadro no Anexo 1). Sua importância em termos políticos também foi projetada. A população se concentrava cada vez mais nos centros urbanos, sendo atingida pelas imagens.

O número de televisores computados pela Associação Brasileira de Indústria Elétrica (ABINEE) alcançava os 621.919 (XAVIER, 2000: 164).¹⁸⁰ Em quatro anos, desde 1956, o país tinha pelo menos triplicado o número de aparelhos de televisão. Nos anos vindouros, o crescimento se daria de forma muito mais acelerada.¹⁸¹ Se os números não parecem tão significativos, a importância dada pelos políticos ao veículo parece contrariar isso. Já na campanha de JK para a Presidência em 1955, foram usados o avião, para o deslocamento, e a televisão, para atingir o público em São Paulo e Rio de Janeiro, no intuito de conferir ao candidato a própria imagem da modernidade.

¹⁷⁹ No dia 13 de maio de 1959, o Diário oficial do Rio Grande do Sul publicou o decreto de expropriação da filial da *Bond and Share* pelo preço simbólico de um cruzeiro, estabelecido abatendo-se do valor da empresa as contribuições populares espontâneas, a colocação de fios e postes, doações territoriais, indenização do pessoal, multas, remessa de lucros acima do legalmente permissível e a depreciação dos materiais. O estado depositou o dinheiro e solicitou a emissão de posse, acatada pelo juiz Borges Fortes, da Fazenda Pública.

¹⁸⁰ Obs: Não computados os televisores contrabandeados, que constituíam um número expressivo.

¹⁸¹ Ao findar a década - e do governo de Juscelino Kubitschek - o país tinha bem mais do que decuplicado o número de residências dotadas de aparelhos de TV: de cerca de 34 mil, em 1954, passara-se para 598 mil em 1960 (LATTMAN-WELTMAN: online).

Juscelino Kubitschek realizou cem programas de televisão em sua campanha (BOJUNGA, 2010: 374).

Em meio ao cenário conturbado, existia a esperança de que o funcionamento do processo democrático no Brasil se consolidaria, mesmo com as turbulências.¹⁸² Seria realizada a quarta eleição direta para Presidência da República: o partido de oposição a todos os governos pós 1945, a UDN, tinha boas chances de vencer.

O ano de 1960 também deveria ter ficado marcado pelo primeiro debate de candidatos à Presidência da República realizado pela televisão no Brasil. Segundo Ricardo Xavier (XAVIER, 2000: 181), o acerto entre os candidatos Jânio Quadros (UDN) e Henrique Teixeira Lott (PTB) já havia ocorrido. Porém, às vésperas da eleição, o terceiro candidato Adhemar de Barros (PSP) recusou. O debate seria promovido pela TV Cultura de São Paulo.¹⁸³ Caso tivesse ocorrido, colocaria o Brasil em uma posição de vanguarda, juntamente com os EUA, na utilização da televisão com finalidade de informação ao público em relação a eleições presidenciais. O primeiro debate presidencial em televisão ocorreu nos EUA, também naquele ano de 1960.

Se não houve o debate na televisão, os brasileiros nos principais centros urbanos tiveram a oportunidade de ver outra técnica publicitária televisiva voltada para a política. Foi a inauguração do comercial político ou *spot* publicitário do candidato, ou seja, filmes gravados em película que eram exibidos na TV. Coube à campanha de Jânio Quadros a exploração da imagem do homem que iria solucionar os problemas do país¹⁸⁴.

A campanha de Jânio Quadros teve uma relação estreita com a televisão. Em 1959, ele havia assumido, a convite de Paulo Machado de Carvalho, na época dono da TV Record, um programa de entrevistas onde seus convidados tratavam dos

¹⁸² Tentativa de golpe que resultou no suicídio de Vargas em agosto de 1954; tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart terminou com o contragolpe preventivo do Marechal Lott em novembro de 1955, que resulta no impeachment de dois Presidentes (Carlos Luz e João Café Filho); além do estado de sítio até a posse dos eleitos; em fevereiro de 1956 levante de Jacareacanga, oficiais da Aeronáutica contra o governo; dezembro de 1959, revolta de Aragarças, oficiais da Aeronáutica contra o governo; os responsáveis pelas duas últimas revoltas foram anistiados pelo Presidente.

¹⁸³ A TV Cultura era de propriedade de Assis Chateaubriand. Na época não existia proibição para que um mesmo concessionário tivesse mais de um canal de televisão em um mesmo município. Assim, Chateaubriand possuía dois em São Paulo. Ela foi inaugurada em 20/09/1960.

¹⁸⁴ O spot ou vineta comercial de 20 segundos mostra uma família reunida na mesa em uma refeição, comentando sobre aumentos constantes do leite e encerra com o comentário do marido: “É o jeito é votar no Jânio!”. Em seguida, aparece uma foto do candidato e uma voz anúcia: “Jânio é a única esperança do Brasil! Jânio Presidente”. Vídeo disponível no Youtube. <http://www.youtube.com/watch?v=BLuU1Bn41UA&feature=player_embedded>. Acesso em 01/03/2011. Vídeo feito em película cinematográfica, para ser veiculado em todas emissoras de televisão.

problemas nacionais ampliando seu público e a sua familiaridade com o veículo (NUNES, 2010: online).

Um episódio bastante ilustrativo do uso político da televisão nas eleições de 1960 é descrito por Fernando Barbosa Lima, no final da disputa, já muito perto do pleito. Seria o último programa de televisão da campanha de Magalhães Pinto para o governo de Minas Gerais, concorrendo pela UDN. O programa foi realizado nos estúdios da TV Itacolomi e contava com a presença de Jânio Quadros e Milton Campos, respectivamente candidatos a Presidente e Vice na mesma eleição (LIMA, 2007: 52-53).

Fernando Barbosa Lima e Carlos Alberto Lofler foram convidados para dirigir o programa pelo próprio Magalhães, por serem dois jornalistas ligados à televisão e coordenadores da campanha televisiva de Lacerda. Foi montada uma ligação por micro-ondas para levar a imagem até o Rio de Janeiro e São Paulo.

Naquele tempo não existiam os satélites, foi feita uma ligação através de micro-ondas da Itacolomi para TV Tupi do Rio e para Tupi de São Paulo. Além de televisão, foi montada uma poderosa rede de rádio com cobertura nacional. Tudo ao vivo. Em cima da hora, Jânio Quadros, que acabara de chegar, junto com José Aparecido, de um comício em Ouro Preto, puxou-me para um canto do estúdio, querendo saber como seria a transmissão do programa. Expliquei: Minas, Rio e São Paulo por TV. O resto do Brasil, pelo rádio. Primeiro o dr. Magalhães, depois Milton Campos, e, por fim, ele (LIMA, 2007: 52-53).

Tudo parecia acertado quando o jornalista foi chamado pelo candidato a Presidência, que lhe disse: “Fernando, você acha que eu, um homem de esquerda, posso aparecer para todo o Brasil ao lado de um banqueiro?” (LIMA, 2007: 52-53). Criava-se uma situação constrangedora, pois quem estava pagando toda a transmissão era justamente Magalhães Pinto, a quem Barbosa Lima teve que comunicar a indisposição de Jânio Quadros de ser visto ao seu lado.

Jânio Quadros, apesar de apoiado pela UDN, fazia questão de não se identificar com seus elementos tradicionais, procurando aparentar uma alternativa entre a UDN e um novo populismo carismático. Seria o candidato sem partido e sem amarras, embalado pelo seu discurso moralizante e a simbologia da vassoura que iria varrer toda corrupção do Brasil. Em 1989, quando a primeira eleição para presidente com participação massiva da televisão se realizou no Brasil, parecia uma reedição de 1960. A tônica foi o moralismo e, se não existia a vassourinha usada como símbolo por Jânio Quadros, havia os marajás de Collor e novamente o candidato era um outsider vindo de um partido inexpressivo, contando com apoio dos meios de comunicação. Era um

jovem político que vendia a ideia de atuar contra os políticos. Todavia, tal qual Quadros, terminaria como um presidente isolado no Congresso.

Para atender a Jânio em Belo Horizonte, Barbosa Lima teve que desmembrar o programa em dois. Mesmo com a desfeita, a proposta terminou por contentar o patrocinador do evento, Magalhães Pinto:

A solução para essa imposição foi uma só: fizemos um programa com o Dr. Magalhães e Milton Campos. Depois a TV Itacolomi abriu um intervalo comercial e começou outro programa só com Jânio Quadros. Até locutores e os cenários tiveram de ser trocados. Esse intervalo, de anunciantes locais de Belo Horizonte, passou em toda rede que montamos (LIMA, 2007: 52-53).

Dos três candidatos, dois foram eleitos, o presidente e o governador; o vice-presidente foi derrotado nas urnas. O voto para Presidente e Vice era nominal e permitia que fosse eleito um candidato de outra chapa para o cargo. João Goulart foi candidato a vice-presidente pela chapa encabeçada pelo General Henrique Teixeira Lott, militar nacionalista que havia garantido a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart em 1956. A Candidatura de Jango foi explorada por Jânio extraoficialmente com os comitês Jan-Jan, canalizando desse modo o voto dos trabalhadores. Assim, o vice de Jânio Quadros da UDN foi derrotado.

Fernando Barbosa Lima não comenta, mas provavelmente fora indicado a Magalhães Pinto por Carlos Lacerda, que concorria pela UDN a governador do estado da Guanabara. Ele e Carlos Alberto Lofler trabalharam como consultores de programas de televisão de Carlos Lacerda, numa relação estritamente profissional, uma vez que nem sequer eram partidários de Lacerda. De certa forma, pode-se dizer que foram os precursores dos modernos marqueteiros que se tornariam célebres a partir de meados da década de oitenta.

O fato de não existir um controle do Tribunal Eleitoral e nem mesmo propaganda gratuita, fazia com que tivessem bastante trabalho na exposição de seu candidato. Ele explica que o tempo dos candidatos tinha de ser comprado nas televisões e que Lacerda contava com apoio político das “classes conservadoras, a chamada direita”. Como o poder econômico dessa classe é elevado, então “eles compravam muito tempo nas televisões do Rio” (LIMA, 2007: 173):

Muitas vezes, Lacerda tinha que sair de uma televisão para entrar, quase que imediatamente, no ar, em outro canal. Eram tantos programas, que se tornou necessário um planejamento estratégico e criativo para o candidato não repetir monotonamente as mesmas coisas. (...) Todos os programas foram planejados no apartamento do candidato, na praia do Flamengo. Passávamos

cada dia, mais de três horas discutindo e definido com ele cada programa, ou programas do dia (LIMA, 2007: 174).

A revelação importante sobre a grande exposição à mídia televisiva que Carlos Lacerda teve em 1960 explica apenas em parte seu sucesso. Sem dúvida, seu êxito em maior grau era fruto de seu talento e de sua capacidade de comunicação, mas ao mesmo tempo, também o era de seu preparo e ensaio para fazer uso do novo meio de comunicação. Nos EUA, na mesma época, Kennedy também era meticuloso em termos de imagem na TV. Ele ensaiava e estudava as melhores maneiras de aparecer nos programas de televisão e até mesmo nos debates.

Lacerda admite que contou com auxílio e orientações técnicas de “profissionais de televisão excelentes”, que “faziam programas de televisão muito bons”. Porém, ele faz algumas ressalvas sobre parte das orientações recebidas que, segundo seu ponto de vista, mesmo parecendo boas, atrapalhavam seu desempenho. Transformavam o programa em algo pouco natural: “Eram técnicos demais, parecia muito show” (LACERDA, 1977: 216).

Entretanto, ao ser eleito, Lacerda convidou Fernando Barbosa Lima para dirigir a rádio Roquette Pinto, do governo do Rio. O convite não foi aceito, pois o jornalista não tinha nenhuma experiência em rádio. À essa negativa, Lacerda respondeu: “Não faz mal que você não entenda nada de rádio, a Roquette Pinto vai montar uma TV.” (LIMA, 2007: 174). Esta fala revela tanto seus planos e a importância que dava à televisão, quanto o reconhecimento da qualidade da instrução recebida.

A questão econômica na eleição também passou pela televisão. Apontou para um descontrole absoluto sobre financiamentos de campanhas. Em 1962, foi provado o uso de verbas de fora do país para financiar candidatos e principalmente a UDN. As massivas verbas externas foram usadas e terminaram por despertar a atenção dos partidos de esquerda. Foi instaurada uma CPI que terminou por constatar que as verbas se destinavam ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)¹⁸⁵. Em sua maioria eram irregulares e provinham dos EUA ou de empresas norte-americanas instaladas no país.

¹⁸⁵ **Instituto Brasileiro de Ação Democrática** – o IBAD foi fundado em 1959 por empresários, porta-vozes do capital estrangeiro, intelectuais e políticos de direita. Sua estrutura foi montada com o objetivo de influenciar o debate econômico, político e social do país através da ação publicitária e política. Para que seus objetivos fossem visualizados, foi criada por Ivan Hasslocher a agência de propaganda Incrementadora de Vendas *Promotion*. Esta era subsidiária daquele instituto, financiada por capital estadunidense. Os métodos utilizados pela agência foram herdados do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), de Nelson Rockefeller.

A campanha de Lacerda esteve sempre associada à imagem de Jânio Quadros, pois, como eles eram aliados, a imagem de um serviria para projetar a do outro. A penetração da TV em meios urbanos foi enorme em 1959 e principalmente em 1960: a tabela no anexo 1 demonstra claramente esse crescimento. Junto a isso, existia um fator ainda mais relevante em termos de sua importância política. Os meios urbanos, mesmo sem contar com a maioria da população em 1950, já tinham a maioria dos eleitores registrados e habilitados. A concentração de população nos centros urbanos nos anos de 1950 a 1960 cresceu enormemente.

Entre 1945 e 1960, o eleitorado nacional cresceu. Em 1945, representava 13,4 % da população; em 1960 atingiu 22,18%. A população havia passado de 46,2 milhões para 70,1 milhões de habitantes (PEDROSO e BIZ, 1992: 83). Diferenças entre o meio urbano e o rural eram também significativas e persistiam por longo tempo. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes aos censos de 1940, 1950 e 1960, apontam que os analfabetos representavam o contingente de 31,2% da população acima de 20 anos em 1940, 29,1% acima de 20 anos em 1950 e 36,1% da população acima de 18 anos em 1960. Ao longo de três décadas, cerca de 1/3 da população não participava dos processos eleitorais, sendo que no interior o analfabetismo tinha índices muito maiores.¹⁸⁶ Em 1980, o índice de analfabetismo médio da população ainda era de 31,9%, alcançando 52,6% entre a população rural (FERRARI, 1985: 43).

Na primeira eleição de dezembro de 1945, votaram cerca de 7,5 milhões de pessoas, contra 1,5 milhão no pleito de 1933. Ao longo dos anos, o alistamento eleitoral não parou de crescer, chegando a 18,5 milhões de cidadãos votando em 1962 – duas vezes e meia comparando a 1945, e 12 vezes a mais do que 1933. No caso das eleições presidenciais, o número de participantes dobrou: de seis milhões de votantes na primeira eleição para presidente, alcançou 12 milhões em 1960 (SOARES, 2001:313).

Os dados salientam a importância dos grandes centros urbanos nas eleições. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde a TV tinha raízes mais antigas e ramificações pelo interior, tinham aproximadamente 45% dos eleitores (SANTOS, 1987: 56-57). A mudança de país predominantemente rural para urbano permaneceu em andamento e foi consolidada no período 1960-1970, quando a relação

¹⁸⁶ Dados do IBGE disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003_estatisticasecxhtml.shtm 08/02/2011> acesso 12/02/2011.

se inverteu: dos 13.475.472 domicílios recenseados no Brasil em 1960, pouco menos da metade (49%), se situavam nas áreas urbanas; em 1970, quando foram contados 18.086.336 domicílios, esse percentual já chegava a 58%. A televisão seria o principal meio de comunicação nesse Brasil urbano.

Conclusão do Capítulo II

Este capítulo destaca-se por tratar do período em que a televisão se afirmou como um negócio, como operação privado comercial capaz de se remunerar e de obter lucro, para além do exercício da chantagem ou da clientela. A afirmação da sustentabilidade da televisão ocorreu em duas dimensões: a venda do conteúdo para anunciantes e o desenvolvimento de uma indústria nacional de aparelhos de televisão (conteúdo e aparelhos). Associado ao primeiro fenômeno, observa-se um verdadeiro *boom* da publicidade, que no Brasil passou a cumprir o papel de defesa dos monopólios. Foi um comportamento análogo ao exercido pelas agências publicitárias nos EUA, em seu surgimento, no início do século. Por outro lado, o período também se destacou pelas iniciativas da nacionalização do conteúdo e da produção dos aparelhos nas tentativas de Simonsen (Rebratel) e Kocubej (Invictus). Tratou-se de uma reação à desnacionalização de conteúdo e à importação de aparelhagem promovidas pelas agências de publicidade.

Foi posta em evidência a natureza dúplice da televisão, de servir tanto de arauto do golpe na figura de Carlos Lacerda, quanto de instrumento pedagógico na pessoa do presidente Juscelino Kubitscheck. Neste momento, as disputas envolvendo os distintos projetos de televisão demonstraram a continuidade do embate entre nacionalistas e entreguistas.

O intervalo também foi marcado pela primeira reação da Presidência da República ao poder da televisão. Juscelino Kubitscheck impôs a censura e utilizou-se dos meios de pagamento para combater fogo com fogo: disputar a influência da televisão com as agências publicitárias a serviço das multinacionais.

O mais importante foi o surgimento da publicidade como ator que coordena e organiza os esforços das multinacionais dirigidos a opinião pública. Como destaca Renato Ortiz, a maior parte dos programas de televisão eram produzidos por agências de publicidade, com verbas do patrocinador. Assim, o patrocinador exercia um controle sobre o conteúdo do programa. Chama a atenção, tanto no rádio como na televisão, o

fato do anunciante estabelecer o seu tipo de programação, principalmente quando se tratava de realizações mais sofisticadas e mais caras (ORTIZ, 2001: 60).

As agências de publicidade é que cuidavam de tudo: escreviam, produziam, contratavam elenco e até mesmo completavam salários de técnicos e funcionários das emissoras que só entravam com equipamento de transmissão e o horário. (ORTIZ, 2001: 60). Foi o desombestamento dos enlatados e da desnacionalização dos conteúdos que, contudo, só fez aumentar o prestígio e o magnetismo exercido pela televisão. O caso do repórter Esso, visto em detalhe no curso do capítulo, serve como ilustração da análise. A viabilidade da Televisão como empreendimento comercial atraiu novos interessados na operação, tanto do Jornal do Brasil quanto de O Globo, que voltou a pleitear concessões.

A lógica das concessões foi, contudo, marcada pelo confronto da Presidência com os veículos de comunicação. Apesar de Assis Chateaubriand ter defendido a posse de Juscelino (seu correligionário do PSD), suas emissoras de TV foram colocadas a serviço de Carlos Lacerda – mediante anúncio pago – para alardear as posições golpistas sustentadas tanto pelo seu jornal a Tribuna da Imprensa quanto por O Globo. Durante seu governo, para evitar uma oposição sistemática, Juscelino concedeu para Roberto Marinho sua primeira TV. O Globo silenciou sobre a construção de Brasília até receber sua outorga. Já a concessão ao Jornal do Brasil, que havia marcado uma posição contrária a Presidência da República no episódio da Visita de Foster Dulles (“me dá um dinheiro aí”), foi negada.

No contexto de inflação crescente, em meio à ação dos especuladores e dos críticos deletérios do governo que faziam a apologia do golpe, a Presidência lançou mão de um expediente condenável: a censura, através da Portaria 899.

Deste modo, Juscelino fez uso de todos os instrumentos à disposição da Presidência da República para defender seu governo. Para além de seu governo, defendia também a instituição Presidência da República. Contudo, arranhou sua própria biografia e involuntariamente deu vazão ao processo crescente de autonomia militar através da implantação da censura. Esta, na medida em que feria o Próprio Estado Democrático de Direito, colocou o presidente e seu ministro general Lott em posição precária. O dispositivo, como ficou confirmado pela disposição posterior do Supremo Tribunal Federal (LINS, 2010: 8), violava a Constituição, a qual todos, incluindo o presidente, deveriam obedecer. Serve como ilustração o uso da televisão por parte de Juarez Távora, conforme descrito anteriormente.

Para além da censura, Juscelino Kubitscheck lançou mão do uso dos meios de pagamento sob o aspecto de verbas publicitárias. A estratégia consistia em transferir recursos públicos para empreiteiras, para que essas inserissem anúncio nos veículos (rádio Televisão). Porém esses se revelaram de validade duvidosa, pois deram-se sob a égide de um processo mais ou menos generalizado de corrupção.

Mais uma vez a defesa da Presidência e da democracia tinha sua eficiência empanada por um procedimento de validade discutível: eficaz, mas ineficiente em longo prazo. Deste modo, a censura e a corrupção, somadas à inflação crescente, não podem ser dissociados das circunstâncias que acabaram por conduzir ao movimento de 1964.

Por fim, restou à Presidência a tentativa de inovar (em termos televisivos) na criação de uma emissora estatal de televisão. O projeto original era de Vargas, para o Rio de Janeiro. Todavia, ao tentar realizá-la, JK deparou-se com o veto player de Assis Chateaubriand, que não admitiu a concorrência estatal no Rio de Janeiro. Temia a história pregressa de sucesso e prestígio da Rádio Nacional. Assim, a TV Nacional foi inaugurada juntamente com Brasília. Mais uma vez, a iniciativa revelou-se pífia. Não havia outras emissoras de TV estatais distribuídas pelo país, que pudessem ser colocadas em rede através de links de micro-ondas ou mesmo por intermédio de videoteipe. Por isso, a TV Nacional nunca teve êxito em rivalizar com seus similares particulares.

Apenas os militares terão sucesso na tarefa de interligar o Brasil por links terrestres de micro-ondas. Só na década de 1980 essa interligação será feita por satélites. Então, já havia sido estabelecido um padrão de qualidade e audiência da televisão comercial com a qual o sistema estatal nunca pôde rivalizar. Nem Juscelino e tampouco seus sucessores foram capazes de reviver o êxito de Vargas com a Rádio Nacional.

Pelo contrário, como se verá no capítulo seguinte, a transferência da capital para Brasília não serviu para atenuar o assédio da mídia sobre o Governo Federal ou sua capacidade de exercício de veto player. Restou apenas o Rio de Janeiro, abandonado às mãos dos adversários da Presidência da República. Estes acabariam por conjugar o golpe de primeiro de abril, assunto do Capítulo quatro.

Não obstante, importa frisar que a experiência de Kubitscheck com a televisão foi a mais ampla e radical até então vivenciada por qualquer presidente. De seu fracasso e impasse, nascem lições úteis para o presente no que tange à relação ainda conflituosa da Presidência com a mídia.

Capítulo III – de Jânio Quadros a João Goulart: O caminho da Televisão onipresente (1961-1964)

Introdução

No capítulo anterior, tratou-se do governo Juscelino Kubitscheck. JK realizou cem programas de televisão para lançar sua candidatura e promover sua campanha à Presidência. Depois de eleito, fez uso intensivo do veículo. Empregou os meios de pagamento para promover o governo e a censura como forma de controle do segmento de mídia. Conseguiu concluir seu mandato.

No período que compreende os governos de Jânio Quadros e João Goulart, a tensão entre a televisão e a Presidência assumiu um novo patamar. De um lado, a disputa em torno do projeto nacional intensificou as divergências entre a Presidência e os proprietários dos veículos de comunicação dependentes de capital externo. De outro lado, multiplicavam-se as emissoras em diversas áreas do país, ampliando a autonomia do segmento.

No início de seu governo, Jânio Quadros tentou estabilizar a economia através da centralização do câmbio e dos cortes de subsídio, em insumos como o papel. Isto o colocou em trajetória de colisão com todos os segmentos de mídia, já que quem operava rádio, operava jornal. A princípio, o veto foi exercido por toda mídia que, logo em seguida, se exacerbou com a Política Externa Independente, levando ao isolamento do presidente. Foi então que a Presidência tentou, sem sucesso, estabelecer o controle sobre o rádio. Não teve êxito: o segmento de mídia unificado revelou a extensão de seu poderio. Surgia o medo paralisante da Presidência diante dos veículos de comunicação. Diante da impossibilidade de controle da radiodifusão, e tendo acesso à população cerceado pelo agendamento e pela repercussão de seus pronunciamentos no segmento impresso, Jânio remeteu-se à temerária empreitada de um golpe sobre o Congresso. Seu desfecho está associado diretamente à crise, à paralisia do processo decisório, à disseminação do anticomunismo, à polarização política e social que conduziram ao movimento de 1964. Neste sentido, pode-se dizer que o golpe de 64 foi prefigurado no golpe de mídia capitaneado por Carlos Lacerda em 1961.

Os problemas existentes durante o governo de Jânio Quadros seguiram durante o período Goulart. O poder da mídia, capitaneado pelas imagens da televisão, ampliou sua

dimensão. Este poder estava relacionado com a atuação das agências de publicidade, a participação nas eleições de 62, e a oposição ao PTB e à esquerda em 62,

João Goulart assumiu o governo em uma posição precária, apenas graças ao movimento da Legalidade. Foi em seu governo que o cartel da mídia, mobilizado contra Jânio, assumiu uma feição organizativa permanente. Uma das marcas expressivas foi a criação da Associação Brasileira Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), em franca oposição à Presidência. Embora procurasse soluções conciliatórias de compromisso, tanto em âmbito interno quanto externo, os esforços da Presidência foram frustrados pela intensa polarização produzida pela mídia, à frente da qual se destacou a capacidade de agendamento da televisão. Assoma-se o papel da luta pelo petróleo. Porém, esta, como todas as demais questões do projeto nacional, acabaram sendo desqualificadas como integrantes de uma política “comunizante” que, segundo a mídia, era seguida pelo presidente Joao Goulart. No curso do capítulo, ver-se-á o protagonismo da televisão no embate entre nacionalistas e entreguistas.

Neste período, ganhou força o projeto político lançado por meio da televisão, como o dos Diários e Emissora Associados. Assis Chateaubriand pretendia chegar à Presidência, e lançou o diretor dos Diários, João Calmon, como candidato à Vice-presidência. Trata-se do *atalho* para carreiras políticas. Ademais, Chateaubriand utilizava os Diários e Emissoras como um partido. Criou um espaço para não só atacar seus adversários como também para fazer política, projetando suas ideias.

O período 1961-1964 foi conturbado, intenso e marcado pela ascensão da televisão, não só como veículo de cobertura do cotidiano, mas também como plataforma de debate sobre as questões políticas mais importantes da época.

3.1 Jânio Quadros e a TV: da Posse à Renúncia

Sinceramente, mesmo como atração de TV, preferimos JK. É mais objetivo, mais preciso, fala mais direto ao sentido popular. (Pompeu de Matos, Diário Carioca, 14/03/1961)

Em 1961 existia certa integração precária, através de micro-ondas, que permitia uma ocasional cadeia de televisão entre Minas Gerais, São Paulo Rio de Janeiro e, com muito esforço, Brasília. A integração era precária porque a base tecnológica existente não permitia uma ligação regular entre os grandes centros. Era ocasional porque se recorria a expedientes, como se viu por ocasião da inauguração de Brasília, para estabelecer conexão. O caráter ocasional também pode ser observado no caso do

programa que reuniu Jânio e Magalhães Pinto, conforme referido anteriormente. De qualquer modo, importa entender que conexões precárias e ocasionais não se constituem em uma rede, a qual se caracteriza pela regularidade, constância e efetividade na prestação de serviço. A rede se caracteriza pela transmissão da mesma programação ao mesmo tempo, de forma regular.

Apesar da debilidade das conexões, já era possível identificar um esforço para emprestar-lhes alguma efetividade. Foi o caso do estabelecimento das subestações de televisão no interior (repetidoras), que repetiam sinais e, da proliferação de canais em cidades menores nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Ainda em 1961, foi inaugurada a TV Vitória, na capital do Espírito Santo, com a promessa de conexão por link de micro-ondas com a Tupi do Rio de Janeiro (WAINBERG, 1997: 182).

O lema dos Diários e Emissoras Associados passou a ser: “Onde houver receptor de TV, há sempre presente a imagem de um canal Associado” (MORAIS, 1994: 633). Mergulhadas em séria crise econômica desde o final dos anos de 1950, as empresas de Chateaubriand adentraram na década de 1960 sem resolver sua dívida colossal com a Previdência Social. Além disso, havia a dispersão administrativa e o choque de interesses internos característicos da gestão Chateaubriand. Ainda assim, os Diários e Emissoras Associados investiram pesadamente em mídia eletrônica. Apenas no biênio 1960/1961 foram inauguradas onze novas emissoras de televisão dos Associados.¹⁸⁷ Parecia que estava em curso a construção da rede. Entretanto, como se verá, esse não foi o caso.

Havia razões para se acreditar na constituição da rede. As emissoras de TV já vinham atingindo regiões mais distantes e afastadas do centro político do país: um bom exemplo foi a TV Piratini de Porto Alegre. Um ano depois de inaugurada, ela gerava imagens para boa parte do interior do Rio Grande do Sul, além de uma faixa de Santa Catarina, alcançando até mesmo o Uruguai.

A proliferação de emissoras permitiu a expansão do mercado de aparelhos de televisão. Mesmo situações improvisadas demonstram a interligação entre a expansão do alcance da TV com o crescimento do mercado de produtos eletrônicos. Walmor Bergesch conta a história de Adelino Colombo, um morador de Farroupilha, cidade da

¹⁸⁷ TV Brasília, Distrito Federal / TV Tupi-Difusora, São José do Rio Preto, São Paulo/ TV Mariano Procópio, em Juiz de Fora, Minas Gerais / TV Rádio Clube de Recife, Pernambuco / TV Cultura, São Paulo/ TV Itapoã, Salvador, Bahia / TV Ceará, Fortaleza, Ceará / TV Paraná, Curitiba, Paraná / TV Coroados, Londrina, Paraná / TV Marajoara, Belém, Pará / TV Radio Clube Goiás, Goiânia, Goiás / TV Vitória, Vitória, Espírito Santo.

serra gaúcha, onde ainda em 1959 começou um negócio vendendo televisores e antenas para recepção. No início, ele transportava aparelhos de casa em casa numa velha Kombi; logo ele estava comprando lotes de cinquenta televisores. Vendia por todo lugar que conseguisse captar os sinais de Porto Alegre. A iniciativa valeu a Colombo a construção de uma cadeia de lojas de eletrodomésticos espalhadas pelo Brasil (BERGESCH, 2010:223- 224).

A televisão permanecia regional, mas caminhava a passos largos para um sistema de rede integrada. As emissoras locais ampliavam seu espectro, antes circunscrito apenas ao município e arredores (entre 70 e 100 km).

Como havia feito com Juscelino Kubitscheck, Assis Chateaubriand prometeu a Jânio Quadros televisionar a sua posse de Brasília para Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, mesmo que ainda não existissem as melhores condições técnicas (NEVES, 2008:26).

A política e os interesses nas concessões de televisão ficavam ilustrados de forma clara: o último decreto de um Presidente da República foi anulado pelo primeiro decreto de seu sucessor.

Em 28 de janeiro de 1961, três dias antes de abandonar a Presidência, Juscelino Kubitscheck assinou o Decreto Nº. 50.201/61¹⁸⁸ que só foi publicado no Diário oficial no dia seguinte. Tratava-se do decreto que retirava a concessão do canal de televisão de número 11, de São Paulo, para a Fundação Cásper Líbero. Alegava-se que a Fundação demoraria em implementar o canal de TV. Juscelino usou seu último decreto para passar a concessão de TV para o grupo do deputado federal Rubens Berardo do PTB, o mesmo que havia inaugurado em 1959 a TV Continental no Rio de Janeiro. O primeiro ato de Jânio Quadros como Presidente, ainda no dia de sua posse, 31 de janeiro de 1961, foi a revogação do último decreto de Juscelino Kubitscheck (FRANCFORT, 2010: 56).

Jânio Quadros fez a concessão do canal voltar para a Fundação Cásper Líbero. Porém, na realidade, Juscelino tinha razão, pois a Fundação só pode operar o canal de TV na década de 1970 e, mesmo assim, com o grupo Frias [Folha de S. Paulo] à sua frente.

Logo depois de empossado, em 13 de março de 1961, Quadros anunciou os rumos da política econômica em discurso transmitido por cadeia de rádio e televisão. Com a publicação da Instrução 204 da SUMOC, anunciada no mesmo programa, o

¹⁸⁸ Decreto Nº 50.201, de 28 de Janeiro de 1961. Disponível em: < <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1961-01-28:50201>>. Acesso em 09/03/2011.

governo desvalorizou o cruzeiro em relação ao dólar em 100% e centralizou o câmbio. O governo tentava combater os desequilíbrios deixados por JK. As providências tinham como objetivo desenvolver uma política cambial mais realista, unificando os vários patamares de câmbio (KWAK, 2006:125).¹⁸⁹

A televisão ocupou amplo espaço na divulgação dos rumos do governo. Três dias depois de sua primeira aparição, Jânio Quadros voltou a usar cadeia de rádio e televisão para fazer outro pronunciamento em 16 de março de 1961. De forma pouco usual, e um tanto teatral, o Presidente exibiu um exemplar do jornal Estado de S. Paulo, para mostrar que o país estava desperdiçando montanhas de dólares com importações (WAINER, 1987: 229). Afinal, na época o papel-jornal ainda era importado. Seus custos eram cobertos, em grande medida, pelo próprio Poder Público Federal (SODRÉ, 1983: 411- 415).¹⁹⁰ O fato, referido por Wainer, também foi mencionado nas memórias de Carlos Lacerda. No entanto, ele o situa em um programa de televisão ordinário, e não em um pronunciamento à nação feito pela TV. Importa é que ambos, Wainer e Lacerda, coincidem no essencial, o teor da declaração de Jânio: “Vejam quantas divisas isto aqui consome! O tamanho deste jornal, feito com papel importado com favores do governo” (LACERDA, 1977: 243).

Segundo Claudio Bojunga, essa manifestação de Jânio Quadros foi anunciada com antecedência para Roberto Campos. Quadros disse ao economista que iria apontar para o público os inimigos do sucesso do país, pois o povo precisava ter alguém para odiar, os culpados da quase paralisação de seu governo. O presidente recém-empossado anunciou ao economista, de modo surpreendente, que denunciaria os trustes internacionais, os interesses estrangeiros no Brasil e também a imprensa:

Não direi apenas que a elevação da taxa cambial aumenta as receitas da Petrobrás: direi que ela eleva os lucros abusivos dos trustes internacionais do petróleo. Em vez de falar no aumento da produção de trigo nacional, por que não, vergastar os moinhos da multinacional Bunge y Born que se

¹⁸⁹ Anteriormente havia diversas faixas de câmbio em que o valor da moeda nacional em relação ao dólar oscilava de acordo com o interesse em promover a importação e exportação. Era o próprio governo que arcava com o ônus de harmonizar as diferentes faixas, em uma política então conhecida como subsídio cambial. Importa compreender que a política de faixas não permitia uma resposta única acerca do quanto vale um dólar em divisa nacional. A resposta iria depender do preço do produto em questão. A centralização do câmbio feita por Jânio Quadros veio justamente para estabelecer um valor de referência comum, único, para o valor do cruzeiro em relação ao dólar. Após a centralização, continuaram a existir produtos subsidiados, como o café. Contudo, a política passava a caracterizar uma excepcionalidade, e não o fundamento da própria política cambial.

¹⁹⁰ No período de cinco anos, entre fevereiro de 1958 e julho de 1963, a alta do preço de papel importado para imprensa foi de 3294%.

beneficiavam do aumento de consumo excitado pela vantagem cambial? Quanto ao papel da imprensa mostrei o quilo representado pelas edições dominicais de O Estado de S. Paulo, que obviamente não representam uma urgência do bem-estar nacional (BOJUNGA, 2010: 760).

A ruptura com a mídia iniciou-se muito cedo. Segundo Carlos Chagas, nessa altura, decorrida pouco mais de uma quinzena do início do governo, apenas O Globo mantinha-se com uma postura quase que exclusiva de elogios ao novo presidente (CHAGAS, 2000: 821).

O presidente tentava usar de forma cênica a televisão e mostrar a herança que recebera de JK, como lembra Roberto Campos: “Jânio exibiu na televisão um gráfico que demonstrava que exceto no período 1954-1955, quando as curvas se aproximavam as importações tinham uma taxa de crescimento anual três vezes superior à das exportações.” (CAMPOS, 1994: 389).¹⁹¹

Jânio Quadros buscou esclarecer a população diversas vezes, em palestras no rádio e na televisão, sobre a importância dessas medidas impopulares. Em uma dessas explicações, procurou convencer a todos de que os efeitos colaterais da SUMOC 204 no custo de vida não eram tão intensos. Usou as mesmas técnicas cênicas que Juscelino Kubitschek havia consolidado a cada explicação do Plano de Metas na TV, através de gráficos: “Nesse Gráfico, representando o aumento do custo de vida, vêm vocês à parte que cabe à famosa Instrução 204 (...) é a herança inflacionária que recebi; então a 204 é um oitavo deste aumento do custo de vida” (KWAK, 2006:125).

Quadros salientou ainda as importações críticas de petróleo e trigo que achatavam a produção nacional e aumentavam a dependência. O presidente tentou contentar os dois lados. Aumentou os impostos sobre os empresários, uma vez que o custo de vida já subira, e acabou por descontentar tanto os setores conservadores quanto os populares.

A reação da aparição de Jânio Quadros na televisão, referindo-se ao jornal, foi instantânea por parte da imprensa. Quase toda ela foi solidária ao Estado de S. Paulo, de propriedade Júlio Mesquita, uma vez que todos os proprietários beneficiavam-se da isenção de impostos sobre o papel importado. Se o papel importado pelos jornais não

¹⁹¹ A Presidência estava constatando a existência do mecanismo das trocas desiguais: o custo dos produtos industrializados era maior que o dos produtos agrícolas que, ao mesmo tempo, possuíam menor valor agregado ou capacidade de multiplicação. Assim os países de Terceiro mundo tinham que aumentar exponencialmente a exportação de produtos agrícolas, que se desvalorizavam no mercado externo, para custear a importação de produtos industriais não produzidos por eles.

pagava imposto de espécie alguma, o ônus, ou o custo dessa importação para subsidiar a mídia impressa no Brasil, recaía até mesmo sobre os analfabetos. Afinal, era o governo quem o fazia com dinheiro proveniente de impostos. Dessa forma, não apenas o Estado de S. Paulo estava sendo apontado como esbanjador de verbas públicas, mas todos os jornais. Nesse contexto, o primeiro jornal a sair em defesa do corporativismo da imprensa foi o Jornal do Brasil.

Logo O Estado de S. Paulo acusou, em manchete, uma guinada à esquerda do governo. Demonstrou que o governo, no entender da imprensa, assumia uma posição de esquerda por atacar privilégios. Fizeram eco ao jornal da família Mesquita outros veículos, como a Tribuna da Imprensa, Diário de Notícias e até O Globo, que no início apoiou o presidente sem restrições. Todos os jornais situados politicamente à direita, que haviam sido pilares na campanha de Jânio Quadros, uniram-se na crítica ao governo (CHAGAS, 2000: 828-829).

O presidente passou a explorar a visibilidade de elementos peculiares de seu estilo de administração. Entre esses, estavam os famosos “bilhetinhos”. Logo no início de seu governo, o mandatário passou a comunicar-se com seus auxiliares através de bilhetes, os quais ele denominava de “memorandos”. Dessa forma, as ordens a ministros e outros componentes do governo eram expressas através de bilhetes. A divulgação desses memorandos ou bilhetes pelo rádio, na Hora do Brasil, dava uma audiência inusitada para o programa. Desde então, muita gente passou a ouvir a Hora do Brasil, pois não raro o tom dos bilhetes era engraçado (CHAGAS, 2000: 847). Entre fevereiro e agosto de 1961, foram expedidos mais de 3.600 bilhetinhos.

Foi justamente através desses bilhetes que se deu o primeiro episódio conhecido de censura à imprensa por parte do governo Jânio Quadros. O humorista Geraldo Câmara, trabalhando na TV Rio, adquiriu certa fama na época, e, tal qual nos dias atuais, a fama lhe proporcionou contratos para fazer comerciais de TV devido à sua capacidade de imitar o Presidente da República que, segundo ele, era uma figura histriônica, de cabelos desmantelados, fala pausada, muito característica e caricata. Foi convidado para fazer um comercial para o “Tira Manchas Três Estrelas”, imitando o Presidente, exatamente por conta de Jânio Quadros dizer que ia fazer limpeza no governo, tirar as manchas da administração. Geraldo escrevia os comerciais e os encenava ao vivo na TV Rio, transformando-se em sucesso imediato comentado na imprensa do Rio de Janeiro. Sobre os comerciais, Câmara contou que imitava o presidente em diversas frases do tipo: “No que me

concerne... acho que o Tira Manchas Três Estrelas vai ajudar a dona de casa na lavagem das camisas de seus maridos e também vai fazer com que a Eloá (referia-se à Primeira Dama) me ajude a tirar as manchas da máquina administrativa do país”. Logo Geraldo Câmara foi chamado pelo diretor comercial da TV Rio, Walter Clark, que lhe disse que teria que parar com os comerciais. Estendeu-lhe um bilhete do presidente: “Senhor apresentador, o Presidente da República não tem vocação para apresentar comerciais de tira-manchas. Eu o proíbo de usar a figura do presidente, para que não seja confundido comigo próprio. Jânio Quadros” (CÂMARA: online).

O jornalista Pompeu de Mattos, editor de redação do Diário Carioca, fazia campanha escrevendo réplicas como se fossem bilhetinhos para Jânio. No caso abaixo, refere-se a mais uma aparição do presidente na TV:

“São 23h15 no momento em que começo a escrever-lhe este bilhete, porque hoje achei que devia fazê-lo depois de assistir, pela TV, seu discurso, que só agora acabou, tendo começado pouco depois das 21h30. Quase duas horas de gritos e surdinas alternados, de gestos, ademanos, arrancos e, sobretudo, pausas imensas, de imensos e angustiosos vazios.

(...)

O que se via e ouvia era um pesadelo: era Adolf Hitler renascido nas telas dos jornais cinematográficos que os maiores de trinta anos tantas vezes vimos com espanto, vergonha e medo. Claro que, olhando-se bem, era mais uma caricatura de Adolf Hitler, mais um Chaplin no papel de Hitler do que outra coisa. E, por isso, houve até muita gente que nos telefonou para redação, perguntando uns, afirmando outros, que Vossa Excelência estava bêbado. Não, não estava. Podemos afirmá-lo, podemos garanti-lo, vossa excelência é assim mesmo ao natural. (5/04/61) (CHAGAS, 2000: 850).

As aparições de Jânio Quadros na televisão eram alvo de críticas dos jornais. O *mis encene* do presidente foi comparado ao de Hitler. De fato, técnicas de construção de imagem (gestualidade e ângulo), desenvolvidas ainda à época da Alemanha nazista, foram precocemente utilizadas no Brasil por personalidades e figuras da mídia. São famosos os ensaios de Hitler para suas aparições em público diante de câmeras cinematográficas. Carlos Lacerda, por exemplo, usava os óculos, tirando-os e colocando-os de volta, dando a impressão de quem ajusta o foco sobre o tema que discorre na televisão. O gestual foi copiado pelo apresentador de TV Flávio Cavalcanti (MOYA, 2004: 74), mostrando uma lógica contrária, ou talvez dialética, entre o meio e a política, na qual o apresentador de televisão copia o político como quem se investe de seriedade. O próprio Jânio Quadros tinha alguns truques para utilizar na TV, como teria revelado: “Na televisão fale com a voz escandida como se fosse o dono da verdade.” (BOJUNGA, 2010: 585).

A despeito do uso de técnicas de cena para apresentar-se na TV, conforme admite o próprio presidente, esse não era o problema. O que realmente incomodava os donos da mídia na época não era a performance presidencial, mas o conteúdo de austeridade na política econômica. Sentiram-se duplamente atingidos: (1) a centralização do câmbio dificultava o subsídio ao papel; (2) atingia os anunciantes de jornais que obtinham lucros fabulosos pelo sistema anterior. Fica em aberto saber até onde a renúncia de Jânio foi uma tentativa malograda de golpe do próprio presidente ou o desfecho bem sucedido de um golpe de mídia. O certo, porém, é que desde a SUMOC 204 o presidente teve a unanimidade da mídia contra si.

A reação do governo foi a de aumentar a regulação. Passou a uma rotina de decretos, através dos quais procurou regulamentar os espetáculos públicos, assim como exercer controle sobre a qualidade dos programas radiofônicos, de televisão, de cinema, de teatro e de casas noturnas.

Além da ação regulatória, o governo trouxe à tona uma nova agenda que também suscitou conflitos com a mídia. Tratava-se do estímulo à produção de conteúdo audiovisual nacional. Em 1961, o Decreto nº 50.450/61 de 12 de abril obrigou a exibição de filmes nacionais na televisão na proporção de um nacional para cada dois estrangeiros, o que era impossível, pois quase não existia produção nacional.¹⁹² Em 17 de junho, o Decreto nº 50.812/61 regulamentou a participação de menores em programas de rádio e televisão com temas polêmicos. (SILVA, 2004b: 09).

A tensão e o conflito entre Presidência e a imprensa entenderam-se para a radiodifusão. Em três de junho de 1961, a Rádio Jornal do Brasil divulgou que, no encontro entre Jânio Quadros e o presidente da Argentina Arturo Frondizi ocorrido em 20, 21 e 22 de abril de 1961 em Uruguaiana, estavam negociando um acordo militar:

Brasília – revelou-se hoje, no Planalto, um acordo militar formal, acertado entre os presidentes Jânio Quadros e Arturo Frondzi, no recente encontro. Pelo empenho verbal, os dois chefes de governo se comprometeram a promover com urgência as seguintes medidas: diminuição do efetivo, não realização de grandes manobras, suspensão de despesas militares de vulto e transformação das fábricas de munição em fábricas de utilidades. (VICTOR, 1965: 189)

¹⁹² Em 1962, esse decreto foi reformulado para obrigação de apenas um filme nacional por semana, sem se importar com a quantidade de filmes estrangeiros.

Os entendimentos de Jânio e Frondizi, qualquer tenha sido seu teor, sugerem a continuidade da diplomacia da Presidência da República no regime democrático com a agenda da integração regional (Vargas, Pacto ABC; Kubitscheck, OPA).

A Presidência da República reagiu: Jânio suspendeu a rádio por três dias, alegando que ela havia obstruído interesses nacionais. Porém, ela acabou levantando contra ele manifestações de quase todos os órgãos de imprensa. O argumento foi o de que a notícia era falsa e perturbadora para as Forças Armadas. A base legal em que se baseou a Presidência foi a mesma Portaria 899, expedida ainda no governo Juscelino Kubitscheck. O Jornal do Brasil, em sua primeira página do dia 06/06/1961, contestou os argumentos do governo para aplicar a punição.

A mídia solidarizou-se com a Rádio Jornal do Brasil. Este episódio associa Jânio à política de dois outros dois presidentes que também contaram com exercício de veto player da mídia em relação à aproximação com a Argentina ou à integração regional. O caso mais notório, já referido anteriormente, foi a denúncia vigorosa de Carlos Lacerda contra o Pacto ABC de Vargas. Convém lembrar também o caso do “me dá um dinheiro aí”, que serviu para ridicularizar a Operação Pan-Americana de Juscelino Kubitscheck. Estes precedentes servem para justificar a dureza da reação de Jânio. As notícias sobre o pacto ABC haviam sido usadas para estabelecer um processo de impedimento contra Vargas no Congresso. O suposto acordo militar com a Argentina parecia seguir o mesmo caminho. O fato serve para ilustrar de forma convincente o exercício de veto player da mídia sobre a Presidência. Para além das excentricidades de Jânio Quadros, estava em questão a Política Externa Independente, o que realmente incomodava os donos de jornais e, sobretudo, seus anunciantes.

O relacionamento da Presidência com a imprensa sofreu um rápido desgaste. Além das questões de interesse nacional, suas intervenções frequentes e excêntricas em assuntos cotidianos contribuíram para desgastar sua imagem. Converteu-se, aos olhos dos contemporâneos e da história, na figura caricata que a imprensa havia desenhado. Parecia um juiz de costumes, proibindo rinha de galos, biquínis na TV e interferia em outras banalidades que não contribuíam com a politização de sua disputa com a mídia.

¹⁹³ Acabou por plasmar-se o conceito de que “Jânio era louco”.

¹⁹³ Decreto de nº. 50.620/61, que proibiu as brigas de galo de rinha. Já o de Nº. 50.578 proibiu as corridas de cavalo nos dias úteis.

A Presidência acabou desencadeando mudanças na estrutura das estações de TV. Segundo Walter Clark, foi a partir de um decreto “draconiano” de Jânio Quadros que se regulamentou o espaço para a propaganda de televisão. Até então, a publicidade era completamente livre e realmente abusiva em relação ao público. Ficou regulamentado em 3 minutos o intervalo comercial, em filme ou slide, podendo chegar ao máximo de oito minutos caso os cinco minutos extras fossem ao vivo. Clark conclui que a intervenção de Jânio Quadros na TV, mesmo sem querer, deu uma força para a profissionalização da televisão, passando o controle dos comerciais para as TVs e os afastando dos anunciantes (CLARK, 1991: 105).

A despeito dos elogios posteriores de Walter Clark, a regulamentação de Jânio não foi bem recebida na época. Como se descreveu anteriormente, era a ausência de regulamentação sobre a publicidade que permitia as agências poderem “satelizar” a TV em benefício de anunciantes, muitas vezes multinacionais como a Standard Oil. Aliás, foi justamente no plano internacional que surgiu uma nova fonte de conflito.

A tensão na área externa materializou-se na pressão dos Estados Unidos para que o Brasil tomasse uma posição pró-EUA em relação a Cuba. Adolph Berle Jr., a essa altura assessor do presidente Kennedy para a América Latina, veio informar Quadros sobre a disposição dos EUA em patrocinar a aventura de cubanos exilados em Miami na invasão da Baía dos Porcos.¹⁹⁴ O encontro foi marcado por uma áspera discussão entre Quadros e Berle (COLBY, 1995: 397). A revista Time de 17/03/1961 noticiou como inamistoso o encontro no qual o presidente brasileiro se recusou a apertar a mão de Berle na despedida.¹⁹⁵ Segundo James Henry, nesse encontro ocorreu uma oferta de 300 milhões de dólares para que o presidente mudasse a posição do Brasil em apoio à invasão de Cuba (HENRY, 2004: online).

Posteriormente, Quadros enviou Walter Moreira Salles a Washington para negociar um empréstimo para o Brasil. Porém, depois da negativa do apoio à invasão, o governo brasileiro passou a ter uma oposição ressentida dos EUA. Todavia, a postura do presidente brasileiro foi a de um bom amigo, uma vez que a aventura foi um completo fracasso. Ainda assim, o ressentimento estadunidense voltou-se contra a Presidência.

¹⁹⁴ A **Invasão da Baía dos Porcos** (conhecida como **La Batalla de Girón**) foi uma tentativa frustrada de invadir o sul de Cuba por forças de exilados cubanos anticomunistas formados pelos EUA. Teve início em 17/04/1961.

¹⁹⁵ Time Magazine 17/03/1961. Disponível in: <http://www.time.com/time/magazine/narticle/0,9171,894440,00.html#ixzz1XMsEhqbn>. Acesso em 18/09/2011.

Foi devido à postura de Quadros diante da crise da Baía dos Porcos que a negociação do empréstimo feita por Salles igualmente malogrou. O fato foi comentado dessa forma por Berle: “Isso não compra amizade. Mas os políticos brasileiros podem criar inimizade, e é isto que estão fazendo. Se não podem ajudar, deviam renunciar” (COLBY, 1995: 408). Talvez nessas palavras se encontrem as *forças ocultas* mencionadas por Quadros em sua carta de renúncia. Mais tarde, Berle entregaria um relatório de 24 páginas ao presidente dos EUA, intitulado “Guerra Psicológica na América Latina”, no qual descreve o papel da imprensa na formação e no controle da opinião pública.¹⁹⁶ O relatório previa que existiria um Diretório de Informação estadunidense: “seria proprietário de ou controlaria em cada país da América Latina, através de cidadãos locais, pelo menos um jornal de circulação nacional e, se viável, uma cadeia substancial de Rádios. (...) Não há razão para não termos nossa própria TASS” (COLBY, 1995:425-426).

O episódio da frustrada invasão em Cuba, patrocinada pelo governo estadunidense, foi foco de um debate televisivo organizado por Fernando Barbosa Lima, na TV Tupi. A posição cubana foi defendida por Luís Carlos Prestes. Do outro lado, esteve Augusto Frederico Schmidt, argumentando pelos invasores e pela posição dos Estados Unidos. O confronto de ideias foi mediado pelo senador Mario Martins¹⁹⁷ (CANDEIRA, 2007: online). Conforme Mario Victor, O Globo, a Tribuna da Imprensa, o Estado de S. Paulo e Lacerda defendiam a invasão de Cuba. Na posição contrária, estavam Brizola, os estudantes e os sindicatos (VICTOR, 1965: 239). No Rio de Janeiro e em várias cidades do Brasil houve manifestações contra os Estados Unidos, com queima de bandeiras e ataques à embaixada e aos consulados (BANDEIRA, 2007: 558).

Ao optar por uma política externa independente, que atribuía muitas críticas aos EUA, Jânio Quadros tirava todo o conforto daqueles que haviam apoiado sua candidatura. Porém, algumas medidas, como a retirada do apoio à política colonial portuguesa na África, o apoio ao governo de Fidel Castro e, sobretudo, a condecoração de Che Guevara levaram a UDN e Carlos Lacerda a encará-lo como um inimigo. Em 18

¹⁹⁶ No relatório, Berle enfatizou que na América Latina “o campo de batalha não é pela ‘mente das massas’. Essencialmente, o objetivo é controlar o pequeno núcleo de intelectuais, os educados ou semieducados. “A estratégia é conseguir a dominação através do controle dos processos educacionais.” (COLBY, 1995:425). Assim lançava a semente do que viriam a ser os acordos do MEC-USAID (Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária [atual ensino fundamental] ao ensino superior.

¹⁹⁷ Pai de Franklin Martins, que em 1969 foi um dos sequestradores do embaixador dos EUA e, posteriormente, ministro da Comunicação no governo Lula.

de agosto de 1961, Quadros condecorou o ministro da Indústria de Cuba, Ernesto "Che" Guevara, com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, a mais alta comenda brasileira. Este episódio ainda hoje é motivo de perplexidade e especulação. Considerando o relato da conversa de Berle com Moreira Salles, em que a renúncia de Jânio Quadros é claramente sugerida, vislumbra-se outra explicação, que nada tem de enigmática. Como adiante se verá no caso da TV Excelsior e de Mario Wallace Simonsen, a condecoração de Guevara sinalizava que, diante da renúncia de crédito dos EUA, o Brasil poderia buscar novos parceiros na Europa Leste, URSS e RPC. De fato, a disputa envolvendo o café e o trigo, e as relações do Brasil com China e Rússia estarão no centro do confronto entre Simonsen e Rockefeller.

O aprofundamento da estratégia de barganha adotada por Juscelino a partir de 1958 foi materializado com a Política Externa Independente (PEI). Lançada por Jânio Quadros, ela manteve três linhas centrais: uma proximidade com os países de Terceiro Mundo; reestabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com os países do leste Europeu; e defesa do princípio de autodeterminação dos povos. Os EUA foram tolerantes em relação ao governo Jânio Quadros e sua política externa, percebida como tática e sem uma matriz ideológica que permitisse a contaminação da sociedade pelo comunismo.

Entretanto, a Política Externa Independente não se mostrava um porto seguro para o leque de forças que apoiou a chegada de Jânio ao poder. Não bastasse a política externa lidar com a barganha diplomática, o que era muito diferente do alinhamento automático aos EUA ao qual as elites estavam habituadas, Jânio Quadros dava sinais, em âmbito nacional, de retomar a linha de Vargas. Ademais, tomou uma série de medidas absurdas e pouco populares. Em função disto, suas iniciativas foram tolhidas e encontraram muita resistência de sua antiga base de sustentação no Congresso.

No que tange à semelhança com Vargas, ele tentou aprovar a lei antitruste no Congresso, que estabelecia uma punição de até cinco anos de reclusão para "brasileiros que prejudicarem nossa economia prestando-se a manobras escusas das multinacionais". Apesar de eleito com o apoio da UDN, o presidente parecia encurralar o capital estrangeiro, lembrando a lei de remessa de lucros de Vargas.

No plano das comunicações, ele parecia ainda mais inspirado em Vargas. O Decreto Nº 50.566/61 estabeleceu a criação do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), para propor uma nova lei para o setor; com o Decreto Nº 5.840/61, de 24 de junho de 1961, voltou a limitar o prazo de concessão das emissoras de televisão, reduzindo

de 15 para três anos o período para renovação de concessão, em uma reedição do que havia tentado Getúlio, levando a protestos por parte do empresariado.¹⁹⁸ O Decreto de Vargas foi revogado por Café Filho. No caso de Jânio Quadros, como renunciou sob cerrada oposição dois meses depois, a medida na prática nem chegou vigorar.

Conforme Mario Victor, ao longo do mês de junho, o Congresso agitava-se com a campanha que Carlos Lacerda e o Globo, contando com a ajuda da televisão Tupi de Chateaubriand, moviam contra a política externa do governo em relação a Cuba:

No momento, o Brasil apoia uma das mais sanguinárias, das mais torpes, uma das mais sujas ditaduras do mundo, pois, no momento, é a Nação que fortifica a tirania de Fidel Castro no Continente. Ao verificar que a política externa do Brasil estava errada, propus ao presidente minha saída do Governo para que o povo carioca não fosse sacrificado. O Sr. Jânio Quadros não aceitou, insistiu e demonstrou que minha atitude em nada afastava a compreensão de seu dever para com o povo (Lacerda na TV Tupi 6-6-61. Transcrito In: VICTOR, 1965: 252).

O trecho acima ilustra a utilização do veto player. Mais do que um debate democrático sobre política externa, o exercício da chantagem e da intimidação contido no argumento da renúncia demonstra um intento de barrar a todo custo a política externa traçada pela Presidência da República. Neste caso, Lacerda serve mais como porta-voz da mídia conservadora e liberal que propugna relações exclusivas com os EUA do que propriamente o demiurgo de uma alternativa política adotada pelo Brasil em relação a Cuba.

3.1.2 Lacerda e a Televisão na Renúncia de Jânio

Em agosto de 1961, o governo continuava tentando obter petróleo da URSS. Por sua vez, a campanha contra a política externa da Presidência seguia com plena desenvoltura. Qualquer pronunciamento isolado, a favor do governo, vindo de qualquer parte do território nacional, não encontrava ressonância porque seu eco era imediatamente sufocado pelos canais de rádio e televisão da Guanabara e pelas colunas de O Globo, Tribuna da Imprensa e o Estado de São. Paulo.¹⁹⁹ Por exemplo, o governador de Goiás, Mauro Borges, manifestou-se a favor das medidas de Jânio, mas seu pronunciamento não foi veiculado nos rádios ou na televisão na Guanabara. (VICTOR, 1965: 269)

¹⁹⁸ Em três de agosto, foi publicado mais um decreto que visava à televisão, o de nº 51.134/61. Ele restabeleceu a censura prévia e ditou uma série de normas como a proibição de cenas de crueldade, sensacionalismo e preconceito, além de proibir a exibição de cenas de atores com maiô e peças íntimas, mesmo em comerciais.

¹⁹⁹ O Globo e Estado de S. Paulo eram contra o reatamento com a URSS, mas Jornal do Brasil e o Correio da Manhã foram favoráveis (MOURA, 2002: 235).

As setenta e duas horas que antecederam a renúncia de Quadros foram marcadas por intensa campanha televisiva contra a Presidência. À semelhança do que havia ocorrido com Vargas em 1954 e com Kubitscheck em 1955, Carlos Lacerda assumiu a condição de protagonista principal. Foi uma campanha fulminante. De início o governador da Guanabara ocupou espaço na TV de seu adversário, Mario Wallace Simonsen da TV Excelsior²⁰⁰. No dia seguinte ocupou espaço nas Emissoras Associadas de Assis Chateaubriand. No terceiro dia deslocou-se ao Rio de Janeiro, onde fez seu pronunciamento mais violento pela televisão.

A campanha movida por Carlos Lacerda força o contemporâneo de hoje a perguntar-se se terá sido o Brasil de 1961 o palco do primeiro golpe de mídia orientado a partir da televisão. Importa lembrar que a TV agendava jornais e, embora pouco brasileiros tivessem aparelhos, os programas televisivos davam a pauta dos jornais no dia seguinte.

A escalada de Lacerda contra o presidente teve início logo após a condecoração de Guevara. Foi como se Quadros tivesse declarado guerra à UDN. As atitudes do presidente passam a ser fortemente contestadas pela mídia e principalmente por Carlos Lacerda. Em 22 de agosto, Lacerda pediu espaço à TV Excelsior de São Paulo para discutir sobre o governo: “pedi a uma estação de televisão de São Paulo, não me lembro qual, que me desse uma hora para falar, nesse tempo era fácil, tratando-se de um governador – não havia tantas novelas – e a televisão adorava **programa político que dava IBOPE**” (grifos meus) (LACERDA, 1977: 256).

O que importa na declaração de Lacerda é que política, na televisão dessa época, era sinônimo de audiência. O país vivia em meio à tensão constante desde 1946. Vinha passando por um processo de politização e participação cada vez maior da população, principalmente urbana, que continuava crescendo. A televisão havia se tornado parte importante da arena na qual se davam os embates.

Foi justamente nessa arena que nas noites dos dias 23 e 24 de agosto:

²⁰⁰ A TV Excelsior só aceitou a presença de Lacerda no Programa para demonstrar que era democrática e dava direito à voz a seus adversários. No caso da Excelsior, a emissora pretendia exibir um debate político de Lacerda com participantes de diversas posições políticas e um mediador. Tratava-se de uma conferência televisionada. Era para ser um debate ao vivo realizado em auditório. Contudo, o debate acabou não ocorrendo devido à confusão generalizada que a presença de Lacerda causou no público, dividido entre estudantes contrários ao governador da Guanabara e ativistas da Tradição Família e Propriedade (TFP).

(...) em cadeias de televisão, respectivamente, de São Paulo e do Rio, que o implacável governador da Guanabara denunciou que havia sido convidado pelo ministro da Justiça a tomar parte num golpe branco contra as instituições republicanas. Até hoje não se soube de comprovação dessas acusações (KWAK, 2006: 139).

Depois de passado na tela da televisão, a notoriedade era instantânea. A campanha de Lacerda, começou no dia 22 agosto na TV Excelsior, teve prosseguimento no dia 23 pela TV Tupi de São Paulo, e chegou ao Rio de Janeiro no dia seguinte. Na quinta feira, 24 de agosto, o governador da Guanabara pediu tempo e espaço na TV Rio: “São dez da noite, aquele canal lidera a audiência na antiga capital. Outras emissoras de televisão e de rádio entrarão em cadeia, inclusive transmitido o áudio do pronunciamento para São Paulo” (CHAGAS, 2000: 841).²⁰¹

O papel da televisão foi decisivo para a derrubada de Jânio. Lacerda havia rompido com o governo e prosseguiu a exacerbação contra o presidente. O clímax se deu pela televisão e foi transmitido para o Rio de Janeiro e São Paulo pela Excelsior no dia 22, pela Tupi no dia 23 e, no dia 24, pela TV Rio. Segundo o próprio Carlos Lacerda, a tensão foi num crescente até “o pronunciamento da televisão no Rio foi realmente uma coisa final. Aí, eu ‘virei a mesa’” (LACERDA, 1977: 258).

Hélio Silva confirma o pronunciamento, no dia 24 de agosto, quando Lacerda ocupou a televisão para, em um longo discurso, atacar violentamente Jânio Quadros (SILVA, 2004b: 121). Depois de ameaçar renunciar ao cargo de governador do Estado da Guanabara e insultar Jânio de várias maneiras, Lacerda denunciou o fato de o presidente estar articulando um golpe contra as instituições, com vistas a adquirir poderes especiais em detrimento do Congresso.

As acusações foram tão fortes que, segundo Carlos Chagas, o país começou a ferver a partir do momento em que Carlos Lacerda despediu-se dos telespectadores (CHAGAS, 2000: 854). Apagaram-se os refletores da televisão e ascendeu-se a curiosidade em todo país para saber qual seria a reação do governo em relação aos ataques do demolidor de presidentes.

No dia seguinte, depois de uma cerimônia em comemoração ao Dia do Soldado, quando condecorou a Bandeira Nacional, Jânio Quadros renunciou. Ao que tudo indica,

²⁰¹ A cadeia das Emissoras Unidas (TV Record e TV Rio) integrava Rio de Janeiro pela TV Rio, São Paulo pela TV Record, Belo Horizonte pela TV Belo Horizonte, e muitas cidades do interior desses estados através das suas repetidoras.

tratava-se de mais um recurso cênico: o derradeiro e mais dramático em sua tentativa de reafirmar-se retornando “nos braços do povo”. Pretendia obter, por meio desse artifício, um maior poder sobre o Congresso. Devido a sua expressiva votação e à resistência da UDN e dos militares em relação a João Goulart, Quadros esperava que ocorressem diversas manifestações populares e políticas para sua permanência na Presidência. A permanência seria aceita por ele, desde que não tivesse que submeter todas as suas decisões ao Congresso. A mídia seria regulamentada.

O substituto legal seria o vice, Jango (João Goulart), também vice do presidente anterior, que, por sua vez, não era nem de longe um revolucionário, mas mantinha as ideias básicas do nacionalismo reformista do velho populismo. Além disso, quando da saída de Jânio Quadros, seu vice encontrava-se na China Vermelha de Mao Tsé Tung, o que, em princípio, foi o motivo alegado para impedir que assumisse a Presidência. Na ótica dos conservadores era “evidente” que se tratava de um comunista.

Para materializar uma impossibilidade de solução imediata para sua renúncia, Quadros havia afastado deliberadamente o vice-presidente do país, como esclareceu a seu neto, anos depois:

Mandei o João Goulart em Missão oficial à China, no lugar mais longe possível. Assim ele não estaria no Brasil para assumir e fazer articulações políticas. Escrevia a carta de renúncia dia 19 e entreguei ao ministro da Justiça, Pedroso Horta, no dia 22. Eu acreditava que não haveria ninguém para assumir a presidência. Pensei que os militares, os governadores e, principalmente, o povo, nunca aceitariam a minha renúncia e exigiriam que eu ficasse no poder. (...) o Jango era inteiramente inaceitável para a elite. Achei que era impossível ele assumir, que todos iam implorar para que eu ficasse (QUADROS NETO, 1996 / CHAGAS, 2000: 877).

Pedroso Horta, ministro da Justiça de Jânio Quadros na noite da renúncia, concedeu entrevista à televisão acusando Lacerda:

O comparecimento do senhor Carlos Lacerda à televisão é apenas e lamentavelmente, ao que eu posso supor, mais um ato da novela pessoal que o país assiste há uma semana. Não se me afigura lícita a tentativa de confundir os próprios fracassos com a segurança das instituições. Ministro da Justiça, estou atento aos meus deveres de defender a Constituição e assegurar a ordem no país contra ameaças e provocações, partam de onde partirem (CHAGAS, 2000: 854).

Quanto ao balanço do episódio seria ingênuo menoscabar o pronunciamento do ministro da Justiça pelo simples fato de que era parte diretamente interessada, pois havia sido o alvo principal do governador da Guanabara. A realidade é que, a essa altura, Carlos Lacerda já detinha a alcunha de o “demolidor de presidentes” e estava

notoriamente interessado em alcançar a Presidência. Desse modo, deve-se considerar que ambas as versões possam ser verdadeiras. O fato de que Jânio Quadros quisesse a redução dos poderes do Congresso “e nesse sentido tivesse posto em marcha o golpe branco” não contradiz a ideia de que Lacerda, graças ao efeito multiplicador da televisão, tenha dado sua própria versão do golpe (no caso “golpe de mídia”), pois também é fato que a renúncia de Jânio trouxe o impedimento da posse de João Goulart e o parlamentarismo. Como se verá a seguir, foi a Campanha da Legalidade que assegurou a posse do vice-presidente, mas ainda assim com a mudança do sistema de governo: a vigência do parlamentarismo. Assim, para além de qualquer dúvida razoável, qualquer que tenha sido a articulação de Jânio Quadros, o certo é que o golpe foi desferido por Lacerda e seu principal instrumento foi a TV.

Existem apenas duas condições que permitem que duas assertivas opostas possam ser certas: incidirem sobre objetos ou tempos diferentes. Lacerda afirma que Jânio Quadros queria dar um golpe, e o ministro da Justiça, Pedroso Horta, que Lacerda estava dando um golpe. Em princípio, as duas assertivas não podem estar corretas ao mesmo tempo (ou Jânio ou Lacerda estava dando o golpe). Contudo há o quesito do objeto: Jânio pretendia dar um golpe sobre o Congresso; Lacerda, um golpe contra a Presidência. É justamente o fato de incidirem sobre objetos diferentes que permite que duas assertivas opostas possam, ao mesmo tempo, serem verdadeiras.

A importância da televisão não havia passado ao largo da Presidência. Nos sete meses em que esteve no poder, Jânio Quadros usou a televisão diversas vezes para se dirigir à população brasileira. Além disso, tentou regulá-la através de vários decretos, que dispunham sobre o tempo dos comerciais, o trabalho de menores e até a famosa proibição do uso de biquíni e de peças íntimas na televisão. Foram as tentativas de Quadros de controlar os meios de comunicação eletrônicos que levaram à aproximação entre os radiodifusores (Televisão e Rádio).

Apesar de lembrada apenas pelas excentricidades de seu titular, quase sempre se esquece de que a Presidência desse período tomou duas medidas importantes para assegurar a produção de conteúdo audiovisual nacional: a dublagem de filmes e a exibição de filmes brasileiros na programação da TV. A regulamentação de Jânio Quadros serviu como base legal para a Excelsior desenvolver um modelo original de negócios e serviços para a televisão no Brasil. A produção de conteúdo audiovisual nacional foi uma das pedras angulares desse modelo.

3.1.3 Legalidade

O momento pela Legalidade deu-se no período compreendido entre a renúncia de Jânio Quadros e a posse de seu substituto legal, o vice-presidente João Goulart. Foi capitaneado de Porto Alegre por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, fazendo usando quase que exclusivamente do rádio. Já Carlos Lacerda, governador da Guanabara que lutava para impedir a posse de Goulart, valeu-se sobretudo da TV, impondo-lhe severa censura.

No Rio de Janeiro, no estado da Guanabara, Carlos Lacerda colocou os meios de comunicação eletrônicos ao seu serviço, tomando as rádios e as televisões. Ao mesmo tempo, os ministros militares declararam não aceitar a posse de Goulart. As estações de televisão da Guanabara (Tupi, Rio e Continental) foram proibidas de transmitir a entrevista do ministro da Justiça, Pedroso Horta, na noite da renúncia de Jânio em São Paulo. Também os jornais que tentavam fazer algum tipo de cobertura sobre os acontecimentos foram censurados: Diário de Notícias, Diário Carioca e Jornal do Brasil foram recolhidos (CHAGAS, 2000: 897).

Na TV Rio, Walter Clark relatou a intervenção de Lacerda:

Ele não aceitava a posse de Jango então colocou o seu chefe de polícia o Gustavo Borges, a telefonar para TV Rio para manipular **o noticiário político a favor de um golpe**. O Borges tentava plantar nos jornais uma suposta mobilização de tropas organizadas por Luís Carlos Prestes, em apoio ao Jango. Era o velho truque de assustar a classe média com o fantasma comunista. Claro que não havia mobilização militar alguma. O que houve, na verdade, foi uma mobilização cívica no Rio Grande do Sul, comandada pelo Brizola, que conseguiu abortar o golpe. Mas enquanto Jango não chegou e não tomou o poder tivemos que suportar a turma do Lacerda dentro da TV Rio, metendo a mão no noticiário e estimulando a paranoia anticomunista (grifos meus) (CLARK, 1991: 104).

Os registros sobre o apoio à legalidade na televisão são escassos. Foi um fenômeno quase que exclusivo do rádio, e até nisso se diferenciava das transmissões de TV. Isso porque a transmissão, graças às ondas curtas, veio da periferia distante, do Rio Grande do Sul para o centro nervoso do país: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Porém, segundo Daniel Sasaki em São Paulo houve apoio da TV Excelsior à posse de João Goulart (SASAKI, 2005: 149). Além disso, houve interesse de outras emissoras de televisão em cobrir os acontecimentos. Assim que João Goulart desembarcou em Montevideú, a caminho de Porto Alegre, concedeu sua primeira

entrevista filmada ao famoso repórter da TV Tupi, José Carlos de Moraes, conhecido como Tico-Tico.²⁰²

Em Porto Alegre, a TV Piratini foi mobilizada para a cobertura do movimento pela legalidade. Nas instalações da emissora gaúcha dos Associados ainda não existia o videoteipe e tudo foi registrado com filmadoras cinematográficas usadas para externas a serem exibidas pela TV.²⁰³ Em depoimento para o livro “Nós e a Legalidade”, Odilon Lópes, voltou no tempo trinta anos para narrar seus procedimentos no dia vinte e sete de agosto de 1961.

Soldado de folga no quartel: apareci no Departamento de Telejornalismo da TV Piratini, dos Diários e Emissoras Associados, e o Lauro Schirmer, chefe do departamento, me convidou para pegar minha filmadora e irmos dar uma volta. Na época as filmadoras não eram sonoras, isto é, não tinham som simultâneo e eram a corda, o que exigia do cinegrafista dupla atenção: filmar e ser repórter. Lá fomos nós para o largo e para praça (LÓPES, 1991: 186).

Lópes segue descrevendo a sua participação na mobilização na Assembleia Legislativa em Porto Alegre, então sede da defesa da Legalidade:

Por ser jornalista, talvez, e ali estar desde a primeira hora, apesar do meu verdadeiro pavor a arma de fogo, ganhei uma metralhadora portátil. Era mais um peso a carregar a tiracolo: sacola com latas de filme negativo – usávamos filmes, preto e branco, negativo, em latas de 100 pés cada (cerca de 2 minutos e meio de projeção cada rolo) – papéis para anotações, a filmadora, lentes sobressalentes e filtros, e... a metralhadora (LÓPES, 1991: 186).²⁰⁴

O movimento da Legalidade foi a prova de que o meio de maior amplitude, capaz de formar redes através das ondas curtas, era o rádio, nessa altura espalhado por todo país. No caso da Legalidade, Brizola sequer pode usar a televisão, pois a TV Piratini de Porto Alegre era uma ilha, cujos sinais se estendiam, no máximo, pelo Rio Grande do Sul, alcançando o Uruguai e parte de Santa Catarina. Porém, ainda que

²⁰² Tico-Tico fazia reportagens para o telejornal Edição Extra da TV Tupi, dando grande destaque ao cenário político.

²⁰³ As famosas máquinas Bell & How, feitas para cobrir os eventos militares na Segunda Guerra Mundial eram câmeras robustas e confiáveis, mas que não captavam o som. As reportagens *in loco* ainda guardavam uma ligação direta com o cinema, pois o registro da imagem era feito em película.

²⁰⁴ Lamentavelmente a maior parte do material filmado por Odilon Lópes em Porto Alegre se perdeu de uma forma inusitada. Na tentativa de viabilizar uma bolsa de estudos nos Estados Unidos, os filmes foram emprestados ao adido cultural estadunidense, à época, Mr. Barrett, que, segundo López “botou a mão no filme da Legalidade e não me atendeu mais e sumiu” (LÓPES, 2001: 231). López recebeu filme virgem em dobro como ressarcimento pela perda, mas acreditava na possibilidade de um dia ter acesso a essas imagens históricas: “Os pesquisadores, porém certamente encontrarão farto material na CIA norte-americana ou biblioteca do Congresso.” (LÓPES, 1991: 193). De fato, aparentemente os filmes foram localizados na Biblioteca do Congresso dos EUA no setor de Revoluções Latino americanas. SOUZA, Beto. **Os filmes perdidos da Legalidade**. Zero Hora, 27/08/2011, Caderno de cultura, p.2.

estivesse isolada, a estação de TV porto-alegrense não estava impedida de cobrir e registrar pela imagem a cena política que se desenrolou. Como parte da cadeia dos Associados, seria uma testemunha *in loco*, posteriormente, provendo as demais emissoras com as eletrizantes imagens dos fatos ocorridos em Porto Alegre. Segundo Markun e Hamilton, houve censura sobre matérias de imprensa e o trânsito destas entre Porto Alegre e o resto do país. Porém, a censura sobre imagens foi rompida graças a um fato inusitado. Fitas de TV (filmes) foram contrabandeadas através do jogador do Santos Futebol Clube, Dorval, que viajou de Porto Alegre para São Paulo, pois deveria jogar no final de semana, e não foi revistado (MARKUN e HAMILTON, 2011: 209).

Ao mesmo tempo, o posicionamento de Odilon Lópes fornece mais uma prova de que nem sempre os meios são reduzidos à intenção de seus proprietários. Pouco importava que os Diários e Emissoras Associados fossem inimigos de Goulart e de Brizola. Não era possível controlar seus funcionários de forma total, como ficou claro pela adesão do cinegrafista à defesa do governo do vice-presidente eleito. Nem todos os processos no interior de uma emissora de TV podem ser controlados em função da posição ideológica de seus proprietários. O profissionalismo, a cidadania e razões pessoais são espaços importantes para resistências.

No final dia 05 de setembro, a crise foi superada pelo acordo do parlamentarismo. João Goulart viajou para Brasília para ser empossado na data de independência do Brasil. No mesmo dia 05, agora na capital, o repórter Tico-Tico registrou uma entrevista de João Goulart em filme na sala de recepções do vice-presidente da República, ressaltando que entrevistava o presidente constitucional do Brasil. Jango agradeceu aos representantes da imprensa pelo apoio a sua posse. No final da entrevista, quando Goulart faz menção de se retirar, Tico Tico pediu ao Presidente uma saudação para os trabalhadores de São Paulo que haviam demonstrado uma grande maturidade política ao apoiarem a Legalidade, contra qualquer tentativa de estabelecer uma ditadura no país (GOULART, 1961: online).

Se em São Paulo a TV Excelsior defendeu a Legalidade, no Rio de Janeiro as coisas foram diferentes. Lacerda, conhecedor do alcance das imagens da televisão, que apregoava ser o campeão do liberalismo, da liberdade e da democracia, censurou as estações de TV na Guanabara e utilizou-se delas. Em 03 de setembro fez seu primeiro discurso depois da renúncia de Quadros em cadeia de rádio e televisão na Guanabara, no qual defendeu o veto a Goulart pelos ministros militares. Segundo ele, o veto foi deturpado por uma grande ofensiva

de propaganda, colocando a opinião pública a favor de manutenção de uma legalidade formal e não em “defesa da democracia e da segurança nacional contra a ofensiva sub-reptícia do comunismo internacional” (Lacerda apud. DULLES, 2000: 65). O veto original foi dos militares, mas o questionamento original, que tornou isso possível, foi de Lacerda. Lott havia tipificado a hegemonia constitucionalista em detrimento do grupo da ESG empenhado desde 1945 no golpe, até então haviam fracassado.

Cabe perguntar-se o que mudou em tão curto intervalo de tempo. Impossível não cogitar, face à “aula” de segurança nacional dada por Lacerda na televisão, o papel desta na modificação dos valores dos próprios militares. Talvez tudo tenha começado com a blitzkrieg televisiva de Lacerda nas noites de 22, 23 e 24 de agosto de 1961. Com controle total sobre os meios de comunicação, tentou convencer a opinião pública na Guanabara de que o Parlamento havia declarado estado de sítio (MENDONÇA, 2002: 269). A posição de Lacerda foi defendida por outros “campeões” da democracia liberal, como Roberto Marinho²⁰⁵ e Júlio Mesquita²⁰⁶.

Qualquer que seja a resposta apontada em pesquisas futuras, é impossível subestimar o papel da televisão em acontecimentos posteriores como os ocorridos entre 31/03 e 01/04 de 1964. Como se verá adiante, os pronunciamentos de Lacerda pela televisão irão cumprir o papel de fogo de artilharia. Disparam, porém, em vez de projeteis ideias, que tiveram papel tático decisivo. O Forte Copacabana foi tomado por quatro homens em um automóvel. Os tanques para proteção de João Goulart no Palácio da Laranjeiras deslocaram-se para o Palácio da Guanabara em defesa de Carlos Lacerda. São raras as ocasiões em que se pode documentar de forma tão precisa o uso da televisão como arma.

Foi solucionada a crise da posse, na qual a imprensa posou de mantenedora da ordem e legitimadora da Presidência. Iniciado o governo de João Goulart, os veículos de comunicação tiveram uma atuação insidiosa bem menos nobre, com as exceções da cadeia de jornais Última Hora e as televisões da rede Excelsior, que foram constitucionalistas.

²⁰⁵ Quando parte dos proprietários de jornais do Rio de Janeiro pediram a expulsão de Lacerda à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), ele foi defendido por Roberto Marinho em editorial de O Globo de 31 de agosto: “Não podemos concordar que se procure ferir um colega, na sua condição de jornalista, por atos que pratica em sua qualidade de governador.” (DULLES, 2000: 62). Segundo Marinho, a censura fora para manter a ordem e segurança.

²⁰⁶ Mesquita defendeu Lacerda de acusações de censura na *Inter American Press Association*, órgão criado para defender a liberdade de imprensa, mas presidido na época por Andrew Heiskell, do Time-Life.

3.2 O Governo João Goulart

Depois de duas posses presidenciais televisionadas ao vivo, ou parcialmente ao vivo devido aos problemas técnicos, João Goulart assumiu em Brasília sem transmissão de televisão para o resto do país no dia sete de setembro de 1961. Houve reportagens locais e transmissão para Brasília das três emissoras da capital. Também foram feitas reportagens para jornais das televisões de Rio e São Paulo. A posse foi feita sem grandes preparativos, à diferença das duas que a antecederam. Portanto, não havia populares em número expressivo fora do Congresso. Assim, em vez de serem levados ao parlatório onde fariam um pronunciamento, os “Srs. Mazilli e João Goulart foram conduzidos por um repórter para frente de uma câmera de televisão, onde proferiram algumas palavras” (o Estado de S. Paulo, capa 10/09/1961). Passaram 12 dias desde a renúncia de Jânio Quadros até o vice-presidente assumir. Estavam inauguradas as posses sem o povo presente, o que seria uma tônica nas Presidências seguintes (Castello Branco e Costa e Silva).

No dia 18 de setembro de 1961, apenas onze dias depois do início do governo, um telejornal da TV Tupi de São Paulo exibiu uma entrevista do ex-Presidente Juscelino Kubitschek para uma emissora de televisão nos EUA. Na entrevista, JK foi questionado sobre a demasiada proximidade de João Goulart com os comunistas, ao que respondeu: “Não é verdade. João Goulart é um homem prudente, um homem de formação cristã e agirá dentro da tradição brasileira”.²⁰⁷

Desde a renúncia de Jânio, a posição do governo norte-americano em relação ao Brasil alterou-se substancialmente. A tolerância em relação à PEI foi posta de lado. Sob a Presidência de Goulart, passou a existir, na ótica da embaixada dos EUA, o receio de contaminação esquerdista. O presidente tinha ligações estreitas com o sindicalismo e o reformismo nacionalista de Vargas. Já em novembro de 1961 seria aprovada a lei de remessa de lucros pela Câmara dos Deputados, e seguiram atitudes vistas com reservas por Washington: a atuação da delegação brasileira contrária à expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos na Conferência de *Punta del Este* (janeiro de 1962) e a expropriação de uma subsidiária elétrica norte-americana pelo governo Brizola no Rio Grande do Sul (fevereiro de 1962).

²⁰⁷ Trecho de telejornal da TV Tupi de São Paulo que foi ao ar no dia 18 de setembro de 1961. Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=NRrFul1KUAs> >. Acesso em 20/03/2011.

No plano interno, a Presidência de Goulart, ao contrário do governo de Jânio Quadros que praticamente se isolou em Brasília, foi quase totalmente exercida do Rio de Janeiro – como se a capital tivesse retornado para a Guanabara.²⁰⁸ Ao que parece, Goulart não se dera conta do expediente de JK, que entre outras razões havia levado a capital para o Planalto Central para diminuir a pressão da mídia sobre a Presidência. O Executivo no governo de Jango voltou para o olho do furacão político brasileiro na cidade do Rio de Janeiro.

O poder do presidente, no entanto, ficou bastante diluído desde o meio golpe do parlamentarismo. Foi moderado e limitado, sujeito à interferência do Congresso Nacional, no qual não contava com a maioria. Esse quadro perdurou até janeiro de 1963. Paralelo a isso, assistia-se à disseminação de uma histeria anticomunista no seio da classe média. Foi mantida em andamento a ordem conspiratória e os setores mais tradicionais da sociedade brasileira (Igreja, Exército, proprietários rurais, etc.) foram convocados a salvar o país (CASTRO, 2001: 21).

No ano início de 1962, deu-se uma das disputas relevantes que colocou a Presidência em choque com os interesses da radiodifusão no Brasil: a aprovação do Código Brasileiro de Telecomunicação (CBT) pelo Congresso. O Presidente tentou manter sob seu controle as questões básicas da radiodifusão: vetou 52 pontos da Lei 4.117,²⁰⁹ aprovada em 27 de agosto de 1962, instituindo o Código. Os vetos do Presidente tinham um sentido objetivo, por exemplo, ao barrar o parágrafo 3º do artigo 33, que estabelecia a concessão por 10 anos para estações de rádio e 15 para as de TV. Esperava manter as concessões sob o controle da Presidência (FARRETO, 2007: online). O prazo de vigência ficaria a critério do Poder Executivo. Medidas similares haviam sido tomadas por Getúlio Vargas mediante o Decreto Nº 29.783, de junho de 1951, e por Jânio Quadros, com o Decreto e Nº 50.840, assinado dez anos depois. Ambos reduziram o período de validade das concessões para três anos. O veto ao artigo 54 dizia respeito, por sua vez, à livre expressão, pois a Presidência esperava deter as críticas e a emissão de conceitos desfavoráveis aos atos de qualquer um dos poderes da Nação. Levando em

²⁰⁸ Quando chegou a hora da transferência do centro político em 1960, até o PSD de Juscelino se arrependeu. Em Brasília, faltavam água e energia elétrica ao longo de períodos diários; os telefones eram precários, não existia nenhum dos confortos da antiga capital. Além disso, quase todas as embaixadas estrangeiras ainda estavam localizadas no Rio de Janeiro (CHAGAS, 2000: 970).

²⁰⁹ Lei Nº 4117 de 27 de agosto de 1962. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4117.htm>>. Acesso em 08/03/2011.

consideração o histórico da televisão, onde se dizia o que queria sem maiores problemas, João Goulart resgatava a herança recente de seus predecessores, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, e sua disposição de exercer controle direto sobre a TV.

O lobby do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)²¹⁰ atuava nesse contexto contra a Presidência da República, formando grupos de estudo para subsidiar deputados e senadores da oposição contra os projetos de interesse nacional-reformista:

Exemplificando tais atividades (...), pode-se citar o anteprojeto de lei sobre o conjeturado Código de Telecomunicações, um dos estudos de alta prioridade para o Ipes, sob a responsabilidade do general Luiz A. Medeiros (...). Cabia-lhe preparar o anteprojeto sobre o assunto, sendo também requisitado para elaborar uma declaração preliminar e um esboço da necessária ação dos bastidores. Uma vez pronto, o estudo do general Luiz A. de Medeiros seria burilado pelos grupos de estudo do Ipes e o Grupo de Levantamento da Conjuntura e o de Ação parlamentar sincronizariam a ação de apoio. (DREIFFUS, 1981: 238)²¹¹

O maior destaque ficou por conta de João Calmon, dos Diários e Emissoras Associados, capitaneando os concessionários que fizeram uma forte pressão sobre os congressistas.²¹² Foram mobilizados um total de 172 concessionários, representando as maiores rádios e a totalidade das emissoras de TV. A partir dessa reunião, foi

²¹⁰ **Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais** - Fundado em 29 de novembro de 1961, o IPES agia pregando os benefícios do capitalismo dos países ricos e as supostas vantagens do Brasil de se subordinar a eles. Assim sendo, o IPES funcionava como base estratégica da oposição ao governo Goulart, enquanto o IBAD atuava como vetor tático que intervinha diretamente na política nacional através do financiamento de candidatos. O general da Reserva Golbery do Couto e Silva foi um dos dirigentes mais expressivos do IPES. Gerald Colby coloca na lista dos financiadores do IPES a *American Light and Power*, a Deltec, uma das empresas de Nelson Rockefeller no Brasil que teria reservado para isso um fundo de sete milhões de dólares. No cenário nacional, destaca-se Walter Moreira Salles (COLBY, 1995: 502).

²¹¹ No curso da pesquisa não se encontrou nenhuma referência a um “general Luiz Augusto de Medeiros”, referido por Dreiffuss. Ao que tudo indica, o autor cometeu um engano. Na nota de número 64 do capítulo VI do seu “1964 a conquista do Estado” o nome do general aparece abreviado como “L. A. Medeiros”. (p. 267). Encontrou-se apenas referência ao general Lauro Augusto de Medeiros. Ele teve destacado papel no setor de telecomunicações e na história da Rede Globo, tendo sido, desde 1963, o primeiro diretor técnico da emissora de TV de Roberto Marinho (BORGERTH, 2003: 98).

²¹² A ação de João Calmon prefigura a noção de coronelismo eletrônico. Trata-se da relação entre a concessão de emissoras de rádio e televisão e a atuação dos políticos no Congresso e as bases de sua reeleição. Contudo, o fenômeno é mais amplo: abarca toda uma relação de clientela pela qual a concessão de emissoras de rádio ou TV gera, de um lado, apoio ao governo e, de outro, a possibilidade de iniciar o otimizar a carreira política. O trabalho seminal sobre o coronelismo eletrônico é o de Célia Stadnik (STADNIK, 1991). O conceito foi utilizado, por exemplo, para compreender o papel das concessões de rádio e televisão na relação entre Executivo e Legislativo durante o governo de José Sarney. Naquele contexto, o presidente estava carente de legitimidade e enfraquecido pelo fracasso do Plano Cruzado. As concessões foram utilizadas como instrumento de barganha e obtenção de apoio no Congresso. Entre janeiro de 1985 e julho de 1988 (véspera da votação acerca da duração do mandato do Sarney), Daniel Herz contabilizou um total de 667 concessões de emissoras de rádio e televisão dadas pelo Governo Sarney (HERZ, 2008:11). Sérgio Lamarão chega a um total ainda mais elevado. Afirma que, entre março de 1985 e outubro de 1988 foram distribuídas 858 concessões de emissoras de rádio e televisão (LAMARÃO, 1997). Deste total, 168 concessões, feitas entre 1987 e 1988, beneficiaram a 91 parlamentares, dos quais 82 votaram a favor da emenda que concedeu mais um ano de mandato ao Presidente Sarney.

organizado um poderoso lobby no Congresso que levou à derrubada dos vetos presidenciais. Foram sendo derrubados, nas noites 26 e 27 de novembro de 1962, um a um. A bancada do PTB não foi suficiente para sustentara as posições da Presidência da República. A atuação política contra a Presidência foi o marco fundador da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Identifica a entidade, desde seus primórdios, com o veto player e a substituição.

Cabe refletir sobre até que ponto a paralisia no processo decisório descrita por Wanderley Guilherme dos Santos se deu sob o influxo da mídia, em particular da televisão. De acordo com o que a pesquisa pode apurar, é impossível comprovar cabalmente tal fato. Contudo, o trecho acima sugere claramente a articulação da mídia como grupo de pressão através da ABERT (substituição), no exercício do veto player. Sabe-se, contudo, que havia razoável unanimidade entre proprietários de rádios, jornais e emissoras de televisão contra a agenda reformista de João Goulart.

A intenção de Calmon foi mesmo a de derrubar todos os vetos da Presidência:

Minha tese venceu e, em Brasília, distribuímos as tarefas a cada grupo, a cada concessionário. A ideia era que os senadores e deputados de cada região fossem procurados pelos concessionários da área, numa tentativa de obter seus votos. Eu próprio estabeleci contato com vários líderes de diversos partidos que atuavam no Congresso” (CALMON, 1999: 117).

O representante da rádio Guaíba de Porto Alegre, Flávio Alcaraz Gomes, viajou a Brasília para a mobilização contra o que, segundo ele, colocaria a radiodifusão do Brasil sob controle governamental. Ainda segundo Gomes, os deputados e senadores foram peitados um a um durante duas semanas: foram convencidos a se opor aos vetos da Presidência. Dentre os políticos que lhes prestaram apoio para afastar o “perigo da estatização”, ele destaca: Ulysses Guimarães, José Sarney, Fernando Ferrari, Horácio Lafer e Herbert Levy (GOMES, 2007:75-78).

O poder político da mídia eletrônica estava consolidado. A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) agia e impunha condições às bancadas políticas. Os congressistas não podiam se indispor com a mídia sob a ameaça de perder visibilidade junto à opinião pública.

As medidas do governo sofriam uma oposição sistemática. Em setembro de 1962, a promulgação da Lei de remessas de lucros (Lei 4131/62)²¹³, que regulamentava

²¹³ Lei Nº 4131 de 03 de setembro de 1962. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4131.htm>. Acesso em 08/03/2011.

a transferência de capital para o exterior, gerou considerável tensão. Walter Moreira Salles, que era ministro da Fazenda de João Goulart, renunciou depois que o presidente recusou-se a vetar os três artigos que incomodavam os investidores estrangeiros. Ainda no período do segundo governo Vargas (1951-1954), Moreira Salles serviu de intermediário a Nelson Rockefeller para que fosse alterada a Lei de Remessas de lucros para o exterior em benefício do capital estrangeiro, além da flexibilização do monopólio da Petrobrás sob o petróleo. Depois disso, Walter Moreira Salles ficou conhecido como o ponta de lança do banco *Chase Manhattan*: o brasileiro preferido dos Rockefeller (NOVIS, 2004: 377). A nomeação de Salles para ministro da Fazenda de João Goulart deveu-se, ao menos em parte, a idiosincrasias pessoais que sempre perpassam o jogo político: o Presidente Kennedy era adversário político dos Rockefeller. No Brasil, Jango era desafeto dos Rockefeller, mas julgou que poderia contar com o beneplácito do presidente estadunidense nomeando Walter Salles como ministro da Fazenda. Ademais, a nomeação de Salles ajudaria a conter a oposição conservadora.

Nos contatos que manteve com Kennedy, João Goulart reteve uma impressão de neutralidade benigna de sua contraparte norte-americana. Tratava-se de construir, através da diplomacia presidencial, um canal próprio entre o Brasil e os Estados Unidos, já que o embaixador Lincoln Gordon mantinha um olhar crítico ao governo brasileiro. Contudo, Goulart subestimou a força do patrimônio da Standard Oil, pois seu ministro da Fazenda, Salles, tinha estreitas ligações com o grupo Rockefeller. Embora compusesse o governo, apoiava a oposição e contribuía com verbas para o IPES, que articulava campanhas contra o governo.

Enquanto isso, os ataques de Carlos Lacerda prosseguiram, contando com grande espaço na mídia. Lacerda denunciava pela TV a proximidade do governo com os “elementos esquerdistas e comunistas”, insistindo que o governo daria um golpe:

Lacerda, advertindo que seria dado um golpe de estado entre 10 e 15 de setembro, fazia pela televisão pronunciamentos frequentes, não mais sujeitos a censura prévia desde que Adauto Lúcio Cardoso e outros deputados, interrogaram o ministro da Justiça Cândido de Oliveira Neto, receberam promessas de liberdade de expressão. O golpe de setembro, disse Lacerda, seria executado pelos homens que na realidade governavam. Esses homens, explicou, não eram aqueles homens cujos nomes apareciam nos jornais, mas sim os assessores comunistas de Goulart (DULLES, 2000: 112).

A resposta às acusações de Lacerda veio nas noites de quatro e cinco de setembro de 1962. O ministro do Trabalho, Hermes Lima, foi à televisão para acusar o governador da Guanabara de estar perpetrando uma agressão à Constituição e à integridade nacional. Lima

prometeu providências enérgicas contra a pregação desagregadora de Lacerda. Como se pode constatar, a televisão se converteu no principal palco de debate político. A oposição atacava a Presidência por meio da televisão, obrigando-a a utilizar o mesmo meio, na medida do possível, para se defender.

A situação ficou tensa. Espalhou-se o boato que a Presidência da República colocaria a Guanabara sob o estado de sítio. Então, Lacerda foi à televisão para declarar que, caso decretado, o estado de sítio seria o prenúncio de um golpe de estado. Associava João Goulart a Getúlio Vargas que, segundo o governador da Guanabara, havia utilizado o estado de sítio de 1935 para dar o golpe em 1937. (DULLES, 2000: 113). Como aliado fiel de Carlos Lacerda, o jornal O Globo, de Roberto Marinho, defendeu o governador e pediu então que Leonel Brizola fosse silenciado, pois o ex-dirigente da Campanha da Legalidade atacava constantemente os entreguistas na TV e no rádio.²¹⁴

Embora tenha sido rejeitada a intervenção na Guanabara, foi elaborada uma nota oficial contra o governador, redigida e assinada por todos os ministros. No dia seis de setembro, foi transmitida de meia em meia hora por todas as emissoras de rádio e de televisão, por ordem do ministro da Justiça. Segue o texto da mesma:

No prosseguimento de sua campanha subversiva contra o Governo Nacional, ao qual caluniosamente atribui a preparação de um golpe contra as instituições, o governador da Guanabara não cessa de agravar sua posição hostil à convivência federativa e ao respeito que as autoridades do País se devem reciprocamente. A existência da federação é incompatível com a continuação desse procedimento. O Conselho de Ministros denuncia à opinião pública a atitude do governador da Guanabara, que está comprometendo a tranquilidade pública e o prestígio do país no exterior (DULLES, 2000: 113).

A Presidência fazia valer o seu poder concedente e ocupava os espaços que podia. A política tomava de assalto a televisão. Os canais de TV, por posicionamento político de seus proprietários, ou por verbas referentes aos horários comprados, tornavam-se um espaço para disputa política em andamento.

Essa dimensão da televisão como parte importante no conflagrado cenário político permaneceria inclusive no curso do primeiro governo do pós-1964. Só com a

²¹⁴ Sem contar com emissora de televisão em 1962, Roberto Marinho foi entrevistado por Heron Domingues no programa Noite de Gala da TV Rio, no qual atacou Brizola que havia denunciado os estreitos interesses de O Globo com os norte-americanos (CARVALHO, 2010: 113). Iniciou-se um desentendimento entre o dono do jornal O Globo, Roberto Marinho e o governador Leonel Brizola, que concorreria a Deputado Federal pelo PTB da Guanabara. Ao iniciar-se a redemocratização no final dos anos de 1970, os dois seguiriam inimigos. Em 1982, na primeira eleição direta para governadores depois de 1965, as organizações Globo (Jornal, Rádio e principalmente TV) tiveram participação na tentativa de fraude contra Brizola no Rio de Janeiro. Ver (HERZ, 2010).

promulgação da nova Lei de Imprensa em 1967 é que seria arrefecido o protagonismo político da televisão. Contudo, foi preciso a promulgação do Ato Institucional número cinco, editado no governo Costa e Silva, em 13/12/1968, para neutralizar o assédio da TV sobre a Presidência²¹⁵. Embora as emissoras ligadas aos nacionalistas já estivessem suficientemente intimidadas pelo movimento de 1964, curiosamente o regime civil-militar estava sendo mantido em xeque por seus antigos aliados, notadamente Carlos Lacerda, o “destruidor de presidentes”, que acreditava poder acrescentar os militares em sua lista de realizações. Logo depois de 1964, ficou evidente que Lacerda pretendia valer-se da TV e do movimento capitaneado pelos militares para chegar à Presidência.

Ainda em 1963, a disputa entre a Presidência e os donos de Emissoras sobre a utilização do veículo por parte do Poder Público teve palco na televisão. A tese defendida pela Presidência era a utilização da televisão para o esclarecimento da população acerca do plebiscito para a manutenção do parlamentarismo ou o reestabelecimento do presidencialismo. A posição da ABERT é que já havia o espaço do horário estabelecido pela Justiça Eleitoral. A disputa marcou um choque de interesse entre a ABERT e o governo (MELO, 2009: 152). A Agência Nacional buscou, no dia 24 de novembro de 1962, através de carta circular, convencer as emissoras de rádio e televisão a divulgar propaganda informativa do plebiscito gratuitamente. Ela foi obstaculizada por ações judiciais que deram ganho a causa impetrada pela ABERT.

O mudo do trabalho também se articulava. Ainda em janeiro de 1963, em uma reunião do sindicato dos trabalhadores em Radiodifusão em Porto Alegre, com representantes de 17 estados brasileiros, formalizou-se o I Congresso Nacional dos Trabalhadores em Radiodifusão. A mobilização e as reivindicações dos profissionais levou aos decretos do presidente João Goulart sobre a regulamentação da profissão e da programação ao vivo.

²¹⁵ Involuntariamente, ao atacar o Congresso, o AI-5 também atingiu os interesses de longo prazo da Standard Oil e da mídia. Contudo, isto só ficaria claro depois que o regime de 64 tomou para si a tarefa, que anteriormente era da Time-Life, de construir uma rede de televisão. Posteriormente, o regime ajudaria a construir a Rede Globo. No caso do petróleo, isso se deu ainda depois: só em 1974, sob o governo de Geisel, que a Petrobrás irá assegurar a proeminência sobre o petróleo. Depois do governo Castello Branco, o instrumento foi utilizado também para defender a Presidência contra a mídia e os agentes políticos que atuavam contra a política externa independente e o projeto nacional. Embora seja antidemocrático, censório, e condenável, pois como normativa restringiu os direitos políticos e civis, é preciso reconhecer que ele pretendia agir também contra os interesses particulares. A Presidência teve que se defender. Assim como Jânio e Juscelino, utilizou a censura para se defender. Isto torna crítica a questão do controle democrático sobre a televisão.

Com o Decreto Nº 52.286/63,²¹⁶ o presidente veio em auxílio dos profissionais de rádio e televisão. Editou uma série de normas nacionalistas para regular as atividades nas estações de rádio e TV do país. O decreto estabelecia que todas as estações de rádio e televisão transmitissem diariamente programação ao vivo. Toda a emissora localizada em cidade com população de um milhão ou mais de habitantes deveria oferecer pelo menos 12 horas diárias de programação ao vivo.

A Presidência da República visava a conter a invasão audiovisual vinda dos EUA, pois em poucos anos, entre 1958 e 1963, os produtos vindos de Hollywood controlaram as programações das televisões brasileiras: Bonanza, Bat Materson, os Intocáveis e uma infinidade de desenhos animados e telefilmes.²¹⁷ Com isso, diminuiu-se a necessidade de quadros e de elenco contratado para as emissoras de televisão, gerando, além da desnacionalização da programação, um desemprego no setor. Porém, a despeito da importação maciça de programas, existia uma brecha para os estúdios de dublagem.²¹⁸ Paulo Cesar Ferreira analisa o problema de forma bem humorada:

A televisão brasileira era quase um consulado dos Estados Unidos na era eletrônica. Um mercado tão promissor que os americanos instituíram, em 1963, um novo cargo na Embaixada dos Estados Unidos, sediada no Rio: o de Adido de televisão. Como? Isso mesmo. Um certo John Vince se encarregaria de coordenar o “extenso programa de intercambio cultural” entre as duas nações. O Brasil compraria programas e, em troca, os americanos os venderiam (FERREIRA, 1995: 116).

A criação do cargo de “adido de televisão” pela Embaixada põe em evidência o quanto os contemporâneos percebiam a televisão como recurso de poder. As providências do presidente não foram aceitas pela ABERT, que impetrou um mandado de segurança contra elas a fim de garantir seu direito de exibição e seus lucros. Entretanto, três meses depois do decreto, o sindicato dos atores de trabalhadores de rádio e televisão desencadeou uma greve liderada pelo ator e comunista histórico, Mário Lago, exigindo o cumprimento do decreto presidencial:

As TVS e as Rádios saíram do ar em 22 de novembro de 1963, o mesmo dia do assassinato do presidente americano John Kennedy. Quase seis mil radialistas cruzaram os braços para exigir aumento de 50%, férias em dobro, atualização do mínimo profissional e ainda: obrigatoriedade de programação ao vivo nas emissoras de rádio e TV (FERREIRA, 1995: 116).

²¹⁶ Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-52286-23-julho-1963-392683-publicacao-1-pe.html>>. Acesso em 08/10/2010.

²¹⁷ Para uma referência de algumas das séries, ver PEREIRA, 2008.

²¹⁸ Só iniciada no Brasil em 1957 com o filme O Drama de Norma Hale.

Nos EUA a imagem do assassinato de Kennedy foi mostrada em todas as redes de televisão, naquela altura já integrada de costa a costa. No Brasil, Heron Domingues, ex-Repórter Esso, para divulgar o mesmo fato, teve que furar a greve para aparecer na tela da TV Rio no telejornal Pirelli.

A TV Excelsior foi a primeira a voltar ao trabalho depois de promover aumentos salariais e melhorias de condições de trabalho. Quanto aos decretos de João Goulart, eles foram deixados de lado no início do regime imposto em abril de 1964, afinal, nada mais fora de controle do que uma programação nacional ao vivo. Não obstante, para isso contaram outras razões. A programação nacional era majoritariamente ao vivo e, a despeito de ser assistida por milhares de espectadores, havia dúvida no caso de delito de opinião. Então, além da volta dos enlatados, ficou estabelecido que toda a programação deveria permanecer disponível em videoteipe. Mesmo acatando a posições da ABERT, a Presidência do governo militar continuava contrariando seus interesses, já que a gravação em videoteipe aumentou consideravelmente o custo fixo das emissoras. (LIMA, 2002: 82).

Enquanto exerceu a Presidência, João Goulart contou com uma emissora aliada, a TV Excelsior. Além disso, recebeu alguns agrados de outras emissoras de televisão. Em 1963, a Tupi de São Paulo exibiu, em cores, um episódio da série norte-americana Bonanza (03/05/1963), para os cerca de 300 aparelhos importados existentes na cidade. A resposta da TV Record veio em seguida (09/05/1963) com a transmissão em cores de um filme no qual o presidente João Goulart saudava o povo, que não tinha televisão e muito menos colorida. Posteriormente também foi exibido um filme colorido sobre a família do presidente na Granja do Torto (XAVIER, 2000: 129-130).

Em 1963, depois do plebiscito, os animos seguiram exaltados. A televisão era palco de debates e discursos inflamados. Dois destaques foram Leonel Brizola (PTB) e João Calmon (dos Diários e Emissoras Associados e nessa altura deputado federal pelo PSD). Preocupado com a exasperação do clima político no país, o ministro da Justiça, Abelardo Jurema, tentou controlar não somente a oposição, mas também a estrela do PTB, Leonel Brizola que havia se engalfinhado com João Calmon em debates que beiravam a agressão física. O ministro pretendeu diminuir o ritmo e amenizar conteúdo dos confrontos:

Recomendo que sejam impedidos os programas em que os debates não sejam estritamente sobre problemas nacionais, com a discussão se limitando pelo interesse da análise e do esclarecimento da opinião pública, sob pena de aplicar as sanções da lei (CHAGAS, 2000: 1000).

O clima entre Brizola e Calmon havia se inflamado quando, em abril de 1963, o ex-governador revidou na TV Rio um ataque do diretor dos Diários e Emissoras Associados que lhe acusou de ter comprado um apartamento de forma irregular. Calmon, com acesso irrestrito às emissoras de TV dos Associados, respondeu no dia 24 de abril. Isto levou Brizola a pedir direito de resposta, no qual desafiou Calmon para um debate público pela televisão (CALMON, 1999:123).²¹⁹

No dia três de junho, o debate foi realizado na TV Tupi do Rio, mediado por José de Almeida Castro. Teve duração de três horas e cinquenta minutos, tendo sido gravado em videotape para ser apresentado por todas as emissoras dos Associados no outro dia (CALMON, 1999:124). As acusações de parte a parte continuaram, inclusive com David Nasser, na Revista o Cruzeiro, atacando Brizola, que ao encontrar o articulista no aeroporto no Rio de Janeiro lhe aplicou uma surra.²²⁰ A postura de Brizola foi atacada pela revista Time nos EUA, que advertiu os investidores para ter cuidado em relação ao Brasil (12/07/1963, *Brazil: Investors beware*)²²¹ e acusava o presidente Goulart de demagogo. Na semana seguinte, a mesma publicação noticiou sobre a campanha de Chateaubriand contra Brizola (19/07/1963, *Brazil: Brizola Under Attack!*).²²²

Enquanto isso, o ministro da Justiça, Abelardo Jurema, seguia atento em relação à atuação de Carlos Lacerda, o demolidor de presidentes. Proibiu a transmissão, no dia oito de julho de 1963, para todo território nacional, do videotape de uma palestra de Carlos Lacerda, feita dois dias antes no Rio, na qual dizia ter o governador infringido a Lei de Segurança Nacional e estimulado a indisciplina nas Forças Armadas.

²¹⁹ Pouco tempo antes em um debate realizado na TV Gaúcha de Porto Alegre Brizola havia esmagado Breno Caldas, proprietário do principal jornal do Rio Grande do Sul, o Correio do Povo.

²²⁰ Nasser era um dos diretores de o Cruzeiro e havia assinado um editorial de duas páginas, publicado na edição de 20 de julho de 1963 da revista com o título “Resposta a um pulha”, um ataque violentíssimo e cheio de ofensas. No dia 26 de dezembro de 1963, Brizola o avistou no aeroporto do Galeão e aplicou-lhe uma surra (JORGE, 1987: 79-80). Depois da surra, o deputado gaúcho ainda disse em um programa de TV que estava disposto a chimpinar uma surra de chicote em Nasser. Nasser fez declarações de valentia e pouco caso das ameaças, mas, segundo João Calmon, o jornalista passou a ser acompanhado por um guarda costas membro da *Scuderie Le Coq* aquela mesma que usava as iniciais E.M. (Esquadrão da Morte). (CALMON, 1999: 126).

²²¹ Time Magazine. Brazil: Investors Beware, Friday, July 12, 1963. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,940331,00.html#ixzz1YDKzuCU2>. acesso em 18/09/2011.

²²² Time Magazine. Brazil: Brizola Under Attack, Friday, July 19, 1963. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,896872,00.html#ixzz1YD5K2GUv>. Acesso em 18/09/2011.

Leonel Brizola constituiu-se como um dos principais representantes da esquerda brasileira, defendendo posições nacionalistas consideradas intransigentes pelos EUA. Além disso, mantinha uma relação próxima com setores subalternos das Forças Armadas. Sobre o tema, ver ROLIM: 2009.

Como reconhece John Welsh Foster Dulles²²³:

O discurso de Lacerda sobre as greves na Guanabara, foi considerado tão calunioso pela Presidência da República que o ministro da Justiça, Jurema, fundamentando-se em uma representação que lhe fora feita pelo Conselho Nacional de Telecomunicações, expediu portaria suspendendo por 24 horas as transmissões de Rádio e TV da Tupi por terem veiculado a exposição do governador” (DULLES, 2000: 201).

A suspensão das transmissões era uma forma de responsabilizar a emissora sobre o conteúdo que difundia. A emissora não podia simplesmente alegar que alugou o horário, uma vez que ela é a concessionária e passava a ser responsável pela exibição em sua programação. Segundo Jacques Wainberg, depois desse episódio os Associados passaram a liderar as articulações para o golpe, unindo-se às emissoras de rádio em todo o país para promover uma campanha de propaganda. Visava a desestabilizar o regime e preparar a opinião pública para o golpe que se avizinhava (WAINBERG, 1997: 202).

De fato, em agosto de 1963 foi formada a “Rede da Democracia” (SILVA, 2008), uma cadeia de emissoras de rádio composta pela Rádio Globo, pela Radio Tupi e pela Rádio Jornal do Brasil. A rede passava a transmitir para todo país, às 22h30m, pronunciamentos contra o governo e contra “as ameaças” às instituições nacionais. Segundo Jaques Wainberg, a campanha era conduzida por João Calmon, que “disparava petardos de guerra psicológica” (WAINBERG, 1997: 213).

O prestígio de Calmon como presidente da ABERT foi a chave para consolidar e ampliar a rede. Os pronunciamentos feitos por João Calmon (Emissoras e Diários Associados), Nascimento Brito (Rádio e Jornal do Brasil) e Roberto Marinho (O Globo e Rádio Globo) em suas respectivas emissoras no Rio de Janeiro eram repetidos por várias outras do interior formando um *pool* que atingiu mais de cem rádios. Estava mais uma vez caracterizada a aliança de donos de emissoras, concorrentes no setor privado, mas unidos contra a Presidência (CALMON, 1999: 128). O precedente de criar uma aliança havia sido estabelecido no governo Vargas, embora também no governo Jânio Quadros tenha ocorrido a aproximação dos concorrentes sem ter constituído uma rede.

²²³ **John Welsh Foster Dulles** – ao lado de Thomas Skidmore, Robert Levine e Joseph Love é considerado um dos principais brasilianistas dos Estados Unidos. Segundo Moniz Bandeira: “John W. Foster Dulles é filho do ex-secretário de Estado de Eisenhower e sobrinho do diretor da CIA, Allen Dulles. Segundo Moniz Bandeira, na época [1960] ele representava a direção da *Hanna Mining Company*.” (BANDEIRA, 2007:582). Conforme Edmar Morel, depois que a justiça invalidou a concessão de exploração de minérios da *Hanna Mining* em Minas Gerais (1962). “O homem da Hanna, John Foster Dulles Junior (sic) passou a financiar o IBAD, órgão que corrompeu as últimas eleições elegendo deputados antinacionalistas. Corrupção da ordem de cinco bilhões de cruzeiros” (MOREL, 1965:14).

Como reconhece até mesmo Pedro Bial, o tom do discurso era a luta contra a “ameaça vermelha” (BIAL, 2005: 199). Os pronunciamentos nas rádios eram transcritos para os três jornais, com uma ênfase maior para O Jornal (CARVALHO, 2010).²²⁴

No curso desses acontecimentos, o debate sobre o petróleo permanecia no centro da disputa pelo projeto nacional. Em 23/12/1963, foi decretado o monopólio da Petrobrás sobre a importação de petróleo e seus derivados (CHAGAS, 2000: 995). A Presidência reeditou Vargas. Segundo Edmar Morel, o decreto objetivava gerar um aumento vertical nos lucros da Petrobrás (MOREL, 1965: 35). Além disso, o decreto que instituía o monopólio da importação do petróleo, assim como a lei de remessa de lucros, eram reivindicações dos trabalhadores e da esquerda brasileira (VICTOR, 1965: 466).

Conforme Mário Victor, as medidas foram justificadas por setores importantes da Petrobrás:

(...) o decreto representava uma medida importantíssima, pois permitiria “única e exclusivamente a Petrobrás especular no mercado internacional, diversificando-o e obtendo Petróleo, inclusive através de trocas por café, minérios e outros produtos, as quatro refinarias existentes no país, Capuava, Manguinhos, Sabá e Ipiranga obtinham dólares oficiais para importar o óleo bruto que refinavam. Os preços conseguidos por essas refinarias no mercado internacional eram sempre superiores aos obtidos pela Petrobrás, valendo-se aos particulares a acusação de um subfaturamento, isto é, embolsar a diferença em centavos de dólar que conseguiam em cada barril”. (VICTOR, 1965: 466-467).

O quadro mostrava que a importação de derivados de petróleo, gasolina e querosene, óleos, lubrificantes e solventes era feita pelas companhias distribuidoras, em sua maioria norte-americanas e inglesas, que obtinham dólares oficiais para comprar os produtos em suas matrizes, “ao preço que houvessem por bem fixar” (VICTOR, 1965:467). O decreto presidencial possibilitaria ao país uma economia de US\$ 7 milhões anuais em relação a petróleo, além de uma quantia não calculada em relação aos derivados, cujas importações ascendiam a US\$ 25 milhões anuais.

Todavia, para além da perspectiva do aumento imediato da receita pública, o propósito da Presidência era coibir uma prática comum. Desde meados da década de 1950, as companhias estadunidenses forneciam petróleo cru apenas para as refinarias a eles associados por intermédio de testas-de-ferro. Alegava-se que era antieconômico exportar petróleo para o Brasil e, na época, a produção brasileira era diminuta. Estabelecer monopólio para importação do cru era mais um passo para assegurar

²²⁴ Uma análise pormenorizada do papel desses jornais pode ser vista em CARVALHO, 2010.

refinarias economicamente viáveis nas mãos da Petrobrás. Como se verá adiante, os planos de João Goulart eram mais ambiciosos: três meses depois, o presidente anunciaria a estatização das refinarias privadas e sua encampação pela Petrobrás:

Goulart também anunciou que a comercialização e distribuição de derivados de petróleo iria para as mãos de agentes do Estado e não de empresas privadas como a Standard Oil. Era uma reivindicação antiga dos trabalhadores do setor, já impacientes com Goulart, mas ele sabia que a entrega das refinarias para a Petrobrás enfureceria os líderes da UDN de Carlos Lacerda, alguns deles sócios nas refinarias. Também sabia que as empresas petrolíferas americanas ficariam furiosas. A Standard Oil da Califórnia e a Texaco tinham ajudado a financiar a refinaria de Duque de Caxias, no Rio; outra empresa americana ajudara a construir o terminal e o porto de navios petroleiros em Santos, perto de São Paulo, para a refinaria de Cubatão, usados pela Sun Oil Company, de Pew (COLBY, 1995: 501).²²⁵

Além dos interesses norte-americanos, o fato desagradou os setores dependentes do capital estrangeiro, como boa parte da imprensa dependente das verbas publicitárias gerenciadas pelas empresas norte-americanas. Buscando mobilizar a população, o governo anunciou que em breve daria início às reformas de base, com as quais pretendia ganhar apoio e fôlego.

Entretanto, a campanha midiática envolvendo rádios, jornais e a TV estendeu-se de outubro de 1963 até abril de 1964, quando o golpe se consolidou. O general Assis Brasil, responsável pelo setor militar do presidente João Goulart, tinha uma avaliação diferente. Para ele, foi a mobilização de um poderoso dispositivo de rádio e televisão a serviço dos adversários do presidente, pela Rede da Democracia, que contribuiu de maneira decisiva para a derrocada do governo sem luta (CALMON, 1999: 128).

A posição do general Assis Brasil estabelece com décadas de antecedência o mesmo ponto de vista do Coronel norte-americano Richard Szafranski (SZAFRANSKI, 1994). O estadunidense sustenta a tese de que a imagem, no caso da TV, é o “pináculo da habilidade”, o elemento que define a percepção de vitória e derrota nos conflitos e, portanto, condiciona decisivamente a vontade de continuar ou não lutando. O golpe de estado contra a Presidência no Brasil de 1964, tanto pelas palavras do brasileiro quanto pelos fatos em si, serve como prefiguração do acerto da tese de Szafranski.

²²⁵ O decreto prejudicava principalmente os interesses das companhias estrangeiras que forneciam petróleo às empresas nacionais, como segue: Refinária Capuava – 20 mil barris diários da *Gulf Oil*, do Kuwait, e 10 mil da União Soviética; refinaria Sabá – 4000 barris da Shell, da Venezuela e mil da Sinclair Oil, do Peru; refinaria Ipiranga – 9500 barris da Esso e da *Gulf Oil*, da Venezuela; Refinaria de Manguinhos – 10 mil barris da Esso da Venezuela – Jornal do Brasil 27/12/1963 (VICTOR, 1965: 466-467).

3.3 A eleição 1962: ensaios para primeira eleição televisiva no Brasil

A televisão em 1962 cumpriu a função de cabo eleitoral eletrônico. Naquele ano, estavam marcadas eleições para sete de outubro, para governadores com mandatos de quatro anos, senadores, deputados federais, prefeitos e vice-prefeitos. A coincidência deveu-se ao fato de que, na época, os mandatos tinham durações desiguais. Desse modo, a eleição de 1962 serviu de forma ímpar como palco para o conflito entre “nacionalistas” e “entreguistas”.²²⁶ Importa salientar que, neste período, não havia qualquer espécie de regulamentação sobre a propaganda política na televisão. Dessa forma, o protagonismo político da ABERT nas eleições de 1962 foi de grande importância.

A expansão do espaço ocupado pela televisão continuou sua escalada. Entre 1960 e 1962 o número de emissoras aumentou bastante e conquistou diversas capitais do Brasil, além do espaço interiorano da região Sudeste. Dentro desse contexto de expansão, foi inaugurada a TV Excelsior, em 1960, em São Paulo, cujo caminho natural do seu desenvolvimento teria que passar pelo Rio de Janeiro, como destacou Walter Clark:

Menos de dois anos depois (da inauguração), ele [Mario Wallace Simonsen] se preparava para estrear sua emissora carioca. Novamente era um ano eleitoral e o Simonsen precisava da TV para fazer o lobby dos amigos. Isso, aliás, era algo que todo empresário de televisão fazia. Primeiro porque não havia qualquer regulamentação sobre propaganda eleitoral na TV, e era possível pôr os amigos no ar por quanto tempo se quisesse. Depois, porque a propaganda eleitoral era paga, e as emissoras faturavam os tubos nas campanhas eleitorais. Era um casamento perfeito de interesses, que fazia as estações de TV desejarem demais as eleições e não exatamente por sua arraigadas convicções democráticas (CLARK, 1991: 127).²²⁷

Clark, que era concorrente de Simonsen, revela com as críticas ao seu oponente mais sobre si mesmo do que sobre seu adversário. Qualquer que seja o caso, indubitavelmente atesta que a televisão foi amplamente usada para fazer as campanhas políticas, principalmente devido à referida ausência de regulamentação. Importa que ele dimensiona os processos eleitorais no Brasil como um dos eventos mais aguardados pelos proprietários dos canais de TV. As eleições de 1960 e 1962 estão entre os momentos de maior arrecadação e lucro das empresas de radiodifusão. No caso da

²²⁶ Em 1960, foram eleições para presidente, governadores com mandato de cinco anos, prefeitos e vice-prefeitos desses estados.

²²⁷ Walter Clark se refere ao ano de 1962, quando foram feitos os preparativos para inauguração do canal 2 do Rio de Janeiro, comprado junto à Rádio Mayrink Veiga que, apesar de consencionária, nunca desenvolveu sua estação de TV (XAVIER, 2000: 239). De fato, a estréia da Excelsior no Rio só se consumaria setembro de 1963, já passadas as eleições.

televisão, a necessidade de divulgar sua imagem nos meios urbanos levava aos candidatos a fazer investimentos na compra de horários.

Segundo Dreifuss, uma parte significativa do dinheiro utilizado nessa eleição era oriunda da CIA (DREIFUSS, 1981). O autor identifica no IPES e no IBAD o destino do dinheiro estadunidense, usado em grande parte nos meios eletrônicos:

Guerra Psicológica através do rádio e televisão: a elite orgânica, por meio de seu Grupo de Opinião Pública e o Grupo de Doutrina e Estudo de São Paulo, mostrava-se bem dinâmica no Rádio e na Televisão, onde a máxima cobertura era dada a seus militantes, bem como apoio às sua atividade e ideias. Através da mídia audiovisual organizava um extraordinário bombardeio ideológico e político contra o Executivo. (...)

O IPES fez amplo uso da televisão em sua campanha contra o governo, à esquerda e o trabalhismo, apresentando programas semanais na maioria dos canais a nível regional e nacional. (DREIFFUS, 1981: 244)

É sintomático que dois autores diferentes; o brasileiro Jacques Wainberg; e o belga naturalizado brasileiro, René Armand Dreifuss, valham-se da mesma expressão – “guerra psicológica” – para descrever a atuação da televisão no período. O belga procura reforçar a ideia da instrumentalização da televisão como arma, utilizando-se da metáfora “bombardeio”. Tratava-se já então da prática do agendamento, formulada contemporaneamente por Luis Felipe Miguel. É o que deixa claro a citação de Golbery, ao dizer que nenhum assunto importante era insignificante demais para permanecer fora da disputa:

Visando modelar a opinião pública a seu favor até as eleições, o IPES produziu quinze programas de televisão para três canais diferentes, o que lhe custou 10 milhões de cruzeiros. Gilbert Huber Jr. se incumbiu de levantar os fundos, embora insistisse que sem transmissões de “assuntos políticos” ficaria impossibilitado de motivar possíveis patrocinadores. **O General Golbery retrucava que naquelas circunstâncias não havia assunto relevante que não fosse político.** A “premência” da situação política teria de ser levada aos futuros contribuintes por meio de uma bem organizada campanha de Grupos de Opinião Pública e Integração (DREIFFUS, 1981: 244).

Esse tipo de atuação em eleições não era inédito nos procedimentos da CIA em outros países. O batismo de fogo da CIA em influenciar eleições se deu na Itália em 1948, quando então a jovem Agência colocou em prática uma operação para dar vitória à democracia cristã, diante da perspectiva de êxito dos comunistas (SAUNDERS, 2008: 262). Além disso, mobilizou a máfia para enfrentar a reforma agrária e as cooperativas postas em marcha pelos comunistas no Sul da Itália. A chegada de Clare Booth Luce²²⁸

²²⁸ Republicana, esposa do proprietário do grupo Time-Life, Henry Robinson Luce. No capítulo seguinte terá sua atuação pormenorizada. As relações entre os setores de auxílio e filantropia de empresas

coincidiu com um dos pontos altos da disputa, desta feita não com os comunistas, mas com Enrico Mattei, que havia estabelecido um monopólio estatal sobre o petróleo. Na Europa, como na América Latina, a agenda era enfrentar o movimento social, a reforma agrária e o monopólio estatal do petróleo.²²⁹ A prática da CIA de financiar candidaturas liberais foi um artifício lavado a cabo depois do Brasil, novamente no Chile por duas vezes em 1964 e 1970 (BELTRÁN e CARDONA, 1982: 33-38), onde o responsável por passar o dinheiro da operação para desestabilizar Salvador Allende foi Enno Hobbing, diretor executivo do Comitê de Informação Latino Americano (LAIC, 1961), o qual alternava compromissos entre a CIA e a Time-Life (COLBY, 1995: 430). A ficha de serviço de Enno Hobbing era bem extensa. Segundo Colby, ele era também homem de ligação da CIA com o Grupo Rockefeller, tendo participado do golpe na Guatemala em 1954 e, posteriormente, se aproximado de Robert Aldrich, primo de Rockefeller e presidente da LAIC, que também trabalhava para CIA (COLBY, 1995: 766).

Depois de anos negando sua participação no golpe no Brasil e declarando que o movimento fora 100% brasileiro, Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil em 1964, confessou que uma das coisas que se arrependia era ter financiado as campanhas eleitorais de 1962. Segundo Gordon, foram gastos pela embaixada dos EUA e pelos movimentos da CIA cinco milhões de dólares para as eleições de 1962, “mas

particulares eram uma extensão da política do Estado; contudo, eram elaboradas por um viés patrimonialista. O exemplo é dado na relação entre Rockefeller e os Luce no projeto da Fundação Rockefeller que prefiguram os contemporâneos Think Tanks. “A Fundação Rockefeller, assim como a Ford foi um componente, da máquina da Guerra Fria nos Estados Unidos. Fundada em 1913, seu principal doador foi o lendário John D. Rockefeller III. Seus ativos ultrapassavam os 500 milhões de dólares, sem incluir outros 150 milhões da Rockefeller Brothers Fund Inc., um importante banco de ideias criado em Nova Iorque em 1940. Em 1957, este último reuniu as mentes mais influentes da época num **Projeto de Estudos Especiais cuja tarefa era tentar chegar a uma definição da política externa norte-americana**. O subpainel II voltou-se para o estudo de Objetivos e Estratégias de segurança Internacional, e seus membros incluíram **Henry e Clare Booth Luce**, Laurence Rockefeller, Townsend Hoopes (representando a empresa de Jock Whitney), **Nelson Rockefeller**, Henry Kissinger, Franke Lindsay e Willian Bundy, da CIA.” (grifos meus) (SAUNDERS, 2008: 162). No caso brasileiro, sua aérea de atuação deu-se contra o nacionalismo, especialmente nos setores de petróleo e comunicações.

²²⁹ A principal diferença foi nos métodos surpreendentemente mais brutais na Itália do que no Brasil. Lá se valeu da máfia; aqui, da mídia capitaneada pelos Diários e Emissoras Associados. Isto não se deveu a qualquer predileção pela violência, mas ao fato que Mattei havia tomado o cuidado de colocar a mídia sob os meios de pagamento do Estado antes de lavar a cabo seu empreendimento que prometia realizar o que Mussolini não conseguiu: restabelecer a influência italiana em todo Mediterrâneo. Em sua meticulosidade, Mattei não se esqueceu de subornar jornalistas isolados, com destaque, que escreviam para mais de um veículo de imprensa. Enrico Mattei prefigurou na Itália da OTAN a estratégia que no Brasil será apenas ensaiada por Mario Wallace Simonsen, isto é, comprar Petróleo da Rússia e fazer o refino nacional. O italiano morreu em um acidente de avião em 27/10/1962. **A Nacionalização do Petróleo** (*Oil Nationalism*) 46 minutos P/B e cores, legendas em português e dublado. Direção: Jean-Pierre Beaurenaut e Ives Billon.

tínhamos feito o mesmo na Itália em 1946, e tinha valido à pena...” (CHAGAS, 2000: 1168). O jornalista estadunidense A.J. Langguth revela dados significativos sobre as ligações da CIA com o IBAD. Segundo o autor norte-americano, os “candidatos da CIA” pra as eleições foram mais de 600, e os mais importantes estavam divididos em 250 deputados federais, 15 senadores e oito governadores – 11 estados realizavam eleições para o governo. Em apenas três dos estados não havia candidatos a Governo não financiados pelos EUA (LANGGUTH, 1979: 88). Estes dados sugerem que o próprio embaixador Lincoln Gordon não tinha uma dimensão da operação em curso, posto que seus valores pareciam muito baixos.²³⁰ Willian Blum e James S. Henry apontam quantias maiores, que assomariam a casa dos 20 milhões de dólares, quatro vezes o valor admitido por Gordon. Em uma reunião na Casa Branca, em 1962, o embaixador informou ao presidente Kennedy que pretendia investir alguns milhões de dólares numa “organização progressista”, o IPES, ao que Kennedy respondeu: “é muito dinheiro. Aqui você sabe, a campanha presidencial custa 12 milhões”.

No Brasil, técnicas no melhor estilo de Joseph Goebbels foram utilizadas na confecção de programas de televisão. Segundo o general Golbery do Couto e Silva, esses programas deveriam apresentar um aspecto diferenciado entre eles, ou uma linha mista, porém conservando um denominador comum. Deveriam sempre posicionar de forma dicotômica a democracia através de uma ampla plataforma capitalista em oposição a João Goulart e seus apoiadores (DREIFUSS, 1981: 246).²³¹ Assim, foi constituída na TV uma oposição maniqueísta entre a democracia e capitalismo, de um lado, e o “totalitarismo e comunismo”, de outro. O problema é que nessa linha de abordagem todos os programas nacionalistas eram indefectivelmente associados ao comunismo.

Walter Clark, que protagonizou estes acontecimentos de dentro de uma emissora de televisão, com relações com as empresas de publicidade e propaganda, revela que enormes quantias foram investidas nas eleições, de forma não lícita: “O grupo da TV

²³⁰ Em 1965, Edmar Morel forneceu dados sobre os gastos na Guanabara, as despesas montaram 330 milhões de cruzeiros segundo ele: “As estações de rádio e televisão receberam 150 milhões. O IBAD representava em última análise, uma sucursal do departamento de Estado, de Washington”. (MOREL, 1965: 53).

²³¹ O autor descreve a forma como se deu pela TV: “Para uma efetiva divulgação decidiu-se por quatorze sessões semanais, de trinta minutos cada, através da rede nacional de televisão. Tudo foi acertado, escolha de jornalistas de várias e, diferentes regiões do país, preparação de linguagem acessível, ensaios para debates. Planejamento detalhado” (DREIFUSS, 1981: 246).

Rio recebeu só do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) o equivalente a três vezes o seu faturamento e tudo por fora” (CLARK, 1991: 128). Ele prossegue:

O Ivan Haslocker, por exemplo, gestor do IBAD e dono de uma agência de propaganda de nome *Promotion*. Era uma agência pequena, que tinha apenas a conta da *Crush*. Mas **o sujeito tomou mais dinheiro dos americanos com esse negócio do IBAD do que a América Latina Inteira com a Aliança para o Progresso** (grifos meus) (CLARK, 1991: 128).

De acordo com Moniz Bandeira, apenas a cifra recebida pela *Promotion* chegou a cinco bilhões de Cruzeiros (BANDEIRA, 2007: 582).

Do exposto no depoimento de Walter Clark, protagonista direto dos acontecimentos, corroborado pela pesquisa de Moniz Bandeira (2007:582), evidencia-se mais uma vez o papel das agências de publicidade. No caso, mais do que promover os interesses das multinacionais como a Standard Oil, interferiam diretamente nas eleições. Desse modo, as agências de publicidade criaram um canal entre as multinacionais e o sistema eleitoral. Mais do que o patrocínio de campanhas, estava em questão o agendamento e o conteúdo programático. Desta feita, a agência de publicidade já não era mais estadunidense. Tratava-se de empresa nacional, que, contudo, reproduzia o conteúdo ético de seus congêneres estadunidenses. Do exposto, pode-se inferir que o marketing político, feito por agências de publicidade no Brasil, surgiu ainda nos anos de 1960. Importa salientar que o ponto alto da intervenção publicitária eram as vinhetas produzidas para televisão.²³² A substituição das agências norte-americanas por nacionais diminua a visibilidade da interferência das corporações estrangeiras na política nacional.

No passado, em 1953-4, havia ficado demasiado evidente os vínculos entre a Standard Oil e a campanha de oposição à nacionalização do petróleo, que culminou com o suicídio de Vargas. A McCann Erikson, agência publicitária estadunidense, teve protagonismo. Sua atuação na distribuição de verbas chegou a ser apurada pela CPI do Congresso Nacional sobre a Shell e a Esso.²³³

As informações de Clark vão ao encontro da descrição de Dreifuss, que coloca a *Promotion S.A* administrando programas em nome da Ação Democrática Popular

²³² Exemplo do spot ou vinheta para eleição de Jânio Quadros. Jânio Presidente vídeo disponível no Youtube. <http://www.youtube.com/watch?v=BLuU1Bn41UA&feature=player_embedded>. Acesso em 01/03/2011. Vídeo feito em película cinematográfica, para ser veiculado em todas emissoras de televisão.

²³³ **Congresso Nacional. CPI da Shell e da Esso.** Resolução n.º. 190, de 21 de jan. Publicada no Diário Oficial do Congresso Nacional. Brasília, 30 de Jan. de 1959.

(ADEP)²³⁴, entre julho e setembro de 1962, antes das eleições de outubro para o Congresso, em treze estações de televisão em todo país. Muitos desses programas eram retransmitidos por várias emissoras de rádio, num total de 312 estações (DREIFUSS, 1981: 248). De certa forma, era montado um esquema de mídia muito similar ao que atuou na derrubada de Vargas, envolvendo a radiodifusão (rádio e TV) e a mídia impressa recebendo financiamento externo.²³⁵

Segundo Moniz Bandeira, o IBAD atuava diretamente sob a direção da CIA e usava Ivan Hasslocher como seu agente, que mantinha uma íntima conexão com a empresa de publicidade Incrementadora de Vendas Promotion, criada em 1959, mas que só teve intensa atividade a partir da posse de Goulart (BANDEIRA, 2001: 83).²³⁶ Bandeira revela que, quando foi realizada a CPI²³⁷ sobre as verbas do IBAD, foi descoberto que além do dinheiro da CIA, contribuíam também um pool de empresas com predominância norte-americana: Texaco, Shell, Cross, Schering, Enila, Bayer, General Electric, IBM, Coca-Cola, Standart Brands, Souza Cruz, Remington Rand, Belgo-Mineira, AEG e Coty (BANDEIRA, 2001: 248-249). Esta interferência estrangeira sobre os meios de comunicação e, através deles, sobre a política nacional também foi objeto da atenção de Daniel Herz em seu “A História Secreta da Rede Globo”, obra pioneira em descortinar as relações entre o capital estrangeiro e a televisão na política nacional. (HERZ, 1987: 84).

Baseado em informações apuradas pela CPI,²³⁸ o presidente João Goulart determinou que as atividades do IBAD fossem suspensas por três meses em agosto de

²³⁴ **Ação Democrática Popular** (ADEP) foi criada e incentivada pelo IBAD com "fins explicitamente eleitorais". Sua função era direcionar capital e financiar os candidatos contrários a João Goulart e anticomunistas em geral, que concorreriam às eleições legislativas e para o governo de 11 estados.

²³⁵ Nas listas do IPES para interferir no processo eleitoral através da instrumentalização da opinião pública, estavam, entre outros, Edmundo Monteiro, da TV Tupi, Octávio Frias, da Folha de São Paulo, Paulo Barbosa Lessa, que ligava o IPES às TV Record e TV Paulista e, ainda, o jornal O Globo, que reproduzia matérias pagas como factuais (DREIFUSS, 1981: 233). Essas mídias davam espaços na TV e em matérias de jornal, infensas a sua veracidade, atacando o PTB e a Presidência.

²³⁶ Embora os nomes tenham grafias ligeiramente diferentes em Bandeira e Clark (Haslocker e Hasslocher), a pesquisa concluiu que obviamente ambos referem-se ao mesmo caso.

²³⁷ O redator sobre a CPI do IBAD de 1963 foi o deputado Rubens Paiva (PTB-GB), uma das vítimas mais famosas da ditadura, preso e desaparecido em 1971. A CPI contou com uma maioria de deputados ligados ao IBAD. Philip Age, ex-agente da CIA na ocasião atuando no Brasil, anotou em seu diário que a CPI foi de algum modo controlada, uma vez que cinco de seus nove integrantes eram receptores de fundos monetários do IBAD ou da ADEP (AGE, 1975: 285-286).

²³⁸ Conforme Eloy Dutra (ex-deputado pelo PTB), envolvido diretamente na CPI sobre o IBAD, um candidato federal recebia CR\$ 1 milhão e 600 mil, um deputado estadual CR\$ 800 mil. O grupo ADEP/IBADE/Promotion gastou 1 bilhão e 40 milhões de cruzeiros, nos 150 dias que antecederam as

1963. Mais tarde, o prazo foi prorrogado por mais três meses e, finalmente, em 20 de dezembro de 1963, o IBAD e a ADEP foram dissolvidos por ordem da Justiça. Os Bancos *First National City Bank*, *Bank of Boston* e *Royal Bank of Canada* se negaram a fornecer informações sobre a origem do dinheiro repassado ao IBAD. Ironicamente, o relatório final da CPI, com todos os dados apurados sobre o envolvimento do capital estrangeiro e a mídia nas eleições, foi censurado pelo próprio presidente João Goulart. Ele tinha esperança de manter boas relações com os EUA (LANGGUTH, 1979: 98).

Porém, Clark mostra que a utilização da televisão não tinha um só caminho, permitindo que tanto os “entreguistas” quanto os “nacionalistas” fizessem uso da TV, desde que desembolsassem o dinheiro suficiente:

Até o Brizola participou. Ele era candidato a deputado federal pelo Rio e chegava à TV Rio com uma mala de dinheiro para pagar o horário ao Pipa [Amaral]. No seu caso, foi um dinheiro muito bem empregado. Dos 350 mil votos possíveis naquela eleição ele faturou apenas 240 mil (CLARK, 1991: 128).

Brizola foi eleito deputado federal pelo estado da Guanabara com a maior votação do país em termos absolutos e proporcionais. Contudo, na sua avaliação, Clark comete o exagero de creditar à televisão o sucesso de Brizola nas eleições, esquecendo-se que, em 1961, o então governador gaúcho, Leonel de Moura Brizola, havia ficado muito famoso em todo Brasil ao comandar, não pela TV, mas pelo rádio, a cadeia da Legalidade. Naquele episódio, ajudara seu cunhado e companheiro de partido (PTB), João Goulart, a assumir o cargo para o qual havia sido legitimamente eleito em 1960.

Apesar de milhões de dólares empregados pelo complexo IPES, IBAD e ADEP nas eleições de 1962, o PTB foi o partido que mais cresceu, aumentando sua bancada no Congresso. A Frente Parlamentar Nacionalista fortaleceu-se (BANDEIRA, 2001: 67). Apesar do volume de dinheiro aplicado para evitar uma vitória dos setores nacionalistas ou de esquerda, a politização nos meios urbanos brasileiros que buscava a inserção das camadas populares alçava o PTB a crescer (SOUZA, 1976: 144). Além disso, a TV cumpria um papel paradoxal: ao estimular a polarização social, trouxe a política ao homem comum pouco afeito a ela. Há então o curioso fenômeno da indução negativa: a identificação feita pela publicidade entre o capitalismo e os privilégios das elites levou a alguns indivíduos a perceber Jango e Brizola como sendo os verdadeiros

eleições de 1962. Consta no livro de Eloy Dutra que o dinheiro vinha do *The Royal Bank of Canada*, e a Promotion tinha conta no *Bank of Boston* e no *The National City Bank of New York*. (DUTRA, 1963).

representantes dos interesses populares. De fato, pode-se dizer que a TV não fracassou: dois a cada três eleitores deram voto a conservadores. Mas a polarização levou um a cada três eleitores a identificar-se com o PTB, convertendo-o no segundo maior partido no Congresso. O sucesso nas eleições de 1962, seguido pela esmagadora vitória no plebiscito no início de 1963, demonstravam isso.

Na perspectiva dos setores liberais, a participação das massas e a mobilização ameaçava a democracia de representação, criando espaço para uma democracia plebiscitária. Desde a volta de Vargas, existiam sérias dúvidas sobre a capacidade do povo de fazer as escolhas certas. Portanto, a ampla participação das massas no processo democrático era considerada perigosa (BENEVIDES, 1981: 82).

A atuação de Brizola na TV rendeu comentários até mesmo em uma reunião da Casa Branca sobre as eleições no Brasil. Em 30 de julho de 1962, estavam reunidos com o presidente Kennedy: o subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Richard Goodwin, o assessor especial para Assuntos de Segurança Nacional, McGeorge Bundy, e o embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon. Gordon havia voltado a Washington para relatar a conversa pessoal que mantivera com o presidente João Goulart, no dia 23 de julho, em Brasília:

Lincoln Gordon – As falas de Brizola, na essência, são muito ruins. Uma atrás da outra na televisão [trecho incompreensível] muito dinheiro. Quando começou, combatia apenas as empresas americanas. Agora, se voltou contra o governo dos Estados Unidos, dizendo que o senhor está no bolso dessas empresas.²³⁹

O embaixador esforçava-se para construir um quadro de matiz vermelho aos olhos de John Kennedy. Os relatos de Carlos Chagas vão ao encontro da apreciação que o embaixador estadunidense fez sobre a atuação de Brizola quanto aos espaços ocupados na televisão. Contudo, Brizola não atacava somente aos norte-americanos:

Leonel Brizola, candidato a deputado federal pela Guanabara, ocupava vastos espaços na televisão e no rádio. Não havia propaganda eleitoral gratuita e tudo tinha que ser pago. Sua pregação radical: quer que o povo se levante, sustenta que as Forças Armadas devem lutar contra os que se opõem à volta do presidencialismo e que a Polícia Militar da Guanabara precisa rebelar-se contra Carlos Lacerda (CHAGAS, 2000: 982).

²³⁹ Gravações do presidente John Kennedy de conversas no gabinete de despachos, cujas transcrições foram editadas pelo Miller Center of Public Affairs, da Universidade de Virgínia. *The Presidential Recordings- John F. Kennedy – Miller Center of Public Affairs – University of Virginia, USA*. Disponível em: <<http://www.whitehousetapes.net/transcript/kennedy>> Acesso em 08/10/2010.

No cenário político estadunidense, era notório o peso dado à televisão e sua repercussão. A primeira campanha feita por TV nos EUA foi a de Eisenhower em 1952; em 1960 essa mídia teve papel decisivo no debate entre Nixon e Kennedy (MORRIS, 2004: 355-368). No Brasil, a importância da TV no pleito foi exposta por Walter Clark, que mencionou a dimensão e o peso que os candidatos deram para a televisão nas eleições no ano de 1962:

Ainda me lembro do Pipa na véspera da eleição, no encerramento do horário eleitoral, fazendo leilão de horários para políticos. Estavam lá o Baby Bocaiúva e uns outros caras, tentando pegar o seu quinhão sem serem esfolados vivos. O último horário vendido terminava às dez da noite, então, um comprou das dez as onze, outro das onze à meia-noite e assim sucessivamente, madrugada adentro. Tudo, evidentemente a preços astronômicos (CLARK, 1991: 128).

No exemplo aludido, Walter Clark, que será um dos principais artífices da futura Rede Globo, refere-se a um deputado do PTB, partido do presidente da República. Os ataques “entreguistas” à base programática da Presidência eram de tal magnitude que a própria base governista também passou a utilizar os meios de comunicação para defender-se dos ataques ao governo.

A disputa política e os ataques a Presidência tornaram-se de grande relevância devido à expansão da televisão e ao crescimento do público nos meios urbanos. O número de aparelhos era estimado em um milhão e 275 mil (CAPARELLI, 1982: 88). A maior parte dos telespectadores de televisão nessa altura é justamente os alfabetizados, portanto, os eleitores. A importância da imagem eletrônica estava diretamente relacionada com a cobertura e posterior repercussão sobre as aparições na tela e nos demais meios de comunicação. Revistas, jornais e, até mesmo o rádio repercutiam o agendamento da TV no espaço ainda restrito. A função política da televisão estava na visibilidade imediata, e passou a ser cada vez mais explorada por ambos os lados.

3.4 Chateaubriand apresenta suas armas – Os Diários e Emissoras Associados na Política

A importância de João Calmon para este trabalho poderia ser resumida no fato de que foi o primeiro homem de Televisão que se viu na iminência de tornar-se Vice-Presidente da República. Contudo, para além do atalho na carreira política ²⁴⁰ referido na

²⁴⁰ **Atalho na carreira política** – de acordo com Luís Felipe Miguel trata-se da prática de outsiders que, se utilizam de sua exposição no rádio e na televisão para ingressar na carreira política a mídia. (MIGUEL, 2003: 115).

introdução, há o exercício do agendamento²⁴¹, da substituição²⁴² e do veto player²⁴³. Em suma, é preciso falar de João Calmon porque a trajetória do personagem tipifica todos os quatro aspectos que importam para a relação da Televisão com a Presidência da República. Além disso, o início da carreira política de João Calmon prefigura “coronelismo eletrônico”, já que Assis Chateaubriand montou uma emissora de televisão para elegê-lo deputado federal.

Nas eleições de 1962, as empresa de Chateaubriand lançaram a candidatura de João Calmon para deputado federal pelo Espírito Santo, sua terra natal. Até então, Chateaubriand havia mantido seus funcionários distantes da política, ao passo em que ele, por duas vezes, havia ocupado o cargo de senador, por dois estados diferentes (nos governo de Getúlio Vargas e durante a campanha de JK para Presidência). Mas em 1962, depois de já ter sido embaixador, Assis Chateaubriand estava preso a uma cadeira de rodas e escrevia seus artigos à custa de muito esforço. Por isso, lançou Calmon na carreira política. Provavelmente levando em conta a sobrevivência de sua obra, os Diários e Emissoras Associados, Chateaubriand buscou a continuidade de sua projeção política através de Calmon.

Ademais, no campo empresarial os Diários e Emissoras Associados já não apresentavam uma rentabilidade como a de outrora. Envolvido com gastos demasiados na ideia fixa de dotar o Brasil de museus de arte, Chateaubriand assim como seus administradores locais não investiam na troca dos parques gráficos, nem na renovação tecnológica das emissoras, ao mesmo tempo em que acumulavam uma dívida gigantesca com a Previdência Social, conforme relatado anteriormente. Como agravante, havia a revista O Cruzeiro, que começou a se tornar uma fonte constante de prejuízos.

Anos de administração fragmentada num estilo de gestão patrimonial começavam o cobrar seu preço ao império de comunicações de Assis Chateaubriand. A concorrência melhor organizada se fazia presente nos dois principais centros urbanos:

²⁴¹ **Agendamento** – trata-se da capacidade da mídia de estabelecer o que o Congresso Nacional ou a Presidência irão discutir ou colocara na agenda política. (MIGUEL, 2007: 408-409).

²⁴² **Substituição** – trata-se da possibilidade da mídia, através de seus veículos ou profissionais substituírem a representação dos partidos frente à opinião pública ou o sistema político. Em certa medida é a decorrência lógica do exercício do agendamento e a da prática de atalhos (ver notas anteriores). Naturalmente o tema é controverso, para uma visão diferente de Luis Felipe Miguel (2003; 2007) ver DIAS, 2005: 149-187) por outro lado, na continuidade do pensamento do autor, se tem “Globo: Empresa ou Partido”. (CASTRO e SCHÖREDER, 2009: 319-423).

²⁴³ **Veto player** – como referido na introdução, neste trabalho veto player se refere ao exercício indevido do poder de veto da interdição do sistema político, por agentes de mídia em particular pela televisão.

Rio de Janeiro e São Paulo, além das principais capitais em outros estados, tanto no campo da televisão como dos jornais e revistas.

Em parte buscando uma solução para os problemas do grupo, quaisquer que fossem suas ambições pessoais, em 1961, João Calmon começou a preparar o terreno para uma carreira promissora. Ao discursar em Vitória no Espírito Santo, por ocasião de uma homenagem a ele conferida pela Câmara, prometeu uma estação de TV com ligação direta com Rio de Janeiro por micro-ondas. De fato, os Associados cumpriram a promessa e a TV Vitória foi ao ar em setembro de 1961, em tempo recorde (CALMON, 1999: 111-112). Mas, não tinham a ligação de micro-ondas. Segundo Jaques Wainberg, a TV não tinha nem sequer concessão do poder público (WAINBERG, 1997: 181) ²⁴⁴, o que demonstra por um lado a força política de Chateaubriand e, por outro lado, a urgência na construção do dispositivo para a disputa das eleições. Deste modo, Assis Chateaubriand punha em prática uma versão ainda inédita, patrimonial, do coronelismo eletrônico: criou uma emissora em Vitória para alavancar a carreira política de João Calmon.

Para a instalação da emissora em Vitória, foram empreendidos esforços que excederam a justificava comercial. Foi necessário criar um mercado, já que a região não continha aparelhos ou audiência que justificassem o empreendimento. Foi preciso formar uma audiência; sequer eram vendidos aparelhos de televisão no comércio local. Como nos primeiros tempos da TV Tupi de São Paulo e do Rio de Janeiro, no início dos anos de 1950, foram colocados aparelhos nas praças públicas (Praça Oito e Praça Costa Pereira), e nos locais de grande circulação de pessoas. Além disso, foi instalada por Calmon uma loja de eletrodomésticos que vendia aparelhos de televisão, que deste modo converteu-se também em proprietário de loja de produtos eletrônicos.

A campanha de João Calmon foi alavancada pelo uso constante e regular da TV no Espírito Santo. Quando em dúvidas sobre lançar-se candidato, Calmon foi incentivado por Chateaubriand, que pagou a conta: “deixe de literatice rapaz. Ponha a mão no “tutu” e volte deputado federal” (CALMON, 1999: 111). Isto esclarece que os custos da campanha, como viagens pelo interior do estado para comícios, foram todos

²⁴⁴ A emissora acabou por funcionar por 18 anos em situação irregular. Somente em 1979, quando os Associados agonizavam, é que foi regularizada pelo poder público. Infere-se que o presidente Geisel regulamentou a emissora temendo o fim da Rede Tupi (Diários e Emissoras Associados) e um cenário de um monopólio da Rede Globo de Televisão.

pagos pelos Associados. Nesse período, as empresas de Chateaubriand mantinham uma relação próxima com os ideais e métodos do IPES e do IBAD, como revela Langguth: “O seu editor Francisco de Assis Chateaubriand, recebia fundos da CIA para promover o anticomunismo (...)” (LANGGUTH, 1979: 75).

A candidatura foi formalizada pelo PSD, de Juscelino Kubitscheck, assim como haviam sido as três candidaturas de Chateaubriand a senador. Calmon recebeu 33.886 votos, alcançando isoladamente, quase 12 por cento do total de votantes (CALMON, 1999: 111). Foi um percentual significativo, compatível com desempenho de candidatos à eleição majoritária – uma votação de candidato a governador. O desempenho de Calmon se deu a despeito do fracasso de seu partido, o PSD, que foi mal no Espírito Santo e perdeu as eleições para do governo para o PTB, elegendo poucos deputados. Neste episódio, evidencia-se o processo de Substituição: os Diários e Emissoras Associados tomaram o lugar do partido político no exercício da representação (servir de veículo para o cidadão chegar ao cargo público) (MIGUEL, 2003; 2007).

Durante a campanha de Calmon, o apoio cerrado pela TV Vitória foi uma constante. Devido à ausência de micro-ondas que pudessem interligar o Rio de Janeiro com Vitória, vários programas da TV Tupi do Rio de Janeiro e de São Paulo foram realizados ao vivo em edições especiais na capital capixaba. Serviram como cabos-eleitorais de João Calmon no Espírito Santo.

Para promover a eleição de Calmon, até mesmo o conteúdo de programação da concorrência foi realizado ao vivo em Vitória. Foi o caso da apresentadora Hebe Camargo, estrela de TV Record de São Paulo, concorrente da TV Tupi, que levou para o Espírito Santo seu popular programa, “O Mundo das Mulheres”. Também foi o caso do programa de entrevistas de cunho político “Preto no Branco”, comandado pelos competentes Fernando Barbosa Lima e Carlos Lofler. Os apresentadores fizeram, ao vivo, uma longa entrevista com Calmon na TV Vitória, divulgando suas ideias e propostas.

O notório apresentador J. Silvestre integrou a romaria de personalidades de TV que foram ao Espírito Santo. Na época, era o comunicador do programa de auditório popularesco e de grande sucesso na TV Tupi, “O Céu é o Limite”. Para a campanha de Calmon, fez shows que imitavam seu programa em Cachoeiro do Itapemirim e Colatina.

O movimento culminou às vésperas da eleição, quando foi realizado um programa de televisão dirigido por Alcino Diniz chamado “Esta é sua vida”. O conteúdo foi eminentemente personalista e laudatório, contando toda a vida de Calmon (CALMON, 1999: 114). O viés publicitário dado pelo apelo emocional foi decisivo para difundir uma imagem positiva de Calmon.

Chateaubriand havia levado circuitos fechados de TV para fazer propaganda de suas candidaturas ao Senado, primeiro em João Pessoa, e depois São Luis, bem antes da televisão ser integrada nessas comunidades. A novidade estabelecida pela candidatura de Calmon em Vitória estava em não só montar uma estação de TV permanente, mas também em valer-se da programação já consagrada nos centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo. Assim, pela primeira vez no Brasil, os conteúdos dos programas de TV foram completamente dirigidos e usados de uma forma explícita para se atingir um objetivo eleitoral.

O êxito de João Calmon demonstrou para os Associados que o caminho eleitoral e político podiam ser atalhados pela tela da televisão (MIGUEL, 2003). Embora os políticos já houvessem percebido a importância da televisão para sua notoriedade, Chateaubriand deu um passo adiante: criou um mecanismo direto. Levou uma emissora de televisão para uma capital, criou o mercado local e lançou o diretor de sua empresa em uma candidatura própria, João Calmon.

Calmon, dois anos depois de ter aumentado sua visibilidade como parlamentar, justamente através das Emissoras dos Associados e de sua disputa acirrada com Brizola, referida anteriormente, preparava-se para voos mais altos. Em fevereiro de 1964, foi convidado para concorrer a Vice-presidente da República, na chapa de Adhemar de Barros do PSP. O então governador de São Paulo era um velho “cliente” de Chateaubriand, a quem os Associados já haviam apoiado na eleição presidencial de 1960. Segundo Calmon, Juscelino foi favorável a sua candidatura, achando que fariam uma dobradinha presidente e vice do PSD em 1965.

Na situação financeira em que se encontravam os Diários e Emissoras Associados, eleger o vice-presidente da República significava uma oportunidade de reverter a posição claudicante das empresas. Tratava-se de facilitar o acesso às concessões de emissoras de rádio e televisão, bem como às verbas governamentais de publicidade. Acima de tudo, a ideia de Calmon vice-presidente materializava uma das pretensões mais caras a Assis Chateaubriand: dirigir politicamente o país.

3.5 A Televisão e Mídia na construção do golpe

Messes antes, as TVs Record, Excelsior e Tupi me fecharam as suas portas e as rádios pararam de tocar minhas músicas. Era o medo que tomava conta da comunicação. Um medo político, diferente deste atual, que é econômico. Mas é o medo: o pior inimigo da liberdade, o melhor amigo da ignorância.

(Juca Chaves, comentando o início de 1964)

Em março de 1964, mesmo com todo quadro conturbado e a campanha desencadeada pela mídia, a popularidade do governo de João Goulart vinha crescendo, segundo pesquisas do IBOPE feitas entre nove e 26 daquele mês (BANDEIRA, 2001: 185). Isso não foi suficiente para impedir os conspiradores civis e militares que queriam afastar o presidente da ideia de desfechar o golpe. Como constata Thomas Skidmore, existiam precedentes:

Afinal, não descobriram o meio de depor Getúlio Vargas em 1945 e novamente em 1954? Por isso a falta de maioria parlamentar não seria causa maior de preocupação para os conspiradores. Com efeito, eles tinham importantes aliados civis, como os governadores Carlos Lacerda, da Guanabara, Adhemar de Barros, de São Paulo, e Magalhães Pinto, de Minas Gerais. Contavam também com o apoio de jornais influentes, como o Jornal do Brasil, O Globo, O Estado de S. Paulo e Correio da Manhã.(SKIDMORE, 1988: 40).

Em conjunto com os governadores dos estados mais populosos do Brasil, percebe-se o papel da mídia impressa com devido destaque dentro do contexto histórico. Já os meios eletrônicos, na maioria das vezes, nem sequer são mencionados. Todavia, eles tiveram um papel importante em todo o desenrolar da crise, pautando cotidianamente o cenário político com inserções pagas, notícias, e atenção do governo sobre a cobertura de rádio e televisão. Além disso, como foi já ressaltado em passagens anteriores, a televisão continuava a ser comentada pelos jornais e revistas.

Skidmore menciona que os mesmos órgãos de mídia festejaram entusiasticamente o êxito do golpe:

Jornais importantes como o Jornal do Brasil, Correio da Manhã, O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo pugnavam abertamente pela deposição do governo Goulart. Não ficava atrás em sua oposição a cadeia de revistas, jornais e estações de TV dos “Diários Associados”. O único jornal importante que combateu o golpe foi o Última Hora, cujo diretor e fundador, Samuel Wainer, teve que fugir (SKIDMORE, 1988: 63).

Ele menciona a televisão de forma muito breve, dando a entender que, perante os jornais, tratava-se de um veículo menor naquele contexto. Reforça a posição de a Última Hora como o único veículo de mídia impressa a ter uma postura divergente dos demais, que eram pró-golpe. Novamente como no caso de Vargas, Samuel Wainer ficou isolado e restou a ele e seu jornal ser os últimos a abandonar o navio.

Porém, alguns autores começam a reconhecer que no cenário pré-golpe civil-militar existia sim algum tipo de integração por microondas capaz de conferir um fluxo de informação e disposição política que possibilitava ganhos expressivos no cenário nacional. Assim, começa a se formar uma consciência sobre o papel da televisão naquele contexto:

A TV já era um instrumento midiático respeitável no período: o discurso de Carlos Lacerda dois dias antes da renúncia de Jânio Quadros e o comício de João Goulart na sexta-feira, 13 de março de 1964, foram transmitidos por micro-ondas simultaneamente para o Rio de Janeiro e para São Paulo, ao vivo. Além disso, a chegada do videoteipe permite que programas televisivos atinjam o que na época poder-se-ia qualificar como de dimensão nacional (GENTILLI: online).

Nos dias que antecederam o golpe, o jornalista Cláudio Abramo teve um encontro com o presidente João Goulart e uma série de assessores importantes na tentativa de fazer abortar o movimento em marcha. Fez pressão para exercer controle sobre a imprensa, inclusive sobre a televisão:

No início de março, fui chamado por Jango, na Granja do Torto. Ao meu ver, no meio daquela desorientação, daquele delírio, havia muitas coisas corretas; aquele foi o período de maior politização do país. Jango queria me fazer uma proposta, para eu entrar no governo. Presentes Darcy Ribeiro, Geraldo Santana, Marco Antônio Tavares Coelho, o empreiteiro Rabello e mais uma ou duas pessoas. **Disse ao Jango que era a favor do estabelecimento de uma série de medidas em relação aos jornais e emissoras de TV.** Devo dizer que, embora todas legais, eram medidas que colocariam 99 por cento da imprensa sob controle do governo. **Essencialmente, tratava-se de cobrar as dívidas dos jornais no Banco do Brasil e ao mesmo tempo retirar a subvenção do dólar, de que eles desfrutavam para comprar papel.** Com isso só aguentariam o Estado e o Jornal do Brasil. Eu conhecia a situação dos jornais, pois tinha estado no Ministério da Fazenda, como assessor de Carvalho Pinto. Naquela conversa com o Jango não estava o jornalista, mas o sujeito que queria impedir o golpe (grifos meus) (ABRAMO, 1988:84).

A ideia de Claudio Abramo não era tão original. Ela nos remete para o período que antecede a morte de Vargas, quando o presidente guardava uma relação das dívidas dos empresários de comunicação. Esse fato levou algumas pessoas próximas da Presidência a imaginar que ele fosse usar essas dívidas para calar a oposição sistemática da mídia. Da mesma maneira, remete para a questão levantada por Jânio Quadros quando acusou ao Estado de S. Paulo de fazer gastos demasiados de papel imprensa, cujo valor em dólar era subvencionado pelo governo. Jânio Quadros havia atacado o jornal paulista para denunciar a imprensa em geral como indiferente aos interesses do país. As medidas pensadas por Abramo não foram adotadas, mas registram que o

principal foco irradiador das tensões era a mídia. Em suma, Abramo pensava que se a mídia fosse calada, não haveria golpe.

Talvez João Goulart tenha pensado que poderia reeditar Juscelino Kubitscheck, que exerceu rigoroso controle sobre os meios eletrônicos, assim como exigiu contrapartida para fazer concessões de televisão aos donos de jornais. Mas isso ocorria enquanto a antiga coalizão de adversários estreitava laços em torno de um objetivo único. O próprio Cláudio Abramo lembrou quando preveniu o presidente:

Alertei-o de que dias antes o dr. Julinho havia visitado Assis Chateaubriand, e que aquilo era sinal seguro que o golpe estava na rua. Porque a burguesia é muito atilada nessas coisas, não tem preconceitos pueris da esquerda. Na hora H ela se une. Nessa conversa me deu uma ideia precisa que o governo estava no chão (ABRAMO, 1988:85).

Acima, Claudio Abramo refere-se a Julio Mesquita e Assis Chateaubriand, donos do Estado de S. Paulo e dos Diários e Emissora Associados, respectivamente. Eram inimigos viscerais, dado que em seu hábito de atingir as famílias e a honra de seus oponentes, Chateaubriand não havia poupado nem mesmo o proprietário de o Estado de S. Paulo.

Porém, o presidente João Goulart ouviu atentamente Claudio Abramo. Mas, ao que se sabe, não empreendeu nenhuma ação concreta. Até aqui nenhuma surpresa: sabe-se o quanto o ex-presidente era dado à procrastinação. Contudo, é surpreendente que não tenha percebido que esta lhe custaria o mandato.

Desde 1963 pôs-se em marcha uma conspiração, erigida nos mesmos moldes da que derrubou Vargas em 1954, desta feita contra Goulart. A oposição militante externava suas posições de modo articulado e constante por meio da mídia. Dificilmente passava-se uma hora sem que entrasse em qualquer ponto do território nacional um programa falando mal da Presidência, da Petrobrás ou da reforma agrária. O bordão era sempre o mesmo: oscilava, com ligeiras variações em torno da ameaça comunista. Monopólio do petróleo, reforma agrária, as reformas de base como um todo eram apresentados como parte de uma estratégia comunizante – quase nunca as questões “petróleo, terra e indústria” eram tratadas por seu mérito intrínseco. Tudo era simplificado e reduzido ao figurino maniqueísta da Guerra Fria: a luta eterna do bem contra o mal transmutado pela mídia na luta da liberdade contra o comunismo.

Talvez por perceber a similitude das situações, a Presidência procurava recuperar a figura de Getúlio Vargas e alimentar-se do maniqueísmo gerado pela mídia,

mas apontando a possibilidade de um outro desfecho: a vitória das forças populares. Contudo, o governo estava em seus estertores. A emulação de Vargas e as medidas de cunho nacionalista, ainda que com apelo popular, chegavam tarde de mais ou tinham sua percepção distorcida.

A Lei de limitação da remessa de lucros (Lei 4131/62), que havia sido aprovada pelo Congresso em setembro de 1962, foi finalmente sancionada pela Presidência no dia 23 de janeiro de 1964. A demora de quinze meses retrata o quadro de indecisão da Presidência, premido internamente por Moreira Salles (ministro que se demitiu após aprovação da Lei no Congresso) e pelo embaixador estadunidense, Lincoln Gordon (VILLA, 2004: 154). Ambos queriam que o presidente vetasse alguns artigos da Lei. A Lei 4131/62 limitava a remessa de lucros ao máximo de 10 por cento do capital social ao ano. A ideia era obrigar as multinacionais a investirem no Brasil os lucros excedentes. Contudo, a mídia capitaneada pela televisão tratou a lei de remessa de lucros não como parte de um plano de desenvolvimento, mas como a encarnação de uma medida socializante.

A situação política refletia-se na cobertura feita pela televisão brasileira. O momento efervescente era repassado para a telinha de várias maneiras: transmissões ao vivo, telejornais e espaços alugados. Para além do interesse militante da televisão, havia o interesse econômico direto dos donos da mídia: tratar de política na TV dava audiência, o que atraía anunciantes. Havia programas eminentemente políticos de prestígio e de grande audiência. Este era o caso de o “Pinga-Fogo”²⁴⁵ da TV Tupi, onde eram semanalmente entrevistados convidados de expressão política nacional (CHAGAS, 2000: 1014).

Foi justamente no Pinga-Fogo de 30 de janeiro de 1964 que foi entrevistado o “secretário nacional” do Partido Comunista Brasileiro, Luís Carlos Prestes. Prestes, passou três horas expondo suas ideias na emissora de Chateaubriand. Não bastasse isso,

²⁴⁵ **O programa Pinga Fogo** – surgiu na TV Tupi em 1961. Era apresentado e coordenado por Aurélio Campos e contava com a participação dos jornalistas Almir Guimarães, José Carlos de Moraes, Carlos Spera, Maurício Loureiro Gama, Joaquim Pinto Nazário e Armando Figueiredo. O programa entrevistava um convidado, quase sempre ligado à política ou à economia nacional. Iniciado por volta da meia-noite, muitas vezes estendia-se pela madrugada, chegando a até três horas de duração, pelo interesse que o assunto suscitava. A inovação que trouxe, além de esmiuçar fatos importantes da sociedade nacional, foi introduzir a participação do telespectador, que podia fazer perguntas ou opinar, por intermédio do telefone. Com duração de sete anos, *Pinga Fogo*, mesmo após o golpe militar de 1964 e a instalação da ditadura, manteve sua linha de informação, de interferência ou denúncia. Contudo, em 1968, a promulgação do Ato Institucional nº5, pela ditadura, acabou com a força e expressão de todo programa jornalístico de cunho político.

posteriormente a Revista O Cruzeiro publicaria todas as impressões do entrevistado para todo Brasil.²⁴⁶ Contudo, não era o caso de informar e esclarecer a opinião pública. Pelo contrário, a entrevista de Prestes prestou-se a deturpações e gerou combustível para a conspiração em marcha.

Ainda hoje é comum encontrar em livros sobre a televisão brasileira a versão que atribui a famosa frase de Luís Carlos Prestes a esse programa: “Já estamos no governo, falta apenas o poder”.²⁴⁷ Porém, pelo contrário, Prestes tentou fazer esclarecimentos sobre a frase pronunciada em outra ocasião. Inclusive no Pinga Fogo de 30/01/1964, foi-lhe perguntado se havia de fato feito a afirmação de que os comunistas já estavam no poder, ao que ele respondeu:

A frase foi deturpada, eu não disse isso, nem poderia dizê-lo (...) na verdade não é esse o nosso pensamento. Estamos influenciando cada vez mais no poder, isso nos estamos. Através da classe operária, através do movimento camponês, através do movimento sindical em que a influência comunista é grande e tende a crescer (CHAGAS, 2000: 1014).

A mobilização e participação de setores populares era a fórmula para influir no poder, segundo Prestes. Assim como os trabalhistas, os comunistas esperavam uma maior participação da população, o que se chocava com a visão conservadora da democracia representativa existente no país. Quaisquer que fossem os receios reais das elites acerca da suposta ameaça comunista, é fato insofismável que tinham grande apreensão com o aumento da pressão popular (traduzida no crescimento eleitoral do PTB), já que faziam violenta oposição ao voto do analfabeto que beiravam 40% da população. Por sua vez, a maior parte do PTB e os comunistas (ainda na clandestinidade) defendiam o voto para os analfabetos e a legalização de seu partido. Tudo isso tornava o anticomunismo funcional. Era fácil de ser vendido na TV e servia como antídoto, fosse contra a inclusão social (as reformas de Base), fosse contra a participação política (voto do analfabeto).

O espaço dado a Prestes pode ser visto como provocação ou como ameaça aos setores que ainda não haviam aderido ao golpe, já em curso nessa altura. Na melhor das hipóteses, foi um evento genuinamente jornalístico. Porém, foi visto como atestado da consolidação dos extremistas em torno da Presidência. Isso ocorreu apesar de Prestes ter

²⁴⁶ A entrevista também foi transcrita no suplemento especial do Jornal Novos Rumos de 24 de janeiro de 1964 (GORENDER, 1998: 65).

²⁴⁷ Dois casos em: (NEVES, 2008: 31) e (FERREIRA, 1998: 123).

tido o cuidado de delimitar suas críticas aos “setores retrógados da mídia”, não fazendo acusações que recaíssem sobre o grupo dos Associados. Ele foi claro ao identificar os reacionários e golpistas: “Onde está a raiz dessa posição e desse reacionarismo de o Estado de S. Paulo, acompanhado de O Globo, no Rio de Janeiro? Essas raízes estão na influência do imperialismo norte-americano”. Ao que parece, para ser educado com o anfitrião, o então secretário nacional do PCB excluiu os Diários e Emissoras Associados da conspiração em marcha para derrubar o governo João Goulart.

Conclusão do Capítulo III

De início, a Política externa independente não trouxe qualquer espécie de embaraço às relações de Brasil e EUA. Pelo contrário, pode-se até mesmo afirmar que foi bem recebida. Para isso concorreram diversas razões, entre elas, o fato de o presidente ser percebido pela embaixada estadunidense como um conservador pró-EUA (coalizão da UDN). Além disso, contava a habilidade e a trajetória pessoal do chanceler Afonso Arinos, que se destacava tanto pelo seu brilhantismo de jurista quanto pelo fervor católico.

Foi só quando o termo “independente”, contido desde sempre na formulação da política externa, revelou-se de fato sinônimo de soberania, discordando dos EUA, que a PEI passou a ser mal vista. Então o titular da Presidência passou a ser descrito pela mídia como “louco”. Naturalmente, como já referido, as excentricidades de Jânio eram um prato cheio para a manipulação midiática. Contudo, não foi a proibição do biquíni na TV (e não nas praias) que produziu o divórcio de Jânio com as elites e com a embaixada estadunidense. Foi a recusa da Presidência da República em prestar apoio a invasão de Cuba que desagradou os americanos. De pronto, a mídia movida por verbas publicitárias de empresas multinacionais, das quais se sobressaiu a Standard Oil de Nelson Rockefeller, passou a atacar o Governo. Então a Presidência reagiu com a tentativa de regulamentação, o que gerou a *frente única* do empresariado de comunicação. Anos depois, já no governo João Goulart, ela materializou-se na criação da ABERT.

Como agravantes, a austeridade econômica e a centralização do câmbio desagradaram a todos. Mais do que nunca o presidente precisava de apoio da mídia para esclarecer a opinião pública acerca das políticas que estava adotando para combater a inflação. A perda de apoio popular deu-se em paralelo à perda de apoio congressional. Talvez Jânio tenha sido o primeiro presidente que viveu o dilema de um sistema político

que condena o presidente a permanecer em minoria, ver-se na contingência de lançar medidas impopulares e depender da mídia para governar. Isto ficou evidente ainda no governo por ocasião da centralização do câmbio, com as críticas do presidente à importação de papel para os jornais.

As aparições do presidente na televisão não surtiram o efeito desejado. Se era verdade que, de um lado, o novo veículo permitia o acesso direto aos eleitores e até aos analfabetos, de outro o conteúdo televisivo era cuidadosamente metabolizado pelos programas políticos de TV, de rádio e os jornais. Importa lembrar que a essa altura poucos tinham televisão e, mesmo na TV, o videoteipe era escasso. A imagem que ficava na mente dos contemporâneos das aparições do Presidente na TV era mais o resultado da repercussão produzida pelos segmentos (rádio, jornal e revistas) que propriamente fruto da conexão direta e instantânea. Assim, pouco importava o que Jânio Quadros tinha a dizer sobre a centralização do câmbio e o combate à inflação. Até hoje é difícil encontrar dados sobre o verdadeiro conteúdo do programa de estabilização econômica da Presidência. Contudo, é relativamente fácil encontrar dados sobre sua repercussão: Jânio é apresentado como histriônico, afetado e, até mesmo comparado a Adolf Hitler.

É surpreendente que tenhamos ampla cobertura sobre como o presidente falava, seus trejeitos, mas quase nenhuma notícia sobre o que ele dizia. Desta perspectiva, é compreensível que, fracassado o intento de Jânio de controlar a mídia, ele tenha procurado obtê-lo sobre o Congresso. A relação entre Presidência e a mídia, a televisão em particular, está no cerne do golpe fracassado de Jânio contra o Congresso (admitido décadas depois por ele mesmo). Importa sublinhar que foi a mídia, liderada pelo segmento de televisão, que a agendou, que conduziu ao veto player e à paralisia das proposições presidenciais no Congresso. Desse modo, produziu-se a crise que só teria desfecho em 31 de março de 1964.

Desde cedo a mídia agendada pela televisão revelou seu potencial também para produzir candidatos a presidente. O destaque recai, naturalmente sobre Carlos Lacerda, então governador do estado da Guanabara. Mais do que orador hábil e político sagaz, Lacerda era, ele próprio, um homem de mídia. Mas, apesar de jornalista, não foi apenas o principal instrumento de Lacerda em sua oposição contumaz a Presidência. Foi na televisão que encontrou seu principal instrumento de pressão, a barragem devastadora de artilharia da qual se valeu nos dias 22, 23 e 24 de agosto de 1961 para arrasar a Presidência da República e frustrar a intenção de golpe de Jânio ao Congresso.

Enquanto naufragavam os intentos do ex-presidente de obter os poderes que pretendia para governar, intensificou-se a campanha de Lacerda contra a Presidência (restava o vice). Para combater a posse de João Goulart, fez uso de métodos discricionários, policialescos e censórios. Foi a Legalidade que adiou o golpe de Lacerda desfechado contra a Presidência.

O peso da televisão revelou-se em toda sua extensão nas eleições de 1962. O agendamento operado pela televisão produziu, contudo, um resultado contraditório. Houve esforços produzidos pelos donos da mídia, a embaixada americana e a CIA. Despejaram através do IPES e do IBAD verbas publicitárias nos veículos de comunicação para a defesa dos candidatos conservadores. Porém, tiveram um resultado indesejado: o crescimento exponencial do PTB. Tratou-se da indução negativa (referida anteriormente) que levou à identificação com o projeto oposto ao propugnado pela mídia: um em cada três eleitores identificou-se com Jango, Brizola e PTB. Como resultado, robusteceu-se a Frente Parlamentar Nacionalista e encaminhou-se a paralisia do processo decisório, descrita por Wanderley Guilherme dos Santos – outra vertente do caminho que conduz ao desfecho em 1964. Além disso, importa notar o papel da mídia no ambiente psicossocial, sobretudo da televisão, ao produzir a polarização ideológica e promover o irracionalismo e o anticomunismo. A política deixou de ser o artifício da mediação, do exercício do contraditório em busca da síntese, e converteu-se de debate em luta, de diálogo em confrontação.

Neste período, a maior realização de televisão consistiu na produção da substituição. Foi caso do emprego direto da televisão para a criação da carreira política de João Calmon e a substituição do PSD pelos Diários e Emissoras Associados. Como descrito no capítulo, para isso contou a criação de uma emissora de televisão, a disposição de aparelhos em via pública, a comercialização de aparelhos receptores e até mesmo a orientação da programação incluindo shows ao vivo. João Calmon foi eleito, enquanto seu partido o PSD teve um desempenho pífio. Os Diários e Emissoras Associados o haviam substituído. A esta altura, era impossível saber, mas os desdobramentos ulteriores mostram que os planos de Assis Chateaubriand com João Calmon o direcionavam para a Presidência da República. De fato, o confronto com Brizola e seu acesso irrestrito à televisão o guindaram à condição de celebridade política. Sua condução a vice de Adhemar de Barros resultou de uma aclamação quase unânime no seio do PSD. Naturalmente, a essa altura era impossível divisar que o

expediente de Chateaubriand seria décadas depois empregado com êxito por Roberto Marinho. Em 1989, patrocinou o proprietário de uma de suas associadas, Fernando Collor de Mello, para a Presidência da República. Nada inédito, se considerarmos que João Calmon era um humilde empregado dos Diários Associados enquanto os Collor de Mello eram sócios de Roberto Marinho. Não fosse 1964, João Calmon depois de ocupar a vice-presidência, com toda probabilidade poderia ter sido o primeiro presidente televisivo do Brasil.

Ainda hoje causa perplexidade o fato de que Chateaubriand realizou todo esse prodígio sem sequer obter uma concessão oficial para a TV Vitória, utilizada para alavancar a carreira política de Calmon. O fato serve como ilustração do medo paralisante exercido pela mídia sobre as autoridades constituídas. Ninguém queria como inimigo os Diários e Emissoras Associados que, além da TV Vitória, colocaram em funcionamento outras duas TVs sem concessão.

Contudo, o que há de mais dramático não é constatação de que a *videocracia*, identificada por Sartori apenas nos anos 1990, já se fazia presente no Brasil nos anos de 1960. Apesar de pouco significativo se tomado isoladamente, o segmento de televisão, através do agendamento, prefigura em Chateaubriand e Calmon o veto player, o atalho e a substituição. O que há de mais dramático e talvez trágico é a constatação de que a Presidência da República só teve um instrumento eficaz frente à mídia televisiva: a censura. Longe de fazer a apologia do autoritarismo, o trabalho procura identificar no problema um dilema que permanece vivo na democracia contemporânea: a regulamentação do conteúdo da radiodifusão. Segundo Karl Popper não pode haver em um regime democrático nenhum poder político descontrolado. (POPPER e CONDRY, 2007: 29-30).

No curso desse capítulo e dos anteriores, pudemos constatar que a Presidência se valeu de três instrumentos em sua competição com a Televisão: os meios de pagamento, o poder concedente (outorga e concessão) e a censura. Os meios de pagamento foram utilizados por Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Para além do segmento de TV, os donos da mídia tinham sua atividade principal centrada nos jornais. Estes por sua vez dependiam diretamente de subsídios governamentais para obter papel (importado) e circular. Além disso, como a propaganda política na Televisão não era regulamentada, o governo e sua coalizão não raro compravam espaços direta ou indiretamente, através de anúncios publicitários. A

dependência da mídia (segmento impresso e radiodifusão) da Presidência não poderia ser maior. Conforme descrito, todos os donos de mídia, em todos os segmentos, incluindo-se a televisão, aceitaram suborno governamental. Nem por isso o prometido era entregue: a uma manifestação do Presidente na TV seguiam-se programas políticos, debatedores e até humoristas que reconstruíam seu sentido e a faziam repercutir nos demais segmentos (sobretudo rádio e Jornal) a partir de perspectiva diversa. Em resumo, pouco importava o que dizia a Presidência. Contava a repercussão, operada de forma discricionária e não apenas de acordo com o interesse dos donos de mídia, mas da ação direta das agências de publicidade estrangeiras a favor do projeto entreguista.

No caso da televisão, há uma especificidade agravante. Diferentemente do segmento impresso (jornais e revistas) a radiodifusão (rádio e televisão) vale-se de um bem público: o espectro eletromagnético. Por isso, seu exercício requer concessão ou outorga que, no caso, é fornecida pela Presidência da República. Assim, para além dos meios de pagamento, há o poder concedente presidencial que, em tese, deveria ser suficiente para proteger a instituição política (Presidência da República) de qualquer uso abusivo ou nocivo ao interesse público. Embora a cassação de outorga ou concessão seja passível de discussão, o fato é que há um instituto da renovação. Desse modo, sempre em tese bastaria à Presidência não renovar a concessão ou outorga para que a emissora saísse do ar. Três presidentes empenharam-se na redução da validade da concessão. Entretanto, o esforço revelou-se fútil: a pesquisa não pode apurar sequer um único caso de concessão que não tenha sido renovada. Como se deu com os meios de pagamento, a Presidência obtinha das empresas pequenas vantagens, e no varejo.

De resto, sobrepunha-se o medo paralisante de enfrentar o cartel dos donos da mídia. Ele assumiu forma, talvez não por acaso, justamente em um dos momentos mais críticos da história do país. Foi às vésperas do golpe de 1964 no governo João Goulart que surgiu a ABERT. Doravante, ficava tácito que o ataque a qualquer veículo de mídia (rádio e televisão) seria considerado pelo setor como um ataque ao seu conjunto. A ABERT constituiu-se no “TIAR²⁴⁸ da mídia”. Diante da institucionalização do cartel, dado o alcance dos veículos (no caso do rádio ilustrado pela campanha da Legalidade), os meios de pagamento e o poder concedente revelaram-se instrumentos débeis nas mãos da Presidência da República. Ilustra sobejamente a proposição o caso da TV

²⁴⁸ **TIAR** – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Em seu artigo 5º prevê que um ataque de potência extracontinental a um Estado americano será considerado um ataque a todas.

Vitória, criada por Assis Chateaubriand para promover João Calmon, que desempenhou sua função sequer sem ter concessão²⁴⁹. Aliás, a TV Vitória permaneceu 18 anos no ar sem concessão, que só lhe foi dada pelos militares em 1979.

Restou a censura. O único dos presidentes dos quatro citados que conseguiu concluir seu mandato foi Juscelino Kubitschek que, além de usar os meios de pagamento, distribuir outorgas e concessões, não teve pejo em fazer uso da censura. O fato era de conhecimento dos contemporâneos. A sugestão de operar algum tipo de controle de mídia ficou documentada na conversa de Claudio Abramo com João Goulart: como referido, a inação de Jango em relação à mídia custou-lhe o mandato.

Restou ainda um dos principais temas de atrito entre a Presidência e a mídia, com reflexos diretos na televisão. Desde sempre o petróleo esteve no topo da agenda da disputa travada entre nacionalistas e entreguistas. Nos capítulos precedentes, também ficou clara a relação entre as empresas de petróleo privadas e a mídia, em particular a Standard Oil, de Nelson Rockefeller, e os Diários e Emissoras Associados, de Chateaubriand. Mas, é neste capítulo que se tornou cristalino o triângulo de relações entre a Presidência, os meios de comunicação e a disputa do petróleo. Em grande medida, isto se deveu à ação das agências de publicidade e das eleições de 1962. Neste ponto, a televisão cumpriu um papel lamentável: a identificação da agenda nacionalista com o comunismo. Ainda hoje, o que há de perene na atuação da televisão naquela época é o anticomunismo. Este, como se verá no capítulo seguinte, serviu como mote para alterar a mentalidade predominantemente constitucionalista, vigente nas Forças Armadas, e promover sua adesão ao golpe.

Graças a isso, é que assume importância a governança corporativa: o modelo de negócios e serviços das empresas de televisão. Como se verá no capítulo seguinte, que trata do momento culminante do confronto entre a Presidência e a televisão, a correspondência entre o modelo de negócios e serviços empresarial e sua proposta de inserção internacional do Brasil. De fato, o modelo de negócios e serviços reflete, mais do que ideologia, as estratégias corporativas de obtenção de capital e tecnologia. É precisamente este o nexos mais íntimo entre a televisão e a Presidência: os fundamentos da política externa.

²⁴⁹ Anteriormente, em 1960, os Diários e Emissoras Associados haviam inaugurado duas emissoras de televisão sem concessão em Brasília: a TV Brasília, canal 7, e em Goiânia, a TV Rádio Clube, canal 4.

No capítulo seguinte, veremos o protagonismo decisivo e dramático que a televisão desempenhou nos dias do golpe militar de 64. Observam-se seu papel de solapar a hegemonia constitucionalista que até então havia nas Forças Armadas, a criação de um ambiente de histeria em torno da paranoia anticomunista, e até seu papel de veículo de comunicação e coordenação entre os golpistas.

Capítulo IV – A televisão, o petróleo e os modelos de negócios e serviços

Introdução

A Revolução Cubana marcou um novo período da Guerra Fria no continente americano. No capítulo anterior, examinou-se o papel da recusa de Jânio Quadros em apoiar o desembarque na Baía dos Porcos (*Playa Giron*), a efetivação da Política Externa Independente, o confronto da Presidência com a mídia e a instabilidade política e institucional que daí se seguiu. O ano de 1962, cujas eleições no Brasil foram examinadas no capítulo precedente, destacou-se no plano internacional pela Crise cubana dos Mísseis. Este último episódio, da instalação de armas estratégicas soviéticas no hemisfério ocidental, deu novo ímpeto e qualidade às relações dos Estados Unidos com a América Latina.

O coronel Vernon Walters chegou ao Brasil também em agosto de 62, em agosto, antes da Crise dos Mísseis. Walters veio para o Brasil com o propósito de conter qualquer modelo desenvolvimentista, fosse ele autárquico ou associado. Um dos principais pontos conflituosos da agenda era, ainda, a Petrobrás. Como visto no capítulo anterior, Walter e Lincoln Gordon tiveram um papel expressivo nas ações que conduziram ao golpe de 64.

O contexto das ações de Walters foi o cenário da bipolaridade entre EUA e URSS. Não obstante, importa perceber que a Guerra Fria foi travada em duas frentes: a principal, político militar, contra a URSS, e a secundária, a econômica, contra os europeus. Os EUA não estavam dispostos a permitir a ressurreição econômica da Europa, sobretudo na área de petróleo e de bens de capital à custa dos seus esforços para conter a URSS na Europa: “sob tal aspecto, Washington travou uma verdadeira guerra paralela contra seus aliados europeus, em plena vigência da Guerra Fria” (VIZENTINI, 2004:88).

Esta “guerra paralela” dos Estados Unidos, travada contra seus próprios aliados da Europa, teve impacto considerável na América Latina no pós Crise dos Mísseis. Então, se destacou o papel da televisão na construção da realidade, na redução da complexidade do real a uma dualidade básica. De fato, posteriormente se perceberia o papel da televisão na exploração das “fragilidades humanas, (...) apoiando-se no apelo à morbidez e nos traços esquizo-paranóides dos indivíduos” (FNDC, 1994: 3B). A

televisão retira da realidade aquilo que a caracteriza como artifício humano: as mediações. Pois o mundo nunca pode ser apenas branco ou preto, certo ou errado, vermelho ou azul. Reduzi-lo às suas polaridades é o mesmo que arrancar seu conteúdo humano, é o que se denomina maniqueísmo.

Apesar de certas formas históricas e maniqueístas da Guerra Fria desencadeada pelos EUA, **esta possuía uma racionalidade cristalina, pois permitia ao país manter o controle político e primazia econômica tanto sobre seus aliados industriais como sobre a periferia subdesenvolvida** (sobretudo latino-americana). Ao manipular a ideia de uma ameaça externa, Washington obtinha a unidade do mundo capitalista e orientava-a a contra a URSS e os movimentos de esquerda e nacionalistas, tanto metropolitanos como coloniais, emergidos da Segunda Guerra Mundial (grifos meus) (VIZENTINI, 2004: 79).

Como resultado, os capitais europeus entraram em rota de fuga do Plano Marshall, e houve um esforço de transnacionalização de empresas europeias baseada em investimentos no Sul (Brasil, Argentina, África do Sul, Arábia Saudita, Índia). O que pôs os capitais europeus em fuga foi o Plano Marshall: era a ponte de lança da transnacionalização das empresas europeias.²⁵⁰

Em virtude das duas frentes da Guerra Fria, o anticomunismo foi o pano ideológico comum de uma campanha que tem um duplo objetivo: isolar a URSS e manter a Europa na condição de sócio dependente dos EUA. A barganha nacionalista de Vargas e Kubitschek, materializada na PEI de Quadros e Goulart (VIZENTINI, 2008: 30), tinha como objetivo atrair estes capitais em fuga da Europa. O desenvolvimento das indústrias automobilística e química (petróleo), levado a cabo por empresas japonesas e alemãs, assim o atesta. Barrar o desenvolvimentismo poderia ter como razão declarada o combate ao comunismo, mas tinha, ao mesmo tempo, como pano de fundo econômico, a contenção do investimento externo direto e da transnacionalização de empresas europeias.

A dupla frente envolvia uma sofisticação de recursos, que iam além da influência política, econômica ou militar. Daí o papel desempenhada pelas agências de publicidade

²⁵⁰ **Desafio da Transnacionalização** – a transnacionalização de empresas é um fenômeno inerente à reprodução ampliada do capital. Influenciou a estruturação de empresas europeias e tornou-se crítica para a soberania dos estados europeus do pós-guerra por três razões: (1) a penetração maciça de capitais estadunidenses privados na esteira da ajuda oficial do Plano Marshall, que tornou norte-americanos proprietários de empresas europeias; (2) o processo de unificação da Europa prevista de 1957 com a CECA; (3) o processo de descolonização. Sem multiplicar o volume de seus negócios, realizando suas próprias estratégias de parceria e transnacionalização, as empresas europeias acabariam por se tornar propriedades dos EUA, e a Europa perderia a condição de sócia para tornar-se mera dependente. Para uma visão abrangente do desafio imposto pela penetração do capital estadunidense na Europa, ver McMILLAN e HARRIS, 1968.

e, de modo particular, pela televisão, graças a sua capacidade de agendamento dos demais seguimentos de mídia.

Nesse contexto de dupla Guerra Fria, para além da já consagrada polarização (nacionalistas X entreguistas), é importante para a análise também matizar os diferentes projetos nacionais. Fazendo-se uma livre adaptação de Amado Cervo e uso distanciamento temporal, hoje podemos considerar que havia três matizes de projetos nacionais, que acabavam subsumidas nos dois tipos fundamentais. Em um enfoque pretensamente weberiano, pode-se identificar três tipos puros ideais: 1) o PTB e o nacionalismo autárquico; 2) a UDN e o entreguismo; 3) o PSD e o Estado logístico. Naturalmente, trata-se apenas de empreender um esforço analítico retrospectivo, e não de dar conta de uma explicação exaustiva da realidade da época.

Assis Chateaubriand encarna a figura do entreguismo, era membro do PSD, e não da UDN. Isto porque os próprios partidos nacionais estavam em fase de estruturação, e sujeitos às clivagens de região e local (urbano e rural), que trazem a herança dos partidos regionais existentes antes de Vargas. Em todo o caso, o modelo serve para a principal instituição política em tela, a Presidência da República. Pode-se dizer que Vargas era nacionalista, Café Filho entreguista, e que Juscelino Kubitschek lançou as bases do Estado logístico.

As matizes do projeto nacional importam para a compreensão das estratégias corporativas para a televisão e seus distintos modelo de negócios e serviços. De acordo com Alfred Chandler Jr (1994), a dinâmica do capitalismo industrial variou sensivelmente da Inglaterra para os EUA e Alemanha. Na Inglaterra, o capitalismo industrial articulou-se no “capitalismo pessoal”; nos EUA, de “capitalismo gerencial competitivo”; e na Alemanha, “capitalismo gerencial cooperativo” (CHANDLER Jr, 1994)²⁵¹. Com base em Chandler, podemos fazer uma tipologia que relaciona o modelo de negócios e serviços da televisão no Brasil com a política externa brasileira devido às estratégias corporativas diante da transnacionalização.

²⁵¹ Note-se que Chandler faz um refinamento da conhecida tipologia weberiana envolvendo toda a história humana e as três formas clássicas de dominação (patrimonialista, burocrática, carismática). Chandler trata da história da indústria, duzentos anos com enfoque no associativismo. A tipologia aqui proposta é uma operacionalização da ideia dos dois autores. Aborda um período muito limitado e inclui a esfera de serviços (radiodifusão). Desse modo, Weber e Chandler mais inspiram do que propriamente conduzem às conclusões.

Desse modo, tem-se que a partir da tipologia de Chandler: Assis Chateaubriand (Diários e Emissoras Associados) pode ser classificado com o capitalismo pessoal; Roberto Marinho (Organizações Globo), com o capitalismo gerencial; e Mario Wallace Simonsen (conglomerado Simonsen), com o capitalismo gerencial corporativo.

Essa sistematização importa para compreender os diferentes modelos de negócios e serviços que envolvem o principal objeto em tela desse trabalho, a televisão. Neste caso, a partir de suas relações com o capital e a tecnologia, podemos descrever a existência de três modelos e negócios e serviços. Os modelos de negócios e serviços empresariais estão relacionados a diferentes propostas de inserção internacional do Brasil.

Primeiro o de Assis Chateaubriand, exemplo de capitalismo pessoal. Caracterizava-se pela incapacidade em capitalizar a empresa e pelo completo desprezo a entronizar qualquer tecnologia ou elemento produtivo ligado à sua atividade. Segundo, o modelo de capitalismo gerencial competitivo, das Organizações Globo. Caracteriza-se pela preocupação com a modernização administrativa e tecnológica, competente para efeitos de capitalização, mas sem a preocupação de introjetar as tecnologias das quais faz uso. Vale-se, contudo, do estado da arte em termos de técnica. Terceiro, o capitalismo gerencial cooperativo, do conglomerado Simonsen, que procura elidir a dependência de capitais de uma única fonte (operando com libras), desenvolvimento de receita própria em termos de capital (operando com café), e sobretudo, com a possibilidade de absorver e nacionalizar as tecnologias e técnicas das quais suas empresas operam. Além da preocupação com o centro de decisão econômica, o que distingue Simonsen é a estratégia de conglomerado, na qual se salienta a solidariedade horizontal, operada entre ramos distintos de serviços que é o fundamento da caracterização feita por Chandler para o capitalismo cooperativo. É este sentido de cooperação, entre ramos diferentes de serviços, que torna “cooperativo” o modelo de Simonsen.

Os negócios de Simonsen envolviam desde o café até a televisão, passando por aviação. É o modelo de Simonsen que justifica a reflexão anterior sobre o Estado logístico. De fato, há uma grande semelhança entre a ação de Juscelino e Simonsen no recurso aos capitais e tecnologias estrangeiras que, contudo, diferentemente do projeto entreguista ou do modelo dependente, buscavam a associação com o exterior para aumentar a capacidade nacional de decisão, a margem de autonomia estratégica do Estado e das empresas.

A despeito da polarização essencial permanecer intacta (o confronto entre nacionalistas e entreguistas), como de fato estava interdito à época da “Pax Americana” o caminho para o desenvolvimento autárquico, o centro do conflito deu-se de fato entre os modelos dependente e o associado. Deste modo, o modelo de negócios e serviços associado é a encarnação do nacionalismo possível, nas condições internacionais existentes. Mario Wallace tornou-se herdeiro de seu tio Roberto Simonsen, um dos principais expoentes do pensamento econômico nacionalista.

O caminho do nacionalismo autárquico, do desenvolvimento com recursos puramente nacionais, havia sido interdito com o fim da Segunda Guerra Mundial e a ascensão do sistema de crédito, das instituições multilaterais e do sistema de contas nacionais de Bretton Woods. Agora as transações internacionais eram todas em dólares; havia pouco ou nenhum lugar para o comércio compensado e a geração de divisas a não ser com os países do Leste, interdito pelo pensamento e pelo *veto player* da Guerra Fria. Entre os que queriam a exclusividade das relações Sul-Norte, e os que pretendiam mitigar a dependência (capitais-tecnologia) através dos eixos Sul-Leste e Sul-Sul. Como ficará claro no custo deste trabalho, o conglomerado Simonsen prefigura claramente a atuação nos três eixos e o compromisso empresarial com a integração regional da América do Sul (Rebratel, telecomunicações).

Dois modelos opostos estavam em andamento: o dos Diários e Emissoras Associados, de Chateaubriand, descrito em capítulos anteriores, e o do conglomerado de Simonsen. Um terceiro modelo, das Organizações Globo, de Marinho, estava em gestação. Os dois últimos serão tratados nesse capítulo.

A concentração urbana no Brasil e a ampliação da cobertura de televisão inseriram-se na vida política nacional. A TV serviu como pauta para os diversos setores dos meios de comunicação (rádio, jornal e revista). A televisão ganhou ares de onipresença na política nacional. Foi o veículo de comunicação que passou não só a testemunhar os fatos, mas também a cumprir o papel de ampliar seu alcance.

4.1 Walters e a Doutrina Monroe: refinarias, golpe e Televisão no Brasil

Como vimos no primeiro capítulo, Vernon Walters veio ao Brasil em 1945 para o desfile da vitória da FEB. Então permaneceu no país, sob a condição de adido militar. Tratava-se da escolha natural; durante a guerra ele havia sido o oficial de ligação entre o general Mark Wayne Clark (comandante aliado na Itália) e a FEB. No ano seguinte,

Walters teve a oportunidade de ficar íntimo do futuro presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower. O encontro entre o adido militar no Brasil e Eisenhower deu-se na casa do jornalista Roberto Marinho, diretor e proprietário de O Globo, onde ambos estavam hospedados. Em 1948, foi destacado para trabalhar na Europa na implementação do plano Marshall. Então, a amizade estabelecida com Eisenhower no Brasil valeu-lhe um convite para assessorá-lo na OTAN, que Walters aceitou.

No curso de sua carreira, Vernon Walters esteve diretamente envolvido com a derrota de três defensores da estatização do petróleo em três continentes. Em 1954, ajudou a derrubar Mosadegh no Irã. Os laivos de autonomia iranianos só haviam sido possíveis graças à estatal italiana, criada por Enrico Mattei. Do ponto de vista da política externa do governo Eisenhower, era um mau exemplo que precisava ser erradicado. Através de Mattei e da estatal (ENI), a Itália pôs em prática uma política externa independente; diante da descolonização, estabeleceu vínculos com países do Oriente Médio e do Norte da África promovendo seu desenvolvimento. Combater Mattei e a estatal italiana tornou-se prioridade da então embaixadora²⁵² americana na Itália, Clare Booth Luce,²⁵³ esposa de Henry Luce, dono da Time-Life. Vernon Walters conheceu Clare Luce em 1944, quando esta, na condição de congressista da câmara baixa estadunidense, visitou as forças da FEB (WALTERS, 2000:119). Mais uma vez encontraram-se e trabalharam juntos na Itália contra Mattei. A amizade entre os dois católicos durou por toda vida. A Sra. Luce afastou-se de seu posto alegadamente por motivos de saúde, em um momento em que crescia o clamor contra sua intromissão constante na política interna da Itália:

²⁵² **Clare Booth Luce** – Esposa de Henry Robinson Luce, americano nascido na China foi fundador e proprietário da Time-Life, com quem se casou em 1935. A Sra. Luce começou a ter algum destaque político nos EUA ainda em 1942, quando foi eleita para Câmara baixa do Congresso, reeleita em 1944. Em 1952, voltou à política apoiando o candidato a presidência pelo Partido Republicano, Dwight Eisenhower, sobre o qual acreditava ter certa influência pessoal. Seu prestígio e o do seu marido, assim como de seus veículos de comunicação, foram empenhados na campanha. A proximidade e o apoio ostensivo a Eisenhower lhe garantiram como recompensa o posto de embaixadora na Itália em 1953. Foi a quinta mulher a ser indicada como embaixadora, e a primeira a ser designada para um país europeu de primeira grandeza.

²⁵³ Em sua atuação política, Clare Luce, apesar de republicana, não agiu como isolacionista e deu apoio às medidas de Roosevelt, em defesa da China contra o Japão (Congressional Record, House, 78th Cong., 1st sess. (24 June 1943): 6428–6434. Porém, ao final da Segunda guerra, ela alinhou-se em favor de Thomas Dewey, governador do estado de Nova Iorque e candidato do Partido Republicano à Presidência. No curso da campanha, Clare Luce declarou que Franklin Delano Roosevelt “foi o único Presidente que mentiu para levar os americanos à guerra, porque não tinha coragem política para liderá-los para ela (“Roosevelt ‘Lied Us Into War,’ Mrs. Luce Declares in Chicago,” 14 October 1944, New York Times: p.9.)

“Os anos em que Clare Boothe Luce esteve no cargo na Vila Taverna [residência da Embaixadora] foram caracterizados por uma intervenção nos assuntos internos italianos sem precedentes, caracterizada pela superestimação da capacidade americana em conduzir os governos Democrata Cristãos, marcados por profundo anticomunismo” (TOBIA, 2007: 224).²⁵⁴

Em 1959, a esposa do dono da Time-Life foi indicada pelo presidente ao Congresso dos EUA para assumir o posto de embaixadora no Brasil. Tratava-se de mera formalidade. Entretanto, recordou-se que Clare Luce havia chamado Roosevelt de mentiroso e Truman de traidor, além de sua atuação política na Itália ter sido considerada imprópria. A objeção foi formulada pelo congressista democrata Wayne Morse. Então, apesar da campanha no Brasil em seu favor, capitaneada pelo jornal O Globo de Roberto Marinho,²⁵⁵ Clare Booth Luce retirou seu nome apesar da disposição de Eisenhower em manter sua indicação.

Pouco depois da chega de Vernon Walters ao Brasil, em 1962, Enrico Mattei morreu na Itália em um misterioso acidente de avião (27/10/1962). O evento tornou-se icônico e, a exemplo do assassinato de Kennedy, tem se prestado às mais diversas explicações.²⁵⁶ Posteriormente, nos idos de 1990, a estatal italiana que Mattei havia criado acabou sendo desmembrada e converteu-se com suas subsidiárias em empresa de

²⁵⁴ No original: “The years of Clare Boothe Luce’s tenure in Villa Taverna were characterized by unprecedented intervention in Italian internal affairs, with an unquestionable overestimation of American ability to condition the Christian Democratic governments, and were marked by deep anti-communism.” (TOBIA, 2007: 224).

²⁵⁵ Esta indicação para Brasil foi calorosamente acompanhada e festejada pelo jornal O Globo, de Roberto Marinho. O vespertino carioca abriu grandes espaços para cobrir todas as atividades da indicada ao cargo, manifestando uma adesão explícita que exaltava a indicação. (HERZ, 1987: 97-98). Entre 28 de fevereiro e quatro de maio de 1959, o jornal fez campanha pela nova embaixadora, destacando somente suas qualidades em várias edições: 9,10, 16, 17 e 18 de março e 2, 3, 7, 14, 16, 29 e 30 de abril e dos dias 2, 3 e 4 de maio de 1959. Já a revista Time, de propriedade do marido de Clare Luce, publicou o desagradado cuidadoso do jornal de Roberto Marinho com o senador Morse, que foi o autor das críticas ao nome de sua esposa: Oregon’s ex-Republican Wayne Morse, whose airing of old political speeches and charges provoked Rio de Janeiro’s O Globo into a front-page editorial: “Ainda que nós não tenhamos absolutamente nenhuma intenção de intervir em uma questão interna, não podemos deixar de interpretar os sentimentos do povo brasileiro expressando nossos desejos de que aquele ataque acabe “While we have absolutely no desire to intervene in an entirely internal issue, we cannot avoid interpreting the sentiments of the Brazilian people in expressing our wishes that the attack end.” THE CAPITAL: Savage Illogic 04/05/1959. Time Magazine on Line In: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,892480,00.html#ixzz1MknTKgol>. Acesso 18/07/2011.

²⁵⁶ Contudo, todas as explicações foram ligadas ao petróleo. Como em toda conspiração, é impossível inventariar todas. Seguem as quatro principais: a principal é mesmo relacionada CIA. Há também duas relacionadas à França, uma que atribui ao serviço de segurança estatal (SDECE) e outra que atribuía aos rebeldes do OSA (*Organization de L’armée Secrète*). Há ainda a versão de que foi a Máfia a serviço de terceiros, o que remete às hipóteses anteriores. Foram feitos dois filmes sobre Enrico Mattei: *Il Caso Mattei* Direção Francesco Rosi, Itália, 1972. *Enrico Mattei de Man Who Looked*. Dir. Giorgio Capotani Itália, 2009. Além disso, Enrico Mattei é o personagem de destaque do documentário **A Nacionalização do Petróleo** (*Oil Nationalism*) 46 minutos P/B e cores, legendas em português e dublado. Direção: Jean-Pierre Beurenaut e Ives Billon.

capital aberto. No Brasil Walters iria mover-se na oposição a João Goulart, ungido presidente pela Legalidade. Desde o fracasso em *Playa Giron* (18/04/1961) a América Latina atraía mais a atenção dos norte-americanos. Contudo foi a Crise dos Mísseis que acionou todos os alarmes (outubro de 1962), produzindo um endurecimento em relação à política externa brasileira (VIZENTINI, 1998: 23). Forças estratégicas soviéticas postaram-se a 150 quilômetros da costa estadunidense. Dentro desse contexto de acirramento da disputa do subcontinente com a URSS é que deve ser compreendida a atuação de Walters no Brasil. Todavia, para além disso permanecia a disputa no campo econômico com os europeus, seus investimentos no Brasil e o projeto de transnacionalização de suas empresas.

Na época, a questão estratégica pendente desde meados da década de 1940 entre Brasil e Estados Unidos era a recusa das companhias privadas estadunidenses em fornecer petróleo cru para o funcionamento de refinarias da Petrobrás. O boicote era possível por que a Petrobrás não tinha o monopólio da importação, estabelecido em 1963 (MOREL, 1965: 61). Inicialmente o cru só era vendido para as refinarias particulares.

Até 1961, data da inauguração da refinaria de Duque de Caxias da Petrobrás, havia quatro refinarias particulares e duas nacionais (Petrobrás). No início, a participação das refinarias privadas superava a nacional. Gradativamente, a diferença diminuiu.²⁵⁷ Com a inauguração da refinaria de Duque de Caxias, o peso do refino foi desequilibrado a favor da estatal brasileira, cabendo três quartos do refino²⁵⁸.

A Presidência, através da Petrobrás, buscou elidir o veto player ao desenvolvimento nacional exercido pelas empresas petrolíferas mundiais. A partir de 1960, o Brasil passou a exportar café e importar trigo, petróleo e combustível de União Soviética:

Em 1960, foram vendidas 20 mil toneladas de café e importadas de 200 mil toneladas de trigo, além de **300 mil toneladas de petróleo bruto e 310 mil toneladas de óleo diesel**. Para 1961 ainda estava prevista a exportação de 15 mil toneladas de café de um único fornecedor para URSS, o Brasil queria 400 mil toneladas de trigo, mas os soviéticos só podiam exportar 200 (MOURA, 1961: 29-30).

²⁵⁷ Estimativas baseadas na tabela de ARAGÃO (2003:60).

²⁵⁸ 260 mil barris do total de 350 mil refinados no Brasil. (MOREL, 1965: 61).

Segundo a tese de Göktug Kara, o Brasil importou em 1961 o barril de óleo cru por US\$ 1,65, quando no mercado internacional ele custava em média US\$ 2,97. Como parte de sua estratégia para ampliar suas relações comerciais e diplomáticas, os soviéticos vendiam óleo cru ainda mais barato para a Itália (US\$ 1.39) e para o Egito (US\$ 1,44). A URSS valia-se do petróleo, desde essa época, para evitar seu isolamento internacional (KARA, 2008: 85).²⁵⁹

Em 1964, a Petrobrás havia obtido recentemente a exclusividade da importação de cru. As refinarias particulares eram operadas por testas-de-ferro dos norte-americanos, como Soares e Sampaio /Walter Moreira Salles no caso da Standard Oil²⁶⁰. Quando João Goulart anunciou a encampação, violou um limiar perigoso. Materializou-se a imagem de companhias, na prática estadunidenses, refinando o petróleo soviético e promovendo a influência da URSS em toda a América do Sul através da importação de combustíveis e derivados. Foi então que, como se verá no restante desse capítulo, Walters empenhou seus esforços na derrubada do terceiro projeto de companhia estatal. A decisão de João Goulart de estatizar as refinarias privadas foi a gota d'água que desencadeou o golpe de 1964.

Entretanto, quando Walters chegou ao Brasil, a disputa do petróleo ainda não havia atingido este ponto crítico. É verdade que já havia a oferta soviética de fornecimento de petróleo cru que viabilizaria uma indústria brasileira no setor de refinarias. Contudo, a esta época os meios concebidos para a derrota de Goulart eram essencialmente não militares. Tratava-se de orquestrar o dinheiro vindo dos EUA com as agências de publicidade para obter um bom desempenho nas eleições de 1962.

Foi devido às eleições de 1962 que, em uma reunião na Casa Branca, ficou decidido que os Estados Unidos precisavam de alguém no Brasil com capacidade de articulação entre os setores políticos de oposição a João Goulart e os militares

²⁵⁹ A continuidade dessas importações de petróleo soviético estava sujeita a sua compatibilidade com a capacidade nacional de refino.

²⁶⁰ **Walter Moreira Salles** - foi embaixador nos EUA por dois breves períodos. Seu primeiro período foi no segundo governo Vargas, entre junho de 1952 e agosto de 1953, e o segundo período no governo Juscelino Kubitschek entre julho de 1959 e fevereiro de 1960. As posições de Moreira Salles sempre foram muito próximas dos interesses norte-americanos, como na época de Vargas quando defendeu o envio de tropas brasileiras para Coreia contra a posição do presidente (WAINBERG, 1997: 205). Foi crítico incisivo do nacionalismo (VIZENTINI, 1995: 87-88). Em 1953 ele foi sondado por Rockefeller se poderia alterar a lei de remessa de lucros, assim como a legislação sobre o monopólio da Petrobrás. A recusa de Vargas lhe valeu um governo economicamente isolado e instável, além da renúncia de Moreira Salles. (COLBY, 1995: 340). Walter Moreira Salles era o maior acionista da Refinaria União S.A. (Capuava) de São Paulo (COLBY, 1995: 344).

brasileiros. Então o nome mais indicado que surgiu foi o de um homem de Eisenhower: Vernon “Dick” Walters.²⁶¹

Dois anos depois de comparecer como intérprete de Eisenhower na inauguração de Brasília, Vernon Walters foi transferido para o Brasil.²⁶² Segundo Élio Gaspari, ao ser comunicado sobre a transferência de Roma para o Rio de Janeiro, Walters pensou inicialmente em recusar a indicação e passar para a reserva (GASPARI, 2002: 61). Entretanto, acabou aceitando o posto. Em seu desembarque no Rio de Janeiro, em outubro de 1962, ele foi recebido por 13 generais que serviram na FEB (em 1944, com outros postos), o que evidencia seu prestígio entre os membros da caserna brasileira. Logo passou a andar acompanhado do embaixador Lincoln Gordon, mesmo que o diplomata não precisasse: “O embaixador não precisava de meus serviços como interprete, porque falava português com grande fluência” (WALTERS: 1980: 340).

Segundo o próprio Walters, sua chegada foi comentada por órgãos da imprensa esquerdista, como o jornal *Novos Rumos*, que publicou uma longa reportagem, alertando que o coronel Walters, “O Principal especialista do Pentágono em golpes militares, acaba de ser enviado para o Brasil, com a única finalidade de derrubar o Presidente Goulart e estabelecer um regime títere dos Estados Unidos” (WALTERS: 1980: 340).

Não foram apenas os jornais esquerdistas que anunciaram a presença do militar, como deixa claro Moniz Bandeira, á época jornalista do *Diário de Notícias*:

(...) sempre fui bem informado e até mesmo soube aquela época, que o então coronel Vernon Walters, Adido Militar na Embaixada dos EUA, estava a conspirar com a oposição ao governo João Goulart, fato que revelei através da “Notas políticas” do *Diário de Notícias*, bem como que o Itamaraty estranhava a contínua solicitação pelo embaixador Lincoln Gordon de vistos oficiais para cidadãos norte-americanos, que se dirigiam, sobretudo, ao Nordeste (BANDEIRA, 2001: 11).

O fluxo de estadunidenses para o Nordeste dava-se em função da atuação das Ligas Camponesas de Francisco Julião.

²⁶¹ Gravações do presidente John Kennedy de conversas que teve no gabinete de despachos, cujas transcrições foram editadas pelo *Miller Center of Public Affairs*, da Universidade de Virgínia. *The Presidential Recordings*- John F. Kennedy – *Miller Center of Public Affairs – University of Virginia*, USA. Disponível em: <<http://www.whitehousetapes.net/transcript/kennedy>>. Acesso em 08/10/2010.

²⁶² Depois de ter servido com destaque em suas missões no Plano Marshall, quando conheceu todos os países da Europa Ocidental, na Coreia e como interprete do Presidente Truman, que ele havia conhecido no Brasil em 1947, na Europa no início dos anos cinquenta como auxiliar de Eisenhower. Ele também teve participação nas negociações dos EUA com Mosadegh no Irã antes do golpe que o derrubou através de uma intervenção da CIA. E novamente foi auxiliar direto do Presidente Eisenhower. Servia em Roma quando foi designado para o Brasil.

Walters foi transferido de Roma para o Brasil a pedido do próprio embaixador Lincoln Gordon. O diplomata julgava que existia uma situação perigosa em desenvolvimento no cenário brasileiro e, frente a essa ameaça, muito em breve os militares obviamente teriam uma posição chave (BLACK, 1977). Seria importante manter ou ampliar a comunicação dos representantes norte-americanos com as Forças Armadas brasileiras. Para tanto, ninguém melhor do que Vernon Walters.

Moniz Bandeira afirma que existiam duas linhas de atuação estadunidense quanto à situação do Brasil desde o episódio da Legalidade em 1961. A primeira, do Pentágono e apoiada pela CIA, de apoio ao golpe; a segunda, do Departamento de Estado como extensão da Casa Branca, que não era favorável ao governo Goulart, mas não aceitava um golpe. A posição de Lincoln Gordon, embaixador no Brasil, destoava neste particular de funcionários do Departamento de Estado e do presidente dos EUA. Desde sempre Gordon manteve uma posição alarmista e exagerada do “perigo comunista”. Em um primeiro momento, o presidente Kennedy inclusive informou aos ministros militares que suspenderia o apoio financeiro em caso de ruptura com a legalidade (BANDEIRA, 2001: 49). Posteriormente, a posição de Kennedy sobre o golpe no Brasil mudou, como ficou claro pelas gravações da Casa Branca. O diálogo entre Kennedy e Lincoln Gordon, sobre a articulação de um golpe militar no Brasil contra o presidente João Goulart, consta no relato de Tim Weiner:

Para expulsá-lo, se necessário – disse o embaixador, esclarecendo:

– O posto da CIA no Brasil deixará claro, discretamente, que não somos necessariamente hostis a qualquer tipo de ação militar, em absoluto, se ficar claro que o motivo da ação militar é...

– Contra a esquerda – completou o presidente Kennedy, dando o sinal verde para o golpe que aconteceria vinte meses depois (WEINER, 2008: 219).

O fato é que Walters acompanhou todas as movimentações e articulações, tendo estado inclusive em apartamentos e locais onde eram guardadas armas para enfrentar uma possível resistência ao golpe. Segundo Lucas Figueiredo, os agentes brasileiros do Serviço Federal de Informação e Contra Informação (Sfci, 1956-1964) órgão que antecedeu o Serviço Nacional de Informação (SNI), identificaram “os movimentos da CIA, orquestrados pelo adido militar dos Estados Unidos no Brasil, Vernon Walters, em favor dos conspiradores” (FIGUEIREDO, 2005: 112).

Da mesma forma, menciona Moniz Bandeira:

(...) Goulart também soube através de informes do SFCI, que o coronel Vernon Walters, adido militar da Embaixada dos EUA e agente da Defense Intelligence Agency (DIA), o serviço secreto do Exército norte-americano, coordenava as operações da CIA no Brasil, inclusive envolvendo-se diretamente no contrabando de armas, com a colaboração de alguns brasileiros, entre os quais o policial Cecil Borer e o industrial Alberto Byington Jr. (BANDEIRA, 2001: 128-129).

Os laços com os conspiradores foram aprofundados. Sem dúvida o trânsito foi facilitado pela amizade, ampliando os contatos. Cabe lembrar que Walters mantinha relações pessoais com um grande número de oficiais graduados e membros da ESG desde os tempos da FEB na Itália. Na medida em que o golpe se avizinhava, Walters tornou-se assíduo frequentador da residência do chefe da Escola do Estado Maior do Exército Brasileiro, Humberto de Alencar Castello Branco.

Vernon Walters sempre negou qualquer participação na elaboração do golpe, e insistiu que, nos encontros com Castello Branco, evitava conversar sobre o Brasil: “Nessa época, eu frequentava a casa de Castello Branco e conversávamos a respeito da China, da URSS, e dos Estados Unidos ou da Europa, raramente a respeito da situação política brasileira” (WALTERS, 1980: 347). Trata-se de explicação pouco verossímil, pois a reunião da Casa Branca, realizada entre o presidente Kennedy e seus assessores, que o indicou para o posto, estabeleceu diretrizes bem precisas, e em sentido diverso. Além disso, em fevereiro de 1964, foi comunicado por Walters ao Pentágono que: “o general Castello Branco, chefe do Estado Maior do Exército, juntou-se aos conspiradores” (CHAGAS, 2000: 1062).

A casa onde residia Castello Branco em Ipanema, na Rua Nascimento Silva, também recebia com frequência a visita de outro velho amigo de Vernon Walters: o jornalista Roberto Marinho (CHAGAS, 2000: 1052). Ainda que seu biógrafo, Pedro Bial, negue qualquer conhecimento de Roberto Marinho sobre o golpe (BIAL, 2005: 201), existem evidências que apontam em sentido oposto. Afirma que, da mesma forma ocorrida na articulação contra Vargas em 1954, Marinho acompanhou tudo muito próximo do centro da conspiração (SILVA JUNIOR, 2001: 341). Mais tarde, Armando Falcão dirá que Roberto Marinho foi “revolucionário de primeira hora”.²⁶³

²⁶³ Entrevista no documentário de Simon Hartog. HARTOG, Simon. *Muito Além do Cidadão Kane*. Inglaterra: Channel Four BBC, 1993. Idioma: português com legenda em inglês PB & Cor. Duração: 93 minutos.

Posteriormente, em editorial de O Globo, o próprio Roberto Marinho reivindicou para si essa posição:

Participamos da Revolução de 1964 identificados com os anseios de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. Quando a nossa redação foi invadida por tropas antirrevolucionárias, mantivemo-nos firmes em nossa posição. Prosseguimos apoiando o movimento vitorioso desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura que deverá consolidar-se com a posse do futuro presidente. (MARINHO, 1984)

No cenário que antecede ao golpe em 1964, Walter Poyares, auxiliar pessoal de Roberto Marinho, teve papel importante nas articulações. Poyares era ex-empregado da agência McCann Erikson, empresa estadunidense que, segundo apurou a CPI sobre verbas de publicidade²⁶⁴, esteve diretamente relacionada com distribuição de verbas a imprensa para campanhas contra a Petrobrás. Roberto Marinho recrutou Poyares, pois queria ao seu lado alguém que dominasse as técnicas contemporâneas de publicidade. Poyares revela a proximidade do projeto de comunicações dos militares com a montagem de uma nova rede privada de televisão no Brasil. É o que afirma Gonçalo Junior, na introdução da uma entrevista realizada com o próprio Poyares:

“Conspirador assumido do golpe militar que derrubou o presidente João Goulart em 1964, Poyares foi amigo pessoal e confidente dos Generais-presidentes Humberto de Alencar Castello Branco e Arthur da Costa e Silva. Suas ideias e orientações guiaram todo o esquema de comunicação que marcou os Governos Costa e Silva e Médici, inclusive a eficiente máquina de propaganda que vendeu para população a imagem do milagre econômico brasileiro promovido pelo regime. Ele funcionava como uma espécie de consultor estratégico de comunicação dos governos militares, ministrando cursos de relações públicas para oficiais de alta patente nas Forças Armadas. Poyares conheceu as entranhas do poder – tanto militar quanto civil – como poucos. Por isso, toda a máquina de informação dos quartéis foi articulada por seus alunos. (SILVA JUNIOR, 2001: 341)

Professor da ESG, Poyares teve uma integração com o movimento golpista desde seus primórdios. Como ele próprio revela:

Eu era um alto professor das Forças Armadas e fiquei muito por dentro disso, do movimento revolucionário e senti que era necessário fazer a Revolução. Na Marinha havia um grupo conspirador muito ativo e fui aconselhar o Alto Estado (sic) das Forças Armadas sobre o assunto (POYARES In: SILVA JUNIOR, 2001: 363).

²⁶⁴ Congresso Nacional. CPI da Shell e da Esso. Resolução n.º 190, de 21 de jan. Publicada no Diário Oficial do Congresso Nacional. Brasília, 30 de Jan. de 1959.p.797.

O protagonismo de uma figura do círculo íntimo de Roberto Marinho, no caso, Poyares, que esteve sempre diretamente vinculado ao proprietário de O Globo como assessor da presidência das Organizações Globo, deixa pouca margem para dúvidas quanto à participação da Globo no golpe.

4.2 O caminho para a Televisão de Roberto Marinho

Desde o início da década de 1950, Roberto Marinho já havia se munido de auxílio profissional qualificado em termos de construção de imagem. Esta era planejada pelo publicitário Walter Poyares, que o acompanhou por toda vida “como uma sombra”²⁶⁵. O jornalista carioca e seus veículos mantinham uma atuação política de defesa intransigente do liberalismo econômico para o Brasil, alinhamento incondicional com os EUA e um discurso anticomunista. Conforme Joe Wallach²⁶⁶ “Roberto Marinho era um capitalista convicto, **como um americano**. Não acreditava no comunismo ou no esquerdismo. Ele tinha confiança nos Estados Unidos e gostava do país. Achava que a América era exemplo a ser seguido pelo Brasil. Um sentimento genuíno” (grifo meu) (WALLACH, 2011:71-72).

Com esses procedimentos, destacava-se como candidato a sócio para empresas estrangeiras. Por um lado, o grupo de Assis Chateaubriand não parecia confiável e nem abria mão da última palavra sobre seu próprio protagonismo político (lançamento de João Calmon). Por outro lado, as posições e o profissionalismo do grupo de O Globo o credenciavam como uma alternativa que afigurava-se mais maleável politicamente. Além disso, a situação econômica dos Diários e Emissoras Associados já inspirava graves preocupações. O quadro não era ignorado pelos profissionais do setor.

Conforme Pedro Bial, a Time-Life procurou a embaixada brasileira em Washington, buscando aconselhamento sobre candidatos para estabelecer uma sociedade no Brasil. Walter Moreira Salles, embaixador na época (durante o governo Juscelino, 1959), informou que existiam impedimentos constitucionais para a participação de capital estrangeiro em empresas de comunicação brasileiras, mas não foram desestimulados em realizar a parceria. Como conta Pedro Bial:

²⁶⁵ A caracterização de Poyares como sombra de Roberto Marinho foi dada como título da entrevista de Gonçalo da Silva Junior com o próprio Walter Poyares. (SILVA JUNIOR, 2001: 342-372).

²⁶⁶ Joseph Wallach – funcionário norte-americano do Time-Life que veio para o Brasil (agosto de 1965) para administrar a estação de televisão feita em sociedade com Roberto Marinho, a TV Globo. Permaneceu por 15 anos como executivo da emissora.

(...) porém, é mais que razoável supor, é claro que não foram rejeitados. Uma das principais funções de representações diplomáticas é dizer “bem-vindo” a qualquer intenção de injetar dinheiro na economia nacional. Informados dos eventuais obstáculos, os empresários ianques ganharam uma listinha preciosa dos nomes de empresas e famílias brasileiras. O nome de Roberto Marinho figurava nessa seleção.

Walter Moreira Salles converteu-se no principal intermediário do empresário brasileiro em virtude do papel que ocupou inicialmente nas negociações entre Roberto Marinho e o grupo Time-Life. Mais tarde, em 11 de julho de 1962, Salles, desta feita ministro da Fazenda do governo João Goulart (julho a setembro de 1962), recebeu correspondência do presidente do Conselho do Time-Life, Andrew Heiskell.

Rio 11 de julho de 1962.

Senhor ministro

Conforme já tivemos ocasião de expor a V.Ex^a., ... expandimos também para o campo da televisão... em países estrangeiros (Alemanha e Líbano)... com sucesso. Entretanto, estamos desejosos de proporcionar a estações brasileiras a experiência e os conhecimentos adquiridos, e de colaborar com parte do custo de instalação das estações mediante suprimentos em conta de participações nos lucros, sem participar entretanto, da orientação intelectual ou administrativa das estações, como exige a Constituição brasileira.(BIAL, 2005: 187) ²⁶⁷

Segundo Pedro Bial, “Pelo teor da carta, os contatos tinham evoluído, as negociações, frutificado” (BIAL, 2005: 187). A correspondência confirma que não havia qualquer ingenuidade por parte do Time-Life, pois possuíam pleno conhecimento das normas constitucionais vigentes no país. Portanto, ao estabelecer contratos com uma empresa brasileira de comunicação o faziam sabendo que não poderiam operar diretamente radiodifusão, vedada pela legislação brasileira.

Em favor da inferência, há o indício consistente da vinda de administradores estrangeiros competentes no ramo da radiodifusão. De fato, o cubano nacionalizado estadunidense, Alberto Hernandez Catá, e, posteriormente, o estadunidense Joe Wallach é que serão os administradores da TV de Roberto Marinho (HERZ, 1987).

²⁶⁷ Cabe ressaltar que a Alemanha Ocidental e o Líbano eram peças estratégicas no cenário bipolar da Guerra Fria. A Alemanha, dividida, era a fronteira na qual se defrontavam na Europa a Organização Tratado Atlântico Norte (OTAN) e Organização do Tratado de Varsóvia (OTV). O Líbano era considerado a chave do Mediterrâneo Leste, tanto para OTAN quanto para OTV; para os soviéticos era essencial a frota além dos estreitos (Bósforo e Dardanelos) caso eclodisse a terceira guerra mundial, o que a confinaria ao Mar Negro. Para os estadunidenses era essencial que o Líbano não ameaçasse seu flanco posto que poderiam precisar adentrar ao mar negro para lançar *raids* aéreos nucleares capazes de atingir Moscou.

A expansão da Time-Life estava baseada em estabelecer *Joint-Ventures* nos países em que colocava suas emissoras. Existia também um plano editorial. Ao mesmo tempo em que estações do grupo eram montadas no Brasil, na Colômbia e na Argentina existia um projeto para criação de revistas, o que fora até então o principal negócio da Time-Life.

A utilização de Joint Ventures para manter empresas de fachada visando driblar a legislação brasileira que dispunha sobre controle de capital estrangeiro era um artifício usual. Vinha sendo utilizado com sucesso no Brasil por empresas estadunidenses há bastante tempo, sobretudo no que tange à exploração do subsolo (mineração ou exploração do petróleo), também interdita pela Constituição. Assoma-se a figura da Standard Oil, cujo modelo de negócios e serviços se valia rotineiramente de prepostos locais para operar.

Os interesses de Rockefeller e da Standard Oil, não se resumiam ao “ouro negro”. Desde 1947, os engenheiros de Nelson Rockefeller haviam completado um levantamento detalhado dos depósitos de fosfato no Brasil. Segundo Gerald Colby, “Nelson esperava fundar uma indústria de fertilizantes como parte do projeto maior de trazer o Brasil para o modelo agrícola do Meio-Oeste americano”. Para contornar a Constituição brasileira, existia uma solução viável:

Os homens de Rockefeller desenvolveram uma estratégia política. Uma *Joint venture* de três parceiros: os Rockefeller, “um poderoso e confiável grupo brasileiro” que lhes permitisse contornar a proibição brasileira de propriedade estrangeira de concessões de mineração e um “Grupo americano com capital” para ajudar a financiar a fábrica. (COLBY, 1995: 251).

Este interesse de Rockefeller na agricultura brasileira ira colocá-lo em trajetória de colisão com empresários genuinamente brasileiros, como o caso de Mário Wallace Simonsen o maior exportador de café do país.

A intermediação operada por Walter Moreira Salles entre o grupo Time-Life e as Organizações Globo deve ser percebida dentro deste contexto mais amplo. Ele mantinha vários negócios com empresas estrangeiras nesses moldes, nos quais o empreendimento era registrado em seu nome como proprietário ou sócio majoritário, mas na verdade estava associado a Nelson Rockefeller:

Moreira Salles era o grande canal de Rockefeller. Encontraram-se pela primeira vez quando Moreira Salles era embaixador do Brasil nos Estados Unidos, em 1953. Foi quando Rockefeller descobriu que o brasileiro gostava de fazer negócios e tinha muito dinheiro para isso (DENNETT apud. MELLO, online).

As relações de Moreira Salles com Rockefeller esclarecem, de certa forma, as acusações de João Calmon, diretor dos Diários e Emissoras Associados de Assis Chateaubriand, de que Roberto Marinho, devido as suas relações com Moreira Salles era, em última instância, testa-de-ferro de Nelson Rockefeller (Standard Oil). Naturalmente João Calmon ou Chateaubriand não estavam preocupados com as relações de Salles com Rockefeller. Elas foram enunciadas na CPI de 1966, pelo deputado João Calmon: “Pois se Roberto Marinho é testa-de-ferro de Walter Moreira Salles, Walter por sua vez, o é de um grupo americano que se apossou do Brasil de modo ainda mais evidente depois de 1964.” (CALMON, Apud. HERZ, 1987: 96).

Neste episódio, a relação entre televisão, Presidência e projetos nacionais apresenta-se de forma exemplar. Naturalmente, João Calmon ou Chateaubriand não estavam preocupados com as relações de Moreira Sales e Rockefeller: as denúncias tinham como alvo a intermediação operada também por Moreira Salles entre a Globo e o grupo Time-Life.

Em qualquer dos casos, subsolo (petróleo) ou espectro eletromagnético (televisão) estava em questão a soberania e as responsabilidades da Presidência da República. O depoimento de Calmon é elucidativo: demonstra as relações íntimas existentes entre o poder (Presidência da República), a mídia (televisão), e os negócios de petróleo no Brasil.

A televisão era um elemento de legitimação tanto na questão da nacionalização do petróleo quanto para a governabilidade da Presidência. Daí a disputa ávida em torno das emissoras e, depois, das redes. Mais adiante, na conclusão deste trabalho, relata-se o ataque de Carlos Lacerda a Roberto Marinho por perceber nele um entrave a seus planos de concorrer a Presidência da República. Por ora, basta sublinhar a centralidade da televisão como elemento formador de opinião pública, em um momento em que o país passou a ter a maior parte de sua população vivendo em cidades, enfraquecendo-se a prática do curral nas regiões interioranas. Desta perspectiva, talvez não seja mero acaso que João Calmon e Carlos Lacerda alimentassem expectativas de ocupar a Presidência da República.

A centralidade da radiodifusão (rádio e TV) já era perceptível na era do rádio. Foi Victor Costa, organizador da Rádio Nacional na época de Vargas, quem operou a única emissora de televisão que apoiava o governo. Pretendia constituir uma rede, pavimentando links de micro-ondas entre Rio e São Paulo (Rebratel) Criaram-se as Organizações Vitor Costa (OVC).

Os planos da TV Globo do Rio de Janeiro envolviam já na época a aquisição de uma emissora em São Paulo. Roberto Marinho comprou em São Paulo a TV Paulista. Como revela Walter Clark “Antes mesmo da estreia da TV carioca eles tinham comprado a TV Paulista canal 5, com ideia de cobrir as duas maiores cidades do país” (CLARK, 1991: 159). De fato a controversa compra do Canal 5, TV Paulista, tem duas datas: 08 de novembro de 1964 e 05 de dezembro de 1964. A emissora era uma das pioneiras paulistas, mas vinha atravessando sérios problemas desde o final da década de 1950, com seu principal articulador, Victor Costa, envolvido com graves problemas de saúde. Assim, a OVC perdeu fôlego. Em 1959, já havia vendido a concessão do canal 9 de São Paulo ao Grupo Simonsen, que originou a TV Excelsior. Com a morte de Victor Costa a OVC entrou em crise terminal. A TV Globo do Rio de Janeiro comprou-a²⁶⁸ em dezembro de 1964. Assim nasceu a TV Globo de São Paulo,²⁶⁹ que continuou chamando-se TV Paulista, incorporando também vários caminhos para o rico interior do estado de São Paulo e um link de micro-ondas entre São Paulo e Rio. Além disso, adquiriu junto um canal em Bauru e outro em Recife. Portanto, foi das ruínas da OVC que a Globo criou condições para estabelecer-se em São Paulo (originalmente era do Rio), de modo a poder almejar a operar em rede.

No entanto, a única emissora que operava buscando o conceito de rede, operando com videoteipe, e ocasionalmente com links de micro-ondas, era a TV de Mario Wallace Simonsen – curiosamente originária de uma concessão da OVC. O empresário nacionalista era dono da Panair, empresa de aviação da qual se valia para o transporte e transmissão dos videoteipes, e que pretendia ganhar dinheiro exportando café para Rússia e China.

Segundo Bial, o incentivo para que Marinho tomasse o caminho da sociedade ilegal com estrangeiros, no caso, com os norte-americanos da Time-Life, veio de um dos

²⁶⁸ A legitimidade na compra das Organizações Victor Costa por Roberto Marinho foi durante muito tempo contestada. Segundo reportagem de Elvira Lobato, da Folha de S. Paulo, em 2002, os documentos usados eram falsos e os contratos teriam sido fraudados (LOBATO: online). A Televisão de Recife seria encontrada entre os papéis da OVC bem mais tarde (1972). (BORGERTH, 2003: 172).

²⁶⁹ Ainda existe outra evidência mais distante sobre a aproximação de Roberto Marinho com o Time-Life. Ela se materializou no início de 1959, com a indicação de Clare Booth Luce para embaixadora no Brasil, como referido anteriormente. Pedro Bial tenta contextualizar as medidas tomadas por Roberto Marinho em sua associação com o capital estrangeiro na formação uma empresa de comunicação, proibida pela Constituição de 1946, com a política do governo Juscelino Kubitschek. Bial escreve: “Não é descabido estabelecer um paralelo entre a estratégia empresarial de Roberto de se associar ao capital estrangeiro e a decisão do Presidente Juscelino de custear os seus ‘cinquenta anos em cinco’ fazendo dívida externa” (BIAL, 2005: 187).

colaboradores mais próximos de JK, o poeta Augusto Frederico Schmidt (1905- 1965), a quem vários autores atribuem a paternidade da Operação Pan-Americana (OPA). Schmidt foi, nas palavras do biógrafo, “um dos grandes encantamentos de Roberto Marinho.”²⁷⁰

Em 1961, logo depois da transição da Presidência da República, é justamente através da Revista Time nos Estados Unidos que começam a circular os rumores contra Juscelino Kubitscheck, que davam conta que o ex-presidente do Brasil seria a sétima fortuna do mundo (NERY, 2001: 89).²⁷¹ A denúncia nunca foi comprovada, porém a imagem de estadista de Kubitscheck foi manchada para sempre.

Enquanto Marinho planejava sua emissora de televisão, seu envolvimento em questões da política nacional não diminuiu. Ao contrário, ficou mais intenso, pois em 1960 deu apoio à campanha de Jânio Quadros para Presidente e para a de Carlos Lacerda como governador da Guanabara.²⁷²

A síntese da atuação política dos veículos de comunicação de propriedade de Roberto Marinho, em consonância com os interesses de Carlos Lacerda, fica clara nas palavras do próprio Marinho, por ocasião da morte de Carlos Lacerda em 1977. O proprietário de O Globo escreveu um editorial com o nome do antigo companheiro e aliado político, com quem rompeu inapelavelmente no final de 1964:

Recordamos com orgulho a sua presença na Rádio Globo, nos idos de 54, numa pregação contra os hábitos ditatoriais e a corrupção, que contribuiu pra fixar na consciência nacional o compromisso de fidelidade aos ideais democráticos que nos conduziu afinal ao movimento de 1964. (MARINHO, 1992: 348)

Na verdade, a associação entre Marinho e Lacerda começou em 1953, mas explicita pelo menos dez anos de pontos vista políticos em comum que foram postos a prova no momento de formalizar a transição do poder no primeiro ano do golpe.²⁷³

²⁷⁰ Além de Pedro Bial, Armando Falcão, Ronaldo da Costa Couto, Carlos Chagas e Cláudio Bojunga atribuem a Augusto Frederico Schmidt a paternidade da OPA.

²⁷¹ O governo Kennedy demonstrava interesse em aproximar-se de JK, fato que não agradava os inimigos do clã irlandês na presidência dos EUA. O grupo Time-Life começou a difundir nos EUA notas sobre a fortuna de JK, que seria o sétimo homem mais rico do mundo, ainda em 1961. Ver também: (MORAES NETO, 1997). Cabe lembrar que, ao passo em que Juscelino era bem visto por Kennedy, se tornava inimigo de Henry Luce e dos Rockefeller, ambos ferrenhos adversários dos Kennedy. Sobre a oposição dos Rockefeller aos Kennedy ver: (COLBY, 1995) Existem muitas semelhanças entre a Aliança Para o Progresso lançada por Kennedy e a Operação Pan-americana de Juscelino Kubitscheck.

²⁷² A capital da República muda-se para Brasília, sendo criado o Estado da Guanabara no lugar do antigo Distrito Federal. Carlos Lacerda, proprietário do jornal Tribuna da Imprensa e deputado federal pela UDN, elegeu-se o primeiro governador do estado da Guanabara. O ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros, foi eleito Presidente da República.

²⁷³ Até 1964, as relações entre Roberto Marinho e Carlos Lacerda foram as melhores. Haviam se iniciado ainda na campanha contra a Última Hora e Getúlio Vargas por volta do final de 1953. A proximidade

Segundo Walter Clark, que teve destacada atuação na construção do modelo empresarial da TV Globo e na sua posterior transformação em rede, a sociedade entre Roberto Marinho e o grupo estadunidense se deu graças à figura de Carlos Lacerda:

Roberto Marinho só se tornou sócio do Time-Life por indicação de Carlos Lacerda, que era amigo do Andrew Hiskell, chairman do grupo Time, desde que durante uma crise política ele se refugiou em sua casa nos Estados Unidos. Foi o Lacerda, então, que chamou a atenção dos americanos para aquele jornalista, amigo do capital estrangeiro e que o avalizou como um bom sócio no Brasil (CLARK, 1991: 168).

O episódio mencionado por Clark foi a tentativa de golpe em 1955, contra a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek, que não se consolidou pela reação do ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott.²⁷⁴

Desde sempre Lacerda teve perspicácia e lucidez para perceber a importância da Televisão para a Presidência da República, conforme descrito anteriormente. Mais do que uma compreensão intelectual, ou ideia resultante da formação de ofício de jornalista, acreditava que o acordo Time-Life poderia ser um instrumento para assegurar sua ambição de alcançar a Presidência da República.

O potencial da televisão fora percebido pelo presidente Juscelino Kubitschek que, ao ser cobrado por Carlos Lacerda, anos mais tarde no episódio da Frente Ampla (1967), sobre a proibição de seu acesso aos meios eletrônicos respondeu: “Bom, mas eu também não era maluco, não ia deixar você ir à televisão para me derrubar”!’ (LACERDA, 1977: 184 e CHAGAS, 2000: 781). As condutas de Carlos Lacerda, no acordo Time-Life, e de Juscelino Kubitschek, na imposição da censura, demonstram como dois protagonistas de primeira ordem da política no cenário nacional percebiam, ainda que de perspectivas distintas, a centralidade da Televisão para a Presidência da República.

A erosão das relações entre Roberto Marinho e Carlos Lacerda provavelmente tem como principal causa a ambição de Lacerda em tornar-se presidente do país. Com o golpe em 1964, a UDN esperava finalmente triunfar, depois da vitória de Pirro com

seguiu firme com a o apoio de Roberto Marinho e de O Globo para Lacerda na eleição para governador da Guanabara em 1960 (BIAL, 2005: 198), e na participação da criação e influência do clima psicossocial para o golpe em 1964, quando Lacerda voltou a ter destaque no jornal O Globo, e esporadicamente, no microfone da Rádio Globo.

²⁷⁴ Frustrado o golpe, Lacerda refugiou-se nos Estados Unidos onde foi hóspede de Andrew Hiskell, alto executivo do Time-Life, que posteriormente intermediou também o aluguel de uma casa para o brasileiro (LACERDA, 1977: 172).

Jânio Quadros em 1960. Com as cassações de opositores como JK, ainda em 1964,²⁷⁵ ampliavam-se as chances de Lacerda vencer as eleições presidenciais marcadas para três de outubro de 1965. Então, contra suas expectativas, as eleições foram adiadas. Marinho manteve-se fiel aos militares. Mais tarde, Lacerda veria suas expectativas desvanecerem-se completamente, primeiro com o cancelamento das eleições de 1965; depois, com o AI-2, ainda em 1966. Posteriormente, com a proibição da Frente Ampla, já em 1968, ficou claro que estava em curso a transformação do que era para ser uma mera quartelada em 1964 em todo um ciclo militar.

4.3 Excelsior: havia uma Televisão no Meio do Caminho

A TV Excelsior, de Mario Wallace Simonsen, possui uma relevância própria. Pela primeira vez a televisão articula-se a todo um novo modelo de negócios e serviços que possuía potencial para viabilizar uma versão nacional e privada de desenvolvimentismo.

Anteriormente Getúlio Vargas havia deixado um modelo de desenvolvimento baseado no Estado, mas inexistia uma referência de como organizar o setor privado de modo independente daquele. Mesmo JK, com estreitos laços com o empresariado, pouco mais fez do que reproduzir as relações tradicionais de patronato e clientela. O Brasil carecia de um modelo de empresa capaz de contribuir com a entronização do centro de decisão²⁷⁶, a industrialização, o desenvolvimento de tecnologia, produtos e serviços, sobretudo bens de capital, de origem nacional.

A Televisão Excelsior pertencia a Mario Wallace Simonsen, que era um dos maiores, senão o maior, exportador de café do Brasil (MOYA, 2008: online). Seu tio Roberto Cochrane Simonsen tornou-se figura de proa do nacional-desenvolvimentismo,

²⁷⁵ Juscelino Kubitschek foi caçado no dia 10 de junho de 1964.

²⁷⁶ **Centro de Decisão** – Em sentido amplo, refere-se à capacidade de um Estado gerir o próprio desenvolvimento econômico. No caso da economia brasileira, a obtenção do centro de decisão passou por duas etapas. Primeiro, o rompimento com o padrão cíclico de exportação de commodities (ouro, açúcar, café, etc.), que tinham um ritmo de produção orientada pela demanda externa. No Brasil, essa transformação ocorreu à época da Crise de 29, quando o governo Vargas realizou a queima das sacas de café. Naquele contexto, Vargas utilizou a política monetária e o crédito para a formação do mercado interno: “a economia do café, assentando em ampla base salarial, dotou o país de um núcleo de mercado interno sobre o qual se apoiaria o desenvolvimento industrial” (FURTADO, 1962: 109). Um segundo passo da conquista do centro de decisão diz respeito à instalação de indústrias-chave para a produção nacional, que permitem que outros setores produtivos também possam se desenvolver: “acertadas e oportunas decisões dotaram o país de autonomia em setores que, por sua posição estratégica, condicionam o processo de desenvolvimento econômico nacional, **tais como a siderurgia e a indústria petrolífera**” (grifos meus) (FURTADO, 1962:111-112).

após uma colisão inicial com Vargas.²⁷⁷ Roberto Simonsen fundou o Centro de Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP posteriormente FIESP) e a Companhia Paulista Comercial de Café (COMAL), esta última herdada por Mário Wallace Simonsen.

Em certa medida, foi devido a esta dupla herança (ideais e patrimônio) que Mário Wallace Simonsen desenvolveu um conglomerado que pode ter atingido meia centena de empresas,²⁷⁸ abarcando desde o agronegócio, a aviação, passando pelas telecomunicações e pela televisão. É justamente este caráter amplo da atividade de Simonsen que confere à Excelsior um aspecto típico de um novo modelo de negócios e serviços para o setor privado nacional.

Além disto, coube à Simonsen viabilizar um novo tipo de televisão no Brasil, efetivamente articulada em rede. A Excelsior contava para isso com a PanAir do Brasil, que pela manhã embarcava os videoteipes de seus programas e novelas para diversas cidades. Assim, eles seriam exibidos simultaneamente em um mesmo horário, criando o conceito de rede sem links (posteriormente, a própria Globo irá operar assim). Uma televisão rentável, moderna e lucrativa.

Em grande medida será na Excelsior que a Globo irá se basear. Mas, diferentemente de Simonsen, que prefigura o eixo sul-leste (comércio de café com a URSS) e sul-sul (rede de telecomunicações na América do Sul) das relações internacionais do Brasil, Marinho manterá a Globo na mesma seara que Chateaubriand deixou os Diários e Emissoras Associados: o eixo sul-norte.²⁷⁹

Nos anos de 1950, teve início a crise do modelo de substituição de importação. Ficou clara a necessidade de novos investimentos e da utilização de

²⁷⁷ Na Revolução Constitucionalista de 1932, Roberto Cochrane Simonsen assumiu a missão de transformar o parque industrial de São Paulo numa máquina de guerra, para armar a população contra o então Presidente Getúlio Vargas. O movimento foi derrotado e o industrial partiu para uma temporada forçada em Buenos Aires. Repatriado, Simonsen sentou-se à mesa com Getúlio e acertou os termos de sua colaboração com o governo. Ele queria ajudar a tirar do papel os ambiciosos projetos idealizados pelos paulistas para modernizar a indústria nacional – em sua perspectiva era essa a condição primordial para um Brasil mais próspero. Sua sintonia com o projeto desenvolvimentista ficou clara quando liderou uma campanha para arrecadar fundos para manter Getúlio Vargas em 1945. Sobre o papel chave de Roberto Simonsen à frente do nacional desenvolvimentismo, ver BIELSCHOWSKY, 2000.

²⁷⁸ Os Simonsen possuíam um pool de empresas de vários outros ramos, entre elas a Panair do Brasil, a maior das companhias aéreas do país, indústria de papel, biscoitos, o primeiro supermercado do Brasil, a Rebratel, etc. Os números de empresas dos Simonsen variam entre 30 na Wikipédia e 53 em MOYA, 2004.

²⁷⁹ **Eixos das Relações Internacionais do Brasil** – denomina-se eixo sul-norte as relações do Brasil com os países capitalistas desenvolvidos (núcleo de OCDE); eixo sul-leste as relações do Brasil com os países socialistas; e eixo sul-sul com os países em via de desenvolvimento do hemisfério sul. Para uma visão abrangente desses conceitos e seu emprego ver: VIZENTINI, 1995: 18-19 (conceitos) e 61 (mapa).

tecnologia avançada, que tornavam a expansão industrial cada vez mais dependente. Nesse contexto, Mário Wallace Simonsen montou uma articulação para vender produtos brasileiros no exterior. O Brasil ainda vivia uma larga dependência de seu principal produto de exportação, o café. Com o apoio da Presidência da República, graças ao financiamento do Banco do Brasil, a empresa de Simonsen comprou toda safra do Paraná (RAMOS, 2008: online). Até aqui, nada de novo, fazia-se isso desde os tempos do Acordo de Taubaté. A novidade é que Simonsen pretendia explorar, além dos mercados tradicionais (EUA e Europa), URSS e RPC. Além de ampliar os mercados de exportação, Simonsen alterou o padrão de negócios e serviços no setor: buscou financiamentos em libras e eliminou os intermediários no negócio do café. Fazendo uso de suas empresas, a COMAL, e a exportadora e distribuidora Wasin Internacional inc, tinha escritórios nas principais praças comerciais do planeta e representantes em 53 países, da Colômbia ao Burundi.²⁸⁰ Ficava com todo lucro, desde a compra do produtor até a venda para o consumidor final na Europa (COSTA, 1986: 147-151)²⁸¹. O empresário brasileiro tornou-se não só um dos maiores exportadores de café do mundo como também um player mundial no cenário capitalista.

Para se entender o significado substantivo da mudança operada por Simonsen, basta aferir o aumento valor agregado com a eliminação de intermediários, ilustrado na citação abaixo:

Uma saca de café de 60 quilos valia, no Brasil (fob) cerca de cinquenta dólares. Vendida em xícaras no exterior a mesma saca produzia US\$1, 200,00. É fácil imaginar a margem de negócios que havia entre os US\$50 e os US\$1.200,00. Mario queria que o Brasil, e ele próprio, abocanhassem os dólares que se acresciam neste espaço. Mas as firmas estrangeiras concorrentes estrilaram, não tanto porque a Wasin fosse uma ameaça, mas pelo exemplo e precedente, que poderia se alastrar para outros países como a Colômbia, Centro América e alguns africanos. Bem, isto já é dedução elementar porque a reação foi realmente organizada, inclusive com contratação de marqueteiros para a campanha publicitária (RAMOS, 2008: online).

A proximidade com o ideal varguista era evidente. Simonsen queria autonomia para o principal produto brasileiro para capitalizar e diversificar suas empresas, lançando-se em várias direções: inclusive na área da televisão. A atuação de Simonsen começou a ter reflexos em negócios de grupos poderosos, como o Rockefeller, que

²⁸⁰ Café era o seu forte, mas também vendia cachaça, feijão, guaraná, frutas e carne seca. Registada na Suíça, a sigla Wasin era a assinatura telegráfica de Wallace Simonsen.

²⁸¹ Houve também uma campanha na imprensa contra Simonsen na Alemanha Ocidental, capitaneada pela revista Der Spiegel(COSTA, 1986:150).

sempre quis derrubar a penetração do café brasileiro no mercado europeu (NOVIS, 2004:387).

Até onde o surgimento da Excelsior se deveu à necessidade de sustentar o embate no campo publicitário e político com Rockefeller ou, ainda, como sustentam alguns, para viabilizar uma carreira política, não se pôde estabelecer. O certo, porém, é que a televisão surgiu interligada a iniciativas mais antigas, do empresário que tinha a ambição de colocar em mãos nacionais o controle da tecnologia. Desde a Rebratel, Simonsen preocupava-se com as telecomunicações e com a construção de uma cobertura capaz de dotar o país de uma rede de televisão. Passou a perseguir até mesmo a produção local de aparelhos de televisão.²⁸² Diferentemente de seu antecessor Chateaubriand, ou sucessor, Marinho, pretendia articular a televisão com a América do Sul.²⁸³

O canal 9 de São Paulo, a TV Excelsior, nasceu em 1960, em meio à expansão do número de emissoras de televisão.^{284 285} A TV Excelsior, foi pensada com uma nova filosofia; ela trouxe uma série de mudanças para o cenário televisivo brasileiro. A inauguração foi em 9 de julho de 1960, aproveitando a data do vigésimo oitavo aniversário da revolução constitucionalista de 1932 (XAVIER, 2000: 238). No evento foram exibidas imagens do Presidente Juscelino Kubitschek e um depoimento filmado no Palácio da Alvorada com o chefe do Executivo mandando uma saudação especial para a nova emissora paulista.

O projeto era mais nacional do que regional. Entretanto, não se tratava de mais um empreendimento de clientela ou chantagem política. Nas eleições de 1960 sequer existia sintonia entre os sócios da Excelsior²⁸⁶, pois segundo Ricardo Xavier, José Luiz

²⁸² No Brasil, fabricados desde 1951, como visto no capítulo I.

²⁸³ Conforme visto no capítulo 2, a Rebratel pretendia organizar e implementar uma rede de emissoras de televisão de fabricação nacional com intenção de atingir todo América do Sul.

²⁸⁴ A concessão pertencia a Rádio Excelsior e foi comprada, em 1953, pela Organização Victor Costa (OVC) deixando claro o seu desejo de iniciar uma rede de emissoras de televisão. Contudo, em 1954 surgiu a oportunidade para a OVC comprar a TV Paulista, uma emissora já em funcionamento. A concessão da Excelsior ficou para no futuro dotar a OVC de um segundo canal de TV em São Paulo, assim como Chateaubriand faria com a Tupi e a Cultura.

²⁸⁵ Em Belo Horizonte, as Emissoras Associadas de Assis Chateaubriand também possuíam dois canais de televisão, a TV Itacolomi, canal 5 e a TV Alterosa, Canal 4. Somente a partir do Código Brasileiro de Telecomunicações, legalizado em 1962, e regulamentado em 1963, seria vetada a posse de dois canais de televisão na mesma cidade ou área para um mesmo grupo. Do ponto de vista econômico, era uma péssima solução manter dois canais de TV numa mesma cidade, tendo gastos dobrados e audiência dispersa.

²⁸⁶ Antes da emissora ser colocada em funcionamento, a concessão foi vendida para um grupo de empresários ligados a Rebratel, entre os quais se destacava Mário Wallace Simonsen e sua família. Na sociedade com os Simonsen estavam os empresários como José Luís Moura (do ramo de exportação de

Moura era simpatizante de Jânio Quadros, enquanto Mário Wallace Simonsen pendia para o marechal Lott.²⁸⁷ Mais tarde, com intenção de evitar conflitos internos, Simonsen comprou as ações dos demais, tornando-se o único proprietário (XAVIER, 2000: 238).

De fato quem era próximo de Quadros era Saulo Ramos²⁸⁸, que serviria de intermediário na reaproximação de Simonsen com o presidente eleito. Segundo Carlos Henrique Novis, Saulo Ramos saiu diretamente da diretoria da TV Excelsior para o gabinete civil de Jânio Quadros, onde trabalhou para aproximar Mário Wallace Simonsen do novo governo (NOVIS, 2004: 360).

O caráter nacionalista que marcaria as atividades de Wallace Simonsen era adequado ao perfil de seus empreendimentos. Mantinha um papel desafiante em termos de exportação de café e, ao mesmo tempo, perseguia a linha nacionalista idealizada por seu tio Roberto Simonsen²⁸⁹ quanto ao desenvolvimento do país como todo:

Internamente, Simonsen [Mário] buscava alianças no nacionalismo e apoio nos governos democrático reformistas. Ele independia de grandes investimentos em tecnologia e know-how e sabia que um projeto global de desenvolvimento capitalista passava por uma reciclagem das funções do Estado, até então produto de interesses contraditórios, onde políticas nacionalistas tinham campo para germinar (COSTA, 1986: 150).

Durante a presidência de João Goulart, os planos de expansão se concretizaram. A TV Excelsior canal 2 do Rio de Janeiro entrou no ar em dois de setembro de 1963, com o programa “O Rio é o Show”. No mesmo ano a Excelsior colocou em prática uma política ousada, de estabelecer contatos com emissoras que passariam a funcionar como afiliadas, para as quais distribuiria sua programação em fitas de videotape.²⁹⁰ Com uma base em cada uma das duas cidades mais importantes do país, a Excelsior começou a implantar o conceito de rede de televisão no Brasil, visto que nos Associados a TV Tupi

café em Santos), João de Escantimburgo (dono do jornal Correio Paulistano), e o deputado federal Ortiz Monteiro (que havia sido o fundador da TV Paulista; depois vendeu-a para Victor Costa).

²⁸⁷ Porém, existem depoimentos como o de Saulo Ramos que diz que Simonsen era muito ligado a Juscelino e, depois, como empresário paulista, apoiou a candidatura de Jânio e, claro, a de Milton Campos para vice (RAMOS, 2008: online).

²⁸⁸ **José Saulo Pereira Ramos**, jurista e escritor, foi ministro da Justiça no Governo de José Sarney (1985-1990).

²⁸⁹ Para Roberto Simonsen, grande ideólogo do desenvolvimentismo “A industrialização de um país como o Brasil é indispensável para que ele possa atingir um estágio de alta civilização”. (SIMONSEN, 1973: 288).

²⁹⁰ TV Jornal do Comércio (Recife/PE) Canal 2: TV Gaúcha (Porto Alegre /RS) Canal 12: TV Nacional (Brasília / DF) Canal 3: TV Anhanguera (Goiania /GO) Canal 2: TV Paranaense (Curitiba /PR) Canal 12. Em 1964: TV Triângulo (Uberlândia /MG) Canal 8. Em 1965: TV Morena (Campo Grande / MS) Canal 6.

de São Paulo encarava sua homônima do Rio como concorrente e as demais emissoras mantinham-se quase autônomas.²⁹¹

A instalar-se no Rio de Janeiro, a Excelsior alcançou êxito semelhante ao que tinha em São Paulo. Para sua concorrente, a TV Tupi dos Associados, a situação agravou-se, pois, com a ascensão da Excelsior para o primeiro lugar, a emissora de Chateaubriand passou ao terceiro lugar em audiência.²⁹² O quadro da Tupi tornou-se dramático quando, já em 1965, foi inaugurada a TV Globo, um empreendimento conjunto entre Roberto Marinho e o grupo Time-Life, que, segundo seus advogados, não violava a Constituição Brasileira (CALMON, 1999: 78).

Antes, porém, o ano de 1963 marcou uma ascensão vertiginosa da Excelsior, baseada tanto num conceito empresarial implementado quanto no lançamento de novelas diárias,²⁹³ cujo modelo foi copiado da TV argentina. Acrescido a isso, no Rio de Janeiro e em São Paulo foram contratados os melhores artistas de outras emissoras por salários muito maiores.

Os dois telejornais, exibidos no Rio de Janeiro e em São Paulo, embora realizados ao vivo, passaram a trocar matérias em videotape. A Marcha do Mundo era o nome dos noticiários de 15 minutos exibidos às 19h40m. Continham um posicionamento político de união ao presidente João Goulart, com quatro telas cinematográficas²⁹⁴ onde os filmes eram comentados pelo apresentador. Patrocinado pela Mercedes Benz, o telejornal foi o primeiro a ser colocado entre um “sanduíche de novelas”. Dessa forma, a audiência da primeira novela passava para o telejornal e, desse, para a segunda novela (AMORIM, 2004: 191). Tratava-se da famosa programação vertical. Antes a Excelsior já havia apresentado a programação horizontal

²⁹¹ Segundo Edson Rodrigues, somente os dois canais de Rio e São Paulo eram 100% de propriedade da Excelsior. Os canais que seguiram na formação da rede foram composições feitas com os proprietários locais na época. Assim ocorreu com a TV Gaúcha de Porto Alegre (do grupo Sirotsky, onde a Excelsior detinha 50%; posteriormente comprou os outros 50%), TV Vila Rica (inaugurada em 1967, do Banco Real, onde a Excelsior detinha 33%) e TV do Paraná (onde foi feita uma associação com o Grupo Martinez). Além disso, foram fechados acordos para retransmissão de programas para cidades de outros Estados, como Uberlândia, Cuiabá, Brasília, além de Recife através da TV Jornal do Comércio (RODRIGUES, 2010: online).

²⁹² No Rio de Janeiro o primeiro lugar em audiência seria disputado entre TV Rio e TV Excelsior. Calmon passou a engrossar o coro dos acusadores de Mario Wallace Simonsen, dizendo que o dinheiro da Excelsior provinha de negociações ilegais da COMAL, envolvida com a venda de café.

²⁹³ Em 1963, a emissora produziu a novela "2-5499 Ocupado", autoria de Alberto Migré, estrelada por Tarcísio Meira e Glória Menezes. Suas gravações ocorreram nas ruas de São Paulo e também na Casa de Detenção do Estado. A novela devia ser exibida nas segundas, quartas e sextas-feiras, mas teve tanta aceitação que passou a ser exibida diariamente.

²⁹⁴ Projeções em telecines, ver capítulo 2.

quando os programas da grade eram apresentados diariamente em horários fixos e rigorosos, criando hábitos de audiência. Além disso, a Excelsior inovava ao fazer propaganda de seus próprios programas e ao inaugurar as vinhetas na TV brasileira.

Com as mudanças e o dinheiro investido, a televisão de Simonsen conquistou o primeiro lugar na audiência. Mas, com isso, acabou gerando uma desconfiança grande em parte de setores empresariais das comunicações, que passaram a ver o grupo de Simonsen como um concorrente agressivo.

Embora Roberto Marinho sonhasse com uma rede de televisão nos anos de 1950, como menciona seu biógrafo (BIAL, 2005), a primeira tentativa de programar um projeto de rede veio da Excelsior. Sua primeira emissora, de São Paulo foi pensada como *cellula mater* de uma futura rede. Todavia no Brasil quem possuía melhores chances de constituir uma rede era Assis Chateaubriand, algo só feito em meados da década de 1970²⁹⁵.

A Excelsior teria dois centros de produção. No Rio de Janeiro seriam realizados musicais e shows e, em São Paulo, o núcleo de novelas que começava a ganhar popularidade no país. O procedimento de criar uma rede a partir de produção centralizada seria, posteriormente, aprofundado e aperfeiçoado pela Rede Globo a partir de 1969. Álvaro Moya em depoimento citado por Alcir Henrique da Costa afirma existir uma tese nos EUA que apresenta a Globo como um plágio da Excelsior. A tese foi feita por um ex-funcionário da embaixada norte-americana no Brasil (MOYA, apud COSTA: 1986: 160).

A relação entre televisão e a política é sempre usada para explicar a criação da TV Excelsior. Walter Clark, na época funcionário da TV Rio, resume a escalada de investimentos massivos da empresa em busca de tornar-se líder em audiência de forma clara: “Era pela política, portanto, que o Simonsen estava na TV. Com Jango na presidência, ele precisava de mais rapidez ainda para atingir a liderança de audiência com a Excelsior” (CLARK, 1991: 128). De fato a entrada da Excelsior no Rio de Janeiro foi marcada pelo forte investimento para retirar os talentos das outras emissoras e, inflacionou o mercado de televisivo. Álvaro Moya chegou a afirmar em entrevista que “A

²⁹⁵ Existia nos Associados um grande antagonismo entre Edmundo Monteiro, que controlava São Paulo e o Paraná e, João Calmon, que a partir do Rio de Janeiro, controlava as restantes estações, inclusive Porto Alegre. Pode parecer que há uma grande disparidade entre a divisão das estações dos Associados, mas devemos ter em conta as proporções que o mercado paulista já tinha, como estado mais populoso e mais industrializado do país. Ainda existia a chance de uma rede de televisão entre as emissoras dos Machado de Carvalho (TV Record SP e interior paulista) com Pipa Amaral (TV Rio, e também com emissoras no interior do Rio de Janeiro e em Belo Horizonte e interior de Minas Gerais). Os proprietários eram primos, mas mantinham um péssimo relacionamento. Assim, as redes de fato não existiam (MOYA, 2000: 30).

Excelsior comprou o primeiro lugar em audiência porque tinha dinheiro à mão” (MOYA, 2008: online).

Walter Clark coloca em termos bem mais ambiciosos as intenções de Simonsen. Ele afirma que o empresário tinha pretensões para além de apoiar o governo Goulart, de construir o seu próprio caminho para Brasília:

Mario Wallace Simonsen, grande exportador de café e dono da Panair do Brasil, a companhia de aviação, **tinha grandes ambições políticas e percebia perfeitamente o que significava ter nas mãos uma televisão para um projeto desse tipo.** Amigo de João Goulart, ele obteve a concessão de dois canais ainda no governo de Juscelino e apressou-se em colocá-los no ar, sem medir despesas para **encurtar sua escalada até Brasília** (grifos meus) (CLARK, 1991: 127).

Pelo ponto de vista de Clark, homem de televisão, o primeiro projeto de uma presidência com base de mídia eletrônica televisiva teria se iniciado com a TV Excelsior. Na mesma linha e, quase com as mesmas palavras, o caminho é apontado por Paulo César Ferreira:

O empresário paulista Mario Wallace Simonsen, dono da Excelsior de São Paulo, tinha pressa. Amigo de João Goulart, dono da Panair do Brasil e mega exportador de café, ele enxergava longe. **Queria ser líder de audiência no Rio e em São Paulo para chegar firme e forte às eleições presidenciais de 1965.** E não estava brincando. Meses antes de entrar no ar, tirou da então favorita do público, a TV Rio, um de seus carros-chefes: Chico Anísio, devidamente escoltado por seu diretor de estimação, Carlos Manga. (grifos meus) (FERREIRA, 1998: 105).

Os investimentos da TV Excelsior geraram uma alta despesa que poderia ser paga com o crescimento da emissora, que apoiava o governo liderado por João Goulart. A Excelsior contava ainda com a simpatia do governador de São Paulo, Adhemar de Barros, tendo obtido dessa forma uma vasta linha de crédito no Banespa (RODRIGUES, 2010: online).²⁹⁶

Apesar de contar com uma grande estrutura empresarial por trás de seu projeto, o início da TV Excelsior foi com aparelhagem modesta, em boa parte nacional, originária da Rebratel, e em parte comprada quase como sucata no México (AMORIM, 2004: 149-294). Posteriormente, Simonsen trouxe o equipamento Marconi, tornando-se representante da Marconi inglesa no Brasil. Foi um salto de modernidade, pois vieram até mesmo alguns equipamentos para a televisão colorida, embora a televisão no país ainda fosse em preto e branco naquele tempo.

²⁹⁶Entretanto segundo José Dias: “Adhemar de Barros dava cobertura para todas as emissoras de TV de São Paulo que governo quer brigar com um jornal ou emissora de televisão?” (DIAS, 2004: 316).

O fato serve para ilustrar as ligações de Simonsen com a Inglaterra, origem da família que fazia questão de manter e cultivar em detrimento dos EUA. Os laços eram manifestados também nas operações financeiras do conglomerado Simonsen, que operava preferencialmente com Libras. Talvez isso, ou mesmo a posição abertamente nacionalista do grupo, tenha originado o boicote de filmes pelos distribuidores norte-americanos no lançamento da TV Excelsior. No início, a TV de Simonsen não conseguia alugar filmes e seriados norte-americanos para sua programação. Para suprir essa lacuna, a emissora foi obrigada a procurar, através de Álvaro Moya, o cinema europeu. A solução para o boicote gerou um diferencial para emissora. Assim a Excelsior exibia grandes filmes europeus com legendas, explorando também a recente federalização da censura por Jânio Quadros e causando frisson com filmes franceses antes proibidos (MOYA, 2004: 41-44).

No início dos anos sessenta, o representante da indústria cinematográfica estadunidense no Brasil, Harry Stone, do *Montion Pictures* era confundido e comumente acusado de ser agente da CIA (BANDEIRA, 2001: 86). É provável que Stone não tivesse a melhor das perspectivas sobre a Excelsior. A emissora apoiava a produção nacional: fazia propaganda gratuitamente em sua programação de filmes brasileiros que estavam em cartaz no cinema. Além disso, havia os teleteatros, tradicionais na TV brasileira desde sua inauguração. A Excelsior fazia a promoção do grupo Teatro Arena, com muitas peças voltadas para discussão de problemas nacionais, como a famosa peça do autor e ator comunista Gianfrancesco Guarnieri, “Eles não usam Black Tie” (MOYA, 2004: 50).

O nacionalismo demonstrado na programação e na postura da TV Excelsior, assim como o apoio conferido ao presidente João Goulart, estavam dentro de uma linha de política do nacional desenvolvimentismo. Contudo, algumas explicações mais amplas começam a surgir, mostrando que não existiam apenas fatores da política nacional intervindo sobre as decisões de Simonsen e nem mesmo nas atitudes de seus adversários:

Ele era um capitalista de nível internacional. Quando a direita começou a fazer uma campanha contra ele, eles pensavam que era coisa dos cafeicultores paulistas, porque quem comandava era o Herbert Levy, que era um cafeicultor paulista e inimigo deles. O João Saad, dono da TV Bandeirantes, [fundada somente em 1967] que era meu amigo me disse uma vez: ‘Olha, você que é amigo do Wallinho, avisa que por detrás disso tudo, quem está orquestrando tudo isso é o Néelson Rockefeller’. Eu fui avisar o Wallinho. Ele falou: ‘Não, você vê imperialismo por toda parte, não é nada

disso...’ Mais tarde, ele se lembrou que o pai dele realmente tinha um desentendimento com Néelson Rockefeller, que era o Bank of America, que era Standard Oil, que é a Esso, que é a NBC, que é a RCA... **Então, tudo do Rockefeller tinha um choque com o Grupo Simonsen, que era a tentativa brasileira de ter um grupo internacional, e não um grupo nacional.** Tanto que o Mario Wallace Simonsen comprou a Panair do Brasil porque a Panair tinha um acordo com a Aeroflot. Então, a ideia dele era usar essa entrada na Europa para colocar o café solúvel brasileiro na União Soviética e na China Comunista, para fugir do mercado norte-americano. Ele tinha uma cabeça incrível pra fazer negócios internacionais (grifos meus) (MOYA, 2008: online).

Gary Allen revela, ao explicar o poder do clã Rockefeller em termos de mídia, o que a família detinha além do poder econômico através da Standard Oil. Suas contas de publicidade, porcentagens das três maiores redes de TV dos EUA através do Chase Manhattan (da NBC, da ABC, da CBS e da RCA) que constituíam o que qualifica a Rede de transmissão Rockefeller, ou consórcio Rockefeller. (ALLEN, 1976: 69-70)

No livro “Glória in Excelsior” o relato é um pouco diferente, mas o sentido é o mesmo:

Foi-me relatado que [Mario Simonsen] comprou a Panair do Brasil, pois nosso país, por acordos internacionais que nos eram lesivos, não poderia trabalhar com café solúvel, somente in natura. Pois nosso homem imaginava trabalhar com a Aeroflot, invadir a então União Soviética com café solúvel e chegar á China de Mao Tse Tung através de seus aliados russos, substituindo o chá pelo café. Megalomaníaco. (MOYA, 2004: 78).

De certa forma, fica um pouco mais compreensível a atitude de Simonsen, que sem dúvida era orientada pelo modelo nacional desenvolvimentista. Mas, que visava à promoção de um modelo próprio de negócios e serviços, baseado na recusa em operar financiado pelo dólar, no puro e simples modelo de consumo externo (como programas enlatados) e na inovação (como no caso da grade de programação). Até onde Simonsen tinha consciência do enfrentamento que travava ou se apenas procurava atuar de forma dinâmica e empreendedora é algo que permanece em aberto. O certo, porém, é que acabou por protagonizar uma batalha épica contra a Standard Oil e o grupo Rockefeller, travada tanto no plano interno quanto no externo.

O Governo Juscelino havia ameaçado várias vezes reatar as relações diplomáticas com os países do chamado bloco comunista, como a URSS. Porém, esse reatamento só se deu com o governo João Goulart.²⁹⁷ Do ponto de vista dos planos para

²⁹⁷ Desde o lançamento da OPA em julho de 1958 o Brasil ensaiava um política externa independente; mas, durante o governo JK seriam iniciativas tímidas. Em novembro de 1958, o Brasil defendeu relações comerciais com países socialistas. Em 1959, missão comercial brasileira foi para a URSS. O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Hungria, Romênia, Bulgária e Albânia (março 1961). O

mercado de café, nada fazia mais sentido do que a retomada das relações estando provido dos meios para transporte e ligação. As rotas de avião seriam para transporte de café numa primeira fase, mas para estabelecer um fluxo constante estreitando laços comerciais com as filiais da Wasin.

Desde 1958, as relações Brasil-URSS vinham se fortalecendo. A venda de Café e cacau para a URSS, por exemplo, havia iniciado em 1960 (MOURA, 1961: 29-30), ao mesmo tempo em que era buscado junto aos soviéticos dois dos produtos mais importados pelo Brasil, trigo e petróleo. Cabe salientar que a importação dos dois produtos colidia com os interesses de empresas dos Rockefeller e, no caso do trigo, também com o importador Herbert Levy. Além disso, o cereal vindo da URSS era de qualidade superior e de menor preço que os produtos vindos dos EUA da Argentina.

A Panair do Brasil²⁹⁸ possibilitava estender os negócios de Mario Wallace Simonsen em diversas partes do mundo. Possibilitava, no plano interno, a entrega de programas de TV da Excelsior gravados em videoteipe, em diversos pontos do país, praticamente sem custos além de sua própria rotina.

Tendo uma enorme competência no negócio com café, Simonsen pensava que podia fazer o mesmo com o trigo, tirando a dependência para com os Estados Unidos. Foi desaconselhado pelo próprio David Rockefeller (MOYA, 2004: 78). Não bastasse isso, uma das maiores empresas de vendas de café solúvel no mundo era um braço da Corporação Internacional de Economia Básica (IBEC) de Nelson Rockefeller. Posteriormente, a mesma IBEC foi identificada como um dos grandes contribuintes do IBAD (COLBY, 1995:295).

Em nove de junho de 1963, foi estabelecida a CPI do Instituto Brasileiro do Café (IBC). O verdadeiro motor de todas as acusações foi Herbert Levy UDN/SP: anti-

reatamento de Relações diplomáticas com a URSS só se deu em novembro de 1961, já no governo João Goulart (VIZENTINI, 2008: 35-36).

²⁹⁸ Fundada em 1929 com o nome NYRBA (New York-Rio-Buenos Aires) passou para *Panair do Brasil*, em referência à empresa controladora (**Pan** American **Airways**) em 1930. Durante a Segunda guerra mundial parte de seu capital foi nacionalizado. Já no segundo governo Vargas foi apoiada a nacionalização. Mas com o suicídio, a *Panair do Brasil* enfrentava pressões da *Pan American*, inconformada com o fato de sua subsidiária adquirir equipamentos de construção inglesa e planejar a própria independência. Em 1954 ocorreram dois desastres com os *Comet* da *British Overseas Airways Corporation*, equipamento encomendado pela companhia brasileira. Em 1961 foram compradas pelo grupo Rocha Miranda-Simonsen (Mario Wallace Simonsen) 64% das ações cessando a participação estadunidense na empresa. Foram comprados dois DC-8 (março de 1961) e quatro Caravelles (1962) em 1963. Encomendou 3 Concorde, ainda em fase de projeto; os dois últimos modelos de aviões de origem francesa, porém as turbinas eram inglesas, da Rolls Royce.

getulista ferrenho; banqueiro dono do Banco da América; ligado aos setores mais conservadores do café paulista; recebeu ampla cobertura e espaço no jornal o Estado de S. Paulo.²⁹⁹ Através de seu banco, estabeleceu ligações com o *Chase Manhattan* dos Rockefeller e também com a importação de trigo dos EUA. Segundo Hélio Silva, em 1962 Levy era um dos expoentes do IPES em São Paulo, incansável nas articulações com os militares (SILVA, 1978: 249-250).

Café e trigo colocavam Simonsen duplamente em rota de colisão com Herbert Levy e os Rockefeller. Em 1963, o acirramento das relações entre Simonsen e os Rockefeller ficou marcado no rompimento de Mario Wallace Simonsen com Walter Moreira Salles, o ponta de lança do banco Chase Manhattan e o “brasileiro preferido dos Rockefeller” (NOVIS, 2004: 377). Salles também foi o principal articulador do acordo entre Roberto Marinho e o Time-Life. O confronto entre os dois homens seria materializado nas imagens da TV Excelsior, criadas por Simonsen, e copiadas pela TV Globo de Marinho.

Ainda em 1962, Levy viajou a convite de Nelson Rockefeller aos EUA (LACHINI, 2002: 129), justamente para assessorar o presidente brasileiro, João Goulart, em seu encontro com Kennedy. Foi dele o discurso sobre o café na reunião de três de abril de 1962.³⁰⁰ Dias depois, Levy participou também do encontro de Jango com o governador de Nova Iorque, Nelson Rockefeller, no edifício da Time-Life (LACHINI, 2002: 129). Ao desembarcar no Brasil o deputado da UDN, faz os maiores elogios ao presidente e disse que a oposição da UDN devia virar aquela página. Recebeu comentários elogiosos de O Globo. Tal atitude resultou em crítica dos udenistas e um rompimento público com seu antigo companheiro, Carlos Lacerda.

A viagem de Jango e sua tentativa de aproximação com Estados Unidos foi vista como grande sucesso retórico. A promessa de diálogo com os EUA foi saudada por O Globo, em editorial de primeira página, no qual chamava o presidente de “estadista” (CHAGAS, 2000: 269). Apenas por coincidência, evidentemente, foi nessa época que o proprietário de O Globo recebeu uma segunda concessão de televisão dada por João

²⁹⁹ Levy em 1948 passou a comprar trigo dos EUA. Para baixar o preço do produto argentino, fazia campanha contra Perón e contava sempre com dados precisos dos investimentos do presidente argentino em armas e instalações militares. Esteve intimamente ligado a Carlos Lacerda e Juracy Magalhães, assim como a vários membros mais ativos da UDN, da chamada Banda de Música.

³⁰⁰Da reunião participaram também San Tiago Dantas, Walter Moreira Salles, Roberto Campos, Dean Rusky, Lincoln Gordon e Douglas Dillon.

Goulart, para estabelecer um canal de televisão em Brasília. Porém, a aproximação durou pouco e logo Levy e O Globo voltaram à oposição contra Goulart.

À medida que se fortaleciam os laços entre o grupo Rockefeller, a UDN (Levy), o Time Life, e o grupo o Globo, crescia a pressão sobre as empresas de Simonsen. “Havia a pressão das empresas americanas de café orquestrada por Herbert Levy; havia a Varig que queria abocanhar a Panair e havia os Diários Associados, que tinham ódio da Excelsior. Milico algum aguentaria tanta pressão” (RAMOS, 2004: online).

A Panair, por exemplo, seria alvo de uma devassa por parte do governo no pós-golpe de 1964. Ainda estava forte na memória o antigo apoio na época da Legalidade, no meio tempo em que se criou um impasse para posse de João Goulart. Temia-se então que, durante a viagem de Porto Alegre para Brasília, fosse tentada a consumação da Operação Mosquito, que abateria o avião do Vice-Presidente. Foi a Panair que ofereceu um avião para levar os congressistas até Porto Alegre e fazer a posse de Jango na capital gaúcha (SILVA, 2004c: 67). Segundo Saulo Ramos, existia algum revanchismo contra a Panair. No período que antecede a ditadura, no início de 1964, Mário Wallace Simonsen autorizou a Panair a fornecer passagens gratuitas para os estudantes da UNE fazerem agitação pelo Brasil a fora. “O presidente do órgão estudantil, que ia lá buscar as passagens, era o José Serra. Claro que os serviços secretos dos militares ficaram sabendo” (RAMOS, 2008: online).

Sobre a Panair, ainda existem outras evidências importantes em relação à participação dos Rockefeller no episódio. O conflito já havia passado do café para o trigo, duas instâncias importantes do agronegócio. Em outubro de 1963, “Simonsen teve cortados os créditos externos junto a Chase Manhattan e outros bancos internacionais (...)” (NOVIS, 2004: 378).

Nessa mesma época a Varig havia solicitado empréstimo ao Chase Manhattan no valor de US\$ 5 milhões. O faturamento das empresas de aviação em moeda estrangeira não passava pelo governo, e não tinha conversão imediata, pois muitos dos gastos das empresas eram transações internacionais. Esse privilégio nenhum outro exportador gozava. Por isso, a Varig, com as linhas europeias da Panair do Brasil, poderia pagar suas dívidas com os desafetos de Simonsen (Rockefeller). Antes do fechamento da Panair do Brasil, o presidente do Chase Manhattan, David Rockefeller, almoçou com Walter Moreira Salles e Rubem Berta (proprietário da Varig), no restaurante da Revista O Cruzeiro (SASAKI, 2005: 150). Essa articulação levantou suspeitas sobre o envolvimento de vários opositores de Simonsen quanto ao desfecho da Panair.

Em relação à televisão, a disputa com os Associados revela mais uma peça do intrincado painel de interesses políticos no qual a TV Excelsior estava envolvida. No caso, com Assis Chateaubriand. Edmundo Monteiro, administrador de parte paulista dos Associados, dizia explicitamente que em vez de ter montado uma televisão para concorrer com as TVs de Chateaubriand, Mário Simonsen devia pagar para a Tupi defendê-lo (NOVIS, 2004: 358). Sobre este aspecto, pode ser contestado por Saulo Ramos, que afirma que o preço que Chateaubriand cobrava para uma campanha era mais alto que comprar uma emissora de TV (RAMOS, 2007: 270).

Saulo Ramos coloca de forma precipitada a Panair e a TV Excelsior como empresas sem importância financeira para Simonsen e apenas como meios para que ele implantasse suas ideias. A primeira, para transporte internacional; a segunda, para divulgação no Brasil do que ele entendia correto e necessário na orientação ou, pelo menos, no debate do comércio e da política econômica (RAMOS, 2007: 270). Ele não percebe que as empresas eram pilares uma da outra e, ambas, suporte do projeto de aquisição de tecnologia, capitais e de prestação de serviços por nacionais. A TV Excelsior e a Panair eram imprescindíveis e apoiavam-se mutuamente para viabilizar financeiramente todas as iniciativas. Tratava-se de organizar a comunicação e o transporte, gerando um lucro espetacular que permitia inclusive o reinvestimento. A Panair tornou-se, inclusive, uma das primeiras empresas de aviação do mundo a comprar o Concorde, o supersônico francês, quando ainda tratava-se de um projeto. De suas oficinas brotou a Celma, empresa de manutenção que passou a adquirir conhecimento altamente especializado na manutenção de aeronaves e turbinas³⁰¹. Através da Panair e da Excelsior se pavimentaria o caminho para o setor privado nacional adentrar na esfera da produção de bens de capital e de telecomunicações, precisamente o que permitiu o “milagre japonês” e, em sua esteira, o “século do pacífico”. Já para Saulo Ramos, em suas próprias palavras, a TV Excelsior era usada para defesa de uma concepção política de Brasil. Qualquer que fosse o caso, exemplo de modelo ou posicionamento nacionalista, a TV Excelsior não sobreviveria ao regime

³⁰¹ **CELMA** – Companhia Eletro Mecânica fundada pela família Rocha Miranda em 1951 como fábrica de furadoras. Foi comprada pela Panair do Brasil, que colaborou com os planos desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek ao investir, em 1957, para transformá-la em uma fábrica revisora de turbinas, a CELMA. Localizada em Petrópolis, a fábrica era a única autorizada pela *Federal Aeronautic Authority* a fazer a manutenção dos aviões americanos, além dos equipamentos de diversas companhias, como a *Swissair*. Transferiu-se tecnologia para o Brasil, onde foi montada não só uma escola técnica 100% nacional, mas também o maior parque de revisão de motores de aviões da América Latina.

militar. Perseguido pelo novo governo, Mario Wallace Simonsen teve seus negócios inviabilizados.³⁰²

A falência da Excelsior não resultou do amadorismo de sua administração, mas da ruptura da ordem político-institucional provocada pelo golpe militar (WANDERLEY, 2005: online). A Panair, por exemplo, dominava o mercado brasileiro quando um despacho do dia 10 de fevereiro de 1965, assinado pelo ex-ministro da Aeronáutica, Eduardo Gomes (UDN), cassou seu certificado de operação.

Paralelamente, o projeto de TV de Roberto Marinho e a ascensão dos militares ao poder já estava em andamento. A sociedade entre a TV Globo e o grupo Time-Life contou com auxílio governamental. Em 1965, o governo Castello Branco anulou todas as limitações para a remessa de lucros, além de permitir a formação de sociedades anônimas mistas, que serviram de base para a penetração intensiva do capital estrangeiro na economia brasileira. O modelo de portas abertas adotado pelo primeiro governo do golpe foi considerado por René Dreyffus (DREYFFUS, 1971) como um choque em relação do modelo nacional desenvolvimentista, pois passou a ser um modelo de predomínio de capital estrangeiro. Segundo Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, o governo de Castello Branco foi um “passo fora da cadência” em termos de continuidade do projeto nacional desenvolvimentista. (CERVO e BUENO, 2002: 368). Em uma perspectiva mais abrangente, Paulo Fagundes Vizontini afirma:

Inicialmente, o governo Castelo Branco (1964-67) representou um verdadeiro recuo, abandonando o terceiro-mundismo, o multilateralismo e a dimensão mundial da Política Externa Independente (1961-64), regredindo para uma aliança automática com os EUA e para uma diplomacia de âmbito hemisférico e bilateral. O que embasava tal concepção era a geopolítica típica da Guerra Fria, teorizada pela Escola Superior de Guerra, com seu discurso centrado nas fronteiras ideológicas e no perigo comunista. Em troca da subordinação à Washington e do abandono da diplomacia desenvolvimentista, o Brasil esperava receber apoio econômico. (VIZENTINI, 2001: 46)

³⁰² Mário Wallace Simonsen saiu do Brasil no dia do Golpe, em 31 de março de 1964. Estava tenso muito preocupado com o desenrolar dos fatos, e com razão. No dia 23 de abril de 1964, 22 dias após o golpe civil-militar, a CPI do Café na Câmara dos Deputados cassou a licença das empresas de Simonsen para exportar o café brasileiro. Ainda em 1964, seria publicado por Herbert Levy com financiamento de amigos o Livro Negro do Café, com fortes acusações. O novo governo, ignorando acordos assinados pela Comal com as autoridades monetárias, concluiu que o Grupo tinha para com o Estado uma dívida de café no valor de US\$ 23 milhões. Simonsen ofereceu seu vasto patrimônio como garantia para continuar operando no mercado de grãos, mas não foi aceito.

Permanece a dúvida se a Excelsior foi de fato a primeira televisão montada para dar um suporte político para o governo ou para as pretensões políticas de seu proprietário. Entretanto, não resta dúvida que ela foi criada para funcionar como rede moderna de comunicação, com produção centralizada e distribuição para as demais regiões por videoteipe. O projeto de uma televisão para sustentação da opinião pública, amplamente monitorada, nasceu também naquele ano de 1965:

uma nova estação tecnicamente moderna, politicamente asséptica, assumia a liderança de audiência e a defesa do regime. Se a TV Excelsior não se prestava aos ditadores, a TV Globo cabia como uma luva. Usando todos os trunfos da emissora de Mário Wallace Simonsen, como programação horizontal e vertical, telejornal entre novelas diárias e audaciosas campanhas publicitárias, a TV Globo se consolidou. (...) A TV Globo é mero plágio da Excelsior (NOVIS, 2004: 385-386).

As televisões que estavam de alguma maneira, ligadas ao regime deposto ou a uma tradição getulista do nacional desenvolvimentismo foram destruídas. Este foi o caso da TV Paulista de Victor Costa, que foi engolida por Roberto Marinho antes de existir uma Rede Globo ainda em 1964, e da TV Continental, de Rubens Berardo, que veio a ser cassada em 1972. Ambas não tinham o fôlego econômico nem a estrutura gerencial da Excelsior. Estavam calcadas em um modelo administrativo muito mais próximo ao de Chateaubriand³⁰³ e, portanto, já decadente e dependente do poder público.

Álvaro Moya conclui de forma breve e objetiva: “Infelizmente, por motivos políticos, que viriam a se tornar realidade no golpe militar de 1964, a rede Excelsior, bem como todas as empresas do Grupo Simonsen, foi depredada pelas forças de direita.” (MOYA, 2004: 31). De fato, o governo que tomou o poder em 1964 fez tudo para tudo para bloquear e isolar o grupo Simonsen. Em 1964, menos de vinte dias depois do golpe eles foram proibidos de negociar com café e, em fevereiro de 1965, a Panair do Brasil foi impedida de continuar operando. Seus bens foram confiscados; em seguida, todos os bens dos Simonsen foram confiscados.

A TV Excelsior ainda gozou de algum prestígio no início de 1965, depois de ter realizado o Primeiro Festival de MPB, em abril de 1965.³⁰⁴ O grupo Frias e Caldeira

³⁰³ O desgaste de Chateaubriand já era evidente. Sua administração prosaica e ao mesmo tempo arcaica, não era párea para um modelo novo lançado pela Excelsior. O prestígio do grupo Associados e de suas empresas entrava em decadência assim como o seu monopólio, parecia incapaz de se adaptar a uma administração mais profissional.

³⁰⁴ Com final no Guarujá e apresentação em Ipanema vencida por Edu Lobo e Vinicius de Moraes com a música Arrastão, interpretada por Elis Regina. A Excelsior foi responsável direta pelo lançamento de programas musicais, abordando diversos gêneros de música nacional que posteriormente a 1965 até o

(FRICAL) comprou as ações da TV Excelsior em 1965, quando o conglomerado já se encontrava em crise. No final de 1967, o grupo mais atolado em dívidas foi repassado a Wallace Simonsen Netto. (FRANCFORT, 2010: 61).³⁰⁵

Mesmo já estando em seus momentos agonizantes em termos de insolvência, a TV Excelsior, sofria com a ira do governo. Em junho de 1970, as redes de televisão do país, uniram-se para transmitir a Copa do Mundo no México: foi o chamado "pool" que era comandado pelo governo através da Embratel. As emissoras pertencentes à Rede Excelsior foram as únicas excluídas desse esforço para levar as imagens da seleção canarinho a todos os brasileiros. Nessa altura, a rede limitava-se às emissoras de São Paulo e Rio de Janeiro, a TV Vila Rica em Belo Horizonte.

Ficou a clara noção de que não só a Excelsior foi liquidada para que o caminho ficasse livre, mas ela foi apagada para que emergisse um novo modelo calcado em suas experiências. A TV Excelsior teve sua concessão caçada e seus transmissores lacrados em setembro de 1970, quando a Globo operava através da Embratel, desde setembro de 1969, um programa que durante muitos anos foi o único em rede: O Jornal Nacional. O nacional desenvolvimentismo, através das imagens eletrônicas, foi suplantado pelo modelo do capital dependente, de acordo com os rumos que o governo pós-golpe estabeleceu em um primeiro momento.

4.4 Planejando e assistindo televisão

Devo agradecer em primeiro lugar às organizações promotoras deste comício, ao povo em geral e ao bravo povo carioca em particular, a realização, em praça pública, de tão entusiasta e calorosa manifestação. Agradeço aos sindicatos que mobilizaram os seus associados, dirigindo minha saudação a todos os brasileiros que, **neste instante, mobilizados nos mais longínquos recantos deste país, me ouvem pela televisão e pelo rádio.** (João Goulart - frases de abertura de sua fala no do comício de 13 de março de 1964).

início dos anos 1970, dominaram as telas das TVs no Brasil. Também pelo lançamento dos festivais de música na televisão que ficariam célebres pelo espaço, inclusive para manifestações políticas. Posteriormente foram continuados pela Record de 1966 a 1969. A TV Globo lançou sua versão dos festivais com o Festival Internacional da Canção (FIC). Na edição do terceiro FIC, em 1968, aconteceu o célebre caso da música de Geraldo Vandré, "Pra Não dizer que não falei das Flores", conhecida como "Caminhando", que foi vetada pela censura militar, não podendo ser a vencedora.

³⁰⁵ Sem os estúdios de vila Guilherme que eram então alugados a TV Excelsior. Logo que foi vendida para Octávio Frias, do Grupo Folha, a Excelsior enfrentou uma decadência constante, até ter sua concessão caçada em 1971, curiosamente quando havia voltado às mãos da família Simonsen (em 1967, os três canais foram comprados de volta SP, RJ e RS).

O comício da sexta-feira 13 de março de 1964, conhecido como o comício da Central do Brasil, foi transmitido ao vivo pela TV Continental do Rio, TV do deputado Rubens Berardo do PTB.

Sobre o episódio Vernon Walters relata em suas memórias:

Na noite de 13 de março de 1964, eu me encontrava em sua residência [de Castello Branco], assistindo pela televisão ao comício que Goulart realizava em frente ao Ministério da Guerra. Por toda a parte se viam os emblemas com a foice e o martelo. O tom dos discursos era inflamado. Castello Branco desligou a televisão e disse com ar grave: - Este Homem, quando terminar seu mandato, não vai passar o governo (WALTERS, 1980: 347).

A versão de Carlos Chagas para esse encontro é diferente, mas, na essência, confirma o teor do relato de Walters: “Já eram dez horas da noite quando a campanha tocou. O coronel Vernon Walters vinha visitá-lo. “Viu o comício na televisão?” Pergunta o general. “Vi”, responde secamente o americano. Prossegue Castello: “Os únicos símbolos que eu vi foram à foice e o martelo” (CHAGAS, 2000:1072). Apesar do tom anticomunista, mostra exatamente o contrário do relatos anteriores de Vernon Walters sobre o teor das conversas em seus encontros com Castello Branco, pois o primeiro assunto era sim a política brasileira.

O ponto alto do comício transmitido ao vivo pela televisão foi o momento em que João Goulart anunciou a encampação das refinarias particulares:

Mas também, trabalhadores, quero referir-me a um outro ato que acabo de assinar, interpretando os sentimentos nacionalistas destes país. **Acabei de assinar, antes de dirigir-me para esta grande festa cívica, o decreto de encampação de todas as refinarias particulares.**

A partir de hoje, trabalhadores brasileiros, a partir deste instante, as refinarias de Capuava, Ipiranga, Manguinhos, Amazonas, e Destilaria Rio Grandense passam a pertencer ao povo, passam a pertencer ao patrimônio nacional.

Procurei, trabalhadores, depois de estudos cuidadosos elaborados por órgãos técnicos, depois de estudos profundos, procurei ser fiel ao espírito da Lei n. 2.004, lei que foi inspirada nos ideais patrióticos e imortais de um brasileiro que também continua imortal em nossa alma e nosso espírito.

Ao anunciar, à frente do povo reunido em praça pública, o decreto de encampação de todas as refinarias de petróleo particulares, desejo prestar homenagem de respeito àquele que sempre esteve presente nos sentimentos do nosso povo, **o grande e imortal Presidente Getúlio Vargas.**

O imortal e grande patriota Getúlio Vargas tombou, mas o povo continua a caminhar, guiado pelos seus ideais. E eu, particularmente, vivo hoje momento de profunda emoção ao poder dizer que, com este ato, soube interpretar o sentimento do povo brasileiro. (Instituto João Goulart: online)³⁰⁶

³⁰⁶ Fonte do discurso Jango <http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=31>. Acesso 27/10/2011.

Outro espectador atento foi o embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon que, tão logo se encerrou a transmissão do comício, passou a sondar seus auxiliares sobre a legalidade de desapropriação das refinarias particulares (LANGGUTH, 1979: 101).³⁰⁷ As reformas no setor do petróleo eram inadmissíveis para os EUA. Em telegrama enviado logo depois, Gordon afirmou que Goulart dava mostras de encaminhar um governo comunista e contrário aos interesses econômicos estadunidenses.³⁰⁸

Segundo Edmar Morel, ninguém esperava a encampação das refinarias no comício de 13 de março. “O diretor comercial da empresa [Capuava] declarou “É um absurdo. É um ato ditatorial. A Capuava só tem 11 milhões de dólares dos norte-americanos...” (MOREL, 1965: 56). Apesar da surpresa, existia uma mobilização para que a medida fosse tomada, uma vez que não era segredo na época como se dava à margem da lei a participação das refinarias particulares no desvio de verbas.³⁰⁹ As refinarias privadas concorriam com a Petrobrás, evitando os investimentos.

A atitude do embaixador estadunidense de prontamente questionar a legalidade das políticas públicas da Presidência da República no Brasil mostrou que existiam interesses dos EUA nas refinarias. Do mesmo modo, a reação espontânea do diretor da refinaria de Capuava, anunciada pela TV, ilustra a justeza das preocupações de Vargas com a ação de testas-de-ferro. Em 1948, Vargas conhecia a disposição das empresas estrangeiras de operar o refino de petróleo no Brasil. Foi por isso que a bancada nacionalista se opôs à participação da iniciativa privada, mesmo que nacional, no decurso de toda luta pelo Estatuto do Petróleo, na atividade petrolífera. Julgavam que a operação mista mantinha a porta aberta para o capital das grandes empresas norte-americanas.

³⁰⁷ Na verdade, Lincoln Gordon assistiu a primeira parte do comício pela TV e o restante escutou pelo rádio, quando se dirigia para o aeroporto a fim de viajar para os EUA (GORDON, 2002: 360).

³⁰⁸ **O dia que durou 21 anos.** (dir. Camilo Tavares, Brasil, 2011, série de três documentários de 28 minutos de duração cada. p/b e cores) No Brasil, duas autoridades americanas foram peças-chaves para bloquear as ações de Goulart e apoiar Castelo Branco: o embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon; e o general Vernon Walters, adido militar e que já conhecia Castello Branco. As cartas e o áudio dos diálogos de Gordon com o primeiro escalão do governo americano são expostos no documentário. Entre os interlocutores, o presidente Lyndon Johnson, Dean Rusk (secretário de Estado), Robert McNamara (Defesa). Além de conversas telefônicas de Johnson com George Reedy Dean Rusk; Thomas Mann (Subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos) e George Bundy, assessor de segurança nacional da Casa Branca, entre outros.

³⁰⁹ Segundo Morel: “A manobra estava unicamente na Capuava, que fazia subfaturamento e burlava as leis nacionais, quando é público e notório que o capital é norte-americano, representado pelos nativos Soares e Sampaio” (MOREL 1965: 57).

O comício fora transmitido por rádio para todo país e por televisão para o Rio de Janeiro e algumas outras cidades. O desenvolvimento cotidiano da política nacional integrava parte da programação das emissoras de televisão e as imagens eram acompanhadas por setores políticos importantes, como a própria cúpula do golpe.

A participação ou acompanhamento minucioso de Walters sobre tudo o que se passava na conspiração é corroborada por outras fontes. Segundo Gerard Colby, no dia 17 de março de 1964, Castello Branco entregou a Vernon Walters um documento que explicava os motivos do golpe (COLBY, 1995: 503).

O tom do comício de 13 de março precipitou o andamento da articulação golpista. No que tange à televisão, os Associados reagiram ao pronunciamento e às tímidas reformas anunciadas pelo Presidente, orientando seus programas para destacarem a “marcha das ideias totalitárias” e “comunistas” em andamento, como ressalta a passagem abaixo:

A reação foi rápida e sempre que podiam os opositores da ideia, iam a TV em programas de boa audiência se opor as tais reformas. Antônio Silvio Cunha Bueno assíduo participante do Almoço com as Estrelas [programa da TV Tupi] disse a Airton Rodrigues que tinha recebido ofício dizendo que sua fazenda estava na lista de desapropriação. - Airton eu nunca tive fazenda, disse ele.

Havia o medo de se instituir no Brasil o comunismo, e uma republica sindicalista, e nunca antes se tinha visto as classes antes dominadas tão perto do poder. A sociedade abastada que os socialistas gostam de chamar de burgueses estava assustada (NUNES, 2004: online).

Menos de uma semana depois do comício da Central do Brasil, no dia 19 de março foi realizada em São Paulo a primeira “Marcha da família com Deus e pela liberdade”. Durante os dias pós-comício, as rádios e emissoras de televisão, assim como os jornais, conclamaram a população para participar, apelando para sua religiosidade e crença na democracia em oposição aos alegados “abusos” da Presidência e ao viés supostamente “totalitário” das reformas (BOJUNGA, 2010: 1076).

A mobilização da classe média urbana contra a Presidência era orquestrada através dos meios de comunicação coordenados pelo IPES. Segundo Jacques Wainberg, o responsável pela organização e divulgação da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo foi Edmundo Monteiro, diretor dos Diários e Emissoras Associados (WAINBERG, 1997: 161). Seria uma passeata da Liga das Senhoras Católicas, mas devido à promoção dos meios de comunicação foi transformada em uma manifestação gigantesca, saindo da Praça da República e se deslocando até a Catedral da Sé.

O apoio das emissoras Associadas de Assis Chateaubriand foi decisivo na divulgação e na consolidação do êxito da marcha. Depois de ter usado o rádio e a TV para chamar o público de São Paulo ao longo de seis dias, colocaram sua emissora TV para transmitir o evento. Nem todos os católicos aderiram. O arcebispo de São Paulo proibiu a participação dos bispos no evento que, segundo ele, teria sido organizado pela empresa norte-americana de publicidade McCann Erickson (LANGGUTH, 1979: 104). O sucesso e a repercussão foram tamanhos que Carlos Lacerda fez planos para repetir a dose no Rio de Janeiro. Para a mobilização havia muito dinheiro da CIA (COLBY, 1995: 506). De forma geral, os donos de jornais e meios de comunicação já se encontravam mergulhados até o pescoço na conspiração, colocando a notícia a serviço da precipitação da queda do governo (BOJUNGA, 2010: 1099). Por isso, não faltaram espaços para convocar para a manifestação e, muito menos, destaques na mídia para repercutir sobre ela. De certa forma, pode-se dizer que o sucesso da marcha já estava agendado na história oficial da mídia antes de ela ser realizada.

A televisão seguiu dando cobertura aos acontecimentos que achava relevantes em termos de política. No dia 30 de março, estava marcada uma participação do presidente João Goulart no Automóvel Clube. A atividade foi promovida pela Associação dos Sargentos e Suboficiais, organização vista como fomentadora de indisciplina pelos militares, pois preconizava o direito a cargos eletivos para oficiais de baixa patente e suboficiais. Embora a plateia para o discurso tenha sido esvaziada, pois a maior parte dos sargentos foi colocada de serviço, e não liberada para comparecer, um público de políticos notórios assistiu a tudo pela televisão, que lá esteve para cobrir o evento.

João Goulart discursou de forma entusiasmada:

Mas também faltaria com o meu dever se não alertasse o alicerce básico das nossas Forças Armadas – os sargentos – contra a terrível campanha que neste país [ilegível] contra o Presidente da República e mais especificamente contra o pensamento representado pelo Presidente. Se os sargentos me perguntassem – estas são as minhas últimas palavras – **donde surgem tantos recursos para campanha tão poderosa, para mobilização tão violenta contra o governo, eu diria simplesmente, sargentos brasileiros, que tudo isto vem do dinheiro dos profissionais da remessa ilícita de lucros que recentemente regulamentei através de uma lei. É do dinheiro maculado pelo interesse enorme do petróleo internacional e de companhias nacionais contra a lei que também assinei do monopólio da importação de petróleo pela Petrobrás. É do dinheiro que se levantou contra outro ato que também praticou o Presidente da República, que foi a encampação de todas as companhias particulares de refino, mas atos que pratiquei rigorosamente dentro da lei e no espírito da Lei 2004, criada pelo grande e imortal Presidente Vargas.** (grifos meus)(Jornal do Brasil 31/03/1961).

Para uma plateia formada majoritariamente por setores subalternos das Forças Armadas, João Goulart identificou a indústria do petróleo e os interesses estrangeiros como os financiadores da campanha contra a Presidência. O chefe do Executivo invocou a memória de Vargas para um caminho nacionalista irreversível. Se o público presente era de pouca importância política, o mesmo não se deu com a audiência da televisão, como confirmam os relatos:

(...) “Manda brasa”, gritavam em coro. João Goulart foi ainda mais veemente que no comício da Central. Talvez por não saber que ali fazia seu último discurso em território brasileiro. Ou talvez porque soubesse que aquele poderia ser o pronunciamento derradeiro. Nunca se saberá. O senador Amaral Peixoto, que acompanhava as cenas pela TV do seu apartamento, soube ser profético. “O Jango já não é Presidente da República”, murmurou (NUNES, 2004: online).

O ex-presidente Juscelino Kubitschek, senador do PSD pelo estado de Goiás e pré-candidato à Presidência da República em 1965, assistiu a esse discurso de Jango pela televisão, sentado em seu apartamento em Ipanema (BOJUNGA, 2010: 803). Ernesto Geisel foi telespectador do evento juntamente com Castello Branco na residência do último (MARKUN e HAMILTON, 2011: 340). Em Friburgo, o deputado Federal do PSD, João Calmon, acompanhou pela televisão as mesmas cenas de crescente agitação que se registravam no Rio, em São Paulo e em outras cidades brasileiras (CALMON, 1999: 141). Distante do Rio de Janeiro, em Juiz de Fora, Minas Gerais, graças ao sistema de micro-ondas,³¹⁰ também sentado em sua sala estava outro telespectador atento: o general Olympio Mourão Filho (MOURÃO FILHO, 1978: 308).³¹¹ Horas depois, o militar iniciou o movimento de suas tropas para o Rio de Janeiro, desencadeando o golpe.

Ainda que já tivesse convicções acerca da necessidade de derrubar o governo, foram as imagens da televisão que convenceram Mourão Filho de que era momento de agir. Em uma articulação envolvendo tantos profissionais, alguns de renome internacional, a iniciativa do movimento de 1964 acabou sendo assumida por um general brasileiro, fora do centro das conspirações.

4.5 A “Revolução” foi televisionada

Eis no que a televisão acredita hoje: que ela tem o poder de mostrar “a história acontecendo”, e que mostrar é fazer entender de um só golpe. É claro que basta seguir a bola para ver um jogo, mas a política não é um jogo, suas

³¹⁰ No início dos anos de 1960, a cidade mineira de Juiz de Fora recebia imagens de três canais do Rio de Janeiro: TV Tupi, TV Rio e TV Continental (OLIVEIRA, 2008).

³¹¹ Segundo Thomas Skidmore, foi o discurso que convenceu Mourão Filho a iniciar a mobilização: “Um dos espectadores, conspirador militar achou que chegara a hora de agir” (SKIDMORE, 1988: 148).

regras não estão codificadas como regras de um esporte. Informar não é comentar um jogo. O jornalista que aceita isso se auto-anula admitindo que sua função é praticamente inútil e que, agora, o essencial é mostrar, como se o resto não fosse mais do que lengalenga, conversa para boi dormir (RAMONET, 2004: 33).

Horas depois de chegadas as notícias sobre o deslocamento de tropas de Minas Gerais, sob o comando do general Olympio Mourão Filho para sitiar e derrubar o governo de João Goulart, a televisão não deu notícias sobre a evolução dos acontecimentos. O rádio, com maior mobilidade, tomava a frente, divulgando o manifesto de Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, contra João Goulart.

Foi pelo rádio que Carlos Lacerda dirigiu-se, em seu destempero característico contra o comandante dos Fuzileiros Navais, almirante Candido Aragão de forma ofensiva: “Almirante Aragão! Almirante Aragão! Assassino monstruoso, incestuoso miserável. Almirante Aragão! Não te aproxime que eu te mato com o meu revólver” (OLIVEIRA, 2001: 90).³¹² Ao mesmo tempo em que se pronunciava no rádio, Lacerda mantinha uma preocupação com sua imagem, vestido tal qual Leonel Brizola durante a Legalidade, de blusão de couro e com uma submetralhadora pendurada a tiracolo.

Nas televisões mantinha-se estado de alerta. Paulo Cesar Ferreira, por exemplo, explica que a TV Rio não se posicionava: mantinha uma programação normal, sem edições extras de jornalismo. Seu proprietário Pipa Amaral não queria correr riscos de aderir ao lado errado (FERREIRA, 1995: 127). Não bastasse isso, existia a ameaça do Almirante Aragão, legalista, que controlava o morro do Sumaré, onde se localizavam a maior parte das antenas de TV no Rio de Janeiro. Ele poderia tirar do ar as estações que se manifestassem contra o governo.

No final da manhã de primeiro de abril, um evento foi transmitido em tempo real pela TV: a tomada do Forte Copacabana. Base da artilharia Naval costeira do Rio de Janeiro, com seus imensos canhões, o forte tem seu portão de acesso na Avenida Atlântica. Este foi o mesmo forte no qual em 1922 nasceu a lenda do tenentismo. Dessa feita, era palco para acontecimentos bem menos heroicos. Carlos Lacerda teve percepção diversa: “Foi um negócio de bravura! De uma façanha! Que culminou com a tomada da TV-Rio, que funcionava no prédio do antigo Cassino Atlântico, na qual pude aparecer e falar ao povo carioca.” (LACERDA, 1977: 289).

³¹² Áudio gravado pela Radio Jornal do Brasil, transcrito apud OLIVEIRA, 2001.

Curiosas são as interpretações que se pode dar para fatos, ou para a história. Dentro da TV Rio todo o movimento foi visto como algo muito menos glamoroso do que aos olhos de Lacerda, como narra Adilson Pontes Malta:

Com os soldados invadindo as instalações da emissora, nos refugiamos no terraço do prédio, onde fomos testemunhas da tomada do Forte Copacabana, numa ação militar típica de um filme de terceira categoria. Ninguém poderia acreditar que um forte daquele tamanho poderia ser tomado por quatro pessoas que desceram de um automóvel com armas leves, como se fosse um assalto a um banco do interior (MALTA, 2000: 21).

As instalações da TV Rio ficavam em frente ao Forte Copacabana, num prédio onde antes havia funcionado um cassino. São muitos os relatos sobre a sua tomada. Entretanto, Carlos Lacerda estava no Palácio Guanabara quando transcorreram os acontecimentos não podendo, portanto, testemunhá-los. Já Walter Clark estava em seu posto na TV Rio e narra a história:

Lá pelas onze horas dois automóveis com pessoas a paisana, comandados pelo coronel Montanha, invadem e ocupam o quartel-general da Artilharia de Costa, que ficava ao lado do Forte. Chega o Medina e coloca a TV Rio no ar transmitindo a adesão do forte ao movimento que depôs João Goulart. A TV Rio transmitiu uma mensagem por telefone do governador Carlos Lacerda, o que fez com que as pessoas que estavam “por cima do muro” pulassem para o lado vencedor (CLARK, 1991: 148).

Segundo Carlos Chagas, o autor da transmissão ao vivo da tomada do forte foi Flávio Cavalcanti, que para tanto teria derrubado uma parede para poder transportar uma enorme câmera de TV, e não o equipamento em 16 mm, mais comum em reportagens externas (CHAGAS, 2000: 1148).

O repórter Paulo Cesar Ferreira arriscou-se a sondar o perigo na Avenida Atlântida, onde os adeptos do golpe levantavam barricadas. Com a ajuda do câmera man Arnaldo Artilheiro, carregou o novíssimo equipamento portátil de videoteipe (30 quilos) e fez entrevista com o responsável pela tomada do Forte, coronel Montanha. A reportagem foi transmitida por volta das 13 horas e posteriormente reprisada várias vezes ao longo da tarde na TV Rio.

Às 16 horas, ocorreu a entrevista de Lacerda por telefone com a TV Rio. Isolado no palácio Guanabara, o governador e golpista fazia um discurso comedido, mas foi surpreendido em meio às suas palavras pela adesão dos tanques que até poucos instantes estavam do lado da legalidade, guardando o Palácio das Laranjeiras.

Não tenho nada contra o João Goulart, já lhes disse, nenhum ódio pessoal. Tudo o que me tenham feito (...), toda perseguição, nada disso me impediria de atuar até o fim desse malfadado mandato para não quebrar o ritmo de vida

democrática... De repente, o discurso foi interrompido. Em seguida Lacerda agradeceu aos prantos. Obrigado meu Deus, muito obrigado. (LACERDA Apud. FERREIRA, 1995: 130).

O governador foi avisado que não estava mais isolado, e passou a enaltecer a “revolução” que estava chegando, aproveitando para fazer ameaças ao Almirante Aragão.

Logo depois de Lacerda entoar os ideais dessa “revolução” que, segundo ele, veio para livrar o Brasil do julgo “totalitário” e dos desmandos de João Goulart, o insólito se materializou. Humberto de Alencar Castello Branco, chefe da Escola do Estado Maior das Forças Armadas e uma das principais lideranças do golpe, telefonou do Ministério da Guerra para o governador: “**Governador, eu estou lhe telefonando porque acabei de ouvir o seu pronunciamento na televisão**”(LACERDA, 1977: 285). O primeiro elo entre dois setores dos golpistas, mal articulados, não foi nem o telefone e nem o rádio, mas a televisão.

Avelino Capitani relata, em sua obra, um Lacerda gritando no rádio e na TV contra o governo e a favor do golpe, sem que ninguém o prendesse (CAPITANI, 2005:76). Mas também lembra que não eram somente os golpistas que assistiram à televisão no Rio de Janeiro. Ao tentar agrupar forças leais a João Goulart, os fuzileiros navais encontraram na sede da UNE 50 estudantes que assistiam inertes ao golpe pela televisão (CAPITANI, 2005:79). No final do dia, o próprio prédio da UNE foi incendiado pelos golpistas. As imagens das chamas lambendo a fachada do edifício também foram mostradas pela televisão (GORENDER, 1998: 77).

Em São Paulo, Edson Leite abriu a TV Excelsior para o governador Adhemar de Barros, que estava cercado de militares (MOYA, 2004:76). A televisão de Mario Wallace Simonsen, estreitamente ligada a João Goulart, foi ocupada para que não prestasse auxílio ao contragolpe. Ainda sobre o primeiro dia em São Paulo, o depoimento do Jornalista Fernando Pacheco, da TV Excelsior esclarece o que houve:

Já no dia primeiro de abril a gente tirou o jornal do ar, por ordem da direção, do Walinho Simonsen [filho de Mario Wallace Simonsen], que achou melhor não colocar o jornal no ar do que dar a informação do golpe, o Adhemar de Barros ... dominava a situação em São Paulo e ele havia requisitado todas as rádios e televisões e o Wallace resolveu tirar o jornal do ar. Isso foi ter repercussão depois, em maio, porque aí fomos todos presos (os jornalistas)... com a acusação de termos feito greve no dia primeiro de abril para não transmitirmos a informação do golpe...” (PACHECO apud. AMORIM, 2004: 234).

Também em São Paulo a cobertura jornalística foi realizada por Elpídio Reali Junior em espaço privilegiado. Como repórter, ele tinha um programa no Jornal da TV

Record, chamado *Ninguém Sabe que Eu Sei*, no qual dava pequenos furos de imprensa e fazia a cobertura do palácio Campos Elíseos do governo de São Paulo:

Passei a noite do 1º de abril, durante o golpe militar de 1964, no Palácio dos Campos Elísios, em São Paulo. Estava entre alguns poucos repórteres que conseguiram entrar no palácio, porque o governador Adhemar de Barros simpatizava conosco. Presenciei tudo. Toda aquela movimentação, gente entrando e saindo do palácio.

No meio da confusão, eu chamava a TV Record, algo que não poderia fazer abertamente. Mas dava um jeito, usando os telefones do próprio palácio. Não tinha alternativa; hoje usaria o celular. De um canto, eu passava meus boletins ao vivo: "Está havendo isso, está havendo aquilo". Proclamações de políticos a favor do golpe, reuniões com deputados e emissários militares.

No gabinete do Adhemar entravam e saíam políticos, empresários, banqueiros. Entre eles vi o Abreu Sodré (1918-1999), futuro governador de São Paulo e um dos fundadores da UDN, o doutor Júlio de Mesquita Filho, o proprietário e jornalista do *Estado de S. Paulo* que romperia com o regime militar no ano seguinte devido à edição do Ato Institucional nº 2 AI-2, editado em 27 de outubro de 1965 (REALI JUNIOR, 2007: 77-78).

Pelo relato de Elpídio Reali Jr. fica claro que a TV Record fez uma cobertura ao vivo dos eventos dando notícias do interior de um dos centros da conspiração para o estado de São Paulo.

No Rio de Janeiro, no primeiro de Abril as providências para manter as televisões do lado golpista foram tomadas pela linha de frente do movimento na parte militar. O tenente coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo, futuro presidente, ordenou: “Quero, Torres de Melo, que você exerça **um controle rigoroso em todas as estações de televisão**, do Rio de Janeiro, para impedir notícias alarmantes e falsas, que possam prejudicar a opinião pública, que nos é favorável” (MELO, 1999: 101).

O capitão Torres de Melo cumpriu suas ordens e estabelece diálogo com as emissoras de televisão iniciando pela Tupi. Comunicou a João Calmon que estava ali para fazer uma ponte entre o comando da revolução e as emissoras de televisão. Ele revela que seus superiores tinham uma única preocupação em relação às emissoras: os telejornais. Quanto a isso, foi prontamente tranquilizado pelo diretor da Tupi, João Calmon:

Agradeço-lhe, Torres de Melo, por tudo o que você fez pela Televisão Tupi, onde encontrará, sempre, uma porta aberta. Com relação à recomendação sobre o comportamento de nossos jornais, escritos ou falados, pode ter certeza que cumpriremos à risca, pois os Diários Associados estão inteiramente de acordo com o movimento revolucionário (MELO, 1999: 101).³¹³

³¹³ Os agradecimentos ao capitão Torres de Melo foram por serviços prestados anteriormente, como engenheiro de comunicações. Existia no Brasil uma carência de mão-de-obra especializada em

Enquanto isso, o presidente, que perdia apoio rapidamente e corria risco de ser preso no Rio de Janeiro, foi para Brasília. Lá ficou ainda mais isolado e ameaçado do que no Rio. João Goulart resolveu retirar-se para Porto Alegre, numa menção de reeditar o episódio da Legalidade.

Deliberada a saída para Porto Alegre, o presidente foi para o aeroporto enquanto Darci Ribeiro e Waldir Pires iam à TV comunicar à nação que o presidente voaria pra o Rio Grande e não haveria nem suicídio nem renúncia, mas defesa e a resistência pelo poder legal. Também usou a televisão, naquele instante, o arcebispo de Brasília, que fazia um apelo de paz e de tranquilidade nacional (SILVA, 2004c: 153).³¹⁴

Alguns problemas atrapalham o êxito dessa utilização e das intenções divulgadas. Brasília não foi exatamente o melhor dos locais para usar a televisão como propagadora de mensagens, uma vez que, pela distância, estava praticamente isolada do sistema de micro-ondas que integrava a região Sudeste (Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo).³¹⁵ Além disso, quanto à possibilidade de resistência em Porto Alegre, os legalistas esqueceram o fato que Brizola não era mais o governador do Rio Grande do Sul. Contudo, a iniciativa mostra a intenção da Presidência e de seus assessores diretos em fazer uso da televisão para criar uma imagem pública de resistência e acalmar a população.

Mesmo com as providências tomadas pelos golpistas, não foi tão simples controlar todos os telejornais das emissoras no Rio de Janeiro (TV Rio, TV Tupi, TV Continental e TV Excelsior). Os jornais eram rodados ao vivo, com algumas inserções de tomadas externas feitas principalmente por filmadoras em 16 mm ou de videoteipe portátil. Se existia por parte da TV Tupi um interesse declarado no golpe e afastamento do governo de João Goulart, o mesmo não acontecia na TV Excelsior.

Apesar da hesitação e da confusão do dia 31 de março, aos poucos os acontecimentos tomaram um rumo mais claro para o êxito do golpe. Durante o dia primeiro os golpistas passaram para uma posição mais decidida na medida em que se

comunicações. Assim sendo, os militares especializados principalmente do exército (IME) e da aeronáutica (ITA), eram contratados para prestarem serviços às emissoras de televisão em suas horas de folga.

³¹⁴ Obs. O arcebispo de Brasília Dom José Távora foi manchete de a Última Hora edição de Porto Alegre, 31 de março de 1964, na qual explicava e defendia a Cartilha editada pela CNBB em favor das reformas de base propostas pelo governo João Goulart. O eclesiástico rebateu as acusações contra a chamada “Cartilha da Subversão” e afirmou que subversão era deixar o povo desamparado. (BARROS, 1999: 153).

³¹⁵ Não obstante, ocasionalmente, com grandes sacrifícios, se conseguisse estabelecer um link muito precário (Inauguração de Brasília e posse de Jânio Quadros), as mensagens ficariam circunscritas ao raio de ação das antenas transmissoras de Brasília.

confirmava praticamente a inexistência de resistência. Qualquer tentativa de demonstrar uma posição contrária foi reprimida inclusive com mais violência.

Choques entre estudantes e golpistas resultaram em três mortes no centro do Rio de Janeiro. Em relatos como o de John W. Foster Dulles, duas das mortes são atribuídas à tentativa de invasão do Clube Militar (DULLES, 2000:230). Entretanto, a despeito da versão do brasilianista, houve o testemunho pela reportagem da TV Excelsior, como relatou Fernando Barbosa Lima:

Em frente ao prédio do Clube Militar, na esquina da Rua Santa Luzia com Av. Rio Branco no Centro do Rio de Janeiro, um estudante começa a gritar o nome do presidente deposto: ‘Jango...Jango...’ Um homem alto e magro aponta sua automática e explode a cabeça do menino (LIMA, 2007: 75).

As imagens filmadas por equipamento 16 milímetros da reportagem da TV Excelsior foram ao ar na mesma noite através do Jornal de Vanguarda. A reportagem foi uma prova da violência e dos excessos disfarçados e negados durante os primeiros momentos do golpe. A cena foi tão forte que Sérgio Porto, mais conhecido como Stanislaw Ponte Preta,³¹⁶ um dos apresentadores do jornal, chorou diante do assassinato do menino exibido pela TV Excelsior.

Atentos aos telejornais que foram exibidos às novas “autoridades”, demonstram um olhar cuidadoso para a televisão. Impossibilitados de realizar a censura prévia ao telejornal, os golpistas partiram para censura do fato consumado. Buscavam encobrir um assassinato injustificável. Como descreve Barbosa Lima:

Momentos após a transmissão do Jornal de Vanguarda, líder de audiência, chega na TV Excelsior o assassino do menino, um militar acompanhado por um general. Os dois exigiram do diretor da Excelsior, Felício Maluy, a entrega dos negativos da filmagem. O militar à paisana, o homem que deu o tiro no rosto do garoto, ostentava na sua lapela um escudo de congregado mariano (LIMA, 2007: 75).

Saulo Ramos dá o tom das providências contra a TV Excelsior:

Depois do golpe, como insistisse em cobrir a repressão do novo regime, a TV Excelsior foi tomada pelos militares e, no Rio de Janeiro, sofreu intervenção do governador Carlos Lacerda, golpista de primeira hora e inimigo declarado de Simonsen [Mario Wallace Simonsen] (RAMOS, 2004: online).

O episódio também serviu para mostrar qual seria o padrão da televisão almejado daquele momento em diante: propagar uma verdade única, conduzir ao lazer,

³¹⁶ Posteriormente suas críticas aos desmandos da ditadura ficaram célebres através da publicação do *Festival de besteiras que assola o país* (FEBAP). Foram publicados três livros do FEBAP com muito sucesso. Eles contêm versões bem humoradas das gafes do governo e das autoridades no pós-golpe.

ao deleite, uma televisão na qual a informação será controlada. As falhas e crimes, quando cometidos pelo regime, não poderão ser mostrados ou discutidos. O próprio aspecto testemunhal da televisão foi reduzido pelo golpe e pela censura imposta.

Em Porto Alegre, para onde o Presidente havia se retirado, foi montado um esquema para realizar a cobertura pela televisão de sua chegada e dos desdobramentos. Com as imagens colhidas na época pelo cinegrafista Odilon Lopes para reportagens de TV, foi rodado um documentário televisivo em 1988, no qual ele explica suas funções em 1964, além de exibir algumas das cenas da época:

A função do cinegrafista da época (...) nós éramos os olhos do telespectador, nos éramos os RPS da emissora, porque nós tínhamos que ir ao local coletar a notícia, filmar e trazer de volta, e contar a história que aconteceu. E com um problema, nós não tínhamos a vantagem de hoje com videoteipe. (LÓPES, 1988: online).³¹⁷

Percebe-se que o equipamento de Odilon Lopes ainda era a mesma filmadora de 1961(vide a Legalidade), uma máquina cinematográfica. Os modernos equipamentos de fitas de videoteipe para externas, como o usado por Paulo Cesar Ferreira da TV Rio na tomada do Forte Copacabana, ainda não estavam disponíveis na periferia.

As cenas filmadas por Lópes em Porto Alegre são rápidas. Mostram o largo da prefeitura, onde se concentraram os populares conclamados por Brizola para resistência; a polícia militar chegando em caminhões, e muita correria.³¹⁸ Havia sido montado um dispositivo para cobertura pela televisão de todo evento. Jango foi buscado no aeroporto com tanques transitando pela Avenida Farrapos, cenas que ficaram inéditas na televisão até 1988. Foi levado até a casa do comandante do Terceiro Exército, o general Ladário Telles.³¹⁹

Pela manhã, por volta das 09h30min, os assessores de João Goulart despistaram a imprensa dizendo que o presidente ia fazer uma visita às instalações de uma obra do governo federal, ainda não concluída. Quase toda a imprensa saiu para a localidade anunciada. Entretanto, Odilon Lópes ficou e filmou a saída de Jango de carro para o

³¹⁷ Parte da reportagem da cobertura foi mostrada no programa RBS Memória de 1988, e está disponível no Youtube. (LÓPES, 1988: online).

³¹⁸ Essas cenas também podem ser vistas no documentário de Silvio Tendler. **Jango**. Brasil.1984. Preto e Branco e em cores, 116 min.

³¹⁹ Na madrugada de dois de abril de 1964, Jango, o então deputado federal Leonel Brizola e sete generais se reuniram na casa de Ladário Telles para montar um plano de ação, que passava pela nomeação de Ladário para o Ministério da Guerra e de Brizola para o da Justiça. Jango seria levado a São Borja com proteção da divisão do Exército com sede em Santiago. Em Porto Alegre começariam a ser tomadas as iniciativas de mobilização da população e de fortalecimento do Exército. João Goulart recusou a proposta de resistência.

Aeroporto São João [futuro Salgado Filho]. No aeroporto, decolou aquele que seria o último presidente eleito por voto direto em vinte e nove anos. João Goulart deixou o Brasil no Avro C- 2502 filmado por câmeras cinematográficas para ser exibido na televisão (LÓPES, 1988: online).

No Recife, o conhecido militante comunista Gregório Bezerra, de 64 anos de idade, foi puxado por um jipe pelos bairros da cidade, de mão amarradas e de pés descalços. Depois, foi espancado com uma barra de ferro pelo coronel Darcy Villoc Viana e teve seus pés imersos em uma solução com ácido de bateria. À noite a degradação do ancião foi exibida pela TV Jornal do Comércio³²⁰ de Recife (GASPARI, 2002: 132). Este foi mais um flagrante do tipo de medida proposta pelo novo regime, a tortura televisionada.

A palavra golpe ficou proibida. A partir de seu sucesso o movimento deveria ser lembrado e mencionado como revolução, mesmo que tivesse sido engendrado pelos setores mais conservadores da sociedade, mesmo que representasse uma aliança tradicional, mesmo que não almejasse mudanças profundas na estrutura social. Escolheu-se um termo positivo para se autodenominar.

A televisão acompanhou todo golpe, desde os momentos que o precederam até os degradantes instantes em que ele se consumou. Foi testemunha *in loco* no palácio Guanabara para dar voz a Carlos Lacerda; esteve dentro do centro da conspiração em São Paulo; testemunhou os arbítrios e atrocidades que foram cometidos desde os primeiros momentos. Sua função como interface entre a realidade política não pode mais ser menoscabada.

Conclusão do Capítulo IV

Desde 1948, com a campanha do Petróleo é Nosso, o tema tornou-se objeto de viva disputa entre nacionalistas e entreguistas. Contudo, no contexto da Crise do Misseis, da Campanha da Legalidade e da intensa polarização que caracterizou o governo Goulart, o petróleo subiu para o topo da agenda. Neste capítulo, procurou-se examinar seu significado no contexto da dupla Guerra Fria. De um lado, o esforço soviético para romper o isolamento e estabelecer relações com a América do Sul por intermédio do Brasil. De outro, o esforço estadunidense em assegurar o monopólio da

³²⁰ Filiada e parte da rede da TV Excelsior de Mario Wallace Simonsen.

Standard Oil na América do Sul. Desta perspectiva, pode-se compreender o significado da competição entre o modelo de negócios e serviços da Excelsior (capitalismo gerencial cooperativo) e da futura Rede Globo de televisão (capitalismo gerencial competitivo).

Embora a ideologia da Guerra Fria fosse o anticomunismo, havia a preocupação em instrumentalizá-lo para competir por tecnologias e capitais e transnacionais de origem europeia. O conglomerado de empresas de Mario Wallace Simonsen ameaçou esta agenda por diversas perspectivas.

Ainda que não se tenha qualquer notícia de que Simonsen integrava os planos governamentais de trocar café por petróleo com a URSS, sabe-se que tais planos existiam e que Simonsen era o principal exportador de café do Brasil. Viu-se o destino de Enrico Mattei, que viabilizou a estatal petrolífera italiana (ENI) justamente fazendo uso de petróleo cru de origem soviética. Também se viram as dificuldades impostas por parte dos fornecedores estadunidenses em fornecer petróleo cru para as refinarias da Petrobrás. O petróleo serve como ilustração de que a retórica anticomunista servia, na verdade, como pano de fundo da estratégia entreguista de manter a exclusividade do eixo norte-sul da política externa brasileira. Mas este não era o único ponto onde os interesses do conglomerado Simonsen chocavam-se com o projeto entreguista.

Sabe-se que nos EUA a “marcha para o Leste” teve lugar graças às telecomunicações. Involuntariamente, os Estados Unidos deram marcha ao “Século do Pacífico” e a um novo modelo de transnacionalização graças às telecomunicações (SCHILLER, 1976). No Brasil, ainda em final dos anos 50, as Organizações Vitor Costa, associadas ao conglomerado Simonsen, deram início à Rebratel. A Rebratel pretendia criar uma rede rudimentar, porém acessível aos recursos disponíveis de capital e tecnologia de telecomunicações no âmbito da América do Sul. Por essa ótica, Simonsen uniu-se ao Pacto ABC de Vargas, e deu um sentido prático à Operação pan-Americana de Juscelino. Também é dentro deste contexto que deve ser compreendida a aproximação de Jânio com a Argentina, descrita no capítulo anterior. Contudo, a despeito da importância das telecomunicações, este não era o ponto crítico da ameaça de Simonsen ao projeto entreguista.

A originalidade da rede de televisão concebida por Simonsen residia no fato de funcionar sem conexão: os videoteipes eram transportados por avião, conforme descrito no decurso do capítulo. Neste ponto, fundem-se as duas iniciativas mais promissoras de Simonsen e seu maior desafio à “pax americana”: a Panair e a TV Excelsior.

A Panair operava aviões de diversas nacionalidades. Contudo, todos eram propelidos com motores ingleses. A criação da Celma constituiu-se um dos maiores desafios de Simonsen ao entreguismo. Embora dedicada à manutenção de turbinas, este tipo de atividade conduz ao *know-how* necessário para sua posterior fabricação. Significa, de imediato, a ampliação logística para que o Brasil se convertesse em consumidor de bens de capital europeus (caso das turbinas). Neste sentido, a Panair de Simonsen, articulada com a refinaria brasileira e com a cooperação com a URSS, somadas à intenção de exportar café (60% das exportações brasileiras) para URSS e China, criavam o espectro de uma diversificação de mercados e fornecedores que ameaçava o exclusivismo do Eixo sul-norte. É neste sentido que se diz que o conglomerado de Simonsen prefigura a diplomacia sul-leste e sul-sul.

Contudo, na época já era claro o papel de agendamento, *veto player* e substituição exercidos pela televisão. Neste sentido, importa notar que foi a televisão Excelsior o alicerce de todo o projeto de Mário Wallace Simonsen. Seja na esfera da estratégia, dando sustentação à Presidência da República, seja na esfera de negócios e serviços, operando com libras e diversificando os fornecedores de tecnologia e capital, ou menos na esfera da tática, filmando ao vivo a tortura de Gregório Bezerra no golpe de 64, a Excelsior chocou-se em toda a linha e em todas as dimensões com o projeto entreguista.

Importa lembrar que implementou um novo modelo de TV no Brasil. Foi a primeira rede efetiva de televisão. Foi quem colocou a grade de programação (vertical e horizontal, criou o logo da TV, as telenovelas diárias, o telejornal entre o sanduíche de novelas, etc.), que mais tarde serviriam de modelo à Rede Globo de Televisão. Até mesmo o núcleo de atores, que mais tarde vertebraria a Rede Globo de Televisão, teve seu início de carreira na Excelsior. A televisão de Simonsen resistiu bravamente, mas, como a Panair, teve seu destino selado com o movimento de 64. No curso deste capítulo, procurou-se interligar a vinda de Walters para o Brasil, salientar seu papel, assim como o de Claire Luce na luta contra Enrico Mattei, e de ambos contra João Goulart e Mario Wallace Simonsen. Sem a *Time Life*, o modelo anacrônico dos Diários Associados, ainda cumprindo algum papel em 64, não teria assumido a feição perene que adquiriu com a Rede Globo de Televisão.

Há um papel desempenhado pela TV neste capítulo que merece ser destacado. Nos capítulos precedentes, demonstrou-se o papel da televisão no agendamento, no exercício do veto player, e da substituição. Contudo, este capítulo também conseguiu

demonstrar a importância tática da televisão, na comunicação entre os golpistas e na tomada do Forte de Copacabana. Espera-se, com isso, ter-se demonstrado de modo suficiente, para além de qualquer ceticismo saudável, a ligação intrínseca entre a televisão, a Presidência e a disputa do projeto nacional, na qual se assomou a importância do petróleo. Permanecem, contudo, em aberto, o problema do controle democrático da radiodifusão, referido no capítulo anterior. Constata-se que João Goulart, como Jânio, não conseguiu terminar seu mandato por ter se recusado a censurar a televisão.

CONCLUSÃO GERAL

Aqui se retomam os temas percorridos ao longo do trabalho, sistematizando-os em seis passos analíticos sucessivos e complementares: 1) *pax americana* e a soberania; 2) Presidência e a soberania no Brasil: Nacionalistas e entreguistas; 3) Imprensa televisão e Presidência; 4) Modelo de negócios e serviços da televisão no Brasil; 5) dilema da democracia; o papel da censura; 6) estratégia do controle: para uma agenda de pesquisas em televisão.

1) A *pax americana* e a soberania – A maior dificuldade da agenda nacionalista residiu na incompreensão sobre o significado da *pax americana* (tratada no Capítulo I). Isto não se aplica apenas ao período de quatorze anos examinado nesse trabalho (1950-1964): a Constituinte de 1986 voltou a debater-se com muitas das teses da de 1946. No trabalho, foi visto como isto redundou na principal polarização examinada no curso da tese: a oposição entre nacionalistas e entreguistas. Assim, cabe nessa conclusão uma análise sobre o problema da soberania no mundo pós-45.

A questão central, que ainda hoje não foi completamente elucidada sobre a *pax americana*, diz respeito ao novo status da soberania após a Segunda Guerra Mundial. Em síntese, ao conceito de soberania compartilhada com a ONU, as instituições multilaterais e a senhoriagem do dólar. Eles importam para se compreender o impacto da Guerra em Fria em duas frentes: em oposição ao comunismo, mas, sobretudo, contra o nacionalismo. Em suma trata-se de aferir o efeito da *pax americana* sobre os projetos nacionais de desenvolvimento.

Conforme se ressaltou no capítulo quatro, os EUA não estavam dispostos a permitir a ressurreição econômica da Europa (VIZENTINI, 2004:88), especialmente nos setores de bens de capital e da indústria petrolífera. Por essa ótica, a *pax americana* consistia em tanto conter a URSS quanto bloquear a retomada do crescimento europeu. Este, por sua vez, dependia da transnacionalização das empresas europeias, o que demandava parceiros na periferia, aos quais os capitais europeus pudessem se associar. Em resumo, tratava-se de projetos de desenvolvimento nacional autônomos em países como México, Brasil, Índia, Indonésia, entre outros.

A bipolaridade do sistema internacional e a “Guerra Fria paralela” dos EUA contra os Estados europeus impuseram severo constrangimento na orientação dos rumos

de desenvolvimento dos países periféricos e, em especial, da América Latina. Este foi o caso do empresário Mario Wallace Simonsen. Simonsen buscou o financiamento de bancos ingleses e tentou expandir os mercados para a produção de café, chegando a ter representantes em 53 países.

A nova correlação de forças no sistema internacional foi materializada também no plano das instituições internacionais. Em 1941, a Carta do Atlântico afirmou o direito dos povos escolherem o regime político de seus países e a liberdade e igualdade entre os Estados no acesso a matérias-primas e bens de comércio. Os EUA se comprometeram em assegurar a liberdade e a autodeterminação dos povos. Parte do compromisso do Atlântico foi materializada nas instituições multilaterais de *Bretton Woods* em 1944, e, posteriormente, na Conferência de Chapultepec em 1945 (Capítulo I). Constituíram-se também o FMI, o Banco Mundial, e a prevista OIC.

Nesse sistema multilateral, o dólar funcionava como engrenagem do sistema financeiro mundial. A intenção em estabelecê-lo como moeda de câmbio mundial era impedir a falta de liquidez e permitir o desenvolvimento do comércio em escala planetária. Era a denominada equiparação: os países periféricos se industrializariam, tornando-se consumidores de capital e tecnologia dos países centrais. Todavia, devido à Guerra Fria e, sobretudo, à contenção do nacionalismo, na prática a diplomacia do dólar limitou as possibilidades de comércio exterior, a geração de divisas e os investimentos.

O Plano Marshall, ao concentrar os investimentos em dólar na Europa, acelerou as determinações restritivas do sistema. Na ocasião, o Brasil punha em prática o modelo de substituição de importações. O nacionalismo reagiu à ausência de investimentos estadunidenses em busca de capitais europeus. Pretendiam passar a produzir internamente os produtos que antes importavam. Necessitavam, porém, das divisas estrangeiras (dólares) para financiar as importações. Para obtê-las, era necessário aumentar as exportações, o que era possível por meio da conquista de novos mercados. Portanto era justamente o dólar o fator decisivo para os países periféricos equilibrarem suas contas nacionais. Diante desse contexto restritivo, eram frequentes as crises do modelo substitutivo de importações com impacto social e econômico sobre a população.

Para romper às limitações do desenvolvimento, surgiram alternativas antípodas: os liberais, pragmáticos, que preconizavam uma dependência ainda maior dos EUA e os nacionalistas, idealistas, que almejavam o desenvolvimento autárquico. Alguns empresários, caso de Mario Wallace Simonsen, buscavam a criação de um mercado

interno em associação com os europeus. Para a primeira corrente, identificada como “entreguista”, a aliança incondicional com os Estados Unidos traria recursos e capitais para o desenvolvimento brasileiro. Para a segunda corrente, os “nacionalistas”, o Estado era o principal instrumento de desenvolvimento para que a sociedade pudesse decidir acerca de seus rumos. Na luta política, cada um desses grandes grupos, “nacionalistas e entreguistas”, procurou valer-se dos recursos que dispunham. Os “entreguistas”, do apoio das empresas estrangeiras, notadamente a Standard Oil, para obter verbas publicitárias e financiamento de campanhas eleitorais (Capítulo III); os nacionalistas, do apoio do movimento social, dos sindicatos e da reforma agrária (Capítulos I e IV).

Constata-se, entretanto, que nenhuma das alternativas mostrou-se satisfatória. Como destaca Edward Carr, o pragmatismo realista é estéril, o idealismo é utópico, irrealizável: “Toda ação humana sadia, e, portanto todo pensamento sadio, deve estabelecer um equilíbrio entre utopia e realidade”. (...) “O vício característico do utópico é a ingenuidade; o do realista, a esterilidade”. (CARR, 1980: 22-23). Na época, como hoje, era difícil de obter essa compreensão.

Talvez Vargas, como Perón, tenham sido os primeiros a entender que a porta negada à soberania na esfera nacional abria uma janela na esfera regional: ensaiaram o Pacto ABC. Todavia, o fato dele sequer ser assumido publicamente, mostra a fragilidade do ideal da integração regional nesse momento. Posteriormente, ainda que mais modesta em seus objetivos, a OPA de Juscelino Kubitschek teve mais êxito. Contudo, só após o ciclo militar é que realmente triunfariam as concepções de Vargas e Perón, finalmente materializadas no Mercosul e na Unasul.

Resta salientar que ambos, “nacionalistas e entreguistas”, procuraram valer-se da televisão. Porém, o grau de êxito obtido refletiu a assimetria de recursos. O conglomerado dos Diários e Emissoras Associados sempre pôde beneficiar-se do apoio de Nelson Rockefeller, o que também se refletiu em suas emissoras de televisão. A despeito do campo nacionalista ter ensaiado com Victor Costa e Rubens Berardo o uso da televisão, sua fragilidade financeira comprometeu o empreendimento. Apenas com a TV Excelsior, quase no final do período (1960), é que o campo nacionalista pode contar com este veículo – parte do conglomerado de Simonsen.

O modelo de negócios e serviços de Mario Wallace Simonsen dependia do desenvolvimento nacional e da integração regional – o que fica claro ainda com a Rebratel (Capítulo II). O problema é que a *pax americana* e a Guerra Fria rejeitavam

tanto o nacionalismo quanto o regionalismo. Apenas as grandes estruturas de poder inter-regionais serviam aos propósitos e eram funcionais à bipolaridade. Contudo, de modo algum se quer sugerir que o empreendimento de Simonsen era idealista ou quixotesco. As vias interditas no campo político nem sempre o são, na mesma medida, na esfera econômica: neste caso, justamente devido à tentativa de transnacionalização de empresas europeias. A esfera econômica foi também o que deu à Presidência a margem de manobra para buscar autonomia estratégica e barganhar diante dos EUA (Capítulo II). A barganha diplomática não pôde se sustentar devido às condições políticas internas. A intensa polaridade obstruiu o caminho da solução política em grande medida devido ao papel cumprido pela televisão (Capítulos III e IV). Sua ação foi tão devastadora para o projeto nacionalista que, a julgar pelo depoimento de João Calmon, parecia que a Standard Oil havia se apoderado do Brasil (Capítulo IV).

A ironia é que os vencedores de 64, logo após, em 1967, fizeram o projeto nacional triunfar por meio da contrarrevolução. Eles seguiram as mesmas brechas utilizadas pelos nacionalistas na *pax americana* para viabilizar o desenvolvimento nacional.

2) A Presidência e a soberania no Brasil – Diante das limitações do sistema internacional, as disposições legais nacionais tiveram efetividade limitada. Segundo a Constituição Brasileira de 1946, cabia à Presidência da República a formulação da política externa (Capítulo I). O presidente era tanto o comandante supremo das Forças Armadas, inequívoco no exercício do poder soberano, quanto o responsável privativo pela elaboração da política externa.

Contudo, para além do processo histórico de dependência do Brasil, a *pax americana* fez sentir o ímpeto de governança estadunidense no plano interno da política brasileira. Produziu-se uma associação, de início desordenada, depois articulada cuidadosamente entre os interesses de segurança nacional dos EUA e o das empresas americanas que operavam no Brasil. A Guerra Fria e o advento da arma nuclear trouxeram a necessidade de matérias primas estratégicas, que os americanos nem sempre possuíam, como as areias monazíticas, o urânio, e inclusive, mais reservas de petróleo. Por outro lado, seguiu-se à destruição da Europa a descapitalização das empresas do Velho continente. Foi o que impeliu as empresas estadunidenses a tentar monopolizar o mercado dos países periféricos antes que as empresas europeias se recuperassem.

No desafio à Presidência e à soberania do Brasil, assomou-se a figura da Standard Oil. Nelson Rockefeller assemelha-se ao portador de um plano que se antecipa

ao próprio Estado americano no que tange aos desígnios da governança mundial para o subcontinente. Em um misto contraditório de visão evangelizadora e de rapina de recursos naturais, Rockefeller tinha um projeto para o Brasil em toda sua extensão. Tratava-se de exemplo de um capitalismo corporativo, composto por vários ramos que se associavam horizontalmente: Rockefeller atuava em diversos setores da economia: no petróleo, nas refinarias, na distribuição de derivados e combustíveis, nas empresas de armamento, e nas empresas de aeronaves, etc. Contudo, suas atividades se estendiam também à agricultura, aos fertilizantes, minerais de subsolo, e até mesmo ao café, na época responsável por 60% das exportações brasileiras.

Todavia, a legislação brasileira, precária frente à ordem internacional, possuía capacidade limitada de conter a Standard Oil. Nelson Rockefeller valeu-se então do mesmo expediente de seu ancestral, John D. Rockefeller, para enfrentar a legislação antitruste: as agências de publicidade. Entretanto, Nelson foi brindado com uma circunstância auspiciosa, que John D. Rockefeller sequer ousava sonhar: a adesão remunerada de Assis Chateaubriand, o barão da mídia brasileira.

De início, Rockefeller fez uso da McCann Erikson, uma agência de publicidade estadunidense. Mas, desde 1950, pode contar também com a Televisão que, aliás, ajudou a financiar e implantar no Brasil. Por esta perspectiva, a Standard Oil tinha o projeto mais ousado e completo de governança da *pax americana* no âmbito do subcontinente. Apesar do número inicialmente reduzido de aparelhos, desde seu surgimento, a televisão revelou uma capacidade crescente de agendamento. Foi graças ao agendamento sobre o resto da mídia (rádio e jornais) que a televisão foi o principal veículo escolhido para confrontar a Presidência.

Neste caso, contaram, em muito, as inclinações e valores pessoais de Assis Chateaubriand. Ele acreditava que o Brasil deveria ser um país “essencialmente agrícola”. Aliás, orgulhava-se de apresentar-se no exterior como produtor agrícola. Via grandeza apenas na cultura universal. Apesar de utilizar denominação guarani às suas emissoras, não concedia qualquer papel épico ao povo brasileiro. Valeu-se da capitalização de suas empresas para construção do acervo do MASP: se pudesse, o teria duplicado. Entretanto, apesar de entusiasta da tecnologia, Chateaubriand não investiu em sua atualização sistemática nas suas empresas ou na produção. Quando Getúlio Vargas lhe solicitou que participasse da criação de uma fábrica de papel (importado por valores altos, com subsídio do governo), respondeu de modo desdenhoso: “Meu negócio

é imprimir papel, e não fazer papel” (apud MORAIS, 1994:428-429). Os rombos da má administração e da filantropia eram preenchidos através da chantagem e da extorsão, exercida diversas vezes contra a Presidência da República. Graças a Chateaubriand e aos Diários e Emissoras Associados, a televisão cumpriu papel relevante em solapar a soberania da Presidência da República.

3) Televisão e Presidência – Tendo em vista a ambição da Standard Oil em estabelecer um projeto para o Brasil e a comunhão de valores entre Rockefeller e Chateaubriand, é compreensível que a imprensa tenha assumido o protagonismo político através do agendamento e da substituição.

Todavia, o papel protagonista do segmento de TV, em uma época em que ainda havia poucos aparelhos disponíveis, deveu-se em grande medida à figura extraordinária de Carlos Lacerda. Ele teve sua imagem projetada pelas emissoras da TV Tupi (SP) e Tupi (RJ) de Assis Chateaubriand para atacar a Última Hora e Getúlio Vargas. Posteriormente, atacou Juscelino Kubitschek com denúncias falsas e defendeu o golpe contra sua posse, em programas e debates na televisão. Em grande medida motivada pela atuação de Carlos Lacerda, a utilização da censura foi, tristemente, o único expediente para preservar a Presidência. Lacerda foi decisivo na construção da candidatura de Jânio Quadros à Presidência pela televisão (Capítulo II) e desmantelou seu mandato pelo mesmo veículo (Capítulo III). Contra João Goulart, o papel de Lacerda não foi tão proeminente. A televisão assumiu seu lugar: diuturnamente o presidente, Brizola ou a reforma agrária eram atacados pelos veículos de radiodifusão.

O crescimento e ampliação de cobertura do setor de televisão abarcaram também as sucessivas tentativas presidenciais de exercer controle mais rigoroso sobre as concessões de emissoras de televisão. Entre os Governos de Getúlio Vargas a João Goulart, o tema foi alvo de medidas da Presidência, que visavam a reduzir o tempo de concessão e, conseqüentemente, diminuir a pressão da TV. Prova cabal foi o projeto de TV estatal – idealizado por Vargas e materializado de forma tímida pelo presidente Kubitschek. Jânio Quadros, atacado, também tentou normatizar a TV.

Foi neste contexto em que a televisão passou a ter cada vez maior audiência. A integração por meio da rede de links, ainda que precária, crescia e permitia uma expansão do número de espectadores. Com isso, aumentava seu poder e pressionava cada vez mais a Presidência. O auge do conflito entre a Presidência e a esfera privada da radiodifusão se deu com o surgimento da ABERT, criada explicitamente para combater

os vetos do presidente, ou melhor, para exercer o veto player em relação à política Presidencial. O êxito da ABERT alçou seu presidente, João Calmon, eleito também como deputado federal. Adquiriu protagonismo também graças ao artifício da substituição operado pela criação da TV Vitória, que posteriormente o agendou como candidato à vice-presidência. Naturalmente o exercício do veto player, da substituição e do agendamento por parte da televisão era possível também graças a seu modelo patrimonialista de negócios e serviços

4) A televisão modelo de negócio e serviços – utilizando-se da tipologia de Alfred Chandler, pode-se dizer que Chateaubriand foi um exemplo de “capitalista pessoal”. Ele foi o grande aliado da Standard Oil na dupla Guerra Fria, ao exercer o *veto player* contra o nacionalismo e a associação às empresas europeias. Os Diários e Emissoras Associados cumpriram impunemente sua missão até o surgimento da TV Excelsior e do Conglomerado Simonsen.

Como Nelson Rockefeller, Mario Wallace Simonsen estava à testa de um empreendimento de capitalismo gerencial cooperativo, que congrega vários ramos diferentes, que passaram a operar de forma solidária. As diversas áreas de interesses comuns fizeram com que Mario Wallace Simonsen entrasse em trajetória de colisão com Rockefeller em praticamente todos os ramos aos quais se dedicavam. O maior exportador de café do Brasil, Simonsen viu-se confrontado por Rockefeller, que monopolizava o negócio de café solúvel. Respondeu emulando a campanha nacionalista pela Petrobrás, com a compra e o fortalecimento da Panair do Brasil, da Celma e a criação da TV Excelsior. Importa observar que, do confronto entre os dois magnatas, resultou a criação de uma televisão: marca indelével sobre o papel do veículo na época. Isto foi possível graças a sua capacidade de agendamento dos segmentos e na orientação da opinião pública em uma época ainda dominada pelo rádio e pelo jornal.

A Excelsior, nas mãos de Simonsen, foi mais do que uma máquina de fazer política, como a televisão criada por Assis Chateaubriand. Os interesses de Simonsen na Rebratel, ainda em 1957, sugerem a existência de um projeto de transnacionalização baseado em telecomunicações para a América do Sul. Importa lembrar Herbert Schiller (1976) que demonstra que o império estadunidense na Ásia foi assentado sobre as telecomunicações, o que mais tarde permitiu falar-se em o “século do Pacífico”.

As inovações de Simonsen também podem ser observadas na produção de conteúdo audiovisual, na criação da telenovela diária que foi originalmente inventada

pela Excelsior e que, posteriormente, nas mãos da Rede Globo, se tornou artigo de exportação. Importa sobremaneira a criação da rede (videoteipe), cuja programação simultânea produzia índices de audiência regulares que atraíam anunciantes e permitiam a capitalização da empresa, dotando o veículo (televisão) de viabilidade econômica própria para além do exercício da chantagem ou da clientela política. A grade de programação criada pela televisão de Simonsen ajustou-se à legislação sobre anunciantes, estabeleceu a responsabilidade ética da emissora e ampliou o horizonte de trabalho do profissional. Pode-se dizer que Mario Wallace Simonsen foi de fato o inventor do modelo de televisão no Brasil.

Contudo, a televisão de Simonsen não era o único aspecto de seu projeto que confrontava internamente a *pax americana*. Sua busca por capitais estrangeiros, ao mesmo tempo em que tentava produzir localmente aparelhos de televisão, instrumentos de telecomunicação, estendeu-se, com a Celma, à crítica esfera dos bens de capital. Sobretudo após a compra do avião Concorde, quando ainda era um projeto, a Panair surgiu como parceira das empresas aéreas e dos produtores de turbina europeus. Potencialmente a empresa brasileira ameaçaria também a Boeing e a General Eletric. Embora em vários aspectos associado ao exterior, pode-se dizer que o conglomerado Simonsen, nas condições da *pax americana*, revelou ser o verdadeiro herdeiro das ideias desenvolvimentistas do economista nacionalista Roberto Simonsen, tio de Mario Wallace. Por tudo isso é que a Excelsior precisava morrer para que a Globo pudesse nascer.

Roberto Marinho corresponde a um modelo de negócios e serviços que fica no meio termo em relação aos dois apresentados (Chateaubriand e Simonsen). Ele não é o *capitalismo pessoal* como o de Chateaubriand, mas também não é o *capitalismo gerencial cooperativo* de Simonsen. Marinho realizou as mudanças técnico-administrativas e adequou-se ao modelo de negócios, mas no início foi completamente dependente do capital estrangeiro, o que foi atestado pelo financiamento nos acordos com o grupo Time-Life (HERZ, 1987). Marinho estabeleceu um modelo de *capitalismo gerencial competitivo*. Este trabalho relatou sua aproximação com os grupos políticos empresariais estrangeiros, e a pavimentação do que seria sua televisão, inaugurada somente em 1965. Representou a expressão acabada do projeto concebido pelo primeiro governo pós-golpe, de Castello Branco. Segundo demonstra detalhadamente Daniel Herz, a construção da Rede Globo e suas relações com o governo pós 1964 foram cruciais para seu êxito.

5) Dilema da democracia: o papel da censura – a história acabou por consagrar Carlos Lacerda como o “demolidor de presidentes”. No curso deste trabalho procurou-se investigar o papel da televisão na disputa da função dirigente com a Presidência da República.

Constatou-se que, mais do que produzir ideias ou valores, de atuar no âmbito da formação da hegemonia, a televisão disputou com a Presidência a função dirigente sobre a sociedade. No âmbito do período descrito (1950-1964), isto se deu por meio do exercício do agendamento sobre o Congresso, a opinião pública e demais seguimentos. Também se deu através do exercício do veto player e da substituição. Estas três categorias já haviam sido consagradas pelo cientista político Luis Felipe Miguel na descrição do papel político contemporâneo da televisão. A pesquisa constatou a eficácia do veículo em um período em que havia poucos aparelhos de televisão e que se julgava que o seguimento possuía pouca expressão. Este trabalho, portanto, utilizou os conceitos do autor e demonstrou que se aplicam também ao período de 1950 a 1964.

A televisão tentava impor políticas públicas, estabelecer um projeto de desenvolvimento para o país, e desenhar seu perfil de alinhamento internacional. Empiricamente, isto se verificou desde “a vocação agrícola do Brasil”, proposta por Chateaubriand, passando pelo modelo de negócios e serviços (formas utilizadas para captar capital e tecnologia) e chegando ao alinhamento automático com os EUA. Difícil conceber algo mais próprio, mais característico, inerente à função dirigente que a definição do projeto de desenvolvimento e de inserção internacional. A televisão buscou confrontar a Presidência para tentar dirigir os rumos da vida política, econômica e social do Brasil. Conforme descrito no trabalho, a principal exceção foi a Televisão Excelsior, de Mario Wallace Simonsen.

Vargas, Juscelino, Jânio e Jango não apenas fizeram política pela televisão, ou para a televisão, mas muitas vezes viram-se na contingência de negociar com a televisão. Desde Vargas, há a preocupação em estabelecer algum tipo de controle sobre a televisão, materializado em seu projeto de criar uma televisão estatal. O projeto foi desengavetado por Juscelino, tendo sido vetado por Assis Chateaubriand (veto player).

A Presidência teve de conformar-se em criar a televisão estatal em Brasília, em uma época em que inexistiam as redes de televisão. O que houve, de fato, foi o veto player dos Diários e Emissoras Associados, que impediram o surgimento de uma televisão onde ela mais poderia influenciar a opinião pública: o Rio de Janeiro. Além de

pretender concorrer com Chateaubriand mediante a criação de uma televisão, Juscelino Kubitschek fez uso profuso dos meios de pagamento: o dinheiro chegava à televisão (imprensa) tanto diretamente, através do governo, quanto por intermédio das empreiteiras contratadas para a construção da Brasília, que investiam em anúncios de publicidade na mídia. Nada disso foi suficiente para evitar o linchamento do governo, realizado através da exacerbação das expectativas inflacionárias. O agendamento produzido pela televisão sobre o rádio e o jornal, repetindo insistentemente que os preços estavam subindo, foi decisivo para o aumento da própria inflação. Então, o governo recorreu à censura e, somente graças a esse expediente, pode concluir seu mandato.

Jânio Quadros assumiu o compromisso do combate à inflação. A sua Presidência caracterizou-se pelo comprometimento com a responsabilidade fiscal e a austeridade econômica. Não obstante, a mídia confrontou tanto o governo que aumentou inflação quanto o que a combateu: Juscelino e Jânio. A centralização do câmbio e o controle de gastos públicos – que incluíam o subsídio ao papel imprensa, com que eram feito os jornais – indispueram a Presidência com a mídia. Jânio foi desmontado pelas imagens e, em grande medida, graças também às suas aparições na televisão. Pela primeira vez produziu-se a “frente única” das emissoras de televisão e demais seguimentos com o capital monopolista internacional. Foi o suficiente para o Presidente tentar seu malfadado golpe contra o Congresso, convertido, também pela televisão através de Carlos Lacerda, em golpe contra a Presidência da República, que redundou no parlamentarismo.

Jânio claramente subestimou o efeito multiplicador da televisão sobre os pronunciamentos de Lacerda e o impacto que isso teria sobre as Forças Armadas e o Congresso Nacional. Por este percurso, a ação de Lacerda nos dias 22, 23 e 24 de agosto de 1961 na televisão, e o erro de cálculo de Jânio, associam-se à crise de morte que acometeu a Presidência, cujo desfecho deu-se em 1964. Antes, porém, a “frente única” transitória, formada contra a política econômica de Jânio, converteu-se em um verdadeiro “Estado maior” da contrarrevolução: Jango foi o primeiro presidente que teve de fazer frente à ABERT.

Doravante, a articulação dos donos da mídia – capitaneada pelo segmento de televisão – inviabilizou, para Jango, a alternativa de Juscelino: a censura. Esta opção foi ao menos insinuada, senão claramente sugerida, ao presidente por Claudio Abramo. Naturalmente, o presidente não lhe fez caso, nem poderia. A televisão já havia

deslocado o sentimento predominantemente constitucionalista das Forças Armadas em direção ao golpe.

Chama a atenção a quantidade de referências a IPES, IBAD ou a CIA, desde o lançamento do livro de Dreyfus (1981), na articulação do golpe de 1964. Isto ocorreu em um período em que, durante todo o horário de transmissão de rádio e televisão, o governo estava sendo atacado em algum lugar do país pela radiodifusão. Não havia um minuto em que o governo não fosse atacado pelo suposto comunismo, pela reforma agrária, pelas reformas de base, ou pela própria figura do presidente.

Embora existam narrativas relativamente abundantes sobre o período do golpe, elas mencionam a televisão de forma dispersa, sem reconhecer o protagonismo tático da TV como ferramenta de comunicação entre os próprios golpistas para a consecução de sua vitória em 1964. Não foi possível encontrar alguma referência em que estas narrativas atomizadas estivessem reunidas e conectadas – o que este trabalho pretendeu ter realizado, ilustrando de forma viva o caráter decisivo da televisão na tomada do Forte de Copacabana ou na defesa do Palácio da Guanabara.

Resta o insuportável: é inadmissível que, decorridos quase meio século desde os acontecimentos descritos, as formas de controle da televisão ainda sejam as autoritárias. A criação de um sistema estatal, concebido por Vargas e posto em prática, pelo presidente venezuelano Hugo Chávez, ou a censura pura e simples, executada por Juscelino Kubitschek, permanecem como os únicos marcos de controle, ainda que autoritário, sobre o segmento de mídia.

Isto não se deve à ausência de formulações acerca do papel intrusivo, ilegítimo, ou de usurpação da função das instituições políticas cumprido pela televisão – pelo contrário, estas são relativamente abundantes. Elas podem ser encontradas, por exemplo, em Karl Popper, Giovanni Sartori, entre outros autores, todos referidos ainda na introdução deste trabalho.

Contudo, permanecem raras formulações que deem conta de um controle público e não censório sobre a TV. Os intelectuais parecem não ter se saído melhor que os estadistas na busca da solução para contradição entre a soberania e o direito de informação. Como se sabe, a soberania é a finalidade primeira do Estado (Art. 1º, inciso I, CF/1988) e cabe à Presidência seu exercício através do comando das Forças Armadas e da formulação da política externa. Como se viu no curso desse trabalho, a televisão

interferiu em todas estas funções, incluindo-se o uso das Forças Armadas para derrubar a Presidência. A TV sempre agiu em nome do direito à liberdade de informação.

6) Para uma agenda de pesquisas em televisão: – Nunca foi o propósito desse trabalho encontrar uma solução normativa para o problema do controle democrático da televisão. Entretanto, cumpre registrar que há no Brasil no âmbito do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e da Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ), um considerável acúmulo sobre o tema. Em grande medida isso se deve a Daniel Herz (1954-2006). Ele procurou desenvolver a ideia de um processo de alfabetização audiovisual para preparar o cidadão para relacionar-se criticamente com o conteúdo da televisão.

O processo pedagógico proposto por Herz possui duas dimensões: política e educativa. Ambas têm como fundamento o processo de conhecimento, a formação do sujeito cognoscente. A dimensão política destaca-se pela formação de mediações, como o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS), constituídas com o fito de dotar as instituições republicanas de conhecimento para decisão acerca de política de comunicação. O CCS era composto por três segmentos: o dos proprietários dos meios de comunicação, o dos trabalhadores dos veículos de mídia e as entidades da sociedade civil. O CCS não era deliberativo, nunca foi esse seu propósito; tratava-se de produzir massa crítica sobre as grandes questões da comunicação para informar o processo decisório do Congresso Nacional. Entre suas atribuições, estavam as denominadas “questões de conteúdo” dentro das quais cabe o debate feito nesse trabalho: o agendamento, o veto player e substituição. Logo após a morte de Daniel Herz, o Conselho foi extinto. Sua trajetória, apesar de curta, é extremamente rica: integra um programa de pesquisas sobre a televisão e a Presidência da República no Brasil.

A maior vitória de Daniel Herz, cujos efeitos perduraram para além da extinção da Lei, foi a legislação da TV a cabo. Ela ilustra a dimensão política do processo pedagógico através da criação de TVs comunitárias além da criação das TVs Câmara, Senado, e do Poder Judiciário. Trata-se da operacionalização da conhecida ideia de Marx, segundo a qual só se conhece aquilo que se produz. Envolver as instituições políticas e a própria cidadania (caso da TV comunitária) com a produção de conteúdo audiovisual é parte do esforço em dotar as instituições de capacidade crítica e cognoscente para avaliar e discutir a produção realizada pelas televisões comerciais.

Na dimensão educativa, havia o propósito educativo de incluir no âmbito do ensino básico e fundamental disciplinas de alfabetização audiovisual. A ideia autoexplicativa era de preparar o cidadão “para o conhecimento e a ação”. Merece especial atenção a ideia de um *Ombudsman* da Mídia: um programa de televisão para discutir a radiodifusão e o segmento impresso. Tratava-se de reunir especialistas com diferentes visões para discutir o processo de cobertura feito pelos veículos e sua disseminação, cobrindo desde o aspecto estético até o mérito do conteúdo político. Estas são apenas as iniciativas de maior vulto, suficientes para ilustrar a preocupação da criação de um processo de controle democrático, não autoritário e não censório. Mantem-se fiel ao pressuposto do liberalismo político segundo qual, na democracia, o controle deve caber ao cidadão, mas distancia-se do liberalismo apregoado pelos donos da mídia, segundo os quais o seletor de canais é a única forma de a cidadania interferir na produção midiática. O pressuposto pedagógico de Daniel é o mesmo da democracia aristotélica: mais importante do que censurar é saber distinguir o bom conteúdo audiovisual (estético formativo) do conteúdo de mau gosto, ou politicamente manipulatório. Em suma, seja no âmbito político ou no educacional, o fundamento do controle é o conhecimento. Trata-se de educar para decidir.

Contudo, após a morte de Daniel Herz, tanto o CCS quanto a Lei do Cabo foram extintos. Ironicamente, as duas Leis aprovadas durante o governo liberal de Fernando Henrique Cardoso foram revogadas durante a vigência dos mandatos dos governos de esquerda de Lula e Dilma. O paradoxo se explica em grande medida devido ao papel do indivíduo. A ação pessoal de Daniel Herz era parte considerável do ânimo e do alcance de instituições como o FNDC e a FENAJ.

Mais uma vez o país debate-se entre soluções extremas que vão da censura à licenciosidade com a mídia. A regressão do debate ilustra a falta que faz o Conselho. Ele foi concebido com a finalidade de evitar um descontrole dos meios de comunicação e garantir a ascendência do público sobre o privado, evitando a usurpação das instituições políticas pelo poder e capital privado. Procurava justamente evitar a atuação política perniciosa da imprensa, descrita por Wanderley Guilherme dos Santos:

A grande imprensa levou Getúlio ao suicídio, com base em nada; quase impediu Juscelino de tomar posse, com base em nada; levou Jânio Quadros à renúncia, aproveitando-se da maluquice dele, com base em nada; tentou impedir a posse de Goulart, com base em nada. A grande imprensa, em países em desenvolvimento, é a grande porca das instituições (SANTOS, 2005).

As palavras do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, supracitadas, dão o tom da participação e envolvimento dos meios de comunicação nos processos políticos no período entre 1950 e 1964. O intervalo de quatorze anos foi o tempo em que a televisão deixou de ser apenas um artigo de luxo e cumpriu boa parte do caminho previsto por Chateaubriand ainda no seu discurso de inauguração. Tornou-se “o instrumento mais subversivo de manipulação da opinião pública” e, por isso mesmo, uma fonte constante de preocupação para o Estado e todos os envolvidos nas disputas políticas.

O futuro da televisão como meio de manipulação política e de conquista consentida estava reservado no Brasil a ter um papel de amplo destaque. Nos anos vindouros (1964-1985), caberia à televisão ser a estrela do projeto de integração nacional e, depois, de consolidação da modernização conservadora. Contudo, a cobertura desse período também se constitui em uma nova agenda de pesquisa, que o autor, na medida de suas forças e capacidades, pretende desenvolver no curso dos anos vindouros.

Este trabalho não pretendeu ser a versão definitiva e acabada desses quatorze anos. Para além do estudo dos períodos futuros, pretende enriquecer-se a partir das críticas e sugestões. Entretanto, tem a pretensão de ter estabelecido uma agenda transdisciplinar acerca do tema Presidência da República e Televisão.

Bibliografia:

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo**. São Paulo: CIA das Letras, 1988.

ADIB, Jorge. **Quem te viu e continua te vendo...** .In: **OLIVEIRA SOBRINHO**, José Bonifácio de. **50 anos de TV no Brasil**. São Paulo: Editora Globo, 2000.

AGE, Philip. **Dentro da Companhia – Diário da CIA**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ALLEN, Gary. **The Rockefeller File**. California: 76 Press, 1976.

ALVES, Vida. **TV Tupi uma linda história de amor**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.

AMORIM, Edgar Ribeiro de. **TV Excelsior aspectos históricos**. In: **MOYA**, Álvaro de. Glória in Excelsior: a História da TV Excelsior. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

ANKERKRONE, Elmo Francfort. **A Inauguração de Brasília**. Disponível em: <<http://www.sampaonline.com.br/colunas/elmo/coluna2001jul27.htm>>. Acesso em 08/10/2010.

ARAGÃO, Amanda Pereira. **Estimativa da contribuição do setor do petróleo ao produto interno bruto brasileiro: 1955/2004**. Dissertação de mestrado apresentada a pós-graduação da Universidade federal do rio de Janeiro, 2003.

ARGOLO, José, **RIBEIRO**, Kátia e **FORTUNATO**, Luiz Alberto. **A direita explosiva no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUD, 1996.

AVELAR, Lúcia & **CINTRA**, Antônio Octávio. **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e UNESP, 2007.

ÁVILA, Carlos Rodolfo Améndola. **A Teleinvasão a participação estrangeira na Televisão do Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

BALEEIRO, Aliomar e **LIMA SOBRINHO**, Barbosa. **A Constituição de 1946**. Brasília: Centro de Ensino à Distância, 1987.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart as lutas sociais no Brasil 1961-1964**. Brasília / Rio de Janeiro: Editora Revan / UNB, 2001.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença Dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O pentágono quis invadir o Brasil**. Entrevista a DW-World. Disponível em: <<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,1450782,00.html>>. Acesso 08/10/2010.

BARACHO, Maria Luiza Gonçalves. **Em Preto e Branco o Início da Televisão em Curitiba**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

BARRETO, Carlos Eduardo Paes. **A Saga do Petróleo Brasileiro**. São Paulo: Nobel, 2000.

BARROS, Jefferson. **Golpe mata Jornal**. Porto Alegre: Já Editores, 1999.

BELTRÁN, Luis Ramiro e **CARDONA**, Elizabeth Fox. **Comunicação dominada, os Estados Unidos e os meios de comunicação da América Latina**. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BENEVIDES, Maria Victória. **A era JK**. In: **Nosso século 1945/1960**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

BERGESCH, Walmor. **Os televisionários**. Porto Alegre: Editora Ardotempo, 2010.

BEZERRA, Gustavo Henrique Marques. **Brasil-Cuba relações político-diplomáticas no contexto da Guerra Fria (1959-1986)**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.

BIAL, Pedro. **Roberto Marinho**. Rio de Janeiro Jorge Zahar editora/ memória Globo, 2005.

BIROLI, Flávia. **Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960)**. Rev. Bras. Hist. vol.24 n° 47. São Paulo, 2004. Disponível in: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100009&script=sci_abstract>. Acesso 05/04/2010.

BLACK, Jan Knippers. **United States penetration of Brazil**. Philadelphia: *University of Pennsylvania Press*, 1977.

N. **BOBBIO** & N. **MATTEUCCI** & G. **PASQUINO** (eds). **Dicionário de política**. Brasília: 11ª. ed Edunb., v. 1 e 2.

BOGART, Leo, 1995. "Three views of Advertising: a review essay". In *Journal of Advertising Research*, julho/agosto 1995, pp.63-68.

BOJUNGA, Claudio. **JK o artista do impossível**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2010.

BORGERTH, Luiz Eduardo. **Quem e como fizemos a TV Globo**. São Paulo: A Girafa, 2003.

BORGHI, Hugo. **A força de um destino**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Constituinte de 1946**. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da universidade Estadual de Campinas. 1998.

BRASIL. **Congresso Nacional. CPI da Shell e da Esso**. Resolução n °. 190, de 21 de jan. Publicada no Diário Oficial do Congresso Nacional. Brasília, 30 de Jan. de 1959.

BUCCI, Eugênio. (org.). **A TV aos 50 anos: criticando a TV brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

BUSETTO, Áureo. **Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão**. Rev. Bras. Hist. vol.27 no. 54. São Paulo, Dec. 2007. < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-1882007000200010&script=sci_arttext&tlng=eng#nt02 >. Acesso em: 12/04/2010.

CABESTRÉ, Sônia Aparecida **Contextualizado as Relações públicas e a entrada das multinacionais no Brasil**. p-p.103-136. In: **MOURA**, Cláudia Peixoto de (Org.). **História das Relações Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

CALMON, João. **Amor de apache**. O Jornal. Rio de Janeiro, 29 julho de 1962.

CALMON, João. Minhas bandeiras de luta. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.

CÂMARA, Geraldo. In: Blog do Geraldo Câmara. In: Alagoas em tempo real. Disponível em: <<http://www.alemtemporeal.com.br/?pag=blog&cod=&b=115&pg=8&arquivo>>. Acesso em 08/10/2010.

CAMPOS, Roberto. A lanterna na popa. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CANDEIRA, Karla. A televisão segundo Fernando Barbosa Lima. 4/7/2007. Disponível em observatório da Imprensa: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=440IPB008>>. Acesso em 15/03/2011.

CAPARELLI, Sérgio. Comunicação de massa sem massa. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

CAPARELLI, Sérgio. Televisão e capitalismo no Brasil. Porto Alegre: L&PM, 1982.

CAPITANI, Avelino Bioen. A Rebelião dos marinheiros. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

CARR, Edward, *Vinte Anos de Crise: 1919-1939.* Brasília: Ed UnB, 1980.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. A Rede da Democracia, O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na Queda de João Goulart. Niterói: Editora da UFF, 2010.

CASTRO, J. Almeida. Tupi pioneira da televisão brasileira. São Paulo: Fundação Assis Chateaubriand, 2000.

CASTRO, Nilo André Piana de. Cinema e ditadura militar, Porto Alegre: Da Casa Editora/Secretária Municipal de Cultura, 2001.

CASTRO, Nilo André Piana de. Cinema em Porto Alegre 1939-1942: a construção da supremacia. Porto Alegre: PUCRS, dissertação de Mestrado, Pontifícia universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2002.

CASTRO, Nilo André Piana de e SCHÖREDER, Celso Augusto. Globo: Empresa ou Partido. Posfácio. In: **HERZ, Daniel. A História Secreta da Rede Globo.** Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2009.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: UNB, 2002.

CERVO, Amado Luiz. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871) In; Saraiva Sombra. Relações internacionais: entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1815-1947) Brasília. Instituto Brasileiro de Relações internacionais /FUNAG:2001.

CHAGAS, Carlos. O Brasil sem retoque, 1808-1964. Vol.1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CHAGAS, Carlos. O Brasil sem retoque, 1808-1964. Vol.2. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CHANDLER Jr., Alfred D. Scale and Scope: the dynamics of industrial Capitalism. First Harvard University Press Paperback edition, 1994.

CHATEAUBRIAND, Assis. Entrevista a Revista Time: **The Hemisphere: Empire-Building Educator**, 29/01/1951. Disponível in: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,821451,00.html#ixzz1MYFWPkLZ>. Acesso em 03/07/2011.

CLARK, Walter. Com **PRIOLLI**, Gabriel. **O campeão de audiência**. São Paulo; Editora Nova Cultural / Editora Best Seller, 1991.

CLINTON, Hillary. In: Batalhas na Esfera de Informação: Não É Preciso Nenhum Vencedor Voz da Rússia. <http://portuguese.ruvr.ru/2011/03/03/46920642.html>. Acesso 18/06/2011.

Congresso Nacional. CPI da Shell e da Esso. Resolução n.º. 190, de 21 de jan. Publicada no Diário Oficial do Congresso Nacional. Brasília, 30 de Jan. de 1959.

COLBY, Gerard Com **DENNET**, Charlotte. **Seja feita a vossa vontade**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do planalto a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: CIA das Letras. 1999.

CORSI, Luiz Francisco. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: UNESP. 1999.

COSTA, Alcir Henrique da. **Rio e Excelsior: projetos fracassados**. In: **Um país no ar história da TV brasileira em 3 canais**. **COSTA**, Alcir Henrique da, **SIMÕES**, Inimá Ferreira & **KEHL**, Maria Rita. São Paulo. Brasiliense, 1986.

COUTINHO, Lourival e **SILVEIRA**, Joel. **Petróleo do Brasil: Traição e Vitória**. Rio de Janeiro: Editora Coelho Branco, 1957.

COUTO, Ronaldo da Costa. **Brasília Kubitschek de Oliveira**. Rio de Janeiro: Record/Ministério da Cultura, 2001.

CPDOC Dados também disponíveis no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas In: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Televisao>>. Acesso em 05/10/2010.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Geração Editorial/Edusp, 2000.

DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Ed. USP, 1997.

DALPICOLA, Sandro. **Uma nova luz na sala: Histórias da TV Paranaense**. Curitiba: AROWAK, 2010.

DANTAS, Francisco de San Tiago. **Política Externa independente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

D'ARAÚJO, Maria Celina e **CASTRO**, Celso. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DELGADO, Márcio de Paiva. **“O golpismo democrático Carlos Lacerda e jornal a Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)”**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa da Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2006.

DIAS, José. Vida e morte da TV que criou o conceito e rede - Entrevista de José Dias a Gonçalo Junior. PP-301-331. In MOYA, Álvaro de. Glória in Excelsior: a história da TV Excelsior. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

DIAS, Marcia Ribeiro. Projeção da imagem partidária nas estratégias de campanha na televisão: uma análise do HGPE 2002. In: Dados Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 48 NO. 1, 2005, pp.149-187.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

DULLES, John W. F. Carlos Lacerda a vida de um lutador. Vol. I 1914-1960. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

DULLES, John W. F. Carlos Lacerda a vida de um lutador. Vol.II 1960-1977. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2000.p.112.

DUTRA, Eloy. IBAD - A Sigla da Corrupção. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

ERNANNY, Drault. Meninos eu vi... e agora posso contar. Rio de Janeiro: Record, 1988.

ESQUENAZI, Rose. No túnel do tempo, uma memória afetiva da TV brasileira. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1993.

FALCÃO, Armando. Tudo a declarar. Rio de Janeiro: Editora nova Fronteira, 1989.

FAORO. Raymundo. Os donos do poder. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1973. 2vol.

FARRETO, Luiz Arthur. O Golpe de 1964 e a institucionalização da indústria de Radiodifusão sonora Gaúcha. Trabalho apresentado ao grupo Temático Audiovisual do VIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul (Intercom Sul 2007). In: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0012-1.pdf> . Acesso 04/07/2011.

FEJES, Fred, 1983 "The US in Third World Communications: Latin America, 1900- 1945". In: *Journalism Monograph*, n., 86.

FERNANDES, Hélio. Entrevista ao projeto memória da Imprensa Carioca. 10/06/2002 concedida a Anthony Devalle e Maria Aparecida Costa. Disponível em: <[http://www.cte.uerj.br/ download/helio_fernandes.pdf](http://www.cte.uerj.br/download/helio_fernandes.pdf)>. Acesso em 12/08/2010.

FERRARI, Alceu R. Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes. Dados preliminares. in *Cadernos de Pesquisa*, nº52, São Paulo, fevereiro de 1985, p-p. 35-49.

FERREIRA, Paulo Cesar. Pilares via satélite, da Rádio Nacional a Rede Globo. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1998.

FIGUEIREDO, Lucas. Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927-2005. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FNDC. Bases de um Programa para a Democratização da Comunicação no Brasil - PropostadeCaminhos e Atitudes para Transformações Revolucionárias na Esfera Pública do País. V Plenária do FNDC, em Salvador, de 29 a 31/07/1994 [Carta de Salvador], p. 3-B.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas: o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FRANCFORT, Elmo. Av. Paulista, 900: a história da TV Gazeta. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

FREIRE FILHO, João. História da Televisão: Teoria e Prática. Trabalho apresentado no NP 07 - Comunicação Audiovisual no XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Porto Alegre RS, 2004. **FREIRE FILHO, J.B.M. História da Televisão: Teoria e Prática.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27, 2004. Porto Alegre. Anais. São Paulo: Intercom, 2004. CD-ROM. <http://hdl.handle.net/1904/17720>.

FURTADO, Celso. A Pré-revolução brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Rubens. Programação I – Da Rede Tupi à Rede Manchete, uma visão histórica. In: **MACEDO, Cláudia, FALCÃO, Ângela, e ALMEIDA, Candido José Mendes de. TV ao Vivo depoimentos.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

GAMBINI, Roberto. O duplo jogo de Getulio Vargas. São Paulo: Símbolo Edições, 1977.

GASPARI, Élio. A ditadura Envergonhada. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GENTILLI, Victor. Apogeu e queda sistema midiático e crise do jornalismo Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da120320031.htm>>. Acesso 08/10/2010.

GENTILLI, Victor. Democracia de massa: jornalismo e cidadania. Porto Alegre: Edipucrs, 2005

GORDON, Lincoln. A segunda chance do Brasil. São Paulo: SENAC, 2002.

GORENDER, Jacob. O combate nas trevas. Rio de Janeiro; Editora Ática, 1988.

GOULART, João. Entrevista de João Goulart em 07/09/1961. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=IRhjziew9xg&feature=related>>. Acesso em 24/03/2011.

GURGEL, J. B. Serra e. Cronologia da Evolução Histórica das Relações Públicas. Brasília: Linha Gráfica e Editora, 1985.

GUSHIKIN, Yuji. Estudos em relações públicas e o pensamento latino-americano em comunicação. p-p.71-88. In: **MOURA, Cláudia Peixoto de (Org.). História das Relações Públicas.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

HABERMANS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAINES, G.K., 1977. “Under the Eagle’s Wing: The Franklin Roosevelt Administration forges an American hemisphere”. *Diplomatic History*, n. 1, 1977, pp. 373-388.

HENRY, James S. Na Excerpt from *The blood bankers*. 2004. Disponível em: <http://www.submergingmarkets.com/submerging_markets/brazils1964coupanniversarycjs2004.pdf>. Acesso em 08/10/2010.

HERZ, Daniel. Aspectos da história da radiodifusão no Brasil: 1919-1960. Dissertação apresentada para conclusão de Curso de Comunicação Social Habilitação em Jornalismo. São Leopoldo UNISINOS, 1977.

HERZ, Daniel. História secreta da Rede Globo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

HERZ, Daniel (1992) “Omissão da Sociedade Civil assegura usurpação do público”. *XV Congresso de Estudos Interdisciplinares da Comunicação Intercom*. GT de Políticas Públicas. 14 a 17/10/1992, São Bernardo do Campo, SP.

HINGST, Bruno. Uma visão histórica da Televisão no Brasil. Faculdade Casper Libero-Libero. Nº. 2/12, São Paulo, 2004. p-p. 24-39.

HILTON, Stanley. O ditador e o embaixador. Rio de Janeiro: Record, 1987.

Homenagem a Walter Poyares, 25 de abril de 2002. Disponível em: <<http://www.sinproprp.org.br/Clipping/2002/147.htm>>. 05/07/2010.

IANNI, Octávio. Estado e planejamento econômico no Brasil: (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1977.

IBGE. Serviço de Estatística da Educação e da Saúde. Anuário Estático do Brasil 1963. Rio de Janeiro: IBGE, v. 24. 1963.

JORGE, Fernando. Cala Boca Jornalista. São Paulo: Editora Vozes, 1987.

KARA, Göktuğ. An Analysis of the Development and the Importance of Oil and Gas Resources in Russia and their Relationship to the Russian Economic Growth and Foreign Policy. Bilkent University, Ankara. Supervisor: Prof. Norman Stone. September 2008.

KILPP, Suzana. Apontamentos para uma história da televisão no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Editora Unissinos, 1999.

KLÖCKNER, Luciano. O Repórter Esso e a globalização: a produção de sentido no primeiro noticiário Radiofônico Mundial. Campo Grande IV Congresso Brasileiro de Comunicação promovido pela sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. set2001. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP6KLOCKNER.pdf> .

KLÖCKNER, Luciano. O Repórter Esso: a síntese radiofônica mundial que fez história. Porto Alegre: AGE Editora/ Edipucrs, 2008.

KUCISKI, Bernardo. Síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1996.

KWAK, Gabriel. O trevo e a vassoura os destinos de Jânio Quadros e Adhemar de Barros. São Paulo: A Girafa, 2006.

LACERDA, Carlos. Depoimento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

LANGGUTH, A.J. A face oculta do terror. São Paulo: Civilização Brasileira. 1979.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Lacerda X Wainer, O corvo e o bessarabiano. São Paulo: Editora Senac, 1998.

LACHINI, Claudio. Um revolucionário perplexo, biografia de Herbert Victor Levy. São Paulo: Forum de Líderes. 2002.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. O Governo Juscelino Kubitscheck. FGV CPDOC. In: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Televisao>>. Acesso em 09/02/2011.

LEBEL, Jean-Patrick. Cinema e Ideologia. Coleção teoria nº 15. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

LIMA, Fernando Barbosa. Nossas câmeras são seus olhos. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

LINS, Bernardo e. Da censura de costumes à censura política: o episódio da “portaria rolha”. In: INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região- Centro-Oeste – Goiânia – GO de 27 a 29 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/regional/resumos/R21-0716-1.pdf>>. 06/04/2010.

LOBATO, Elvira. Globo usou papéis falsos para comprar TV paulista, dizem herdeiros. Folha de S. Paulo. 17/07/2002. Disponível In: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u51401.shtml> .

LOPES, Vera de Oliveira Nusdeo. A Lei da Selva. In: **BUCCI, Eugênio.** (org.). **A TV aos 50 anos: criticando a TV brasileira no seu cinquentenário.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

LÓPES, Odilon. A fuga de Jango. Memória RBS, 1988. Vídeo disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=d4781CipW8k>>. Acesso em 08/10/2010.

LÓPES, Odilon A. Movidos pelo carisma de um revolucionário. In: **CHEUICHE, Alcyr** (Org.). **Nós e a legalidade, depoimentos.** Porto Alegre: Editora AGE, 1991.

LÓPES, Odilon. In: **MARKUN, Paulo e HAMILTON, Duda** (Org.). **1961 – Que as armas não falem.** São Paulo: Editora do SENAC, 2001.

MACEDO, Cláudia, FALCÃO, Ângela, e ALMEIDA, Candido José Mendes de. TV ao Vivo depoimentos. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MAGALHÃES, Juracy. Minhas memórias provisórias. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1982.

MAGESTE, Paula. Soldados da Borracha. Revista Época. In: <<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT703947-1664,00.html>>. Acesso em 19/11/2010.

MALTA, Adilson Pontes. Comecei aos onze. IN: **OLIVEIRA SOBRINHO, José Bonifácio de. 50 anos de TV no Brasil.** São Paulo: Editora Globo, 2000.

MARINHO, Roberto. Uma trajetória liberal. Rio de Janeiro: Top Books,1992.

MARKUN, Paulo e HAMILTON, Duda. 1961 o Brasil entre a ditadura e a guerra civil. São Paulo: Benvirá, 2011.

MATTELAT, Armand. **Multinacionais e sistemas de comunicação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1977.

MATTELART, Armand. **A comunicação-mundo: História das ideias e das estratégias**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

McMILLAN, James e **HARRIS**, Bernard. **A Invasão econômica americana**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1968.

McCULLOUGH, David. **1776**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005.

MEDEIROS, Benício. **A Rotativa Parou: Os últimos dias da Última Hora de Samuel Wainer**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MEARSHEIMER, John J. **A Tragédia Política das Grandes Potências**. Lisboa: Gradiva, 2001.

MELLO, Kátia. Entrevista, Gerard Colby e Charlotte Dennett. **Jornalistas contam em livro as tramas de Nelson Rockefeller, do missionário Townsend e da CIA para conquistar a Amazônia e a América Latina**. Disponível em Istoé on Line acesso em 13/10/2010.: http://www.terra.com.br/istoe-temp/1626/1626vermelhas_2.htm.

MELO, Demian Bezerra de. **O Plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói 2009.

MENDONÇA. Maria Gusmão de. **O Demolidor de Presidentes**. São Paulo: Codex, 2002.

MESQUITA, Humberto. **Tupi: a greve da fome**. São Paulo: Cortez, 1982.

MIGUEL, Luis Felipe. **Retrato de ausência a mídia nos relatos da história política do Brasil**. Rev. Brás. Hist. Vol.20 n° 39, São Paulo, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe. **Meios de comunicação de massa e política no Brasil**. Diálogos Latinoamericanos, n.º 003. Universidad de Aarhus. pp.43-70. 2001.

MIGUEL, Luis Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política**. Lua Nova, São Paulo, n.55-56, p. 155-184, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. **Segurança e Desenvolvimento: peculiaridades da ideologia de segurança nacional no Brasil**. Diálogos Latino Americanos n° 005, Dinamarca Universidade de Aarhus. pp.40-56, 2002a.

MIGUEL, Luis Felipe. *Capital Político Eleitoral: Algumas Variáveis na Eleição para o Congresso Nacional Brasileiro*. *Revista Sociologia e Política*, n. 20, pp. 115-134. Curitiba, jun. 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. **Mídia e opinião pública**. In: **AVELAR**, Lúcia & **CINTRA**, Antônio Octávio. **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e UNESP, 2007.

MORAIS, Fernando. **Chatô, o rei do Brasil**. São Paulo CIA das Letras, 1994.

- MORAIS NETO**, Geneton. **Dossiê Brasil: a história por trás da história recente do país**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- MOREL**, Edmar. **O golpe começou em Washington**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- MOREL**, Edmar. **História de um Repórter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- MORRIS**, Charles R. **Os Magnatas**. Porto Alegre: L & PM, 2009.
- MORRIS**, Dick. **Jogos de Poder**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- MOURA**, Gerson. **Autonomia na dependência**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MOURA**, Gerson. **A campanha pelo Petróleo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MOURA**, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil**. Rio de Janeiro Brasiliense, 1988.
- MOURA**, Gerson. **Sucesso e ilusões relações internacionais do Brasil, durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- MOURA**, Nanielli Leal e **VAZ**, Tyciane Cronemberger Viana. **Chegada da TV no Brasil: uma história contada pelas páginas de O Cruzeiro**. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/1_Celacom%202010/arquivos/Trabalhos/89-ChegadaTVnoBrasil_Tyciane_Ranielle.pdf>. Acesso em 04/09/2010.
- MOURA**, Paulo Leão de. **Intercâmbio comercial entre o Brasil e a União Soviética**. Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, ano 4, n.6, dez.1961.
- MOURA**, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda contra o perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- MOURÃO FILHO**, Olympio. **Memórias: a verdade de um revolucionário**. Porto Alegre: L&PM, 1978.
- MOYA**, Álvaro. **Os Quadrinhos me ensinaram quase tudo**. In: **SOBRINHO**, José Bonifácio de Oliveira. **50 anos de TV no Brasil**. São Paulo: Editora Globo, 2000.
- MOYA**, Álvaro de. **Glória in Excelsior: a História da TV Excelsior**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.
- MOYA**, Álvaro de. **“EU também estava no 9”**. Entrevista para Alex Solnik em 27 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.semcartes.com/?p=38>>. Acesso em 10/03/2011.
- MURCE**, Renato. **Os bastidores do rádio: fragmentos do rádio de ontem e de hoje**. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1976.
- NERY**, Sebastião. **Grandes pecados da imprensa**. São Paulo: Geração Editorial, 2001.
- NETTO**, Accioly. **O Império de papel os bastidores de O Cruzeiro**. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1998.
- NEVES**, Flora. **Telejornalismo e poder nas eleições presidenciais**. São Paulo: Summus, 2008.

NOGUEIRA, Armando. In: **MACEDO**, Cláudia, **FALCÃO**, Angela, e **ALMEIDA**, Candido José Mendes de. **TV ao vivo depoimentos**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

NOVIS, Carlos Henrique. **Simonsen um império que foi pelos ares**. p.-345-389. In: **MOYA**, Álvaro de. **Glória in Excelsior: a história da TV Excelsior**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

NUNES, Augusto. **Olhares sobre 1964 dois dias apressam o fim: Os conservadores se assustaram com os discursos na Central do Brasil e no Automóvel Clube**. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/brasil/2004/02/28/jorbra20040228013.html>>. Acesso em 20/08/2010.

NUNES, Branca. **Dos Sonhos de JK as Vassouras de Jânio**. 2010. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/caca-ao-voto/uncategorized/dos-sonhos-de-jk-a-grande-cavalgada-da-vassoura>>. Acesso em 01/03/2011.

OLIVEIRA, Livia Fernandes de. **TV Mariano Procópio: representação e pioneirismo na história audiovisual de Juiz de Fora**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. **João Goulart na Imprensa**. Pinheiros: Annablumme, 2001.

OLIVEIRA SOBRINHO, José Bonifácio de. **50 anos de TV no Brasil**. São Paulo: Editora Globo, 2000.

ORENSTEIN, Luiz e **SOCHACZEWEWSKI**, Antônio Claudio. **Democracia com desenvolvimento: 1956-1961**. In: **ABREU**, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira, cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

PEDROSO, Elizabeth e **BIZ**, Osvaldo. **Participação Política Limites e Avanços**. Porto Alegre: Evangraf, 1992.

PENTEADO, J. R. Whitaker. **Relações públicas na empresa moderna**. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 1984.

PEREIRA, Paulo Gustavo. **Almanaque dos seriados**. São Paulo: Ediouro, 2008.

PEREIRA, Silvio Luiz Gonçalves: **Seleções do Raiders Digest, 1954-1964. Um mapa de intolerância política**. Apresentada á Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 2006.

PERIA, Milve Antônio. **Comprei ingresso para ver televisão**. In: São Paulo Minha Cidade. História publicada em 20/10/2009. Disponível em: <<http://www.saopaulominhacidade.com.br/list.asp?ID=3632>>. 08/10/2010.

PIERANTI, Octavio Penna, **CARDOSO**, Fabio dos Santos e **SILVA**, Luiz Henrique Rodrigues da. **Reflexões a cerca da política de segurança nacional: alternativa em face das mudanças no Estado** Rev. Adm. Pública vol.41 no.1 Rio de Janeiro Jan./Feb. 2007 disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122007000100003&script=sci_arttext>. Acesso em 07/04/2010.

PINHO NETO, Demosthenes M.. **O interregno Café Filho: 1954-1955**. In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

POPER, Karl e **CONDRY**, John. **Televisão um perigo para a democracia**. Lisboa: Gradiva, 2007.

PORTELLI, Hughes. **Gramsci e o Bloco Histórico**. São Paulo: Paz e Terra, 1990. p. 28.

PRIOLLI, Gabriel. **Antenas da brasilidade**. In: **BUCCI**, Eugênio. (org.). **A TV aos 50 anos: criticando a TV brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

RAMONET, Ignácio. **A Tirania da Comunicação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

RAMOS, Saulo. In: **MARTINS**, Ivan. **Um empresário que ninguém quer lembrar**. *ISTO É Dinheiro*, 14/abr/2004. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/7952_UM+EMPRESARIO+QUE+NINGUEM+QUER+LEMBRAR>. Acesso em 08/10/2010.

RAMOS, Saulo. **O código da vida**. São Paulo: Editora Planeta, 2007.

RAMOS, Saulo. **As memórias de Saulo Ramos**. Entrevista a Alex Solnik 27/09/2008. Sem Cortes. Disponível em: <<http://www.sem cortes.com/?p=35>>. Acesso em 10/03/2011.

REALI JUNIOR, Elpídio. **Às Margens do Sena**, depoimento a Gianni Carta. Ediouro / A.P.Quartim de Moraes, 2007.

REBOUÇAS, Edgar e **MARTINS**, Mariana. **Evolução da regulamentação da mídia eletrônica no Brasil**. Trabalho apresentado ao Gt. de mídia Audiovisual do V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo -31 de maio a 02 de junho de 2007. Disponível em: <<http://www.labcom.ubi.pt/ec/02/html/Reboucas-Martins-midia-electronica.html>>. Acesso em 05/08/2010.

RODRIGUES, Edson. **TV Excelsior - A criadora do padrão Globo de qualidade**. 07/02/2010. Disponível em: <<http://cincomeiasete.blogspot.com/2010/02/tv-excelsior.html>>. Acesso em 10/03/2011.

RODRIGUES, Fabiana. **Globo: concentrada e internacionalizada**. Razón Y Palabra México, fev.2010. <http://www.razonypalabra.org.mx/N/n64/varia/frodriques.html>>. Acesso em 12/02/2011.

ROLIM, Cesar Daniel de Assis. **Leonel Brizola e os setores subalternos das Forças Armadas Brasileiras (1961-1964)**. Porto Alegre, dissertação apresentada ao PPG de História da UFRGS, 2009.

ROUQUIÉ, Alain. **Os Partidos Militares no Brasil**. Editora Record: Rio de Janeiro, 1980.

SAITENFUS, Ricardo. **A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: Edipucs, 2000.

SALLES, Mauro. **No princípio era o caos**. In: **OLIVEIRA SOBRINHO**, José Bonifácio de. **50 anos de TV no Brasil**. São Paulo: Editora Globo, 2000.

SALVADOR, Roberto. In: **BASTOS**, Alessandra. Professor universitário conta fatos que marcaram história da Rádio Nacional. 2004 Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2004-06-29/professor-universitario-conta-fatos-que-marcaram-historia-da-radio-nacional>. Acesso 05/12/2011.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. **Feliz 1958, o ano que não devia terminar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira**. Rio de Janeiro: IUPERJ /Vertice, 1987.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "Wanderley Guilherme dos Santos analisa a crise". Entrevista para Maurício Dias. Revista Carta Capital, 17/06/2005.

SAROLDI, Luís Carlos e **MOREIRA**, Sonia Virginia. **Rádio Nacional, o Brasil em Sintonia**. Rio de Janeiro: Martins fontes/Funarte. 1984.

SASAKI, Daniel Leb. **Pouso forçado, a história por trás da destruição da Panair do Brasil pelo regime militar**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SAUNDERS, Francis. **Quem pagou a conta a CIA e a Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SELLERS, Charles, **MAY**, Henry e **McMILLEN**, Neil R. **Uma reavaliação da História dos Estados Unidos**. Rio De Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SHERWOOD, Robert E. **Roosevelt e Hopkins, uma história da segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira/ UNB e faculdade da Cidade, 1998.

SILVA, Ademir Ferreira da. Depoimento ao Museu da pessoa. Online. In: <http://www.museudapessoa.net/MuseuVirtual/hmdepoente/depoimentoDepoente.do?action=ver&idDepoenteHome=471&forward=HOME_DEPOIMENTO_VER_GERAL> acesso em 08/10/2010.

SILVA, Eduardo Gomes da. **A Rede da Democracia e o Golpe de 1964**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói agosto de 2008.

SILVA, Hélio. **1954: Um tiro no coração**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SILVA, Hélio. **1964 golpe ou contra-golpe**. Porto Alegre: L&PM, 1978a.

SILVA, Hélio. **História da República brasileira: o suicídio de Getúlio Vargas 1951 /1954**. São Paulo: Editora Três, 2004.

SILVA, Hélio. **História da República Brasileira: Desenvolvimento e democracia 1956-1960**. São Paulo: Editora Três, 2004a.

SILVA, Hélio. **A História da República brasileira a renúncia de Jânio 1961**. São Paulo: Editara Três, 2004b.

SILVA, Hélio. **A Fuga de João Goulart 1962/1963**. São Paulo: editora Três Ltd., 2004c.

SILVA, Heloisa Machado Conceição da. **Dá substituição de importações a substituição de exportações**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2004.

SILVA, Luís Sérgio Lima e. **TV Tupi do Rio de Janeiro uma viagem afetiva**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011.

SILVA JÚNIOR, Gonçalo. **O País da TV**. São Paulo: Conrad Livros, 2001.

SILVA JUNIOR, Gonçalo. **A Guerra dos Gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos 1930/1964**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

SILVA, Silmara Dela. **O Acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV com grande mídia**. Tese de Doutorado Apresentada ao Instituto de Estudos de Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

SILVEIRA, Joel. **Segunda Guerra Mundial: todos erraram inclusive a FEB**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

SIMIS, Anita. **Estado e cinema no Brasil**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1996.

SIMÕES, Inimá. **A nossa TV Brasileira: por um controle social da Televisão**. São Paulo: Senac, 2003.

SIMÕES, Inimá. **TV à Chateaubriand**. In: **COSTA**, Alcir Henrique da, **SIMÕES**, Inimá e **KEHL**, Maria Rita. **Um país no ar história da TV brasileira em 3 canais**. São Paulo: Brasiliense/ Forense, 1986.

SIMÕES, Inimá. **Nunca fui santa episódios da censura e autocensura**. In: **BUCCI**, Eugênio. (org.). **A TV aos 50 anos: criticando a TV brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

SIMPSON, Christopher. *The science of coercion: communications reserch and psychological warfare 1945-1960*. Oxford University Press, 1994.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SMULOVITZ, Catarina e **PERUZOTTI**, Enrique. (2001), "Accountabilitysocial: laotra cara delcontrol", em Peruzzotti, E. e C. Smulovitz(orgs.), Controlando da política: ciudadanos y medios en las nuevas democracias latinoamericanas. Buenos Aires: Temas.

SOARES, Geraldo. **Pedido de informação a Câmara sobre a concessão de um canal de televisão à Rádio Globo**. Correio do Povo. Porto Alegre 18 de setembro de 1955.

SOARES. Gláucio Ary Dillon. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

SODRÉ. Muniz. **O Monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Cláudia. **TV pública em pauta na ABI**. In: <http://www.abi.org.br/primeira_pagina.asp?id=3039>. Acesso em 08/10/2010.

SOUZA, Claudio Mello e. **15 anos de História, Jornal Nacional**. Rio de Janeiro. 1984.

SOUZA, Rivadavia de. **Botando os pingos nos is, as inverdades nas memórias de Samuel Wainer**. Rio de Janeiro: Record, 1989.

STADNIK, Célia. **Coronelismo Eletrônico**. Porto Alegre, FAMECOS-PUC/RS, 1991.

SZAFRANSKI, Richard. **Neocortical Warfare? The Acme of Skill**. *Military review*, November 1994, pp. 41–55. U.S. Army Command and General Staff College.

SZATKOSKI, Elenice. **O jornal o Panfleto e a construção do brizolismo**. Porto Alegre, Tese de Doutorado em História apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2008.

TÁVOLA, Artur da. **Televisão e Sociedade**. In: MACEDO, Cláudia, FALCÃO, Angela, e ALMEIDA, Candido José Mendes de. **TV ao vivo depoimentos**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

TENDLER, Silvio. **A Era JK**. Brasil 1982, P/B e cores 112min.

TEODORO, Gontijo. **Jornalismo na TV**. Rio de Janeiro: Editora TecnoPrint, 1980.

The Presidential Recordings- John F. Kennedy – Miller Center of Public Affairs – University of Virginia, USA. Disponível em: <<http://www.whitehousetapes.net/transcript/kennedy>>. Acesso em 08/10/2010.

TIME, **The Hemisphere: Empire-Building Educator**. 29/01/1951. In: <<http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,821451,00.html#ixzz1MYFWPkLZ>>. Acesso em 08/10/2010.

TOBIA, Simona. **Advertising America the United States Information Service in Italy (1945-1956)**. Milão: LED, Edizioni universitarie di lettere economia diritto, 2007.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo João Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TOTA, Antônio Pedro. **Imperialismo Sedutor**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

VARGAS, Getúlio. **Diário 1937-1942**. Vol. 2. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1995.

VAZ, José de oliveira. **TV Itacolomi sempre na liderança**. Belo Horizonte: Armazém das Ideias, 2008.

VICTOR, Mário. **Cinco anos que abalaram o Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

VICTOR, Mário. **A batalha do petróleo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

VILLA, Marco Antônio. **Jango um perfil (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Globo, 2004.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951-1954**. Petrópolis; Editora Vozes, 1995.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A Política Externa do Regime Militar brasileiro. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1998.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. História do Século XX. Porto Alegre: Novo Século, 1998b.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Política externa brasileira durante o regime militar: satélite dos Estados Unidos? In: **CASTRO, Nilo André Piana de. Cinema e ditadura militar.** Porto Alegre: Da Casa Editora/ Secretária Municipal de Cultura, 2001.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Relações internacionais do Brasil de Vargas a Lula. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2008.

WAINBERG, Jacques A. O império das palavras. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

WAINER, Samuel. Minha razão de viver. Rio de Janeiro: Record, 1987.

WALTERS, Vernon A. Missões silenciosas. Rio de Janeiro: Record, 1980.

WALTERS, Vernon A. Poderosos e humildes. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

WALTZ, Kenneth. Theory of International Politics. Illinois: Waveland Press, 2010.

WANDERLEY, Sônia. O campo televisivo e a política nacional (1950-1970). Trabalho apresentado ao NP2 – Jornalismo do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2005 Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1960-1.pdf>>. Acesso 08/10/2010.

WEINER, TIM. Legado de Cinzas. Uma história da CIA. Rio de Janeiro: Record, 2008.

XAVIER, Ricardo. Almanaque da TV. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

Artigos e textos eletrônicos:

Dados sobre TV também disponíveis no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas In: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Televisao>>. Acesso em 05/10/2010.

Dados do IBGE disponíveis em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm> 08/02/2011>. Acesso 12/02/2011.

FELHBERG, Carlos. Política pra políticos. Disponível em: <<http://www.politicaparapoliticos.com.br/interna.php?t=758215>>. Acesso em 08/10/2010.

Teses e dissertações:

Decretos presidências:

Decreto-lei nº 7.666, de 22 de junho de 1945. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126598/decreto-lei-7666-45>>. Acesso em 06/03/2011.

Decreto-lei no 8.167, de 9 de novembro de 1945. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126583/decreto-lei-8167-45>>. Acesso em 05/07/2010.

Decreto-lei Nº 29.783, de 19 de julho de 1951. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=107776>>. Acesso em 05/07/2010.

Decreto-lei Nº 30.363, de 03 de janeiro de 1952. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D30363.htm>. Acesso em 05/07/2010.

Decreto-lei Nº. 31.835/52. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=107776>>. Acesso em 05/07/2010.

Vídeos no Youtube:

Jânio Presidente Disponível no Youtube. <http://www.youtube.com/watch?v=BLuU1Bn41UA&feature=player_embedded>. Acesso em 01/03/2011.

Rio Honors Eisenhower Vídeo disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=xn9-7N9IJ04>>. Acesso em 08/10/2010.

Anexo 1

Quadro das Estações (emissoras) de televisão e Subestações de 1950-1979.

Ano	Cidade / Estado	Canal e TV	Grupo ou proprietário
1950	São Paulo/ SP	TV Tupi, canal 3 em 29/09/1960 passou a canal 4	Emissoras Associadas Assis Chateaubriand
1951	Rio de Janeiro/ RJ	TV Tupi, canal 6	Emissoras Associadas
1952	São Paulo/SP	TV Paulista, canal 5	Ortiz Monteiro/Depois OVC/ 1964 comprada por Roberto Marinho/1968 Globo SP
1953	São Paulo /SP	TV Record, canal 7	Paulo Machado de Carvalho
1955	Rio De Janeiro /RJ	TV Rio, canal 13	Pipa Amaral
1955	Belo Horizonte /MG	TV Itacolomi, canal 5	Emissoras Associadas*
1957	Santos / SP	TV Santos, canal 5	Grupo local ligado a TV Paulista e OVC/ Rebratel
1957	Santos/ SP	TV Record, canal, 7 **	Emissoras Unidas
1957	Guaratinguetá/SP	TV Record, canal 12 **	Emissoras Unidas
1957	Valinhos/ SP	Canais 3, 5 e 7*** de SP	Tupi, Record e OVC
1957	Campinas/ SP	TV Tupi, canal 3 **	Emissoras Associadas
1958	Petrópolis /RJ	TV Por cabos – canal 6 e canal 13 do RJ	TV Tupi e TV Rio
1959	Conselheiro Lafaiete/MG	**	Emissoras Unidas/ Pipa Amaral
1959	Juiz de Fora / MG	TV Juiz de Fora, canal 5 **	Emissoras Unidas / Pipa Amaral
1959	Nova Friburgo/ RJ	TV Nova Friburgo, canal 3**	Emissoras Unidas/ Pipa Amaral
1959	Campos do Goytacazes/ RJ	TV Campos, canal 8 **	Emissoras Unidas/ Pipa Amaral
1959	Rio de Janeiro / RJ	TV Continental, canal 9	Grupo Rubens Berardo
1959	Porto Alegre /RS	TV Piratini, canal 5***	Emissoras Associadas

1959	Belo Horizonte /MG	TV Belo Horizonte, canal 12	Emissoras Unidas/Pipa Amaral -1968 Globo
1959	Ribeirão Preto/SP	TV Paulista**	OVC
1959	Ribeirão Preto/SP	TV Tupi	Emissora Associadas
1959	Campos do Jordão	TV Paulista/ TV Record / TV Tupi** UHF	
1960	São Paulo/ SP	TV Excelsior, canal 9	Simonsen
1960	Brasília / DF	TV Brasília, canal 7	Emissoras Associadas
1960	Brasília/ DF	TV Nacional, canal 3	Governo Federal/ em 1963 passa transmitir alguns programas da Excelsior / de 1967 até 1971 transmite a Globo.
1960	Brasília/ DF	TV Alvorada, canal 8	Emissoras Unidas
1960	Recife /PE	TV Rádio Clube, canal 6	Emissoras Associadas
1960	Recife /PE	TV Jornal do Comércio, canal 2	Grupo Pessoa de Queiroz
1960	Goiânia /GO	TV Rádio Clube, canal 4	Emissoras Associadas
1960	Curitiba /PR	TV Paranaense, canal 12	Nagib Chede /ONC
1960	Salvador /BA	TV Itapoã, canal 5	Emissoras Associadas
1960	Fortaleza /CE	TV Ceará, canal 2	Emissoras Associadas
1960	Curitiba /PR	TV Paraná, canal 6	Emissoras Associadas
1960	São Paulo /SP	TV Cultura, canal 2	Emissoras Associadas
1960	Bauru / SP	TV Bauru, canal 2	OVC ****
1961	Belém /PA	TV Marajoara, canal 2	Emissoras Associadas
1961	Vitória /ES	TV Vitória, canal 6	Emissoras Associadas
1961	Campo Grande/MT /MS	TV Campo Grande	Emissoras Associadas
1961	Juiz de Fora /MG	TV Mariano Procópio, canal 3	Emissoras Associadas
1961	S. José do Rio Preto/ SP	TV Difusora, canal 8	Emissoras Associadas
1962	Porto Alegre/ RS	TV Gaúcha, canal 12	Sirotsky depois Simonsen
1962	Belo Horizonte/ MG	TV Alterosa, canal 4	Emissoras Associadas
1963	Londrina /PR	TV Coroados, canal 3	Diários Associados e Ronald Stresser depois grupo Paulo Pimentel e em 1976 Martínez – em 1979, Grupo

			Paranaense de comunicação
1963	São Luís /MA	TV Difusora, canal 4	Grupo Raimundo Bacelar
1963	Rio de Janeiro/ GB	TV Excelsior, canal 2	Simonsen
1963	Goiânia/ GO	TV Anhanguera, canal 2	Rede Excelsior depois em 1968 afiliada a Globo
1964	Uberlândia /MG	TV Triângulo, canal 8	Edson Garcia Nunes
1964	Florianópolis/ SC	TV Cultura Florianópolis/ Piratini de POA /depois TV Paranaense *****	Emissoras Associadas
1964	Juiz de Fora / MG	TV Industrial, canal 10	Sérgio Mendes, em 1980 foi vendida a Roberto Marinho passou a Globo Juiz de Fora, canal 5, atual TV Panorama
1965	Rio de Janeiro /GB	TV Globo, canal 4	Roberto Marinho
1965	Campo Grande/MT /MS	TV Morena, canal 6	Grupo Zahran
1965	Manaus/ AM	TV Manaura, TV a cabo em Manaus – funcionava com licença especial do Governo.	Funcionou entre 1965/1967 dela se originou a TV Ajuricaba
1965	Vitória/ES	TV Educativa do Espírito Santo ou TVE-ES, canal 2	Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo
1966	Campina Grande/PB	TV Borborema, canal 9	Emissoras Associadas
1967	Belo Horizonte /MG	TV Vila Rica, canal 7	Banco Real/ Simonsen
1967	Curitiba /PR	TV Iguaçu, canal 4	Grupo Paulo Pimentel GPP
1967	São Paulo /SP	TV Bandeirantes, canal 13	Saad
1967	Belém /PA	TV Guajará, canal 4	Família Castro / controle financeiro da Globo
1967	Manaus / AM	TV Ajuricaba, canal 38 UHF depois 20 UHF	Família Hauache, extinta em 1986
1968	Cuiabá / MT	TV Centro América, canal 4	Grupo Zahran Transmissões Experimentais inauguração oficial em 1969
1968	Conselheiro Lafaiete/ MG	**	Subestação antes pertencente a TV Rio Globo
1968	Juiz de Fora /MG	* *	Subestação antes pertencente a TV Rio Globo
1968	Recife/ PE	TV Universitária, canal 11	UFPE

1969	Apucarana /PR Maringá/ PR	TV Tibagi, canal 11	Grupo Paulo Pimentel GPP
1969	Porto Alegre /RS	TV Difusora, canal 10	Freis Capuchinhos
1969	Salvador /BA	TV Aratu, canal 4	Roberto Coelho/de 1969 a 1985 foi filiado a Globo caso da Nec
1969	Blumenau /SC	TV Coligadas, canal 3	Grande grupo de sócios / a principio devia ser afiliada a TV Tupi / mas as vésperas da inauguração filiou-se a Globo
1969	Santa Maria / RS	TV Imembuí, canal 13	Grupo Sirotsky
1969	Caxias do Sul / RS	TV Caxias, canal 8	Grupo Sirotsky
1969	Cuiabá /MT	TV Brasil Oeste, canal 8	Júlio Campos
1969	São Luís /MA	TV Educativa do Maranhão, canal 2	Fundação Roquete PintoACERP
1970	Florianópolis / SC	TV Cultura, canal 2	Repetidora da TV Coligadas de Blumenau
1970	Fortaleza / CE	TV Verdes Mares, canal 10	Grupo Edson Queiroz. Em 1973 passou transmitir para o interior do estado e em 1974 filiada a Globo
1970	São Paulo/SP	TV Gazeta, canal 11	Fundação Cásper Líbero
1970	Corumbá/ MT	TV Cidade Branca, canal 5	Grupo Zahran
1971	Manaus/ AM	TV Baré, canal 4	Emissoras Associadas
1971	Aracaju /SE	TV Sergipe, canal 4	(Albano Franco) Filiada as Emissoras Associadas depois em 1973 a Globo
1971	Brasília/DF	TV Globo Brasília, canal 10	Rede Globo/ Roberto Marinho
1971	Rio Preto / SP	TV Rio Preto, canal 8	Edson Garcia, filiada a Tupi /1978 passa a Record
1971	Ponta Grossa /PR	TV Esplanada, canal 7	Afiliada Tupi, depois Bandeirantes
1971	Manaus/ AM	TV Cultura do Amazonas, Canal 2	Fundação Rádio e Televisão Cultura do Amazonas - FUNTEC
1972	Uberaba /MG	TV Uberaba, canal 7	Afiliada das Emissoras Associadas
1972	Rio de Janeiro/GB	TV Educativa, canal 2	TV Brasil ACERP
1972	Recife /PE	TV Globo Nordeste, canal 13	Rede Globo/ Roberto Marinho
1972	Teresina /PI	TV Rádio Clube Piauí, canal 4	Valter Alencar, primeiro alternou programação da

			Rei e da Tupi/ em 1974 tornou-se filiada a Globo
1972	Pelotas /RS	TV Tuíti, canal 4	Grupo Sirotsky
1972	Erexim /RS	TV Erexim, canal 2	Grupo Sirotsky*****
1972	Manaus /MA	TV Amazonas, canal 5	Philippe Daou e associados constituem embrião da Rede Amazônica de Rádio e Televisão
1972	Natal/ RN	TV Universitária de Natal, canal 5	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1973	Fortaleza/ CE	TV Educativa Ceará, canal 5	Rede Educativa
1974	Porto Velho /RO	TV Rondônia, canal 4	Phillippe Daou - Rede Amazônica de Rádio e Televisão
1974	Rio Branco/AC	TV Acre, canal 4	Phillippe Daou - Rede Amazônica de Rádio e Televisão
1974	Porto Alegre/RS	TVE, canal 7	Governo do Estado do RS
1974	Boa Vista / RR	TV Roraima, canal 4	Rede Amazônica de Rádio e Televisão Phillippe Daou -
1974	Ji-Paraná/ RO	TV Ji-Paraná, canal 5	Rede Amazônica de Rádio e Televisão Phillippe Daou
1974	Uruguaiana / RS	TV Uruguaiana, canal 13	Grupo Sirotsky
1974	Maringá / PR	TV Cultura, canal 8	Samuel Silveira e Joaquim Dutra 1979 Roberto Marinho e Edmundo Lemanski
1975	Macapá /AP	TV Amapá, canal 6	Rede Amazônica de Rádio e Televisão Phillippe Daou -
1975	Maceió /AL	TV Gazeta, canal 7	Organização Arnon de Mello
1975	Goiânia/GO	TV Brasil Central, canal 13	Gov. de Est. de Goiás - Agência Goiana de Comunicação
1975	Aracaju /SE	TV Atalaia, canal 8	Walter Franco Filiada as Emissoras Unidas
1976	Belém/ PA	TV Liberal, canal 7	Organizações Rômulo Maiorana (ORM)
1976	Parintins / AM	TV Parintins, canal 7	Rede Amazônica de Rádio e Televisão Phillippe Daou
1976	Itacoatiara/ AM	TV Itacoatiara, canal 11**	Rede Amazônica de Rádio e Televisão Phillippe Daou
1976	Araguaína/ GO /TO	TV Anhanguera Araguaína, canal 11	Rede Anhanguera
1976	Vitória /ES	TV Gazeta, canal 4	Carlos Lindenberg

1977	Rio de Janeiro /RJ	TV Guanabara, canal 7	Bandeirantes
1977	Gurupi/GO / TO	TV Rio Formoso, canal 11	Rede Anhanguera
Ano	Cidade / Estado	Canal e TV	Grupo ou proprietário

Obs. Não existem dados detalhados sobre todas as emissoras essa tabela foi construída ao longo da pesquisa através de vários cruzamentos de dados, ela não pretende ser definitiva e nem mesmo completa, porém serve para ilustrar o crescimento, o direcionamento, e a concentração das estações de televisão no país nos seus primeiros 27 anos.

* As Emissoras Unidas adotaram esse nome para diferenciar-se das Emissoras Associadas, que ao contrário das Unidas eram todas do mesmo dono Assis Chateaubriand, posteriormente as Emissoras Unidas faziam parte da **REI -Rede de Emissoras Independentes** formada depois da viabilização das transmissões em rede pela Embratel (1969).

** Subestações e repetidoras levando sinais do Rio de Janeiro e de São Paulo pra o interior e, posteriormente, o mesmo se deu em outros grandes centros urbanos espalhados pelo país. Geradoras são concessões de televisão, ou seja, são emissoras que podem produzir e transmitir programação própria. Já as retransmissoras ou repetidoras são apenas estações com equipamento que retransmite ou repetem o sinal, assim levam o som e a imagem para regiões distintas das geradoras. Esses equipamentos foram necessários por causa da baixa amplitude das ondas FM de televisão e geralmente, eram colocados em média a cada 50 quilômetros para garantir a qualidade do sinal.

*** Segundo Wainberg (1997:141) rapidamente a emissora cobre todo Estado do Rio Grande do Sul com 83 repetidoras.

**** **TV Bauru** uma das primeiras do interior foi inaugurada por um grupo de empresários locais pela primeira vez em 1959, comprada e reinaugura 28/11/1960 pelo Grupo Victor Costa que a vendeu junto com a TV Paulista em dezembro de 1964 para Roberto Marinho, em 1968 passou a se chamar **TV Globo Oeste Paulista**.

***** Retransmissores da Piratini de Porto Alegre operados pela Rádio e televisão Cultura Ltda., da Sociedade Pro-desenvolvimento da Televisão em Florianópolis.

***** A TV Gaúcha além de contar com 4 emissoras no interior do Rio Grande do sul, na época já atingia 104 repetidoras e retransmissoras no interior do Estado. (KILPP, 2000:37).

Anexo 2

Números de Emissoras de TV outorgadas por ano (1956-1990) (MATTOS, Sérgio. **História da Televisão Brasileira, uma visão Econômica, social e política**. Petrópolis: Editora Vozes. 2002. p.121.

Ano período de governo	Presidente	Nº de concessões outorgadas
1956-1964	Juscelino Kubitscheck Jânio Quadros João Goulart	14
1964-1969	Castelo Branco (1967-1969) Costa e Silva (1967-1969)	23
1969-1974	Emílio G Médici	20
1974-1979	Ernesto Geisel	47
1979-1985	João Baptista Figueiredo	
1979		07
1980		04
1981		11
1982		08
1983		04
1984		12
1985-1990	José Sarney	
1985		22
1986		14
1987		12
1988		42
1990-1992	Fernando Collor de Mello	*

* O governo de Collor de Mello não concedeu nenhuma licença, no período de 90-91, por falta de regulamentação específica, mas em 1992 distribuiu algumas concessões de rádio e TV no final de sua gestão, numa tentativa de trocar canais por votos contra o impeachment.

*** Obs. Castro – As Emissoras Associadas de Chateaubriand chegaram a operar pelo menos três emissoras sem concessão, TV Brasília DF/ TV Vitória ES /TV Goiânia GO. (1960/1961).

Segundo Sônia Wanderley - “A importância crescente da Televisão como moeda de troca política é percebida no aumento proporcional do número de concessões outorgadas em todo período de 1950 a 1956 foram concedidas à exploração privada 19 canais, de TV aos quais se somam mais 14 concessões de 1956 a 1964, completando 33 concessões para o período de 14 anos que separam o surgimento da televisão no país do golpe civil-militar, em 1964. Até o final da década de 70, Estado outorgou 87 emissoras”.

Crescimento do número de aparelhos de televisão por ano: Fontes ABINEE 1962 a 1979, in: CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1982. p. 88.

Ano	Número de televisores	Ano	Número de televisores
1962	1.275 mil	1972	6.746 mil
1963	1.553 mil	1973	7.975 mil
1964	1.867 mil	1974	8.979 mil
1965	2.202 mil	1975	10.185 mil
1966	2.583 mil	1976	11.603 mil
1967	2.985 mil	1977	13.196 mil
1968	3.579 mil	1978	14.418 mil
1969	4.225 mil	1979	16.737 mil
1970	4.931 mil	1980	18.300 mil
1971	5.809 mil		

Dados das eleições referentes às eleições presidências

Eleição	Data	Presidente	Partido	Nº de Votos	%	Vice- Presidente
1ª.	02/12/1945	Eurico Gaspar Dutra 2º. Eduardo Gomes 3º. Yedo Fiúza	PSD UDN PCB	3.251.507 2.039.341 569.818	55,4% 34,9% 9,7%	Nereu Ramos PSD
2ª.	03/10/1950	Getúlio Vargas 2º. Eduardo Gomes 3º. Cristiano Machado	PTB UDN PSD	3.849.040 2.342.384 1.697.193	48,7% 29,6% 21,7%	Café Filho PSP
3ª.	03/10/1955	Juscelino Kubitschek 2º. Juarez Távora 3º. Adhemar de Barros	PSD/PTB UDN PSP	3.077.411 2.610.462 2.222.223	36% 30% 26%	João Goulart PTB
4ª.	06/10/1960	Jânio Quadros 2º. Henrique Lott 3º. Adhemar de Barros	UDN/PDC PSD/PTB PSP	5.636.623 3.846.825 2.195.709	48% 33% 19%	João Goulart PTB

Partidos	1945	1950	1954	1958	1962
PSD	52,8	37,0	35,0	35,3	30,3
UDN	29,0 (a)	24,4	22,7	21,5	23,4
PTB	7,7	16,8	17,2	20,2	29,8
PSP	(b)	7,9	9,8	7,7	5,4
PCB	4,9	-	-	-	-
Pequenos	5,6	13,9	15,4	15,3	12,2 (c)

(SOUZA, 1976: 144).

Anexo 3

Distribuição de percentual de Verbas de Mídia por veículo.

Ano	Televisão	Jornal	Revista	Rádio	Outros*
1962	24.7	18.1	27.1	23.6	6.5
1964	36.0	16.4	19.5	23.4	4.7
1966	39.5	15.7	23.3	17.5	4.0
1968	44.5	15.8	20.2	14.6	4.9
1970	39.6	21.0	21.9	13.2	4.3
1972	46.1	21.8	16.3	9.4	6.4
1974	51.1	18.5	16.0	9.4	5.0
1976	51.9	21.1	13.7	9.8	3.5
1978	56.2	20.2	12.4	8.0	3.2
1980	57.8	16.2	14.0	8.1	3.9
1981	59.3	17.4	11.6	8.6	3.1
1982	61.2	14.7	12.9	8.0	3.2
1983	60.6	13.3	12.2	10.5	3.4
1984	61.4	12.3	14.3	6.8	3.0
1985	59.0	15.0	17.0	6.0	3.0
1986	55.9	18.1	15.2	7.7	3.1
1987	60.8	13.2	16.3	6.2	3.5
1988	60.9	15.9	13.9	6.6	2.7
1989**	55.44	26.56	12.84	2.74	2.42
1991	56.0	27.4	9.2	5.1	2.3
1992	59.3	24.3	8.4	4.9	3.1
1993	53.0	34.0	9.0	5.0	1.0***
1994	56.9	26.0	8.4	4.3	4.4
1995	55.0	28.0	9.0	5.0	3.0
1996	59.0	25.0	9.0	4.0	3.0
1999****	49.0	38.0	11.0	-	2.0
2000					
2001					

Fontes revistas propaganda e Meio & Mensagem, Grupo Mídia, CBBA /Propeg, McCann-Erickson Brasil, projeto Intermeios, Nielsen Serviços de Mídia e Ibope Monitor. (MATTOS, Sérgio. **História da Televisão Brasileira, uma visão Econômica, social e política**. Petrópolis: Editora Vozes. 2002. p.56-57)

* Incluindo outdoor, cinema, pontos de vendas etc.

** Distribuição de verbas de mídia segundo Projeto Intermeios.

*** Apenas outdoor.

**** Segundo Estudo do Ibope Monitor, que não considera os investimentos em TV por Assinatura e rádio.

Alguns dados anteriores a tabela de Sérgio Mattos:

Em 1950 a televisão atraía 1% da verba publicitária. Se for levado em conta que existiam pouco mais de duzentos aparelhos de TV trata-se de um número expressivo.

Em São Paulo no ano de 1957 pela primeira vez as três emissoras de Televisão arrecadam mais que as 13 ou 14 emissoras de rádio. Se o rádio dispersava a publicidade a TV concentrava.
Em 1960 as verbas publicitárias em televisão chegavam 24% do total investido (CAPARELLI, 1982: 83).
Em 1962 foi o primeiro ano em que a televisão superou as verbas destinadas para os jornais impressos.

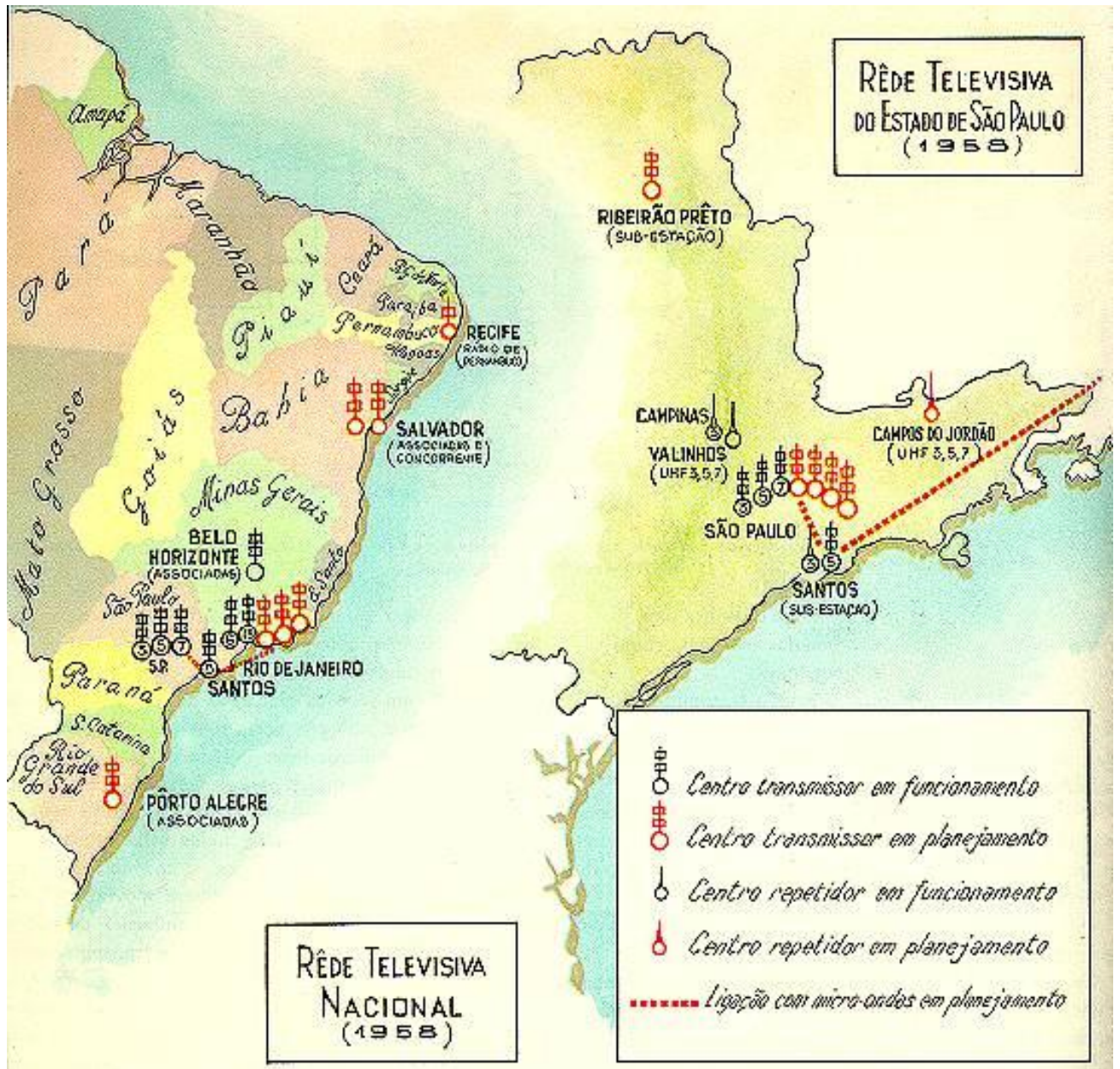
Anexo 4 – Parque nacional de refino: unidades, localização, e capacidade nominal de operação (m³/ dia de operação)

ARAGÃO, Amanda Pereira. **Estimativa da contribuição do setor do petróleo ao produto interno bruto brasileiro: 1955/2004**. Dissertação de mestrado apresentada a pós-graduação da Universidade federal do rio de Janeiro, 2003. P.60

Petrobras	Localização	Operação	Inaugural	(2003)
Refinaria Landulpho Alves - (Rlam)	Mataripe/BA	1950	398	50.050
Refinaria de Capuava - (Recap)	Mauá/SP	1954*	3.180	8.500
Refinaria Presidente Bernardes - (RPBC)	Cubatão/ SP	1955	7.160	27.000
Refinaria de Manaus - (Reman)	Manaus/AM	1956*	800	7.300
Refinaria Duque de Caxias - (Reduc)	Campos Elíseos/ RJ	1961	14.300	38.500
Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor)	Fortaleza/CE	1966	450	1.000
Refinaria Gabriel Passos - (Regap)	Betim/MG	1968	7.155	24.000
Refinaria Alberto Pasqualini - (Refap)	Canoas/RS	1968	7.150	30.000
Refinaria de Paulínia - (Replan)	Paulínia/SP	1972	20.000	58.000
Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar)	Araucária/PR	1977	20.000	30.000
Refinaria Henrique Lage - (Revap)	São José dos Campos/SP	1980	30.000	40.000
Particulares: Ipiranga	RS	1937	240	2.700
Manguinhos	RJ	1954	1.600	2.200

Fonte: Elaboração própria a partir de ANP (2004), Minadeo (2002), Tolmasquim *et al* (2000) Ipiranga (2005). Notas: Capacidade original: capacidade nominal quando a refinaria entrou em operação,*Adquiridas pela Petrobras em 1974. Cabe ressaltar que a diferença observada entre a participação do setor petróleo e a Petrobras é atribuída ao segmento de distribuição e comercialização dos derivados de petróleo, atividades em que a Petrobras, nunca teve o monopólio, e se caracterizavam por serem atividades fortemente representadas por grandes multinacionais, como por exemplo, Esso, Shell e Texaco.

Anexo 5 - fotos e ilustrações



Mapa da cobertura televisiva no Brasil em 1958 destaca em Santos o "centro transmissor em funcionamento" do canal 5 e a repetidora do canal 3.

Imagem: *Trópico Enciclopédia ilustrada em cores*, volume 5, pág. 778, Livraria Martins Editora, S. Paulo/SP, 1965.



Primeiro teste da TV Tupi Canal 3 de São Paulo 05 de julho de 1950 a inauguração do MASP, transmitida por circuito fechado pra o saguão do Prédio e para a Rua.



Na mesma ocasião o frei franciscano José de Guadalupe Mojica, antigo astro de Hollywood, cantou o bolero Besame. No mês seguinte seria exibido um filme sobre Getúlio Vargas.



Inauguração oficial da TV Tupi Canal 03 de São Paulo 18/09/1950. Reportagem revista O Cruzeiro: “A televisão para milhões”, 28 de out. de 1950.



Em um estabelecimento comercial o povo bestificado assiste o milagre da TV. Reportagem revista O Cruzeiro: “A televisão para milhões”, 28 de out. de 1950.



Atração para as famílias abastadas de São Paulo. Reportagem revista O Cruzeiro:
“A televisão para milhões”, 28 de out. de 1950



Em 1951, iniciasse a fabricação de televisores brasileiros a TV Invictus.



Funcionários posam em frente a fabrica da Invictus.



O primeiro modelo da Invictus, lançado em 1952.



Pronto para o mercado.



Em João Pessoa em 1952, Assis Chateaubriand “inaugura o comício eletrônico” no Brasil, quando concorria a vaga de senador. O dono dos Diários e Emissoras Associadas montou um sistema fechado de TV para transmitir as imagens de seu último comício para vários pontos do centro da cidade. Em 1956 Chateaubriand repetiria o truque em São Luís no Maranhão.



O Repórter Esso, lançado em 1952 manteve-se como o telejornal de maior sucesso até 1969, quando surgiu o Jornal Nacional. Na foto Heron Domingues no Canal 6 do Rio.



Chateaubriand na tela



Em 1953 Assis Chateaubriand lança Carlos Lacerda na TV para atacar Samuel Wainer e Getúlio Vargas.



TV Rio Inaugurada em 1955



Juscelino Kubitschek depois de realizar 100 programas de televisão na sua campanha para a Presidência da República em 1955, no dia de sua posse em 31/01/1956, emoldura seu Plano de Metas pelas TVs Rio e Tupi do Rio de Janeiro.



Juscelino fala sobre a OPA na TV (1958)



Imagem em circuito fechado da Rede Brasileira de Televisão S.A. (Rebratel)

TELEVISÃO EM SANTOS!

A quarta cidade do país a possuir uma emissora de televisão. Iniciativa da ORGANIZAÇÃO VICTOR COSTA e da REBRATEL

SUB-ESTAÇÃO DO CANAL 5 EM SANTOS

(Transmissores REBRATEL)

RADIO CLUBE DE SANTOS



No dia de HOJE, quando inaugura oficialmente os estúdios da SUB-ESTAÇÃO DE SANTOS, DA RADIO TELEVISÃO PAULISTA S.A. - ao mesmo tempo que integra à sua rede de emissoras de rádio e televisão a RADIO CLUBE DE SANTOS -

a ORGANIZAÇÃO VICTOR COSTA cumprimenta o povo de SANTOS, orgulhosa pela primazia de divulgar suas criações artísticas e suas manifestações culturais através do vídeo.

11 horas - Inauguração oficial dos estúdios da RADIO TELEVISÃO PAULISTA S.A. e início da programação local diária do Canal 5.

20,30 horas - Programação em homenagem ao RADIO CLUBE DE SANTOS, que passa a integrar a rede de emissoras de rádio e televisão da ORGANIZAÇÃO VICTOR COSTA. Participação dos elementos de maior destaque dos grandes elencos da OVC em São Paulo e no Rio de Janeiro.

ORGANIZAÇÃO VICTOR COSTA

Rádio Nacional de São Paulo - Rádio Excelsior - Rádio Cultura - Televisão Paulista - Canal 5 - Sub-Estação de Santos Canal 5 - Rádio Clube de Santos - TV Excelsior - Canal 9 (brevemente).

Nosso Século

VIDA BARATA,
POVO FELIZ!

NUNCA TANTOS
TIVERAM
TANTA
SAÚDE

22 ANOS DE
GOVERNO,
20 DE PRO
GRESSO.

AS FÔRÇAS
ARMADAS
UNIDAS

OPosição
INTRIGANTE

NÃO HA' DESEMPRÊGO

**Crise e inflação: um desafio para JK.
A cultura brasileira atinge a maturidade.
Guimarães Rosa e Clarice Lispector: o diálogo com as vanguardas internacionais.**

1945/1960

65

No centro a imagem de Juscelino e Foster Dulles em 1958 – “me dá um dinheiro aí”. Legenda que custou a Jornal do Brasil a perda de uma concessão de televisão. Abaixo e sobre a foto, vários receptores de TV mostrando caricaturas de ministros e do próprio JK, destacando o uso publicitário da televisão feito pelo governo. Charge da Revista Maquis em oposição a Juscelino.



Proibido de ter acesso aos meios eletrônicos (Rádio e TV) por Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda usou o recurso do Caminhão do Povo.



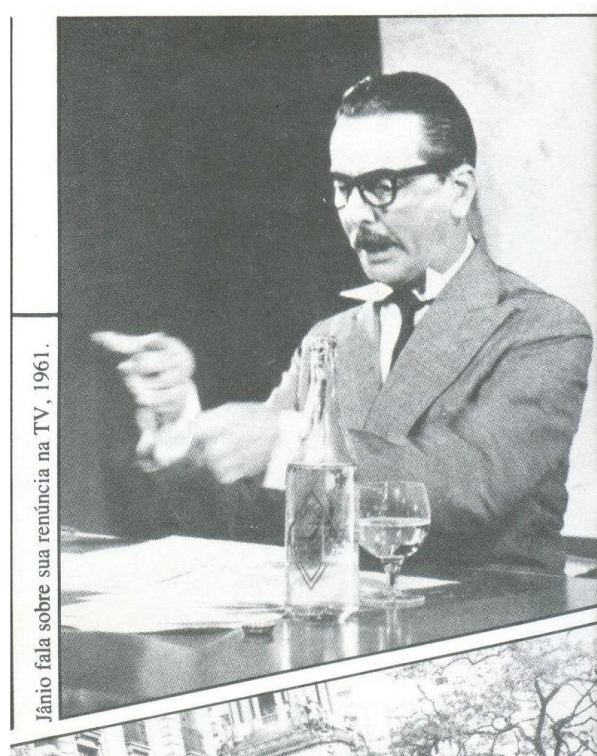
Câmera do Canal 5, TV Tupi de Porto Alegre em 1959, ao lado de seu proprietário Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. Atrás dele, João de Medeiros Calmon um de seus herdeiros. Que teria importante papel político (deputado federal, candidato a vice-presidência na chapa de Adhemar de Barros e senador). Inauguração marcada por forte confronto transmitido ao vivo entre Chateaubriand (entreguista) x Leonel Brizola (nacionalista).



Jânio Quadros em frente as cameras de TV na campanha para presidente.



Posse de Jânio Quadros em Brasília transmitida ao vivo pela TV Tupi (SP/RJ/BH).



Jânio fala sobre sua renúncia na TV, 1961.

Jânio Quadros tenta explicar os motivos de sua renúncia em um programa de televisão em 1961.



Entrevista concedida a Heron Domingues no programa Noite de Gala da TV Rio. Roberto Marinho acusou o governador do Rio Grande do Sul de atacar a Constituição, de colocar em perigo a ordem jurídica através de pregações demagógicas pela revolução das estruturas sociais do país. Classificou seu jornal como o vigilante do bem público. **O Globo. O diretor de O Globo na TV 18 dez 1962. Fonte da Fotografia: BIAL, Pedro. Roberto Marinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p.196.**



Fundação da ABERT em 27 de novembro de 1962, marco da política capitaneada pelo lobe da radiodifusão no Brasil. Da esquerda para a direita, Flávio Alcaraz Gomes (Rádio Guaíba), João Calmon (Diários e Emissoras Associados), Victor Hugo Ferlauto (Emissoras Reunidas) e outros dirigentes de rádio e televisão. (Fonte **GOMES**, Flávio Alcaraz. **Eu Vi! Itinerários de um repórter**. Porto Alegre: Publicatto, 2007. p-p. 76-77.).



Uma das consignias dos nacionalistas era o monopólio sobre o refino de petróleo no Brasil. Aqui reivindicado no comício da Central do Brasil, de 13/03/1964.



O Comício de 13/03/1964, sexta-feira 13 a TV Continental, transmite para o Rio de Janeiro e várias cidades. No Rio de Janeiro entre os telespectadores estavam Castello Branco, Vernon Walters e Lincoln Gordon.



FALA o Min. Jurema. A seu lado: o Ministro da Marinha, o Subtenente José Delmondez, o presidente João Goulart, Ministros Amauri Silva e Expedito Machado e o General Genaro Bontempo.

Automóvel Clube Fonte Revista o Cruzeiro 10/04/1964



Último pronunciamento de João Goulart na TV como Presidente da República 30/03/1964. Automóvel Clube do Rio de Janeiro, transmitido para toda Guanabara e interior do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Um dos telespectadores foi o General Olympio Mourão Filho. Fonte Revista o Cruzeiro 10/04/1964



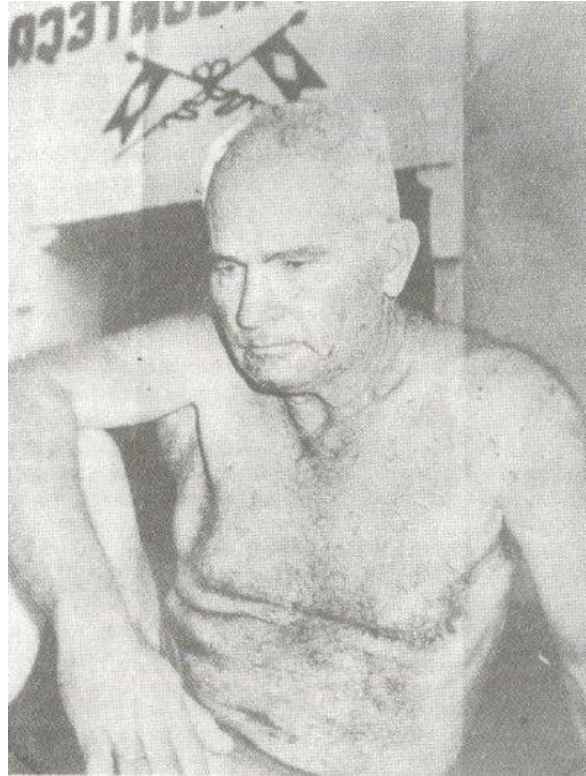
Depois de tomado o Forte Copacabana 01/04/1964, a TV Rio continua transmitindo a mobilização dos militares golpistas (O Cruzeiro 10/04/1964 – Foto Elias Nasser)



Incêndio do prédio da UNE na praia do Flamengo 01/04/1964 segundo Jacob Gorender foi televisionado.



Torturado e espancando no Recife, Gregório Bezerra é exibido pela TV dando mostras do excesso.



Gregório Bezerra, depois de torturado.



Depois do sucesso da golpe Vernon Walter promovido a general.

